

A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: MODELOS E PROJETOS

DOUTORADO EM ESTRUTURAS AMBIENTAIS URBANAS 2004
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
NEYDE A. JOPPERT CABRAL ORIENTADOR PROF. DR. DÁCIO OTTONI



ERRATA – volume 2

p. 151 – A citação completa da fonte das figuras é "SEGAWA in AU ARQUITETURA & URBANISMO, ano 14, n. 80, out. / nov. 1998, pp. 64 e 65".

p. 156 e pp. 160 a 165 – A citação correta da fonte é: "USP. CCUASO, 1956".

p. 172 – A frase correta na última nota de rodapé é: "A Geografia e as Ciências Sociais atualmente integram a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas".

p. 174 – A citação correta é "ACRÓPOLE, n. 81/82, jan. / fev. 1945".

p. 176 – A grafia correta é "Hélio de Queiroz Duarte", no primeiro parágrafo e na nota de rodapé.

p. 178 – Nas figuras a citação correta da fonte é: "ACRÓPOLE n. 303, fev. 1964".

p. 180 – A frase correta no terceiro parágrafo é: "Esta disposição, além de mais adequada à topografia do que as propostas para esta faculdade em anos anteriores, aproximava-se do local onde a Física vinha se implantando e, no outro extremo, da Zoologia e da Botânica".

p. 181 – Na nota de rodapé o correto é "Congregação da FAU".

p. 182 – A frase correta na nota de rodapé é: "Este programa para o edifício estaria de acordo com o novo modelo da USP, reunindo a Matemática em um instituto básico, e a complementação profissional se realizando na F.F.C.L. e na Escola Politécnica".

p. 186 – No rodapé a citação correta é "AMARAL; SEGAWA; DOURADO, mimeo, 2003".

p. 190 – A citação correta da fonte das ilustrações é: "SEGAWA; DOURADO, 1997, pp. 228 a 233". O correto é: "11.343 m²" e não "11.343 m2".

p. 192 – No primeiro parágrafo o correto é: "A criação dos institutos, oficializada pelos novos Estatutos da USP em final de 1962, exigiu previamente o exame da estrutura disciplinar das faculdades para identificar cadeiras afins, o que foi concluído ao final de 1960, restando menos tempo da gestão para a elaboração dos projetos e a construção dos edifícios".

p. 194 – Na nota de rodapé a citação correta é: "SINGER, 1977, pp. 99 a 119".

p. 213 – A citação correta das fontes da tabela é: "ANAIIS CIENTÍFICOS ano XXII, n. 75, 1966, separata especial e Gráfico comparativo entre dotações do governo do Estado de São Paulo, obras construídas na Cidade Universitária e matrícula geral na USP. FUNDUSP, [1969].

p. 215 – No penúltimo parágrafo a data correta é 13 de novembro.

p. 219 – A citação correta de uma das fontes das ilustrações é: "USP. CODAC, [1984]".

p. 231 – A citação correta é: "(SINGER, 1977, pp. 99 a 119)".

p. 235 – Na última nota de rodapé a frase correta é: "A desmontagem da estrutura do bloco "J" do CRUSP se deu provavelmente...".

p. 239 – A citação correta da fonte das figuras é "UFMG, 1970".

p. 241 – A citação correta da fonte das figuras é "UNIVERSITÄT ULM, 1972, p. 56".

p. 242 – A citação correta da fonte de uma das ilustrações é: "RUHR – UNIVERSITÄT BOCHUM, [1971?]" e de outra "MUTHESIUS, 2000, p. 226".

p. 246 – A fonte da ilustração é: "PROJETO E CONSTRUÇÃO n. 26, jan. 1973, p. 20".

p. 247 – A fonte da ilustração da esquerda é BERNINI, 1974 e da direita BERNINI [197-].

CAPÍTULOS

VOLUME 1

Introdução

- I. A tradição da faculdade profissional independente e a idéia da universidade no Brasil.**
- II. A concepção da Universidade Brasileira e o Modelo Paulista. O dimensionamento e a localização da Cidade Universitária da USP.**
- III. Os primeiros planos físicos para a Universidade do Brasil e para a Universidade de São Paulo.**
- IV. Um modelo físico para a universidade brasileira: o Instituto Central de Ciências da Universidade de Brasília.**

4

VOLUME 2

- V. Um novo modelo de integração universitária e de convivência para a Cidade Universitária da USP. O Setor de Humanas. O core.**
- VI. A expansão da demanda pelo ensino superior e a Reforma Universitária. A alteração do projeto da Cidade Universitária da USP.**
- VII. Comentários finais e conclusões.**

Introdução

I. A tradição da faculdade profissional independente e a idéia da universidade no Brasil.

Período: século XVIII até os anos 30.

Antecedentes da criação da universidade brasileira e a Universidade do Rio de Janeiro
As instituições independentes e sua localização na Cidade de São Paulo.

II. A concepção da Universidade Brasileira e o Modelo Paulista. O dimensionamento e a localização da Cidade Universitária da USP.

Período: anos 20 e 30 do século XX.

Os debates da década de 20 em São Paulo e no Rio de Janeiro para definição de um modelo de universidade.

A legislação sobre a Universidade Brasileira. O Modelo de 1931.

O Modelo Paulista de 1934.

A Universidade do Distrito Federal.

A escolha do sítio para a Universidade do Brasil.

Os primeiros estudos para a localização da Cidade Universitária da USP.

III. Os primeiros planos físicos para a Universidade do Brasil e para a Universidade de São Paulo.

Período: dos anos 30 até a década de 50 do século XX.

Os primeiros planos para a Universidade do Brasil.

Os projetos para a Universidade de São Paulo.

IV. Um modelo físico para a universidade brasileira: o Instituto Central de Ciências da Universidade de Brasília.

Período: anos 60 do século XX.

A concepção acadêmica da UnB: o sistema integrado de Institutos Centrais, Faculdades Profissionais e Órgãos Complementares.

A concepção do Instituto Central de Ciências (construção de 1963 a meados da década de 70): o espaço físico do ensino básico, comum a diversas faculdades, e da convivência dos dois anos iniciais.

O campus da UnB e o ICC após 1964; a Reforma Universitária.

V. Um novo modelo de integração universitária e de convivência para a Cidade Universitária da USP. O Setor de Humanas. O core.

Período: final da década de 50 e anos 60 do século XX.

A transição para a Arquitetura Moderna nos projetos para a Cidade Universitária da USP e em outras universidades brasileiras.

A redefinição do plano físico da Cidade Universitária da USP a partir de um novo modelo para a Universidade de São Paulo:

a integração universitária por setor do conhecimento.

O Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1962) e a Cidade Universitária.

O Setor de Humanas. O core.

VI. A expansão da demanda pelo ensino superior e a Reforma Universitária. A alteração do projeto da Cidade Universitária da USP.

Período: últimos anos da década de 60 e anos 70 do século XX.

A pressão pela expansão das vagas no ensino público superior e a Reforma Universitária. As novas diretrizes legais: a plena utilização dos recursos materiais e humanos e o retorno da questão dos cursos básicos.

O abandono do princípio da convivência do Modelo Paulista: o esvaziamento (ou a destruição) do alojamento universitário da USP e do Setor de Convivência Central por motivos políticos. O Centro Esportivo como único espaço coletivo.

A alteração do projeto do Setor de Humanas na USP. A desativação das faculdades da Rua Maria Antônia.

Sistemas construtivos modulares expansíveis para o edifício universitário na USP: a execução por etapas segundo as disponibilidades orçamentárias.

VIII. Comentários finais e conclusões

Período: década de 70 ao início do século XXI.

A expansão das Instituições de Ensino Superior na cidade de São Paulo.

A expansão de vagas na USP. A USP na Zona Leste da cidade de São Paulo: a questão da integração universitária.

Comentários finais e conclusões.

CAPÍTULO V

Um novo modelo de integração universitária e de convivência para a Cidade Universitária da USP. O Setor de Humanas. O core.

A transição para a Arquitetura Moderna nos projetos para a Cidade Universitária da USP e em outras universidades brasileiras.
A redefinição do plano físico da Cidade Universitária da USP a partir de um novo modelo para a Universidade de São Paulo:
a integração universitária por setor do conhecimento.
O Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1962) e a Cidade Universitária.
O Setor de Humanas. O core.

A transição para a Arquitetura Moderna nos projetos para a Cidade Universitária da USP e em outras universidades brasileiras.

Em 1955 algumas mudanças tinham ocorrido na Cidade de São Paulo e na Cidade Universitária:

- As obras do conjunto do Parque Ibirapuera por ocasião do IV Centenário tinham trazido à Cidade de São Paulo e ao cotidiano de seus habitantes a Arquitetura Moderna que já se estabelecera na Cidade do Rio de Janeiro¹;
- Houve mudança de Reitor, assumindo o Professor Alípio Corrêa Neto, da Faculdade de Medicina;
- - Alguns dos professores até então mais envolvidos com os planos para a Cidade Universitária da USP estariam afastados a partir de agora: Hipólito Gustavo Pujol Junior falecera em 1952 e Ernesto de Souza Campos, professor catedrático da Faculdade de Medicina da USP desde 1925 fora jubilado por idade com o título de professor emérito em 1952²; haveria uma substituição de quadros, tendo lugar uma nova geração de profissionais;
- - A Comissão da Cidade Universitária "Armando de Sales Oliveira"³ - C.C.U.A.S.O. teve sua composição diversificada, com o presidente Francisco Degni, professor catedrático da Faculdade de Farmácia e Odontologia em 1938, o secretário Paulo Ribeiro de Arruda, professor catedrático da Escola Politécnica em 1938, Paulo Sawaya, professor catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1939, João Soares Veiga, professor catedrático da Faculdade de Medicina Veterinária em 1939 e José Maria da Silva Neves, remanescente de outras comissões (porém afinado com os novos conceitos de projeto), professor catedrático da Escola Politécnica em 1943⁴;
- O Escritório de Engenharia e Arquitetura da C.C.U.A.S.O. passou a ser chefiado pelo arquiteto carioca Hélio de Queiroz Duarte, praticante da Arquitetura Moderna, sendo integrado pelo também arquiteto carioca Paulo de Camargo e Almeida (contratado a partir de julho de 1957), e pelo engenheiro Savério A. F. Orlandi⁵.

150

Hélio Duarte

Os principais aspectos da biografia profissional de Hélio Duarte, pesquisada por Hugo Segawa, são os que seguem. Hélio Duarte (1906 - 1989) nasceu no Rio de Janeiro, onde cursou a Escola Nacional de Belas Artes entre 1925 e 1930. Em 1932 participou da equipe do escritório carioca do arquiteto Nestor de Figueiredo para os planos urbanísticos de Recife, João Pessoa e Cabedelo. Trabalhou como arquiteto concursado para o Banco Hipotecário Lar Brasileiro desde 1934, transferindo-se em 1936 para a filial em Salvador desta instituição. Em 1938 tornou-se professor na Escola de Belas Artes de Salvador.

Ainda em 1938 foi contratado pela Companhia Brasileira Imobiliária e de Construções, mudando-se em 1944 para São Paulo como arquiteto-gerente da filial desta empresa. Em 1945 participou da organização do 1º Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em São Paulo, e foi aceito como membro do CIAM, por indicação de Richard Neutra. Duarte participaria da diretoria do departamento paulista do Instituto de Arquitetos do Brasil nos três anos seguintes⁶.

¹ Há precedentes de obras de Arquitetura Moderna em São Paulo, mas não desta magnitude e visitação pela população em geral. A equipe chefiada por Oscar Niemeyer que projetou a Exposição do IV Centenário de São Paulo, Parque Ibirapuera, foi composta pelos arquitetos: Zenon Lotufo, Hélio Uchoa, Eduardo Kneese de Mello, Gauss Estelita e Carlos Lemos.

² XAVIER, 1999, p.206.

³ Esta denominação foi dada à Cidade Universitária da USP através de decreto de 1955 do governador Jânio Quadros (SIMÕES, 1984, p. 56).

⁴ Todos estes professores tornaram-se catedráticos após a criação da Universidade de São Paulo. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras finalmente está representada, embora a Escola Politécnica tenha dois professores na Comissão.

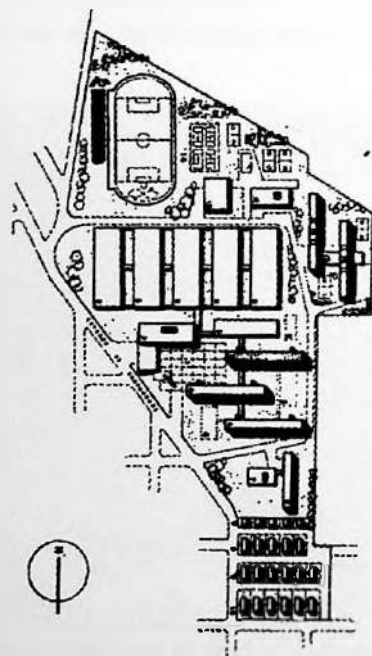
⁵ Savério Orlandi (1931), paulistano, é engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da USP, fez pós-graduação na Escola de Sociologia e Política da USP e graduou-se como urbanista na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil.

⁶ O presidente da gestão 1947-1948 do IAB-SP era Eduardo Kneese de Mello e o vice-presidente Abelardo de Souza; Luiz Anhaia Mello era do Conselho Fiscal.

Entre 1945 e 1947, Hélio Duarte associou-se a Zenon Lotufo e a Abelardo de Souza. Em 1947 deixou a Companhia Brasileira Imobiliária de Construções e passou a se dedicar a partir de 1948 ao programa do Convênio Escolar, acordo estabelecido em fins de 1948 entre o Estado e o Município de São Paulo, para reorganizar o sistema escolar básico municipal.

Entre 1947 e 1951 Anísio Teixeira comandou a Secretaria de Educação e Saúde da Bahia, ocasião em que tentou implantar as inovadoras *escolas-classe* e *escola-parque*; coube a Hélio Duarte o planejamento geral do *Centro Educacional Carneiro Ribeiro*, inaugurado em 1950, primeira e única materialização da idéia da Anísio Teixeira, ficando a definição final dos edifícios a cargo do arquiteto Diógenes Rebouças.

Entre 1950 e 1955 Duarte fez sociedade com o engenheiro Ernest Robert de Carvalho Mange (ex-estagiário de Le Corbusier) e esta sociedade inovou a arquitetura do sistema de ensino profissionalizante do Serviço Nacional da Indústria - Senai, e desenvolveu planos urbanísticos e de arquitetura de campi universitários. O campus da Escola de Engenharia de São Carlos (USP) foi projetado em 1952 seguindo os preceitos urbanísticos do CIAM (somente o prédio principal conhecido como E-1 permaneceu) e em 1955 a Cidade Universitária de Santa Catarina, atual campus da Universidade Federal em Florianópolis (deste projeto foi aproveitado apenas o sistema viário e algum zoneamento)⁷.



Escola de Engenharia de São Carlos.
Arq. Hélio Duarte e Eng. Ernest Mange



Cidade Universitária de Santa Catarina.

Fonte: *Arquitetura e Urbanismo*, ano 14, número 80, out. nov. 1998, pp. 64 e 65.

⁷ Para o planejamento de uma cidade universitária no município de Florianópolis, o Governo do Estado de Santa Catarina se dirigiu à Reitoria da Universidade de São Paulo, que indicou o arquiteto Hélio de Queiroz Duarte, professor daquela Universidade e com prática nos trabalhos da respectiva Cidade Universitária; em setembro de 1955 o contrato dos professores arquiteto Hélio de Queiroz Duarte e engenheiro civil Ernesto Roberto de Carvalho Mange foi aprovado por decreto do governo de Santa Catarina. O Plano da Cidade Universitária de Santa Catarina foi finalizado em janeiro de 1956 e contou com a colaboração dos arquitetos Vicente Collet e Silva, Ariaki Kato e Léo Quaji Nishikawa e foi aprovado em janeiro de 1957, através de outro decreto estadual. A área reservada a esta cidade universitária era de aproximadamente 92 hectares (DUARTE; MANGE, 1956).

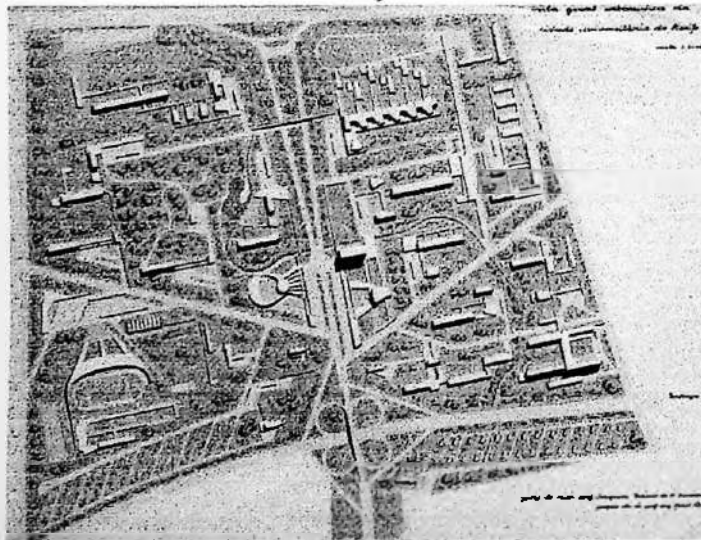
Desde 1949 Hélio Duarte retomara o ensino, como professor de Composição de Arquitetura na FAU-USP e entre 1953 e 1955 foi professor na Escola de Engenharia de São Carlos⁸ (SEGAWA in *AU Arquitetura & Urbanismo* ano 14 n° 80 out/nov 1998, pp. 59-65).

Era esta a experiência profissional de Hélio Duarte ao assumir a chefia do Escritório de Engenharia e Arquitetura da Comissão da Cidade Universitária em 1955, à exceção do plano para a Cidade Universitária de Santa Catarina, que elabora logo após. Também merecem registros os vários contatos de Hélio de Queiroz Duarte com Anísio Teixeira entre 1954 e 1956, no Ministério de Educação e Cultura no Rio de Janeiro, para ouvir as idéias do educador sobre um relacionamento mais intenso do ensino secundário com o ensino universitário⁹. Anísio Teixeira era na época Diretor Geral do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP (1952-64) e Secretário Geral da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior – CAPES (1951-64).

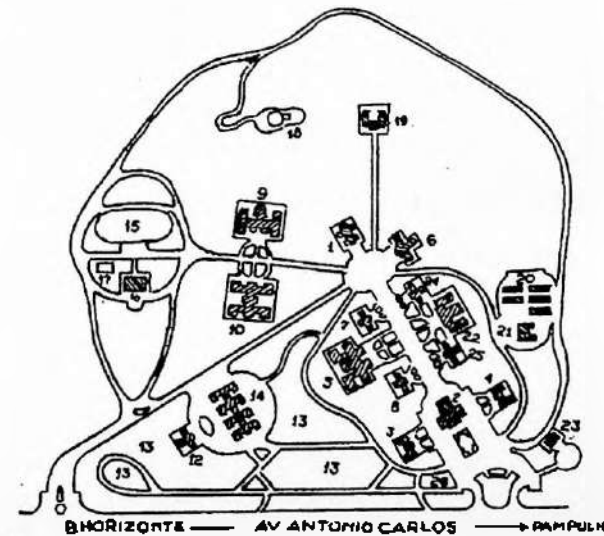
No final dos anos quarenta e nos anos iniciais da década de cinquenta algumas cidades universitárias brasileiras estão sendo projetadas seguindo os princípios e a linguagem da Arquitetura Moderna: as duas cidades de Hélio Duarte, a Cidade Universitária da Universidade do Brasil, por Jorge Machado Moreira e equipe do Escritório Técnico da Universidade - ETU, e a Cidade Universitária de Recife, projetada pelo arquiteto italiano Mário Russo, cerca de 1947.

O projeto do escritório carioca Eduardo V. Pederneiras para a Cidade Universitária de Belo Horizonte, com traçado urbanístico e tipologias construtivas não modernos, é criticado em 1951 pelo departamento mineiro do Instituto de Arquitetos do Brasil a ponto de ser constituída uma comissão de peritos (do Rio de Janeiro), formada pelos professores Adolfo Morales de los Rios, Paulo F. Santos e Álvaro Vital Brasil, que concluiu pela necessidade de revisão do plano geral da Cidade Universitária, considerando-o inadequado e obsoleto sob vários aspectos. Os desdobramentos levam ao arquivamento do projeto Pederneiras e à criação do Escritório Técnico da Cidade Universitária, chefiado pelo arquiteto Eduardo Mendes Guimarães Junior, que desenvolve um novo projeto, tendo como premissas a integração no complexo urbano, o respeito ao terreno natural e a presença da Arquitetura Moderna (LEME, 1999, pp. 334 a 336).

Como se vê, os tempos eram outros. E a crítica ao plano de 1949-54 também seria feita.



Cidade Universitária do Recife - 1947. Arq. Mario Russo
Fonte: UFPE, s.d., s.p.



Cidade Universitária de Belo Horizonte. E. Pederneiras
Fonte: LEME, 1999, p. 335.

⁸ Em 1957 Hélio Duarte conquistou o concurso de Docência-Livre na cadeira de Grandes Composições de Arquitetura na Faculdade Nacional de Arquitetura, no Rio de Janeiro, com a tese *Espaços Flexíveis, uma Tendência em Arquitetura*; em 1965 foi diretor e presidente da Comissão Organizadora da nascente Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará. Em 1967 lecionou na Universidade de Brasília e pouco tempo depois participou da criação do curso de arquitetura de São José dos Campos.

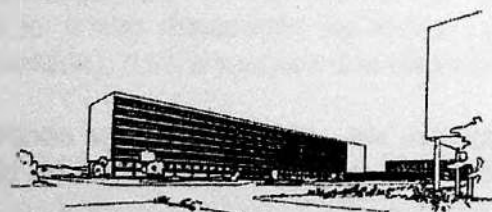
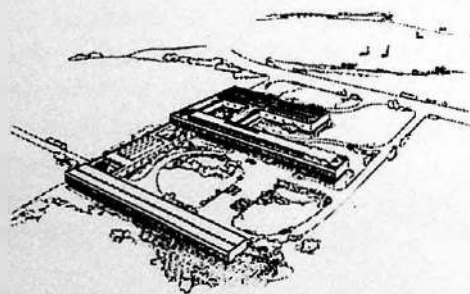
⁹ Esta informação foi obtida na entrevista concedida pelo professor Savério Orlandi à autora. O professor Savério Orlandi acompanhou Queiroz Duarte nestes contatos com Anísio Teixeira entre 1954 e 1956.



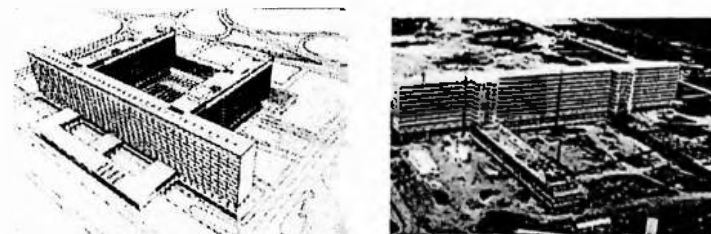
Universidade do Brasil – Plano de conjunto
 Fonte: SILVA, 1950, fig. entre páginas 40 e 41



Universidade do Brasil – vista aérea
 Fonte: Núcleo de Pesquisa e Documentação da FAU-UFRJ



No alto: Instituto de Puericultura. Acima: Faculdade de Arquitetura
 Fonte: SILVA, 1950, figs. entre páginas 40, 45 e 48, 49



Hospital Universitário – Perspectiva e construção
 Fonte: Núcleo de Pesquisa e Documentação da FAU-UFRJ

A redefinição do plano físico da Cidade Universitária da USP a partir de um novo modelo para a Universidade de São Paulo: a integração universitária por setor do conhecimento.

O crítico de arte Geraldo Ferraz¹⁰ escreveu na revista *Habitat* número 27, de fevereiro de 1956, da qual era redator, um artigo intitulado "Cidade Universitária da Universidade de São Paulo: Uma constatação polêmica dos resultados do plano e da execução das obras no Butantã".

Segundo Ferraz:

"Durante o ano de 1955, encontrando o estado em condições financeiras difíceis, o atual governador, sr. Jânio Quadros, viu-se na contingência de reduzir as verbas destinadas à construção da Universidade. Dos 80 milhões de cruzeiros, a disponibilidade baixou a sete milhões, os quais somados com outros sete milhões de verbas federais, não deram para mais do que a manutenção da parte que estava projetada, ou em início de execução. Essa simples queda nos recursos que se vinham incorporando, esse choque com a nossa realidade, já deveria colocar os atuais responsáveis pela Universidade, diante de um fato positivo. Aquilo que estava no relatório Souza Campos e que era em muitos pontos desse relatório realçado como 'vanguarda das realizações congêneres de qualquer parte do mundo', 'projetos que dignificam a arquitetura nacional', 'magistral programa', plano enquadrado 'nas possibilidades financeiras e de urgência', à luz de um exame mais modesto afigura-se quase de chofre como inadequado, desencontrado de realidades a que devemos atender, com um prazo de construção que tornará obsoletos os seus elementos, imediatamente ultrapassado o Planejamento pelas injunções urgentes da instalação do Reator Atômico¹¹ quanto pelo Instituto de Engenharia Naval, que em prazo de dois a três anos precisa estar funcionando em instalação própria [...].

Estas ligeiras indicações nos colocam diante de uma dramática injunção: ou continuar no plano em sua totalidade, ou modificá-lo com peças novas, ou remanejá-lo para fazer da Cidade Universitária algo utilizável".

Ferraz afirmou nesse artigo que o remanejamento do Plano da Cidade Universitária era imprescindível, e que uma crítica sobre a questão econômica da concepção da Cidade Universitária determinaria modificações no sentido de abreviar o seu prazo de execução. Outra crítica a ser feita, segundo Ferraz, seria quanto à proximidade física das instalações:

"O remanejamento do Plano que se torna imperativo na preferência pelo máximo de eficiência ao máximo estético deverá agora também aproveitar a ocasião para unificar tanto quanto possível os Departamentos afins, na fase transitória para os Institutos, de maneira a caracterizar-se o mais possível isso que deve ser o 'campus' universitário. A contigüidade dos Departamentos estabeleceria um máximo de economia dos equipamentos, desde que não se congestionassem os períodos de uso das instalações" (grifos nossos).

Estes comentários de Ferraz dão a medida de como algumas questões que mais tarde vão ser implantadas pelos Estatutos da USP de 1962 e pela Reforma Universitária já estão presentes na Universidade de São Paulo: a não duplicação de meios (que já vem em discurso desde a fundação da USP, mas que não fora implementada), com a reunião dos departamentos afins.

Ainda segundo Ferraz, um esforço maior seria tentado para a facilitação de certos serviços, com um convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem – D.E.R. para pavimentação do máximo de

¹⁰ Benedito Geraldo Ferraz Gonçalves, conhecido como Geraldo Ferraz (1905-1979), escritor e crítico de arte, fundou e dirigiu na cidade de São Paulo o semanário *Homem livre* (1933) e no Rio de Janeiro lançou com Mário Pedrosa o jornal *Vanguarda Socialista*. Publicou em 1945 o romance *A famosa revista* com Patrícia Galvão e em 1956 o romance *Doramundo*. Como crítico de arte participou da organização do Salão de Maio (1937), publicou uma obra sobre Lívio Abramo (1955) e vários ensaios sobre a arte moderna brasileira. (*Grande Enciclopédia Larousse Cultural*. Nova Cultural, 1998)

¹¹ Conforme depoimento de Savério Orlandi, que foi o engenheiro encarregado da construção da parte civil do reator atômico, houve um convênio da USP com os Estados Unidos para fornecimento do equipamento e em contrapartida a Universidade providenciaria as instalações. Este convênio teve a anuência de Brasília, sendo presidente da Comissão de Energia Atômica Marcello Damy de Souza Santos.

arruamentos, "e dentro de um espírito de economia [...] serão estreitadas algumas avenidas: num trecho como esse não há necessidade de avenidas de cem metros de largura".

Quanto à convivência, Ferraz comentou: "[...] No Planejamento faltava e falta ainda um centro – o coração da cidade universitária – centro de relações sociais e humanas, de palestras dos pequenos grupos, de divertimentos limitados, que não são o Teatro nem o Campo de Esportes, e não se acham indicados no Centro Cívico [projetado por Rino Levi]."

E Ferraz conclui: "Recuemos para linhas objetivas, façamos modestos os nossos sonhos, busquemos realizá-los com urgência para que o investimento dos recursos venha a render o mais depressa possível, mas encaremos como um dever dos responsáveis, o governador Jânio Quadros, o reitor Alípio Correia Neto, o presidente da Comissão da Cidade Universitária, professor Francisco Degni, o diretor técnico da sua arquitetura, prof. Helio Queiroz, levar avante essa iniciativa, aparelhando com o que for possível as necessidades da Universidade de São Paulo."

As recomendações de Ferraz estão tão próximas das propostas de Hélio de Queiroz Duarte no *Roteiro do Replanejamento da Cidade Universitária 'Armando de Salles Oliveira'*¹², que sugerem algum contato prévio do arquiteto com o crítico.

Em 1956, sendo Diretor do Fundo para Construção da Cidade Universitária o arquiteto Hélio Queiroz Duarte, é realizada uma análise crítica dos principais aspectos do Plano de 1949-1954 e dos gastos e realizações neste período e são propostas novas diretrizes para a Cidade Universitária da USP.

As propostas feitas pelo Fundo de Construção em 1956, muito importantes pelas suas conseqüências futuras¹³, foram aprovadas por unanimidade pela Comissão da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" em sessão de 7 de Novembro de 1956, e seriam encaminhadas ao Conselho Universitário, órgão máximo decisório da Universidade¹⁴. Para isto foi feito ainda em novembro de 1956 um caderno intitulado *Roteiro do Replanejamento: Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira"*.

Duas das mais importantes destas propostas eram referentes à integração universitária (alteração do sistema universitário) e à convivência.

O Plano de 1956 coloca como necessária a rediscussão do sistema universitário a ser adotado, visto que a integração proposta na FFCL na origem da USP nunca fora implementada.

Conforme esclarecimentos do engenheiro Savério Orlandi, que participou do Plano de 1956 e posteriormente dos trabalhos elaborados pelo Fundo de Construção da Cidade Universitária, o modelo então estudado para a Universidade de São Paulo seria baseado em dois tipos de Institutos universitários: os Institutos básicos (Química, Física, Matemática, etc.) e os Institutos profissionalizantes; o currículo seria flexível, formando-se diferentes perfis de profissionais mediante a eleição de determinadas disciplinas básicas e profissionais daqueles institutos.

Um exemplo de Instituto profissionalizante que se pretendia criar na USP, caso esta reforma universitária não tivesse ficado pela metade, era o Instituto da Construção Civil, que uniria a Faculdade de Arquitetura e a Escola Politécnica, segundo Orlandi.

Com relação à convivência, o Plano de 1956 focalizou as áreas comuns: a habitação e o centro da Cidade Universitária. Somente para estas duas áreas foi definido o programa, a implantação e a volumetria dos edifícios.

¹² O Governador do Estado Jânio Quadros sancionou lei em 28 de agosto de 1956 dando o nome de Armando de Salles Oliveira à Cidade Universitária da Universidade de São Paulo.

¹³ Embora não tenham havido verbas para executar o Plano de 1956, o plano seguinte (período 1961-63) partiu de suas propostas.

¹⁴ Conforme o engenheiro e professor Savério Orlandi, o Plano de 1956 foi aprovado pelo Conselho Universitário.

Replanejamento
7/11/1956

Este plano colocou como necessária à sua própria finalização a decisão das instâncias superiores da Universidade sobre alguns problemas básicos: o sistema universitário a ser adotado, a definição de quais institutos iriam para a Cidade Universitária, e a previsão da população escolar e das necessidades futuras dos institutos em um horizonte de cinquenta anos¹⁵.

As propostas do volume *Roteiro do Replanejamento: Cidade Universitária 'Armando de Salles Oliveira'*, eram as seguintes:

- a) Proposta de alteração do sistema universitário.
- b) Proposta de aumento das vagas oferecidas pela Universidade de São Paulo.
- c) Proposta de ampliação da Cidade Universitária.
- d) Proposta de alteração da construção da Cidade Universitária.
- e) Novo zoneamento de uso da Cidade Universitária.
- f) Alterações no sistema viário da Cidade Universitária.
- g) Propostas físicas propiciadoras da formação de um espírito universitário.

a) Proposta de alteração do sistema universitário.

O Plano de 1956 para a Cidade Universitária da USP no Butantã menciona três "sistemas universitários":

- a estruturação brasileira, em unidades isoladas e auto-suficientes, com separação dos cursos básicos universitários e ensino e pesquisa dissociados;
- a estruturação teórica, com unidades universitárias organicamente reunidas, centralização dos cursos básicos universitários e ensino e pesquisa associados.
- A estruturação plausível: unidades universitárias organicamente reunidas, separação dos cursos básicos universitários e ensino e pesquisa associados.

A "estruturação teórica" referida não poderia ser outra senão a adotada na concepção da Universidade de São Paulo, com os cursos básicos centralizados na Faculdade de Filosofia, o chamado *Modelo Paulista*. A "estruturação plausível" é a que está sendo sugerida no *Replanejamento*.

Como a definição da "estruturação plausível" está apresentada de forma sucinta no *Replanejamento*, buscou-se seu detalhamento no "Plano da Cidade Universitária de Santa Catarina", trabalho de autoria do arquiteto Hélio de Queiroz Duarte, do engenheiro civil Ernesto Roberto de Carvalho Mange e colaboradores, apresentado em janeiro de 1956, meses antes da proposta para a Universidade de São Paulo em setembro do mesmo ano.

Embora no caso da Universidade de São Paulo a revisão do modelo esteja colocada de maneira menos incisiva (o termo é "estruturação plausível" enquanto que em Santa Catarina é "sistema preconizado"), comparando-se os textos dos dois planos é possível ter uma idéia mais clara do que foi proposto para esta universidade paulista.

Hélio Queiroz expôs as diferenças entre três modelos universitários: o sistema universitário brasileiro, que a rigor não é universitário (reunião de faculdades, sem integração); o sistema universitário teórico (centralização total, como no *Modelo Paulista*) e finalmente o modelo misto que foi proposto para a Universidade de Santa Catarina.

¹⁵ "Considera-se indispensável que os Institutos forneçam à Comissão um relatório onde constem todos os dados sobre currículo, metodologia e, sobretudo, uma previsão de aumento de vagas, considerando que a capacidade da Cidade Universitária não deverá ultrapassar o número máximo de vinte e cinco mil estudantes" (DUARTE, 1956, s.n., grifos nossos).

Com relação ao sistema universitário teórico, foram apresentadas as dificuldades para se criar um curso básico único na Universidade e uma delas seria que no conjunto das faculdades haveria poucas disciplinas similares; este modelo foi descartado por Hélio Duarte como praticamente inalcançável.

No modelo proposto para Santa Catarina, o Ensino permaneceria em faculdades, que teriam cada uma o seu curso básico, e a integração universitária ficaria no nível da Pesquisa, compartilhando-se em cada setor de conhecimento os recursos humanos e materiais.

Na Cidade Universitária da Universidade de São Paulo no Butantã é o próprio Hélio Duarte que projeta o edifício para o primeiro curso básico, o denominado Biênio da Escola Politécnica.

A seguir encontram-se trechos do Plano para Santa Catarina sobre os sistemas universitários; não são propriamente citações devido a algumas alterações na redação com vista a sintetizar o texto.

Sistema Universitário Teórico

Segundo os autores do plano para Santa Catarina aos diferentes sistemas universitários no mundo vinha sendo imposta uma evolução de caráter universal por causa das idéias racionais de organização do trabalho, dos modernos métodos pedagógicos, dos imperativos da investigação técnica e científica atual e dos critérios de economia.

O denominador comum dessa evolução seria a articulação orgânica dos elementos num todo único, eliminando as divisões rígidas das Faculdades e criando, sempre que possível, órgãos de plano coletivo – realmente universitários.

No plano de Ensino, o sistema teórico (definido como ideal, conseqüentemente inatingível) consistiria na organização de um curso básico – propedêutico – geral para toda a Universidade. Após o curso propedêutico, o aluno seria encaminhado ao curso de especialização. Tanto os cursos especializados como os básicos (sic)¹⁶ seriam ministrados por meio de organismos especiais, de grau universitário, e aos quais caberia também a responsabilidade de pesquisa no seu setor.

157

Com o emprego do sistema universitário teórico desapareceriam as Faculdades enquanto entidades físicas e mesmo administrativas; existiriam, virtualmente, como conjunto pedagógico. As pesquisas seriam realizadas em Institutos que atenderiam, também, ao ensino. O termo Universidade encontraria aqui o seu emprego ideal como estruturação máxima do organismo, em síntese absoluta de funções.

Esse sistema, que pode ser chamado de Centralização Total, parece ser uma tendência geral evolutiva; mas se suas vantagens são evidentes, sua perfeita integração como realidade não parece possível.

Sistema Universitário Brasileiro

O Ensino Superior, no Brasil, nasceu e se desenvolveu na base de faculdades autônomas, isoladas fisicamente. As universidades brasileiras, de criação recente, articularam administrativamente as instituições isoladas existentes, procurando uma unidade pedagógica. Em princípio, o sistema universitário brasileiro é essencialmente de autonomia das Faculdades, que realizam o Ensino e a Pesquisa, subordinado o todo a uma administração geral. É verdade que o próprio isolamento físico impunha este sistema, impedindo praticamente uma articulação mais orgânica. Com as condições propícias advindas da criação das Cidades Universitárias, manifesta-se a tendência à centralização.

Caracterização do sistema brasileiro:

¹⁶ Apesar de fazer referência a apenas um curso básico, o plano de Santa Catarina apresenta plural neste trecho do texto, à p. 16.

Conceito geral – Faculdades isoladas e auto-suficientes, atingindo suas finalidades por órgãos próprios.
Características do Ensino – ensino realizado através de cursos básicos e de aplicação nas Faculdades, com pedagogia e “currículo” próprios.
Características da Pesquisa – pesquisa dentro de cada Faculdade. Institutos especializados anexos às Faculdades.
Existência universitária apenas no terreno administrativo: Reitoria e Conselho Universitário como órgãos supremos. A Universidade é, essencialmente, uma somatória de Faculdades.

Sistema Universitário Preconizado

Comparando os dois sistemas analisados e pesando suas vantagens e defeitos, foi proposto um terceiro: Sistema Preconizado.

O sistema de centralização total apresenta a indiscutível vantagem da articulação orgânica em econômica e eficiente reunião dos fatores materiais e humanos de cada setor. O “espírito universitário” exprime-se integralmente. Entretanto, no setor Ensino, as dificuldades práticas são enormes. Analisados com detalhes os “currículo” dos diversos cursos, chega-se à conclusão que raras são as disciplinas que podem se prestar a uma reunião em termos de “propedêuticos”. As diferenças de extensão e profundidade impedem ou dificultam muito uma unidade didática extensiva à Universidade (exemplo: física para o engenheiro, médico e bacharel em ciências físicas).

Procurando organizar o propedêutico, atendendo ainda que parcialmente às necessidades quantitativas e qualitativas dos diferentes cursos, somos levados a criar uma série de “cursos básicos”. Vão, insensivelmente, desaparecendo as vantagens fundamentais da centralização e aproximamo-nos novamente dos cursos básicos em cada Faculdade. Há ainda a considerar, também, que, nesse sentido, influi consideravelmente a legislação federal¹⁷. Por outro lado, deve-se pesar que o encarecimento trazido às instalações pelo desmembramento dos laboratórios didáticos é relativamente de pouca expressão, frente ao custo total da Universidade, visto serem estes os laboratórios menos dispendiosos. Considerando-se também a real importância de haver uma unidade pedagógica dentro de cada curso, e a sua expressão como formadora da mentalidade profissional, a opção termina sendo a de conservar os “cursos básicos” dentro de cada Faculdade.

Preservam-se assim certas vantagens básicas do sistema brasileiro, evitando dificuldades práticas (não intransponíveis, porém graves) do sistema de centralização total.

Já no plano da Pesquisa a comparação dos sistemas leva a conclusão diferente. Neste setor surge com outro impacto a idéia da centralização universitária. A polarização dos recursos humanos e materiais da Universidade, em cada setor de conhecimento, é lógica, econômica, eficiente e realizável. Ela deve ser adotada. Pela própria natureza da função pesquisa só há vantagens e não há inconvenientes na fusão dos esforços dos diversos professores de disciplinas similares. Acresce que as instalações necessárias à Pesquisa – laboratórios, usinas, hospitais, etc., são de alto custo, contra indicando logicamente a sua multiplicação. Neste setor o conceito orgânico de Universidade impõe-se. Optamos, portanto, pela solução da função Pesquisa sob forma de Institutos de âmbito universitário, institutos esses que, congregando os recursos humanos e econômicos da Universidade, têm por fim a Pesquisa Teórica e Aplicada.

O Sistema Universitário Preconizado organiza a universidade num todo constituído de Faculdades, com seu ensino básico e especializado, teórico e prático (laboratórios didáticos) e de Institutos, com sua Pesquisa teórica e aplicada. É óbvio que tal esquema não pode ser rígido; é um princípio que deve admitir variações, atendendo aos casos particulares. Assim o exige a grande variedade de relações e constituição do Ensino e Pesquisa dos diferentes setores universitários. Em muitos casos será necessário que certos Institutos atendam também a problemas de ensino de sua especialidade, noutros as próprias Faculdades conterão certas pesquisas de seu campo.

¹⁷ Anos mais tarde a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 iria possibilitar maior autonomia para as Universidades Estaduais.

Caracterização do Sistema Preconizado

Conceito geral – Faculdades auto-suficientes, porém articuladas a institutos de plano universitário. Diferenciação nítida de funções.

Características no Plano do Ensino – ensino realizado através de:

- 1) Cursos básicos em cada Faculdade;
- 2) Cursos especializados teóricos e práticos. Os cursos práticos são realizados nas instalações didáticas das Faculdades, ou, caso a natureza do equipamento o exija, nos Institutos do setor. Está contido neste caso quase todo o ensino relativo às disciplinas ligadas aos Institutos de Pesquisa Aplicada (exemplo: Institutos Tecnológicos, Clínicas, etc.).

Características no plano da Pesquisa – Pesquisa desenvolvida através de:

- a) Instituto A – Teoria;
- a) Instituto B – Aplicação.

(DUARTE; MANGE, *Plano da Cidade Universitária de Santa Catarina*, 1956, pp. 15 a 23).

b) Proposta de aumento das vagas oferecidas pela Universidade de São Paulo.

Duarte apresenta um gráfico com o número de inscritos, o número de vagas e o número de formados por instituto universitário, no ano de 1955. Excetuando os dados relativos à Escola de Engenharia de São Carlos e à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que ainda não tinham nenhum diplomado, concluiu que o total das vagas (2.079) representava cerca de 42% do número de inscritos (4.963), e o número de formados (1.204) cerca de 24% dos inscritos, correspondendo assim a um quarto da solicitação do meio¹⁸.

Relacionando estes dados com uma estimativa que fizera para o crescimento da população do Estado de São Paulo de 1955 (existentes 10.330.000 habitantes) até o ano 2000 (estimados 30.424.000 habitantes¹⁹), Duarte conclui que para manter em 2000 a proporção de profissionais formados pela USP no total da população, seria preciso diplomar um número três vezes maior do que em 1955, mas para corresponder à solicitação do meio este número ainda deveria ser multiplicado por quatro. Resultaria em cerca de 14.400 formados e 25.000 vagas, utilizando os percentuais de 1955²⁰.

c) Proposta de ampliação da Cidade Universitária.

O Plano de 1956 apresenta um gráfico comparativo entre área e população de sete cidades universitárias: Roma, a de menor área (população 40.000 e área de 22 ha²¹), e México, a de maior área entre as citadas (população 30.000 e cerca de 700 ha). Para a Cidade Universitária de São Paulo, com população prevista de 25.000 estudantes, Duarte propõe que a área seja ampliada para cerca de 500 hectares.

Não há correlação entre população e área dos campi apontados (esta relação depende do adensamento e do gabarito das construções), mas o Plano de 1956 apresenta outros argumentos para ampliação da Cidade Universitária:

¹⁸ Estes dados incluíam a ESALQ, de Piracicaba, com 210 inscritos, 100 vagas e 51 diplomados. Caso se considerasse apenas a Cidade de São Paulo estes números seriam respectivamente 4.753 inscritos, 1.979 vagas e 1.153 formados, não alterando muito os percentuais indicados por Hélio Duarte.

¹⁹ O Censo 2000 registrou para o Estado de São Paulo mais que o estimado por Hélio Queiroz: 37.032.403 pessoas residentes.

²⁰ Para efeito de comparação: em 2001 foram 33.516 os alunos de graduação e 21.446 os alunos de pós-graduação da USP na Capital; na Cidade Universitária do Butantã estes totais foram de 28.972 alunos de graduação e 16.493 de pós-graduação (neste último total foram incluídos 504 alunos de pós-graduação no IPEN e em programas conjuntos com I.P.T. e Instituto Butantã). Estes totais não correspondem à solicitação do meio.

²¹ Área publicada na revista *Architettura* ano XIV, número especial sobre a Cidade Universitária de Roma, 1935; o gráfico do *Replanejamento* é de leitura aproximada.

"Como é do conhecimento do Conselho Universitário, existem glebas [da Cidade Universitária] cujas desapropriações já processadas devem ser pagas e outras que o Conselho, em certa época, julgou desnecessárias.

A Comissão reexaminando o assunto, propõe que sejam também adquiridas as glebas objeto da desistência anterior. [...]

A justificativa desta sugestão baseia-se em que a Estrada de Itu aparece como divisa natural da gleba. A influência da proximidade do Reator Atômico é outro motivo. Além disso, a Faculdade de Medicina Veterinária foi, em parte, sacrificada pela área destinada ao Reator.

De um exame rápido, feito em relação às divisas do 'campus', verifica-se as reais vantagens de ter à disposição uma via pública bordejando o 'campus' numa extensão aproximada de cerca de 2 km" (DUARTE, 1956, s.n., grifos nossos) ²².

d) Proposta de alteração da construção da Cidade Universitária.

No Plano de 1956 foram apontadas algumas das dificuldades enfrentadas na sua elaboração: as construções esparsas, a escolha de área para o Reator Atômico e a destinação do edifício "Reitoria", ainda que inacabado, para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

De novembro de 1954 a setembro de 1956, durante a elaboração do *Replanejamento*, foram feitas obras de urbanização consideradas inadiáveis, terminados dois edifícios (o de Zoologia e o de Física Experimental e Superior) e continuada, até o limite da verba, a construção do Pavilhão do Instituto de Hidráulica; estes edifícios foram iniciados durante a vigência do plano anterior. Na mesma época foi terminado o pavilhão principal do Instituto do Professor Primário, mas era obra financiada pelo governo federal.

Resumo da Cidade Universitária em setembro de 1956: dez edifícios concluídos²³, um edifício em construção (Pavilhão do Instituto de Hidráulica), quatro edifícios paralisados desde 1954 (Reitoria, Botânica e dois pavilhões pertencentes ao Instituto de Eletrotécnica).

Nesse período de novembro de 1954 a setembro de 1956 foram gastos 15 milhões de cruzeiros em obras de urbanização (que incluiu 8 milhões de atrasados da gestão anterior), 18 milhões em edificações, 7 milhões em serviços gerais e administração e ainda foram pagos 18 milhões em débitos da gestão anterior; total 58 milhões de cruzeiros, mas excetuados os débitos das obras do período 1949-54, sobraram cerca de 16 milhões / ano em capacidade de aplicação na Cidade Universitária, enquanto que o gasto nos anos de 1950 a 1954, uma vez acrescidos dos atrasados deixados para a gestão futura, foi cerca de 44 milhões / ano.

Após analisar as despesas e as realizações na Cidade Universitária no período 1949 a 1954, o Plano de 1956 elaborou duas hipóteses para o prosseguimento da construção da Cidade Universitária:

- Como vinha sendo realizada, com tempo de construção indefinido, edifícios de custo relativamente alto e de funções determinadas e fixas;
- Em contraposição à anterior, com redução do tempo de construção (propôs-se que a Universidade buscasse os meios financeiros para construção da Cidade Universitária em um quinquênio), edifícios de custo razoável e flexibilidade para as funções não fixas. Esta foi a hipótese adotada.

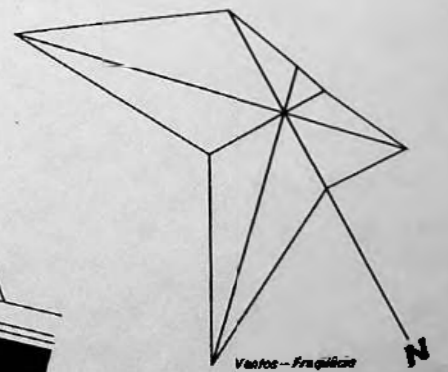
²² Apesar de baseada em uma necessidade discutível, esta proposta foi aceita. No entanto, a Cidade Universitária não chegou a ter uma frente desta ordem de grandeza para a avenida Corifeu de Azevedo Marques (Estrada de Itu) e anos depois houve invasão de parte das áreas desapropriadas, situação que permanece nos dias atuais.

²³ Os edifícios concluídos na Cidade Universitária em 1956 eram: 3 estábulos e uma casa da balança e câmara de clima do setor Veterinária; os edifícios do Van der Graaf, Bétatron e Física Experimental e Superior no setor Física; o edifício de "Alta Tensão" do Instituto de Eletrotécnica, no setor Politécnico, o reservatório de água, e a Zoologia.

USP CIDADE UNIVERSITÁRIA
DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO **CUASO**
PLANTA CADASTRAL GERAL



ESCALA 1:4.000
SÃO PAULO - JANEIRO 1957
Desenho J. J. F. F.
Atualizada em 12-10-1960



e) Novo zoneamento de uso da Cidade Universitária.

Em 1956 a Universidade de São Paulo estava organizada em doze Institutos universitários, 11 Institutos anexos e 13 Institutos complementares. Os Institutos universitários eram: a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica, a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Piracicaba), a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Faculdade de Medicina Veterinária, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Faculdade de Higiene e Saúde Pública, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administração, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e a Escola de Engenharia de São Carlos. O Plano de 1956 procurou reuni-las em três grandes grupos: "Humanidades", "Ciências" e "Ciências Biológicas" e apontou uma lacuna, a falta do grupo "Arte".

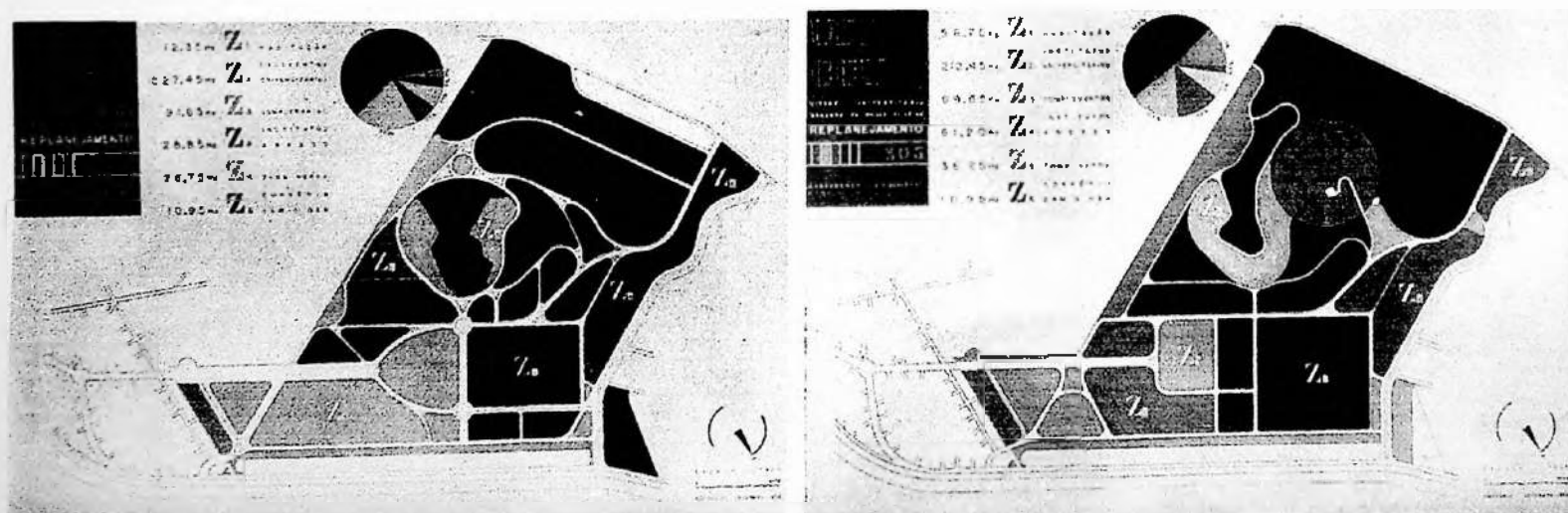
A análise do zoneamento do Plano aprovado em 1949, modificado até 1954, permitiu concluir que coubera aos Institutos universitários 57% da área (cerca de 227 ha) e aos Institutos anexos 7% (cerca de 29 ha), totalizando em 64% a área destinada a ensino e pesquisa (aproximadamente 256 ha).

A zona habitacional com 12 ha, a zona destinada a complementos com 92 ha, a zona verde com 29 ha e a gleba do convênio com o D.E.R. com cerca de 10 ha era o que estabelecera o Plano 1949-54. Na zona destinada a complementos, o Centro Cívico teria 17 ha e três edifícios e a Zona de esportes competitivos e de treinamento, com 30 ha, ficaria distante cerca de um quilômetro da zona habitacional dos alunos.

O zoneamento do Plano de 1956 diminuiu a área destinada aos Institutos universitários (que passa a 212 ha), mas ampliou a área para Institutos anexos (61 ha), ou seja, no total a área para ensino e pesquisa foi ampliada (273 ha). Foi também proposta em 1956 a ampliação da área para Habitação (59 ha) e da Zona verde (36 ha) e a diminuição da área reservada para Complementos (70 ha). A área do convênio com o D.E.R. é mantida.

A somatória destas áreas (449 ha) é superior à do Plano de 1949-54 (400 ha) porque é considerada em 1956 a Cidade Universitária se estendendo até a atual avenida Corifeu de Azevedo Marques e porque é reduzida a área do sistema viário (embora por outro lado tenha havido redução da Cidade Universitária junto ao córrego Jaguaré)²⁴.

161



Universidade de São Paulo – Zoneamento do Plano 1949-54 e do Replanejamento de 1956.
Fonte: USP. Comissão Da cidade Universitária. 1956, s.p.

²⁴ Em entendimentos com a Sorocabana para por fim ao litígio sobre a área remanescente da canalização do Ribeirão Jaguaré, decidiu-se dividir a área em duas partes iguais.

O Plano de 1956 colocou a indefinição que perdurava sobre o programa da Cidade Universitária e que impedia o detalhamento da área destinada a ensino e pesquisa (Zona 2):

“Parece ser o momento azado de se chegar a uma conclusão sobre quais os Institutos universitários que efetivamente deverão ser transferidos para o ‘campus’.

A complementação do nosso zoneamento (distribuição das glebas destinadas ao ensino) está na estrita dependência do pronunciamento do Colendo Conselho Universitário sobre o problema proposto”(DUARTE, 1956, s.n.).

Também era solicitado que o Conselho Universitário estabelecesse a ordem de prioridade para as transferências dos institutos para a Cidade Universitária, a fim de possibilitar a ordenação dos trabalhos técnicos. É interessante perceber no Plano de 1956 que a abordagem dada é de planejamento físico e não apenas de projeto urbanístico, estabelecendo-se objetivos, prazos e meios.

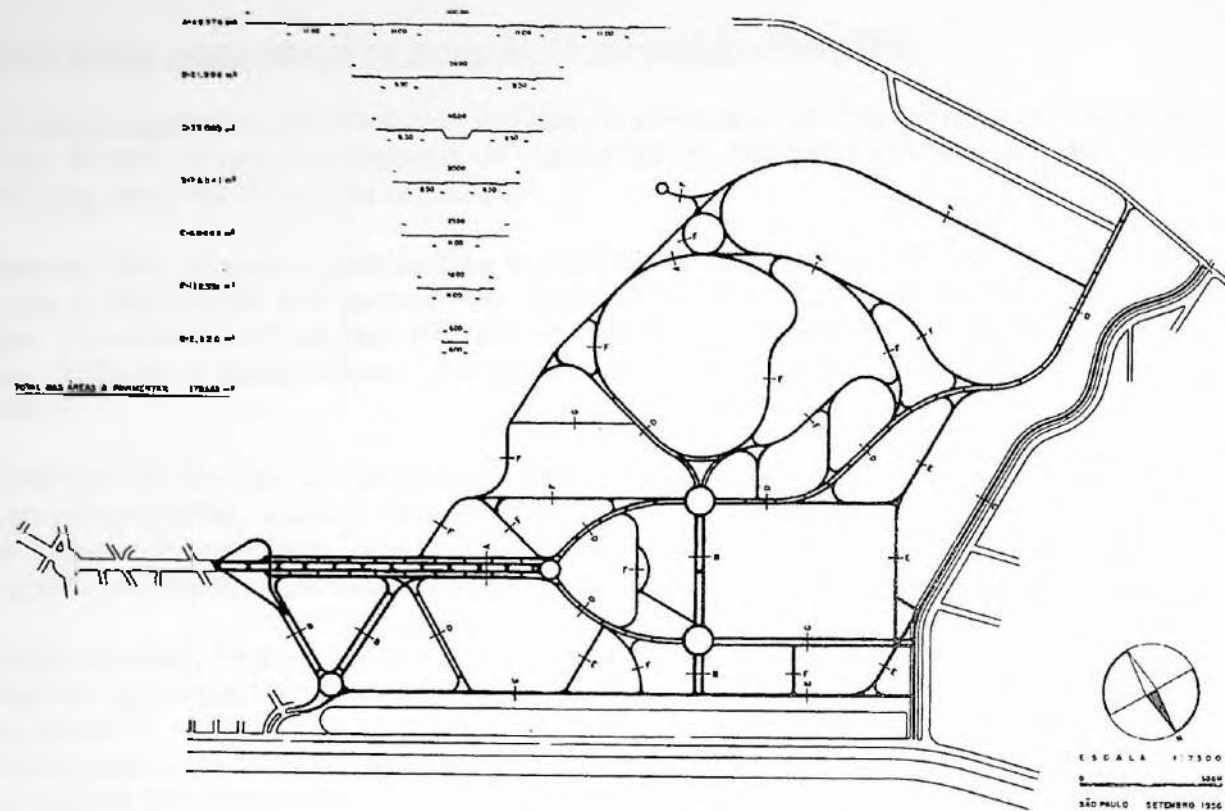
f) Alterações no sistema viário da Cidade Universitária.

A alteração proposta pelo Replanejamento para o sistema viário é de reduzi-lo de 378.665 m² para 224.273 m² a pavimentar. O Plano de 1956 padroniza em quatro tipos de seção transversal as vias da Cidade Universitária, ao invés dos sete tipos do Plano de 1949-54.

O Plano de 1956 teve que considerar que parte do sistema viário do Plano de 1949-54 estava executado, assim, foi mantido o acesso principal, embora reduzindo-se a largura do *parkway* de quatro para duas pistas. Esta avenida é a única a permanecer em pista dupla no Plano de 1956, todas as demais do plano anterior são reduzidas para pista simples.

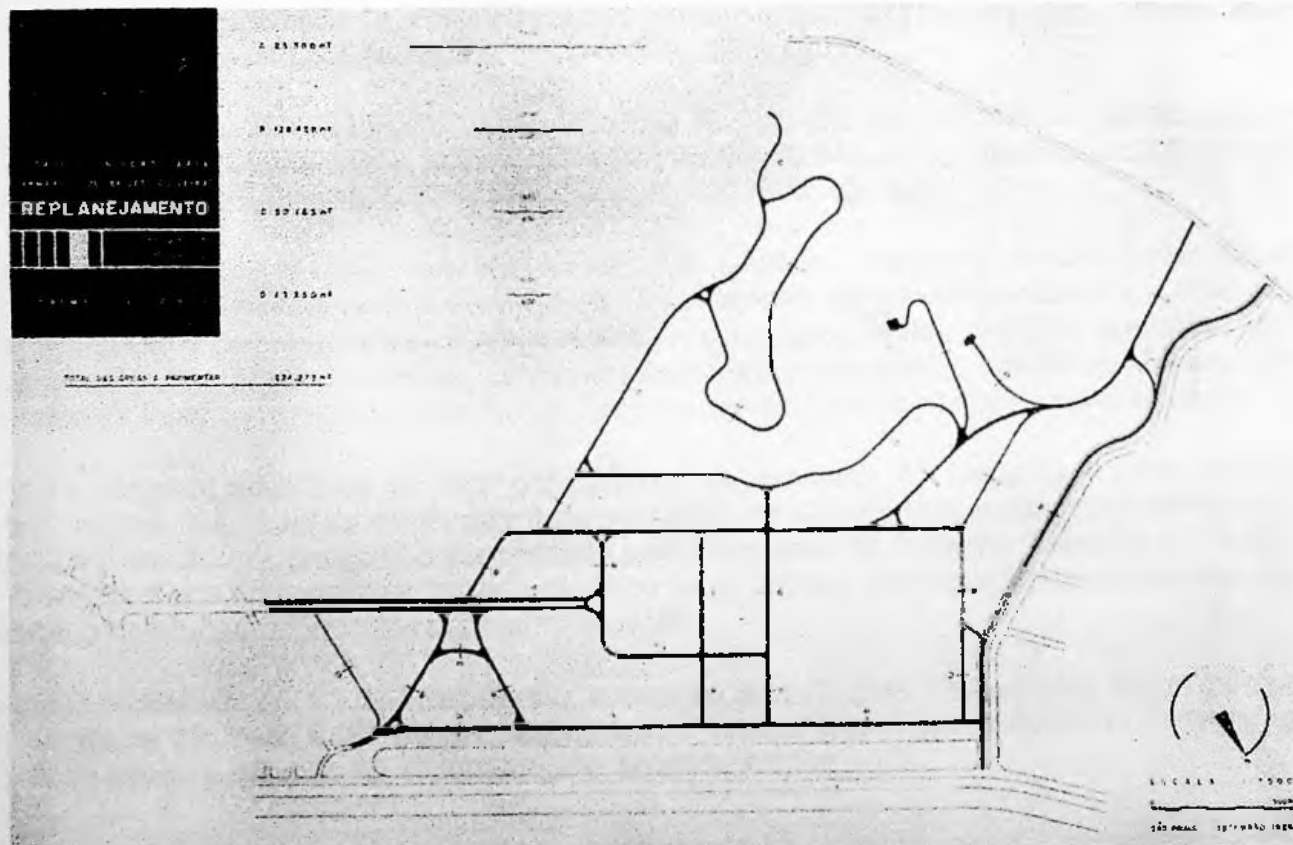
Vários trechos de vias e rotatórias são eliminados e traçados curvos são utilizados somente nas áreas de topografia irregular (os dois trechos curvos simétricos que configuravam o Centro Cívico do Plano de 1949-54 deixam de existir). O projeto de viaduto para acesso à área esportiva é desconsiderado. No setor sul da Cidade Universitária a área circular com raio de 300 metros e centro no reator nuclear, cedida pelo Conselho Universitário ao Instituto de Energia Atômica²⁵, é o motivo de não haver mais vias cruzando esta área. O setor sul quase não dispõe de acessos no Plano de 1956.

²⁵ Decreto n° 26.044 de 27 de junho de 1956 (GIUDICE, 1994, p. 12).



Universidade de São Paulo – Sistema viário do Plano 1949-54.
 Fonte: USP. Comissão da Cidade Universitária. 1956, s.p.

163



Universidade de São Paulo – Sistema viário do Replanejamento de 1956.
 Fonte: USP. Comissão da Cidade Universitária. 1956, s.p.

g) Propostas físicas propiciadoras da formação de um espírito universitário.

Neste *Replanejamento* são mais que visíveis os princípios da Arquitetura e do Urbanismo Moderno, com o zoneamento do uso do solo, as unidades de vizinhança, as tipologias construtivas; isso fica explícito na menção ao CIAM 8, cujo tema foi "The Core of the City".

O Plano de 1956 propõe alguns centros e sub-centros: as três áreas residenciais (professores, funcionários e alunos) são consideradas sub-centros, em cada uma os contatos seriam primários e haveria relações de vizinhança. O Instituto do Professor Primário é considerado o Centro Escolar, de contatos primários e ensino sistemático (infância e adolescência), que atenderia aos sub-centros residenciais das famílias de professores e funcionários²⁶.

O chamado Centro de Convergência, que atenderia aos três sub-centros habitacionais e a todas as instituições universitárias, seria o *core* da Cidade Universitária, cuja característica seria a junção dos contatos primários (população residente) aos contatos institucionais (população flutuante e parte da residente), o que propiciaria a formação do espírito universitário e o desenvolvimento da consciência de grupo.

A respeito do *core*, há este trecho no *Replanejamento*:

"O 'espírito universitário' não existe de per si, mas, como consequência daquilo que os sociólogos chamam de 'nosso grupo'.²⁷

É da integração dos 'nossos grupos' menores, num único grupo, maior, - 'universidade' - que pode surgir o chamado 'espírito universitário'.

Logo o 'Core' torna-se o suporte material, indispensável às interações dos 'nossos grupos' menores.

O 'Core' suaviza os 'contatos institucionais' ao tempo em que procura dar ênfase aos 'contatos primários'.

Estes serão feitos através das associações de professores e alunos, imprensa universitária, locais de lazer, e outros, capazes de modificar a consciência do 'nosso grupo' dando-lhes uma atitude mental propícia ao desenvolvimento do 'espírito universitário' " (DUARTE, 1956, s.n.).

O programa para o *core*, segundo Duarte, deveria ser: de um lado os edifícios da administração (Reitoria e Prefeitura), Biblioteca Central e Aula Magna, constituintes do centro cívico, e de outro os edifícios que constituiriam o centro comercial e social da comunidade universitária. No meio, um lago.

No centro comercial e social estariam localizados: o edifício destinado às atividades estudantis (imprensa universitária, associações de alunos e ex-alunos, departamento de relações nacionais e internacionais e outras), o hotel destinado a professores visitantes, bolsistas e estagiários, a concentração comercial (cooperativa, lojas, correios e telégrafos, caixa econômica, centro telefônico, etc.); um edifício destinado a restaurante, bar, salão de chá e salão de festas; e um cine-teatro. Esses edifícios seriam ligados por passagens cobertas.

O *core* ocuparia uma área de 400 por 500 metros, ou seja, 20 hectares e teria edifícios de diferentes gabaritos, alguns dos quais se destacariam na paisagem da Cidade Universitária: o edifício para a nova reitoria (o edifício em construção passaria a ser utilizado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), a biblioteca e o hotel, além da Torre Universitária, projeto de Rino Levi. Seriam previstos estacionamentos na zona periférica para evitar a circulação de veículos no interior do *core*.

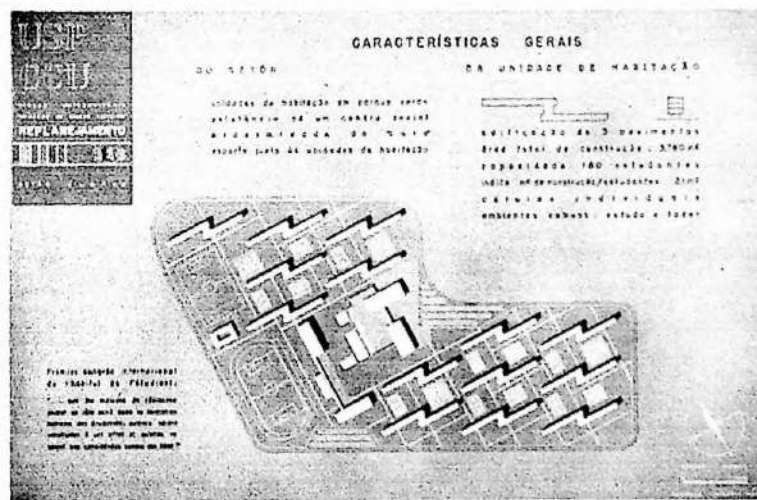
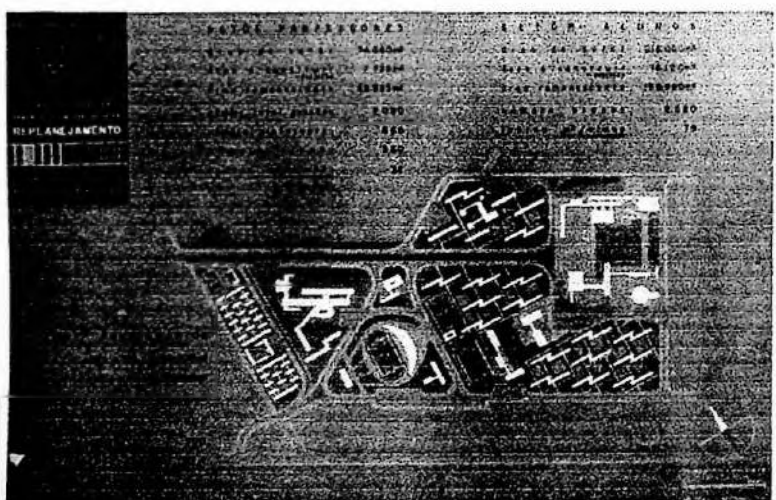
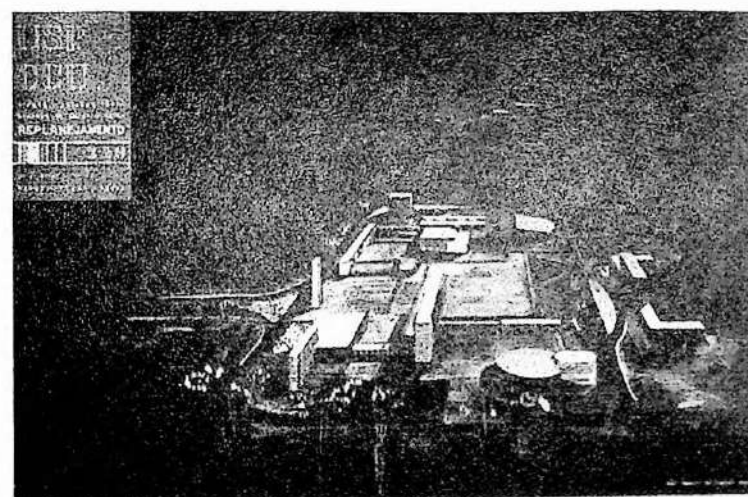
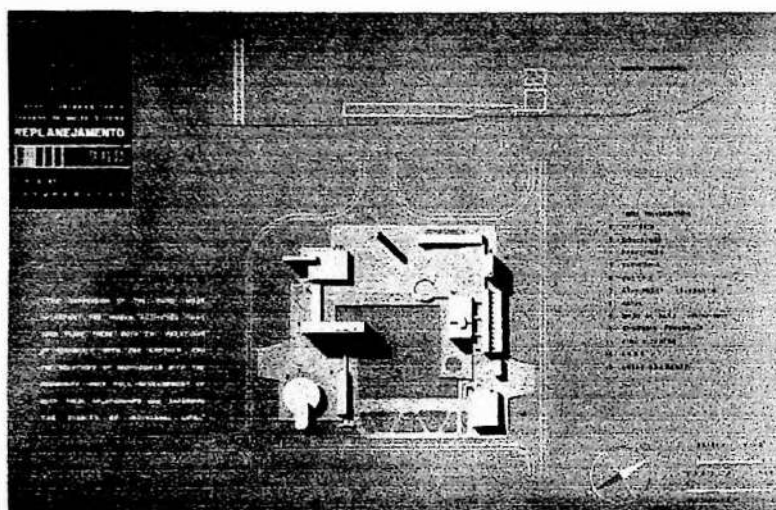
O setor residencial para 2.520 estudantes estaria ao lado do *core*. Os edifícios teriam três pavimentos sobre pilotis, dispostos em meio a um parque, todos com a mesma orientação leste-oeste. Haveria um centro social, um posto de saúde e quadras de esportes neste Setor de Alunos.

²⁶ A questão de estudantes (em geral pós-graduandos) com filhos só apareceria décadas mais tarde.

²⁷ Duarte considera que "A característica fundamental do plano reside no aspecto sociológico do mesmo".

O Setor de Professores ficaria também junto ao core e ao lado do Setor de Alunos, abrigando 660 professores e suas famílias, dois edifícios destinados a alunas e quadras esportivas.

O índice de ocupação (área de projeção das construções em relação à área do setor) dos setores residenciais do Plano de 1956 seria baixo, da ordem que Ernesto de Souza Campos tinha proposto para a Cidade Universitária, de 1:10 nos Setor Professores e no Setor Alunos, dobrando no Setor Funcionários. Mas no Setor Alunos as quadras esportivas de treinamento estariam dispostas entre os edifícios, e o setor esportivo de competição ocuparia uma área bem menor que no plano precedente.



CORE e Setor Habitacional do Replanejamento de 1956.
Fonte: USP. Comissão da Cidade Universitária. 1956, s.p.

O Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1962) e a Cidade Universitária.

Quando o professor Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto foi eleito governador do Estado de São Paulo, fez-se um Plano de Ação para orientar seu governo.

O grupo de planejamento, que tinha como coordenador Plínio Soares de Arruda Sampaio, era composto por mais oito membros, dentre eles dois professores catedráticos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Paulo Menezes Mendes da Rocha e Ruy Aguiar da Silva Leme. Também integrava o grupo o então assistente da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, Antônio Delfim Netto.

O Projeto de Lei enviado à Assembléia Legislativa para implantar o Plano de Ação previa autorização ao Executivo para despender em quatro anos de exercício, 1959 a 1962, até cem bilhões de cruzeiros²⁸. O Executivo poderia subscrever ações do Banco do Estado de São Paulo S.A., da Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo e das Usinas Elétricas do Paranapanema e da Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo.

O Executivo criaria cinco fundos, sendo dois deles voltados à Educação Pública: o Fundo Estadual de Construções Escolares, para atender à construção, ampliação e equipamento de prédios destinados a escolas de ensino primário e médio e o Fundo de Construção da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" para atender ao custeio da construção e equipamento das respectivas escolas e institutos de ensino superior.

O Fundo de Construção da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" teria sua aplicação orientada e controlada por um Conselho presidido pelo Reitor da Universidade de São Paulo.

PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO – Distribuição Setorial dos Investimentos (Em milhões de cruzeiros)					
SETORES	TOTAL	1959	1960	1961	1962
I- Investimentos para a melhoria das condições do Homem	30.725	2.777	7.904	9.206	10.838
II- Investimentos de infra-estrutura	41.954	4.654	10.545	11.962	14.793
III- Investimentos para expansão agrícola e industrial	27.221	1.301	6.483	9.379	10.058
TOTAL	100.000	*8.832	24.932	30.547	35.689

*Compreende participação no aumento de Capital do Banco do Estado de São Paulo S.A.
Fonte: I Plano de Ação 1959-1963. p.11

No Setor *Investimentos para a melhoria das condições do Homem*, subdividido em quatro itens, o item A - *Educação, Cultura e Pesquisa* era o melhor dotado em recursos, conforme tabela abaixo.

No detalhamento dos objetivos de cada um dos itens, era proposto para a Educação, Cultura e Pesquisa, no que concernia ao ensino superior:

- Instalar, definitivamente, a Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", transferindo até 1962, com instalações modernas e adequadas, todas as Faculdades e Institutos que nela devam se localizar;

²⁸ Quando terminou o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), a inflação estava em 40% ao ano (*Folha de São Paulo*, 25/03/2003).

- Equipar e realizar obras em estabelecimentos da Universidade de São Paulo que permanecerão fora da Cidade Universitária²⁹;
- Construir e equipar institutos isolados da rede Estadual de Ensino Superior existente;
- Constituir uma Fundação incumbida de administrar os recursos orçamentários previstos pelo art. 123 da Constituição Estadual, destinados à investigação técnica e científica.

A - EDUCAÇÃO, CULTURA E PESQUISA* (Em milhões de cruzeiros)					
DISCRIMINAÇÃO	Total	1959	1960	1961	1962
1. Ensino Primário	4.155	255	1.200	1.300	1.400
2. Ensino Secundário e Normal	2.429	-	829	800	800
3. Ensino Profissional	952	178	403	241	130
4. Cidade Universitária	1.500	150	400	450	500
5. Outros Institutos e Faculdades da USP	550	126	124	150	150
6. Faculdades isoladas	640	106	165	178	191
7. Estímulo à Cultura	100	8	27	30	35
Total a Preços de 1959	10.326	823	3.148	3.149	3.206
Total inflacionado **	14.681	823	3.777	4.535	5.546

Em relação à pesquisa³⁰, além destes recursos, o Governo estudava a regulamentação do Artigo 123 da Constituição Estadual que seria objeto de um Projeto de Lei a ser enviado à Assembléia Legislativa.

** Adotou-se a taxa de inflação cumulativa de 20% ao ano nos programas em que predominavam as construções civis e a taxa de 12% ao ano nos demais.

Fonte: I Plano de Ação 1959-1963, p.54 / grifos nossos.

Os recursos destinados às obras da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" no período 1955-58 foram de 210 milhões de cruzeiros e o Plano de Ação destinava 1.500 milhões de cruzeiros para 1959-62, o que significava um aumento considerável no segundo período, ao menos numericamente, pois seria necessário deflacionar os valores para compará-los na mesma base.

Uma tabela com o resumo dos investimentos na Cidade Universitária através do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto foi apresentada na publicação *América Magazine* número 2, de 1962, a qual transcrevemos a seguir.

²⁹ Neste item e no seguinte dois aspectos da política do Governo Estadual para o ensino superior: a definição que estabelecimentos da Universidade permaneceriam fora da Cidade Universitária (embora não os discriminasse; estes estabelecimentos ficariam com 20% do total para a educação superior) e a manutenção de institutos isolados na rede estadual de ensino superior, conforme a tradição brasileira, ao invés de integrá-los em universidade (a eles caberiam 24% do total destinado à educação superior).

³⁰ Quanto à pesquisa, foi criada a FAPESP no governo Carvalho Pinto, tendo iniciado suas atividades em 1962, quando foram aprovados os estatutos.

INVESTIMENTOS NA CIDADE UNIVERSITÁRIA ATRAVÉS DO PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO CARVALHO PINTO (Em milhares de cruzeiros)						
Anos	1959	1960	1961	1962	Totais	Execução Previsão
Previsão	150.000	400.000	450.000	500.000	1.500.000	100%
Execução	97.800	375.000	1.050.000	1.650.000	3.172.800	212%

Fonte: *América Magazine* número 2, de 1962

Como se vê, no período de 1959 a 1962 houve disponibilidade de verbas de uma ordem de grandeza nunca vista para a construção da Cidade Universitária, e inclusive foram reajustados conforme a inflação.

Em seu discurso de posse na Reitoria da Universidade de São Paulo, em 16 de maio de 1960, Antônio Barros de Ulhôa Cintra colocava entre as prioridades de sua gestão a construção da Cidade Universitária, pois seria este o local para a integração e a convivência universitárias, conforme se observa nos seguintes trechos:

"No mundo moderno, com a procura em praticamente todos os ramos da biologia, dos processos bioquímicos e físicos da vida, as barreiras se quebram e as disciplinas se unem. Ciências fundamentais para genética, biologia geral, medicina, veterinária, agronomia são as mesmas. Matemática, física e química passaram a constituir o tripé sobre o qual repousa o crescimento de qualquer ramo especializado do conhecimento científico.

Os instrumentos de trabalho, o equipamento científico, os métodos de estudo são os mesmos em ciência de designação diversa. A obrigatoriedade de intercâmbio e de trabalho comum é uma lei a que a Universidade de São Paulo não poderia fugir. Foi uma fortuna para ela que seus fundadores tivessem compreendido, desde sua origem, a indispensabilidade de um elo unificador, e criado, ao mesmo tempo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Admirável concepção da unidade universitária e do espírito universitário se completou com a criação da Cidade Universitária. Dá-se, assim, à unidade, uma existência orgânica e concreta. Somente a coexistência, no espírito e no espaço de estudantes e professores, de homens de ciência, de filosofia e de arte, poderá produzir a verdadeira vida universitária, com suas ilimitadas decorrências.

Equipamento material para as disciplinas básicas, estímulo de toda ordem para a formação de cientistas e pessoal técnico, apoio ininterrupto para as pesquisas científicas, complementação da Cidade Universitária, deverão ser absoluta prioridade nesta gestão".

(*apud* América Magazine, nº 2, 1962 (grifos nossos).

Transcorridos os quatro anos do Plano de Ação, um texto do Reitor Ulhôa Cintra abre o *Relatório Geral 1959-1962 do Fundo para Construção da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira"* de janeiro de 1963, que fazia um balanço das realizações neste período. O Reitor menciona a colaboração de professores e assistentes das Faculdades e Escolas da Universidade de São Paulo que criou "as condições propícias para o planejamento e a construção da Cidade Universitária e para a profunda reforma de sua estrutura, consubstanciada nos novos estatutos da Universidade".

E ainda neste texto de Ulhôa Cintra:

"Os vários ramos da ciência encontram os seus sustentáculos nas ciências fundamentais, a matemática, a física, a química e a biologia. Os limites que se pode atingir no domínio das ciências aplicadas dependem da profundidade de conhecimentos daquelas ciências básicas. Daí convergirem, hoje, para um campo comum, os interesses dos docentes das Faculdades de desígnios os mais variados.

O conhecimento científico derrubou fronteiras de disciplinas e mesmo de Faculdades. As aplicações tecnológicas dele decorrentes geraram a necessidade de especializações profundamente variadas e de treinamento adequado para a sua integral realização, criando novas e múltiplas profissões que cumpre às Universidades prover, atendendo à demanda [...] de progresso do País.

Em todo o mundo moderno ansia-se por reformas universitárias que possam fazer face ao desafio por ele mesmo gerado.

A Universidade de São Paulo, tendo de construir e de se reestruturar, agrupou, setorialmente, ramos de ciências básicas, integrando-as fisicamente e criando as condições para a complementação funcional recíproca, no trabalho científico, e, por outro lado, preparou-se para a diversificação profissional e tecnológica, abrindo as portas, através de dispositivos estatutários, para todas as modalidades de ensino científico, profissional e técnico.

Algo de ciência para os humanistas, algo de humanismo para cientistas e contato com a arte contemporânea, encontram suas perspectivas na vida planejada na nossa Cidade Universitária" (grifos nossos).

O Diretor Executivo do Fundo para Construção da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", Arquiteto Paulo de Camargo e Almeida, dirigindo-se nesse mesmo *Relatório Geral 1959-1962* ao Reitor, registrou os objetivos da reformulação da estrutura da Universidade pelo planejamento:

- [atender] ao imperativo do vertiginoso desenvolvimento brasileiro.
- à demanda dos professores nas pesquisas efetuadas.
- ao apelo unísono da juventude.
- à necessidade de procurar uma solução para o problema de 70% da juventude que, anualmente, não conseguindo atingir a Universidade, permanece desarvorada, sem profissão definida.
- a possibilidade de fazer da Cidade Universitária o maior Centro Cultural de São Paulo, permitindo conseqüentemente dar condições à Universidade de preparar homens capazes de preencher os quadros políticos da Nação."

Almeida nessa oportunidade menciona o trecho do discurso de posse do Reitor Ulhôa Cintra em que é comentado que sob designações diversas encontram-se instrumentos, equipamento e métodos iguais, para concluir que essa afirmação do reitor se confirmara por pesquisas efetuadas na maioria das cátedras e disciplinas das diferentes instituições universitárias e traduzidas nos organogramas executados pelo Professor Savério A. F. Orlandi. Ou seja, havia duplicidade de meios na Universidade.

169

Almeida lembra que até pouco tempo atrás no Brasil só havia faculdades de Direito, Medicina e Engenharia e que absorviam outras atribuições como Sociologia e Política, Ciência e Tecnologia. As universidades foram criadas da fusão dessas escolas existentes e com a criação de outras faculdades oriundas daquelas, como Medicina Veterinária, Farmácia e Odontologia, Ciências Econômicas e Administrativas e Arquitetura, acrescidas posteriormente das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras³¹.

"A criação das universidades com os seus institutos, antigos e novos, totalmente eqüidistantes uns dos outros, a maioria deles com as suas estruturas já enraizadas, dificilmente permitiriam uma integração.

Por outro lado, o desenvolvimento técnico-científico da nossa época, parecia demonstrar como indispensável e primordial, acentuar-se a formação técnica e científica, no Brasil, ainda apenas admitidas no campo da engenharia e da medicina."

Segundo Almeida, a luta mundial pelo domínio da ciência e da técnica levou a uma formação universitária incompleta, com o abandono total dos ensinamentos de cultura geral à juventude e por outro lado esquecendo-se que a técnica e a ciência podem e devem ser ministradas numa série imensa de campos profissionais, não sendo mais apenas especialização das Escolas de Engenharia e Medicina.

Ainda segundo Almeida, "A falta de um elo unificador nas Universidades é um fato inconteste, tanto assim que a UNESCO vem promovendo a partir de 1960 uma série de conferências mundiais sobre o assunto, tais como:

'L'université et la formation des cadres de la vie publique';

'Le dialogue des sciences et des humanités dans l'enseignement supérieur d'aujourd'hui';

³¹ Almeida toma como base para seu comentário outras universidades brasileiras, como a Universidade do Brasil, no que se refere ao acréscimo posterior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

'Le rôle des universités.'

A própria formação de Academias de Ciências, instituições complementares das Universidades, traduziriam o objetivo de tentar a unificação na pós-graduação, no campo da pesquisa, segundo Almeida. Era o que se processava, prosseguindo sua argumentação, nos Estados Unidos, na União Soviética e na França [Paulo de Camargo e Almeida estivera visitando várias instituições européias de ensino superior, como o Centro de Matemática-Física-Química em Orsay e a Universidade de Bochum, Alemanha].

"As Universidades, principalmente européias, na impossibilidade de reformularem-se no complexo urbano, face ao desenvolvimento, buscam a integração na descentralização, como é o caso de Giffe e Orsay. [...]

As cidades universitárias, quer estrangeiras, quer brasileiras, foram concebidas sempre, apenas sob o aspecto de uma simples transposição de instituição, para um determinado local, sem qualquer sentido de integração e de reformulação. [...]

Torna-se indispensável incentivar de forma decisiva a formação de profissionais das mais diferentes especializações [para atendimento ao desenvolvimento brasileiro] [...] Contudo, não será criando-se apenas escolas isoladas desta ou daquela ciência, desta ou daquela tecnologia, que se formará o profissional qualificado de que necessitamos.

[...] O desenvolvimento atingindo a própria estrutura das escolas consideradas isoladamente, leva-as permanentemente a introduzir novas disciplinas complementares, de economia, de sociologia e de direito, etc., numa tentativa de sanar em suas próprias casas as deficiências que se vão verificando.

Na própria Alemanha Ocidental, cerne da mentalidade tecnológica, encontramos em organização uma nova universidade, a 'Bochum e Dortmund' integrando na formação tecnológica e científica, as instituições de humanidades e sociologia" (grifos nossos).

Paulo de Camargo e Almeida finaliza dessa forma sua explanação sobre a integração universitária:

"Acreditamos que na verdadeira integração universitária, deveríamos conceituar os meios de desenvolver, entre todos os estudantes, o respeito aos valores humanos e da noção de solidariedade entre os homens³², e em particular inculcarmos nos estudantes de ciência e de técnica o gosto pelas humanidades e certos conhecimentos nesse domínio e aos que se consagram às humanidades, um certo conhecimento dos problemas e métodos da ciência e da técnica.

A formação universitária deve visar o atendimento aos interesses da coletividade, e não pode se ater aos isolacionismos formativos.

A vida em comum, de estudantes de ciências, de tecnologia e de humanidades, deverá conduzir a verdadeiras transfusões de conhecimento. [...]

O contato individual e social, entre professores e estudantes das diversas faculdades, forçosamente determinará a valorização dos homens de valor e o seu aproveitamento em benefício da coletividade universitária, permitindo inclusive que se elimine um dos graves inconvenientes atualmente existentes, ou seja a completa falta de contato entre os professores entre si, entre professores e estudantes e entre estes, o que inclusive vem motivando uma série de incompreensões nos meios universitários".

A respeito do modelo da integração universitária total, muito difícil na prática, que foi substituído pelo da integração setorial, Almeida comenta:

"A vagarosa transformação da Universidade de São Paulo decorrente de um complexo de fatores, de um simples elenco de Faculdades agrupadas sob a formal designação 'Universidade', na Cidade Universitária, tende de forma irreversível a adquirir uma efetiva personalidade de conjunto, a qual, embora persistam as células componentes do todo, ajustam-se elas em função da unidade maior, com melhor proveito para toda a comunidade universitária.

A simples aproximação física no "campus" da Cidade Universitária, redobra os contatos, valoriza a cooperação, desenvolve a tendência ao intercâmbio e ajustando-se setorialmente as atividades afins, resultantes

³² Paulo de Camargo e Almeida cita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1961, que em seu Título I, artigo 1º, define os fins da Educação.

das análises efetuadas junto aos professores das diversas faculdades, tornando-se possível o entrosamento no esforço comum de pesquisa, de docência e de estudo.

A efetivação do planejamento setorial, que se processa na Cidade Universitária em ritmo acelerado, afirmará uma filosofia de Universidade, embasada que está em concepção que valoriza e releva a permuta de esforços, trabalhos e conclusões entre professores e alunos dos diversos Institutos" (*Relatório Geral 1959-1962*, F.C.C.U.A.S.O., 1963, grifos nossos).

O que se buscava neste esforço de construir a Cidade Universitária era que o planejamento físico expressasse o modelo acadêmico. Ambos se resolveriam setorialmente.

A Lei federal nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estava prevista na Constituição de 1946, tardando quinze anos para ser promulgada. Por volta de 1957, quando o projeto de lei completava dez anos adormecido nas comissões da Câmara dos Deputados, Anísio Teixeira (juntamente com outros dois educadores) foi solicitado a colaborar na sua atualização.

Anísio Teixeira resumiu as grandes linhas mestras do projeto de lei: toda a educação brasileira, em todos os seus níveis e ramos, teria diretrizes e bases comuns, constituindo um sistema contínuo, diversificado e uno, a ser executado por particulares e pelos poderes públicos, sob a administração dos Estados e a supervisão discreta, mas eficaz, do governo federal. A União estaria legislando sobre educação, sem o propósito de impor modelos rígidos a todo o país. Respeitava, assim, o espírito descentralizador da Constituição de 1946³³.

O texto legal que foi aprovado não era exatamente o que propusera Anísio Teixeira, mas o caráter descentralizador foi mantido.

Algumas determinações para o ensino superior na Lei de Diretrizes e Bases de 1961:

- O ensino superior seria ministrado em estabelecimentos, agrupados ou não em universidades, com a cooperação de institutos de pesquisa e centros de treinamento profissional (artigo 67);
- O ensino nas universidades seria ministrado nos estabelecimentos e nos órgãos complementares³⁴, podendo o aluno inscrever-se em disciplina lecionada em cursos diversos se houvesse compatibilidade de horários e não se verificasse inconveniente didático a juízo da autoridade escolar; o estabelecimento das condições de equivalência entre os estudos feitos nos diferentes cursos seria de competência do Conselho Universitário (artigo 79, parágrafos 4º e 5º).

O espírito que parece nortear estas disposições da Lei de 1961 é o de fazer do aluno o elemento da integração universitária. O modelo da Lei de Diretrizes e Bases de 1961 associa ensino e pesquisa e é semelhante ao da concepção da Universidade de Brasília, tendo em comum as idéias de Anísio Teixeira.

O teor do artigo 79 da Lei de Diretrizes e Bases de 1961 é similar ao do artigo 110 dos Estatutos da USP de 1934, possibilitando a eleição pelo aluno do curso onde assistiria uma dada disciplina (facilitando a existência de cursos básicos). Os Estatutos de 1934 sugeriam a extinção gradual das disciplinas em duplicidade, à medida que vagasse alguma cadeira, o que não é mencionado na Lei de 1961.

A Lei de Diretrizes e Bases de 1961, em seu artigo 80, determinava que as universidades gozariam de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, que seria exercida na forma de seus estatutos. Estendia assim às demais universidades o que fora concedido à Universidade do Brasil em 1945.

A mesma Lei federal nº 4.024, conferiu aos Estados que durante cinco anos mantivessem universidade própria com funcionamento regular as atribuições de decidir sobre o reconhecimento das mesmas, mediante a

³³ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1958 e *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1958, ambos no site Prossiga / CNPq.

³⁴ Na Lei de 1961 esta expressão parece ter a ver com as "Unidades Complementares" (que ministrariam cursos de formação profissional, de aperfeiçoamento, de especialização e de extensão cultural) previstas no modelo da Universidade de Brasília e não com o termo "Instituições Complementares" utilizado na USP (instituições alheias à Universidade, vinculadas através de convênio).

aprovação de seus estatutos. Reconhecida a Universidade de São Paulo já era há muito. Porém este dispositivo permitiu aprovar, no âmbito estadual, estatutos diferenciados para a Universidade paulista.

O governador Carvalho Pinto, tendo em vista o que dispunha a lei 4.024, aprovou os novos estatutos da USP através do decreto estadual nº 40.346, de 7 de julho de 1962.

Conforme o artigo segundo destes novos estatutos, constituíam o sistema universitário dois tipos de instituições: as Instituições universitárias e as Instituições complementares³⁵. As instituições universitárias compreendiam os Estabelecimentos de ensino superior; os Institutos universitários e os Institutos anexos. Seguiu uma lista de cada categoria; os Estabelecimentos de ensino superior eram quatorze e as alterações em relação à situação de 1956 eram a separação da Faculdade de Farmácia e Odontologia em Faculdade de Farmácia e Bioquímica e Faculdade de Odontologia (que deveria se efetivar, segundo o mesmo Estatuto, em 15 de dezembro de 1962) e a inclusão da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Bauru.

Os Institutos universitários criados eram: Instituto de Pesquisas Matemáticas, Instituto de Química, Instituto de Física, Instituto de Geologia, Instituto de Biologia, Instituto de Ciências Sociais, Instituto de Estudos Brasileiros, Instituto de Geografia, Instituto das Artes (em dezembro do mesmo ano de 1962, através do decreto estadual 41.222, foram também criados o Instituto de Pré-História e o Instituto de Biologia Marinha)³⁶.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ficou bastante reduzida com a aprovação destes novos estatutos da Universidade de São Paulo. Além de não existir mais o *Modelo Paulista*, até mesmo seu símbolo maior, a FFCL, estava descaracterizado (o artigo 5º dos Estatutos de 1962 não deixava dúvidas ao estabelecer que estes Institutos teriam administração própria, supervisionada pela Reitoria³⁷).

Os Estatutos de 1962 alteravam o sistema de Ensino na Universidade, antes baseado em cátedras, para um sistema de transição, em que eram criados Departamentos, mas ainda se mantinham as cátedras. O artigo 61 destes Estatutos estabeleceu que cátedras e disciplinas autônomas, afins, de diversos Estabelecimentos de ensino superior, por proposta das respectivas Congregações, poderiam constituir-se em Departamentos, nos Institutos Universitários. O alcance deste artigo seria a integração universitária nos Institutos, eliminando-se a auto-suficiência curricular dos Estabelecimentos de ensino superior e a duplicidade de disciplinas.

Os cursos possíveis para serem ministrados nas Instituições universitárias passaram a ser: normais de graduação; de pós-graduação; equiparados, ou seja, cursos de graduação a cargo de docentes livres; cursos de disciplinas básicas do ensino superior; de especializações; de aperfeiçoamento; livres; e cursos de extensão universitária.

Os cursos de disciplinas básicas do ensino superior, abertos à matrícula de candidatos que houvessem concluído o ciclo colegial ou equivalente, e classificados em concurso de habilitação, seriam destinados a ministrar conhecimentos fundamentais relativos aos diversos ramos da cultura. Estes cursos poderiam ser ministrados pelos que obtivessem autorização ou fossem designados pelo Conselho Técnico-Administrativo dos Estabelecimentos de ensino ou pelos Conselhos dos Institutos (pelo artigo 69 dos Estatutos percebe-se que haveria um Conselho em cada Instituto), e, nas Instituições Complementares, pelo Conselho Universitário.

O artigo 70 possibilitava aos Estabelecimentos de ensino superior subdividir os cursos normais de graduação em cursos fundamental e diversificados de graduação.

Os Estatutos da USP de 1962 refletiam algumas das questões da conjuntura política brasileira do início da década de sessenta, ao diluir a concentração de poder nos professores catedráticos, inserindo representantes de

³⁵ As Instituições complementares eram alheias à administração da Universidade de São Paulo, mantendo colaboração de natureza científica, técnica, didática e cultural com a Universidade através de convênios.

³⁶ Os demais Institutos universitários eram: Instituto Astronômico e Geofísico e Instituto Oceanográfico.

³⁷ Somente a Geografia acabou permanecendo na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como Departamento.

outros segmentos da comunidade universitária em órgãos deliberativos, e ao mencionar a função social do estudante na sociedade. Os Estatutos de 1962 criaram o Diretório Central dos Estudantes – DCE e a Assembléia Universitária.

A Assembléia Universitária, que seria constituída por todo o corpo docente da Universidade, não tinha suas funções definidas nos estatutos, devendo se reunir em início e encerramento dos cursos da Universidade, e para entrega do título de doutor “honoris causa” ou quando especialmente convocada pelo Reitor.

O DCE seria constituído por sua diretoria e por dois representantes de cada uma das associações escolares dos Estabelecimentos de ensino e dos Institutos universitários. Os objetivos do DCE eram bem explicitados e iam de “congregar e representar os alunos da Universidade de São Paulo, defendendo seus interesses gerais”, “coordenar as atividades das associações escolares, respeitada a autonomia das mesmas” e “representar, pelo seu presidente e pelo delegado do Conselho de Representantes, o corpo discente no Conselho Universitário” à promoção de solenidades acadêmicas e reuniões sociais, à organização de atividades esportivas e ao incentivo à divulgação e discussão de assuntos culturais e científicos, “visando dar ao estudante plena consciência da sua função dentro da sociedade” (grifos nossos).

O DCE foi constituído como uma instituição de integração universitária, pois coordenaria as atividades das associações (grêmios) das escolas da Universidade. A questão da convivência universitária era complementada por uma visão mais abrangente, na qual além do horizonte da própria comunidade acadêmica existia a sociedade como um todo.

Segundo Paulo Camargo e Almeida, o Fundo para Construção da Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira” adotou as seguintes iniciativas para pesquisar subsídios necessários à adequação do plano da Cidade Universitária, definição dos setores e dos novos edifícios: o contato direto com professores, diretores e alunos de Escolas da Universidade, palestras e conferências nas congregações e centros acadêmicos e o conhecimento direto dos trabalhos de laboratórios de ciências ou de técnicas. Outros contatos diretos foram os havidos com o Reitor, presidente do Conselho do Fundo para Construção e com os membros desse Conselho.

173

Paulo Camargo e Almeida cita também a sua viagem a diversos centros universitários europeus, que teria acentuado a convicção do acerto do planejamento para a Cidade Universitária da USP, e especialmente o contato com o Professor Luiz Romeiro de Anhaia Mello, diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, que teria desempenhado o papel de consultor.

Com os dados e análises foi feito o agrupamento por setor, de acordo com as finalidades didáticas e científicas, aproximando ou afastando atividades dependendo de sua afinidade e não agrupando-as especificamente por faculdades.

Os grandes agrupamentos setoriais de humanidades, de química, de física, de biologia, de tecnologia possibilitariam colocar à disposição dos estudiosos as facilidades institucionais e materiais que facilitariam o trabalho em equipe, chave das conquistas científicas, ainda segundo Almeida³⁸.

Para projetar os setores da Cidade Universitária foram convidados diversos grupos de arquitetos, alguns de relações antigas com Paulo de Camargo e Almeida (1906–1973)³⁹. Arquiteto carioca formado em 1925 na Escola

³⁸ Os setores eram: Setor 1 – Químicas; Setor 2 – Tecnológico; Setor 3 – Ciências Humanas e Sociais; Setor 4 – Eletrotécnica / Oceanográfico; Setor 5 – Conjunto esportivo; Setor 6 – Centro de Vivência; Setor 7 – Biologia; Setor 8 – Física; Setor 9 – Escola de Polícia (convênio); Setor 10 – Instituto Butantã (convênio); Setor 11 – Reator, Setores 12 – 13 – 14 – Áreas reservadas; Setor 15 – Estação Abaixadora de Tensão; Setor 16 – Pedagógico; Setor 17 – Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

³⁹ Paulo de Camargo e Almeida teve uma expressiva vida profissional: dentre outras atividades foi professor auxiliar de Atilio Correa Lima na Escola Nacional de Belas Artes, participando em 1937 com esse seu colega de turma e com Renato Mesquita dos Santos do concurso para Estação Central do Aeroporto Santos Dumont (segundo lugar); participou como arquiteto colaborador a partir de 1934 da Reforma do Sistema de Instrução Pública da cidade do Rio de Janeiro, liderada pelo educador Anísio Teixeira, na época Secretário da Educação, quando foram construídas 25 novas escolas no período de 1932-5 (Cerávolo, 2000).

Nacional de Belas Artes, filiado ao Partido Comunista Brasileiro, Almeida mudou-se para São Paulo em 1958 com 52 anos de idade, depois de contratado no ano anterior para trabalhar na Comissão do Plano da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" (Cerávolo, 2000).

00 1956?
Concurso Brasília

Em 1940, no V Congresso Pan-americano de Arquitetos em Montevideo, Almeida conheceu o arquiteto paulista Eduardo Kneese de Mello, que vem a ser em 1943 o primeiro presidente do Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil durante a sua gestão como presidente nacional do IAB (as duas gestões de Almeida se deram nos períodos 1942-4 e 1944-6).

Em 26 de janeiro de 1945 Paulo de Camargo e Almeida presidiu, na qualidade de presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, a sessão inaugural do 1º Congresso Brasileiro de Arquitetos realizada na Biblioteca Municipal de São Paulo (Acrópole 81, 1945).

Em 1957 Paulo Camargo de Almeida participou do concurso nacional para escolha do Plano Piloto de Brasília, em equipe com os arquitetos João Batista Vilanova Artigas e Carlos Cascardi e o sociólogo Mário Wagner Vieira da Cunha (5º lugar, juntamente com outras duas equipes). Do concurso de Brasília participaram outros arquitetos de São Paulo, que depois vieram a realizar projetos para a Cidade Universitária: Rino Levi (3º lugar, juntamente com outro projeto), Jorge Wilhelm, Carlos Millan, Joaquim Guedes⁴⁰, Pedro Paulo de Melo Saraiva.

Alguns arquitetos, como Rino Levi e Ícaro de Castro Mello, que haviam participado de projetos não construídos na Cidade Universitária, são chamados novamente a participar (no caso de Rino Levi, o convite seria feito a seu associado Roberto Cerqueira César). Porém na maioria é uma nova geração de arquitetos que vai participar dessa vez, toda ela adepta da Arquitetura Moderna, alguns professores da Faculdade de Arquitetura da USP. Almeida era professor da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo desde 1958.

174

Paulo de Camargo e Almeida menciona a cooperação dos arquitetos e engenheiros que projetaram os diversos conjuntos da Cidade Universitária:

"Em um dos primeiros relatórios que enviamos a Vossa Excelência e demais membros do Conselho de Administração [Almeida dirige-se ao Reitor, que era o Presidente desse Conselho de Administração do Fundo para Construção da C.U.A.S.O.], condenando a individualização desta grande obra quanto aos seus aspectos arquitetônicos, propusemos a contratação dos diversos projetos aos profissionais de São Paulo. Assim o fizemos e em tempo hábil concluímos a quase totalidade do planejamento e na certeza de transformar-se a Cidade Universitária demonstração marcante do estágio de desenvolvimento da arquitetura e da engenharia da nossa Pátria, inclusive no sentido pioneiro de técnica construtiva, como nos casos do Laboratório de Hidráulica, do Bloco A da Escola Politécnica e do Conjunto Residencial" (*Relatório Geral 1959-1962*, F.C.C.U.A.S.O., 1963).

Matéria publicada no jornal "O Estado de São Paulo" de 31 de dezembro de 1960 sob o título "Arquitetos estudam a reorganização da Cidade Universitária da USP" reproduzia na íntegra um relatório do Arquiteto Paulo de Camargo e Almeida ao Reitor sobre os projetos para a Cidade Universitária. São desse relatório os seguintes trechos:

"O desenvolvimento dos nossos trabalhos de organogramas e de pesquisas de informações relativas aos dados fundamentais, necessários e indispensáveis ao planejamento das Faculdades e Institutos a transferirem-

⁴⁰ A carreira acadêmica de Joaquim Guedes repartiu-se entre o Brasil e a França. Formado (1954) e doutorado (em planejamento urbano, 1972) pela FAU/USP, foi professor assistente, livre docente e professor titular na mesma escola. Na década de 70, marcou presença no Instituto de Arquitetura e Urbanismo de Estrasburgo, onde foi diretor pedagógico (1970/71) e professor associado (1970/73). Recém-formado, fundou escritório de arquitetura com Carlos Millan e Lilians Guedes (1955/60). Desde 1965, mantém o escritório Joaquim Guedes e Associados, definido por ele como "uma cooperativa de trabalho" que realizou cerca de 500 projetos de arquitetura e urbanismo. Autor de projetos de cidades - Nova Marabá (1973) e Nova Barcarena (1979), no Pará, e Nova Caraliba (1976), na Bahia, entre outras e de edifícios - residência Cunha Lima (1958), conjunto da Cohab em Campinas, SP (1974), Fórum de Itapira (1959) e participou, como convidado, do concurso de Bicocca (1986), em Milão, Itália, para revitalização da área do antigo parque industrial da Pirelli (PROJETODESIGN n° 250, dez. 2000).

se para o 'Campus' da Cidade Universitária 'Armando de Salles Oliveira' permite-nos, a partir do presente momento, enfrentar a fase de projetá-los [...]

Parece-me assim, aconselhável e possível um ataque geral às obras, procurando-se transferir integralmente as diversas Faculdades para o 'Campus', dentro do período 1961 a 1962. Se mantivermos os princípios que vimos até agora respeitando, de eliminação do supérfluo e de real aproveitamento das disponibilidades de áreas de construção, com a supressão, ou melhor, unificação de muitas obras, as nossas possibilidades financeiras permitirão que alcancemos [...] tornar uma realidade a Cidade Universitária 'Armando de Salles Oliveira'.

Para atingirmos integralmente essa finalidade, torna-se absolutamente indispensável uma unidade de comando e de pensamento entre aqueles a quem forem entregues as tarefas de projetar os diversos Institutos de Ensino, sem o que transformaremos a Cidade Universitária numa colcha de retalhos, constituída de uma série de edifícios, interessantes talvez para serem contemplados individualmente, mas sem qualquer integração universitária e humana.

O perigo da entrega dos diversos projetos isoladamente a diversos arquitetos reside no fato apontado acima, e a fórmula capaz de integrar a classe dos arquitetos numa colaboração efetiva nesta grande obra seria, a meu ver, que os profissionais escolhidos pelo Conselho de Administração do Fundo aceitassem a tarefa com um profundo sentido de equipe e dentro de uma orientação bem definida em seus conceitos fundamentais e básicos.

Por outro lado, e aqui quero frisar, trata-se de uma opinião toda pessoal, a arquitetura contemporânea sofre internacionalmente, e muito em particular no Brasil, de um formalismo, de uma preocupação de excentricidade, e mesmo, porque não dizer, de tendência à originalidade e à grandeza, afastando-se de seus fundamentos técnicos e de relacionamento humano, indispensável a uma boa arquitetura.

Pensando assim, convoquei pessoalmente diversos arquitetos, para uma conversa preliminar de conceituação geral de nossos problemas e pensamentos, e com grande satisfação verifiquei a existência de uma perfeita identidade de sentir e de positivar as soluções em termos de um trabalho de equipe, sem eliminar o espírito criador dos arquitetos em seus trabalhos individuais, mas conceituando normas básicas do planejamento geral, que bem definam um rumo seguro à arquitetura contemporânea, objetivada de forma precisa na Cidade Universitária de São Paulo.

Teríamos, assim, a possibilidade de utilizar a grande obra da Universidade de São Paulo para uma definição de rumos, de bases e de fundamentos quanto ao processo evolutivo da arquitetura. [...]"

Paulo de Camargo e Almeida no mesmo relatório ao Reitor propôs a distribuição das tarefas de projeto aos profissionais que sugere serem contratados:

- a) Departamento de Mecânica da Escola Politécnica – Ernesto de Carvalho Mange;
- b) Seção de Letras da F.F.C.L. – Carlos Millan;
- c) Departamento de Geologia, Paleontologia e Mineralogia-Petrografia da F.F.C.L. – Pedro Paulo Saraiva;
- d) Departamento de Sociologia e Antropologia e Economia Política e História das Doutrinas da F.F.C.L. – Paulo Mendes da Rocha; *
- e) Seção de Filosofia da F.F.C.L. – Joaquim Guedes; *
- f) Urbanização do 'Core' – Hélio de Queiroz Duarte;
- g) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – João Vilanova Artigas;
- h) Instituto de Eletrotécnica – Fábio Penteado; *
- i) Habitações de Estudantes – Eduardo K. de Mello;
- j) Conjunto dos esportes competitivos – Icaro de Castro Mello e
- k) Estação Rodoviária – Roberto Cerqueira Cezar. *

O Departamento de Química da Escola Politécnica, o Conjunto das Químicas e o Laboratório de Hidráulica da Escola Politécnica seriam atribuição do Escritório Técnico do Fundo.

Paulo de Camargo e Almeida sugeria ainda no mesmo relatório outros profissionais para comporem o grupo de trabalho encarregado dos projetos para a Cidade Universitária: os engenheiros Augusto Carlos Vasconcellos, Eduardo Pessoa e José Carlos de Figueiredo Ferraz e para estudos e diretrizes paisagísticas o prof. Roberto Coelho Cardoso. O grupo de arquitetos e engenheiros, inclusive aqueles pertencentes ao Escritório Técnico do Fundo, deveriam reunir-se obrigatoriamente pelo menos uma vez por semana, conjuntamente com o Diretor Executivo do Fundo, nas dependências da F.A.U., e com a presença do prof. Luiz I. Romeiro de Anhaia Mello, representando o Conselho de Administração.

Segundo o arquiteto Eduardo Kneese de Meilo, em texto publicado em *O Espaço da USP*, "A equipe de arquitetos reuniu-se inúmeras vezes sob direção do professor Anhaia Mello, analisou os estudos elaborados por seus antecessores que atuavam sob as ordens do arquiteto Hélio de Queirós Duarte e fizeram algumas alterações. Em seguida os projetos das diversas áreas foram atribuídos àqueles arquitetos. Coube-me o Conjunto Residencial dos Estudantes, cujo número seria aproximadamente de dois mil⁴¹". (USP. Prefeitura, 1985, p. 57).

O Plano de 1961-63

O Plano de 1961- 63, desde sua primeira versão no ano de 1961, modificou a proposta de 1956 feita por Hélio Duarte, eliminando mais vias da área plana da Cidade Universitária e encurtando a avenida de ingresso e desviando-a para o sul. Por outro lado, o Plano de 1961 dobrou a secção de algumas das vias, criando um anel de vias com dupla pista e ilha ajardinada central circundando a área do setor esportivo e *core*.

Com a eliminação das vias que definiam o terreno triangular do Instituto do Professor Primário, foi possível ampliar a área destinada a equipamentos esportivos. Mas também se desistia da realização do restante do projeto de autoria de Alcides da Costa Miranda (na versão de 1963 deste Plano já se registra a construção do edifício da Escola de Aplicação, alterando o projeto original).

O traçado previsto para as vias da parte de topografia acidentada também foi bastante alterado; as modificações foram no sentido de possibilitar maior integração entre as áreas sudeste e sudoeste da Cidade Universitária e resgatavam dois trechos de vias do Plano de 1949-54 (atuais Rua do Lago, junto à Reserva Florestal e Av. Professor Lineu Prestes, trecho do espigão). Outra das modificações foi o prolongamento de uma via do Plano de 1956 até perto da área do Instituto de Eletrotécnica, constituindo a atual Rua do Matão. Desta forma, a Reserva Florestal ficou confinada entre duas vias. A avenida diagonal de planos anteriores, inclusive do Plano de 1956, teve um trecho suprimido para criar um setor destinado aos Institutos Anexos, ou seja, o Instituto Oceanográfico e o Instituto de Eletrotécnica.

No Plano de 1961 foi desenhada a primeira das grandes rotatórias características do traçado viário atual da Cidade Universitária, e junto a esta rotatória de entrada foi implantada a Escola de Polícia.

O Plano de 1961-63 definiu vários setores para a Cidade Universitária, destinando-os aos diferentes usos. Do primeiro setor, onde seria implantado o Conjunto das Químicas, ao último, destinado à Faculdade de Direito, seriam 18 setores. Avançava-se assim em relação ao estabelecido no Plano de 1956, que não chegou a indicar os locais de implantação das unidades universitárias. O Setor 10 correspondia ao Instituto Butantã, que também seria incluído no planejamento a cargo do Fundo de Construção.

O Setor 11 era o do Instituto de Energia Atômica, cuja área já não se limitava em 1961 ao círculo de 300 metros de raio cedido pela USP em comodato em 1956, mas incorporara mais 6 hectares em 1960 e ainda 15,7 hectares em junho de 1961 (atingindo quase 50 hectares), terminando por constituir uma barreira entre as áreas norte e sul da Cidade Universitária.

⁴¹ Hélio de Queirós Duarte havia estimado a capacidade da Cidade Universitária em 25.000 estudantes e propusera alojamento para cerca de 10% deste total, ou seja, para 2.500 alunos.

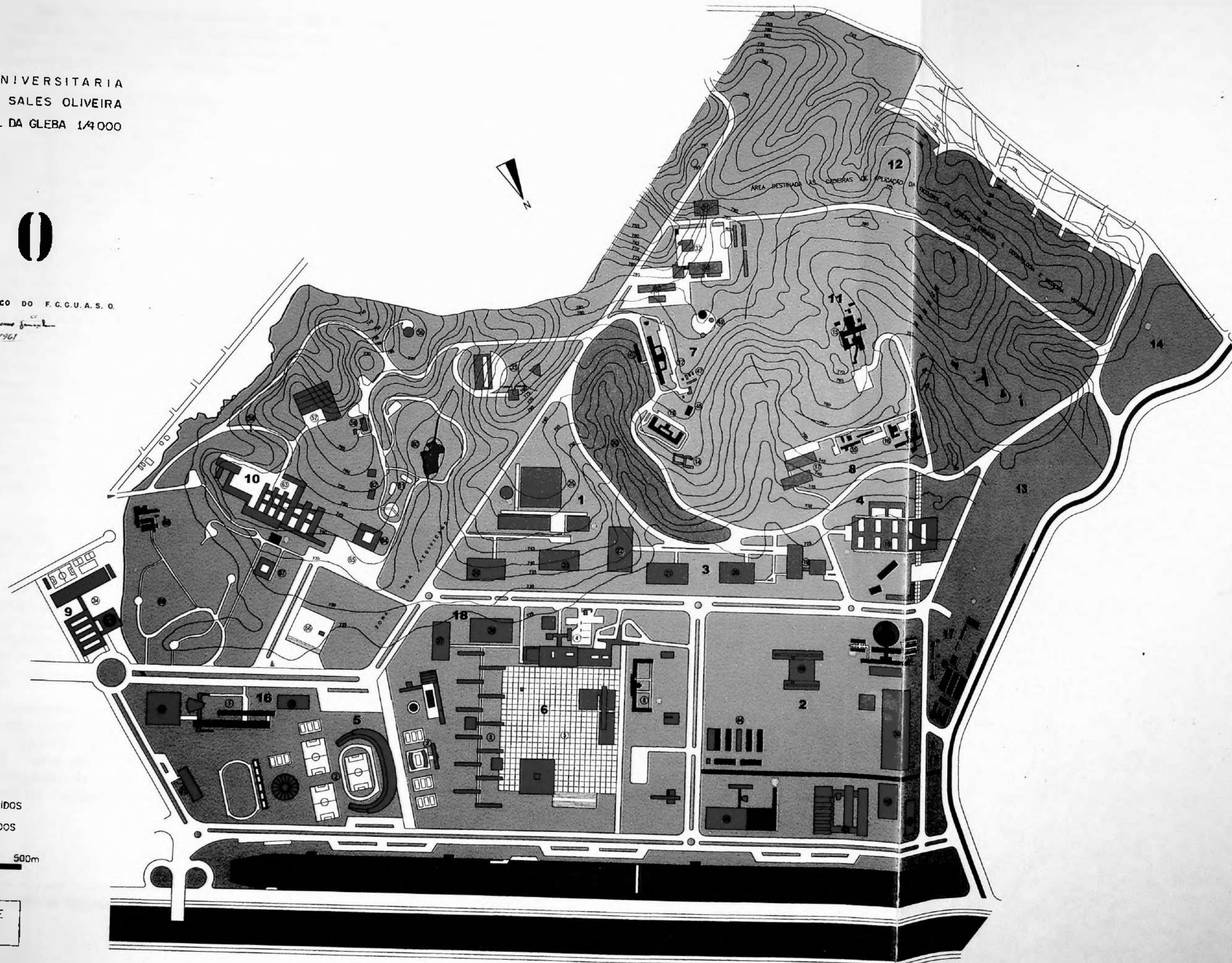
C U A S O

CIDADE UNIVERSITARIA
 ARMANDO DE SALES OLIVEIRA
 PLANTA GERAL DA GLEBA 1/4000



ESCRITÓRIO TÉCNICO DO F.C.C.U.A.S.O.

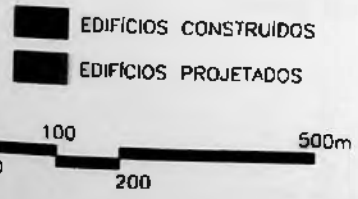
1961



Legenda da Planta CUASO 1961

- Sector 1**
Obras do Conjunto das Químicas
25. Conjunto das Químicas
- Sector 2**
Obras do Conjunto Politécnica
26. Departamento de Física e Matemática
38. Departamento de Química
40. Departamento de Geologia e Minas
41. Departamento de Metalurgia
42. Departamento de Mecânica
43. Laboratório de Hidráulica
44. Oficinas, almoxarifados e depósitos
45. Departamento de Eletricidade
- Sector 3**
Obras do Conjunto Ciências Humanas e Sociais
18. Matemática
20. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
21. Sociologia e Filosofia
22. Geologia, Paleontologia, Mineralogia e Petrografia
23. Letras
24. História e Geografia
- Sector 4**
Obras dos Institutos Anexos
17. Instituto de Oceanografia
18. Instituto de Eletrotécnica
- Sector 5**
Obras do Conjunto de Esportes
2. Campos dos esportes
28. Raia Olímpica (Remo)
31. Escola de Educação Física
- Sector 6**
Obras do Conjunto de Convivência Geral
3. Residências para Alunos
4. Comércio, Estação Rodoviária, Diversões
5. Centro Cívico-Cultural
6. Administração da Universidade
- Sector 7**
Obras do Setor Biológico
12. Botânica
13. Zoologia
14. Biotério
20. Reserva Florestal
32. Biblioteca
48. Salas de Aulas
47. Estufas
46. Centro Social
48. Caixa d'água e serviços
50. Fisiologia
51. Anatomia
52. Histologia
- Sector 8**
Obras do Setor Física
16. Van de Graaf
53. Física Teórica
54. Betatron
55. Alexandre Volta
- Sector 9**
Obras do Setor Escola de Polícia
34. Escola de Polícia
- Sector 10**
Obras do Setor Instituto Butantã
33. Pesquisa
56. Mirante
57. Biotérios
58. Controle
59. Restaurante
60. Play-ground
61. Cobris
62. Viveiros
63. Produção- Serviços
64. Museu
65. Praça Cívica
66. Monumento
67. Administração
68. Grupo Escolar
69. Parque Infantil - Habitação
- Sector 11**
Obras do Instituto de Energia Atômica
15. Reator Atômico
- Sector 12**
Obras do Setor de Ciências Médicas (Aplicação)
- Sector 13**
Obras do Setor de serviços de utilidade pública
- Sector 14**
Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R.
- Sector 15**
Sub-estação
- Sector 16**
Obras do Setor Pedagógica
1. Instituto do Professor Primário - I.P.P.
35. Pedagogia
36. I.B.E.C.
- Sector 17**
Instituto de Pesquisas Tecnológicas
- Sector 18**
Obras do Setor Ciências Econômicas e Jurídicas
37. Faculdade de Ciências Econômicas
38. Faculdade de Direito

Nota: não há menção aos números 7 a 11 e 27.



REPRODUÇÃO SOBRE
 IMAGEM DE 1961

Mas o que se destaca neste Plano de 1961 é a proposta do Setor 6 ou Conjunto de Convivência Geral⁴² (ai incluídos o *core*, o conjunto residencial estudantil e o Centro Social projetado por Rino Levi) e a proposta do Setor 3 – Conjunto das Ciências Humanas e Sociais, ou Setor das Humanas, onde ficaria grande parte da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

A elaboração do Plano para a Cidade Universitária (versão de 1961) foi descrita por um dos arquitetos que participou desta tarefa, Pedro Paulo de Melo Saraiva:

"Houve várias reuniões dos arquitetos envolvidos na revisão do Plano da Cidade Universitária (eram um grupo menor) no escritório de Carlos Millan. O Plano [de 1954] era extremamente acadêmico, cheio de erros, e a gente fez uma coisa mais de acordo com a topografia". "Depois entrou na Cidade Universitária o Hospital Universitário, entrou depois, não era do primeiro grupo. [...] Foi elaborado um plano de massas que foi dado como sugestão para o Paulo Camargo, e o Paulo colocou aquilo funcionando dentro da estrutura que ele tinha lá de planejamento..."

Paulo Mendes da Rocha, outro dos integrantes do grupo de arquitetos mencionado por Melo Saraiva, comentou o seguinte:

"Nós nos reunimos muito, para a questão do Plano Geral [da Cidade Universitária]. Reuníamos tanto na FAU, sob a direção do gentil diretor da época, Anhaia Mello, a ponto de dizer assim às quatro da tarde numa reunião lá: 'bem, mas seria interessante levar para o Reitor uma maquetinha amanhã' [...] Para encurtar a conversa, eu e o Carlos Millan passamos a noite em claro [...] fazendo a tal maquetinha, naturalmente de papelão, papel [...] pra chegar na reunião com o Reitor e por na mesa, uma maravilha, porque havia a parte do Rino Levi, para o centro de convívio social [...]. Do Rino Levi [em termos] porque ele fez depois, não estava fazendo ainda, era uma idéia nossa... essa sim era a parte mais coletiva do projeto: a praça central. É, depois até eu posso dizer com todo o respeito, o Rino Levi parcelou um pouco esse projeto, porque era mais consistente. Era a idéia de uma grande esplanada que saia do nível da avenida para o lado do rio, horizontal [...] Havia livrarias, cafés, etc. e duas torrezinhas não muito torres, que uma era hotel para professores visitantes, coisas assim...enfim, era a cidadela do lugar. [...] E em frente a uma parte desta longa esplanada, longa e estreita [...] havia o prédio que o Millan estava projetando que era a parte de Letras, não é? E você pode imaginar, pra adiante deste lugar, logo em frente, havia o teatro ao ar livre como anexo do teatro da Letras[...]. E a Biblioteca Central e tudo isso".

177

→ A versão final do Plano 1961-63 foi desenhada em agosto de 1962 e atualizada em 1963. Esta versão trazia a inscrição "Planejamento elaborado pelo Escritório Técnico Administrativo – Fundo para Construção da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira", o que não deixa dúvidas sobre sua autoria.

Nesta versão de 1963 há a proposta de duplicação da via que, subindo a colina, interligaria a parte plana com a área de morros da Cidade Universitária (atual avenida professor Lineu Prestes). Esta proposta equivaleria a uma nova versão da avenida diagonal, com duas diferenças: não atravessaria as áreas centrais da Cidade Universitária e ao invés de se conectar à Estrada de Itu, terminaria nas avenidas marginais projetadas para o ribeirão Jaguaré. Assim, estaria formado um grande anel de conexão com o entorno, que também seria integrado pela avenida ao longo da Raia Olímpica e sua paralela, a avenida Engenheiro Billings (Marginal de Pinheiros).

Comparando-se a versão de 1961 e a de 1963, é possível verificar a preocupação do Fundo de Construção em não deixar parte alguma da Cidade Universitária sem alguma destinação, principalmente nas áreas central e sul, para as quais o Plano de 1961 praticamente não definira ocupação. O Plano de 1963 propõe vários edifícios para o setor do Instituto de Energia Atômica, por exemplo. E também para setor 12, Ciências Médicas, nas proximidades da Estrada de Itu, com acesso direto para a área urbana: Hospital de Clínicas, Hospital Veterinário, Anestesia, Cirurgia, Patologia, e Clínicas.

⁴² Na versão de 1963 deste plano, o nome do setor foi alterado para Centro Cívico- Cultural e de Convivência Geral.

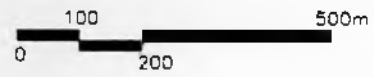
C U A S O

CIDADE UNIVERSITÁRIA
ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA
PLANTA GERAL 1:4 000

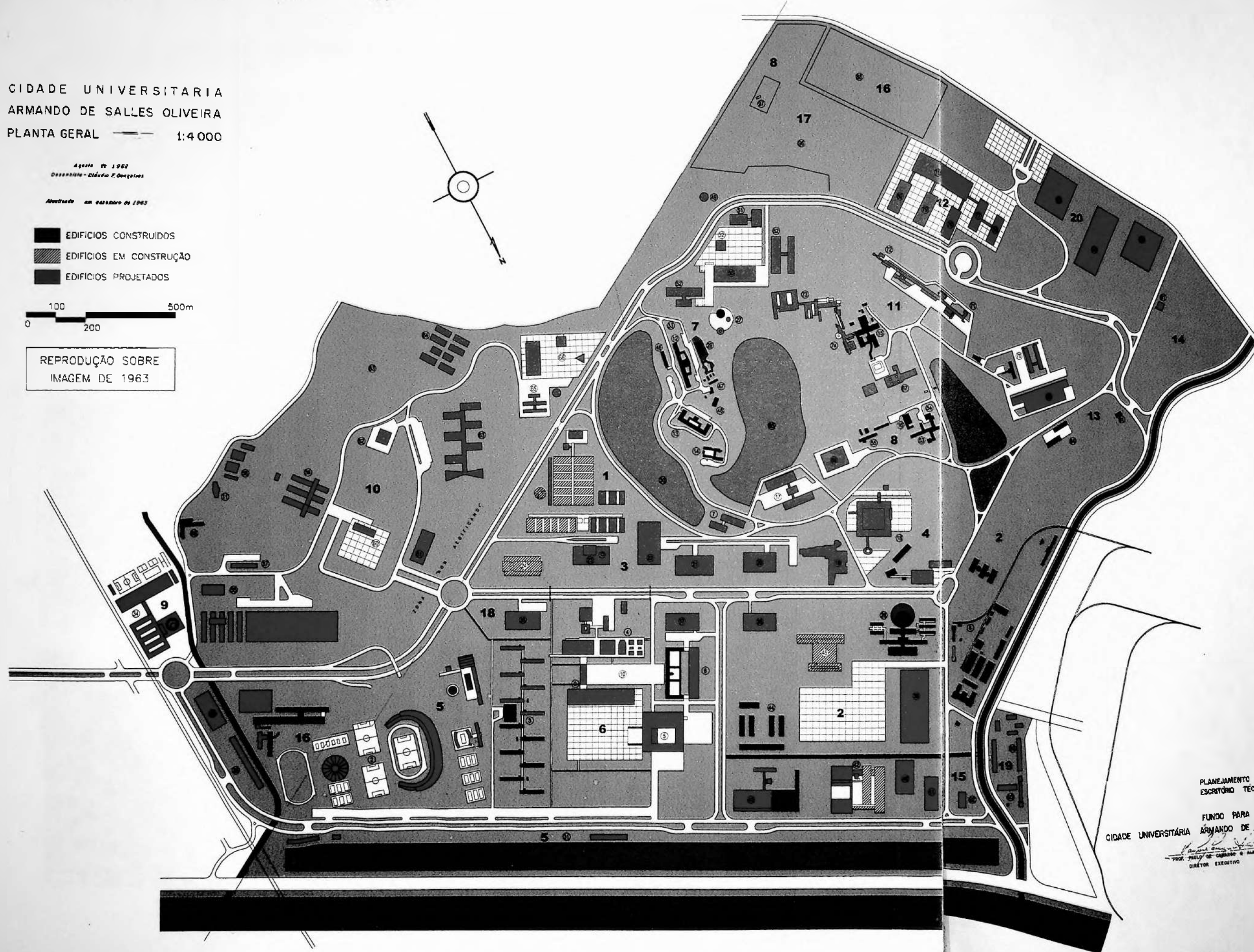
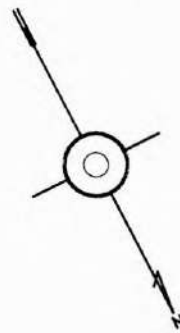
Avulso de 1962
Desenhado - Cidade P. Desenhos

Atualizado em setembro de 1963

- EDIFÍCIOS CONSTRUÍDOS
- ▨ EDIFÍCIOS EM CONSTRUÇÃO
- EDIFÍCIOS PROJETADOS



REPRODUÇÃO SOBRE
IMAGEM DE 1963



LEGENDA DO PLANO DE AGOSTO DE 1962 ATUALIZADO EM DE

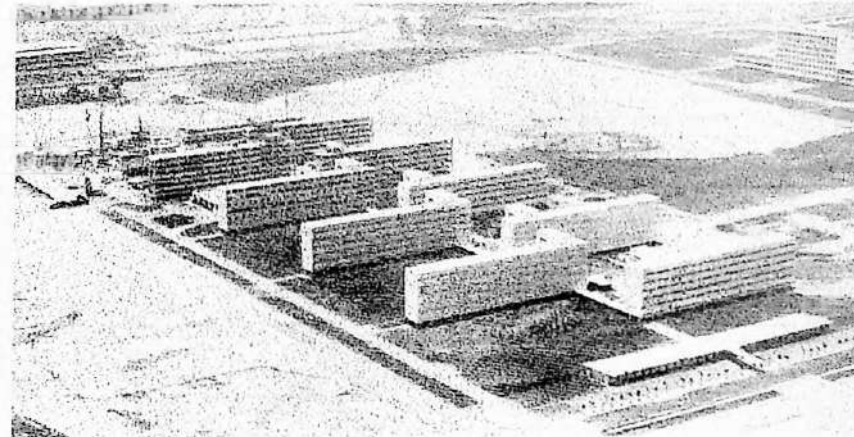
- SECTOR 1 - QUÍMICAS
- 25 - Química Básica e Tecnológicas
- SECTOR 2 - TECNOLÓGICO
- 26 - Curso Fundamental
- 39 - Construções civis
- 40 - Minas
- 41 - Metalurgia
- 42 - Mecânica - Engenharia Naval
- 43 - Hidráulica - Saneamento
- 44 - Oficinas - Almozenados - Canteiro Experimental
- 45 - Eletricidade - Eletrônica
- 5 - Instituto de Pesquisas Tecnológicas
- SECTOR 3 - CIÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS
- 19 - Matemática - Estatística
- 20 - Arquitetura - Urbanismo
- 21 - Sociologia - Antropologia - Filosofia - História das Doutrinas
- 22 - Geologia - Paleontologia - Mineralogia e Petrologia
- 23 - Letras
- 24 - História e Geografia
- 7 - Instituto de Pré-História
- SECTOR 4 - ELETROTÉCNICA
- 18 - Instituto de Eletrotécnica
- SECTOR 5 - ESPORTIVO
- 2 - Campos de Esportes (Estádio - Ginásio - Piscina, etc.)
- 31 - Praça Olímpica (Garagem de barcos - arquibancada, etc.)
- SECTOR 6 - CENTRO CÍVICO - CULTURAL E DE CONVIVÊNCIA
- 3 - Conjunto Residencial - Centro Social
- 4 - Hotel - Centro de Saúde - Serviço Social - Posto de Gasolina
- Respeitantes Cantina e Centro Comercial
- 5 - Órgãos Superiores da Direção da Universidade - Biblioteca
- Aulas Magnas
- 8 - Administração Geral da Universidade
- 9 - Museu
- 10 - Praça Cívica - Estacionamento subterrâneo
- 11 - Rádio e Televisão
- 27 - Instituto de Artes
- 28 - Instituto de Planejamento
- SECTOR 7 - BIOLÓGICO
- 12 - Botânica - Genética
- 13 - Microbiologia - Parasitologia
- 29 - Laboratórios de Botânica
- 30 - Reserva Florestal
- 32 - Biblioteca
- 33 - Bomba de Cério
- 46 - Anfiteatro
- 47 - Estufas
- 48 - Centro Social
- 49 - Reservatório de Água
- 50 - Fisiologia
- 51 - Anatomias
- 52 - Histologias
- 52 - Zoologia
- 55 - Horto Florestal
- 56 - Centro Litúrgico
- 57 - Centro Litúrgico
- SECTOR 8 - FÍSICA
- 16 - Gerador Van de Graaf
- 53 - Física Experimental
- 54 - Betatron
- 55 - Física Teórica
- 58 - Laboratórios Didáticos de Física
- 17 - Instituto Oceanográfico
- SECTOR 9
- 34 - Escola de Polícia
- SECTOR 10 - INSTITUTO BUTANTÁ
- 56 - Produção
- 57 - Apartamentos
- 58 - Residências
- 59 - Serviços
- 60 - Administração
- 61 - Macacários
- 62 - Restaurante
- 63 - Museu
- 64 - Botânicos
- 65 - Hospital
- 66 - Pesquisas
- 63 - Reserva Florestal
- SECTOR 11 - ENERGIA ATÔMICA
- 15 - Reator - Laboratórios
- 67 - Administração, etc.
- 68 - Metalurgia
- 70 - Engenharia Química
- 71 - Engenharia Nuclear
- 72 - Física dos Reatores
- 73 - Radiobiologia
- 74 - Física Nuclear
- SECTOR 12 - CIÊNCIAS MÉDICAS
- 75 - Hospital de Clínicas
- 76 - Hospital Veterinário
- 77 - Anestesia
- 78 - Cirurgia
- 79 - Patologia
- 80 - Clínicas
- SECTOR 13 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
- 81 - Incineradores
- 84 - Garagem
- SECTOR 14 - D.E.R.
- 91 - Depósito
- SECTOR 15 - SUB-ESTACÃO
- 92 - Sub Estação
- SECTOR 16 - PEDAGÓGICO
- 1 - Centro Regional de Pesquisas Educacionais
- 35 - Pedagogia
- 36 - Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura
- 88 - Escola Parque
- SECTOR 17 - RESIDÊNCIA DE FUNCIONÁRIOS
- 86 - Residências
- SECTOR 18 - CIÊNCIAS ECONÔMICAS E JURÍDICAS
- 37 - Ciências Econômicas e Administrativas
- 38 - Direito
- SECTOR 19 - SERVIÇO DE SEGURANÇA
- 89 - Guarda Militar
- 90 - Corpo de Bombeiros
- SECTOR 20 - EXPOSIÇÕES
- 93 - Pavilhão
- 94 - Pavilhão
- 95 - Pavilhão

PLANEJAMENTO ELABORADO PELO
ESCRITÓRIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO
FUNDO PARA CONSTRUÇÃO DA
CIDADE UNIVERSITÁRIA
ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA
PROF. PAULO DE CARVALHO & ALMEIDA
DIRETOR EXECUTIVO

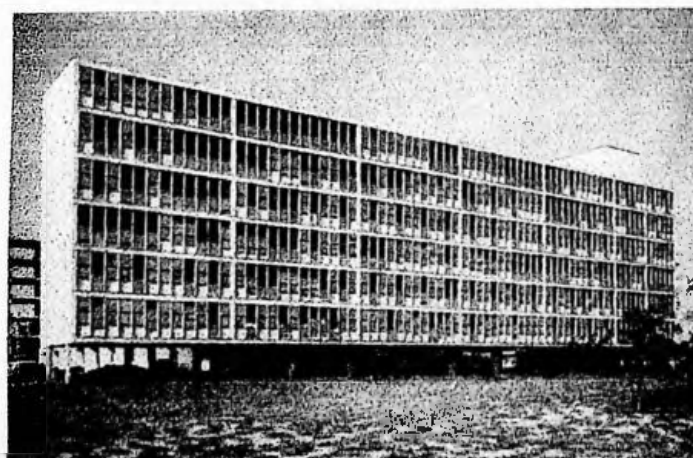
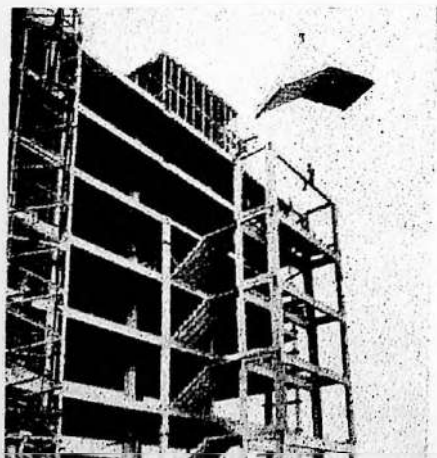
No Setor Tecnológico, dentro deste espírito de definir o uso dos espaços, é proposta uma praça da mesma dimensão que o espaço do core.

Em relação à versão de 1961, foram acrescentados dois setores: o Setor 19, de Serviço de Segurança (que ficaria na área da USP além ribeirão Jaguaré), e o Setor 20 – Exposições. Este último setor em parte situava-se sobre áreas junto à Estrada de Itu (avenida Corifeu de Azevedo Marques) que ainda estavam sendo desapropriadas pela Fazenda do Estado, para uso da USP. Uma planta do Fundo de Construção datada de três anos antes (19 de agosto de 1960) apresenta a situação da desapropriação, com as quadras junto à estrada ainda não liberadas. Foto aérea de 1962 apresenta várias ocupações nesta faixa e em outros locais do setor sul da Cidade Universitária.

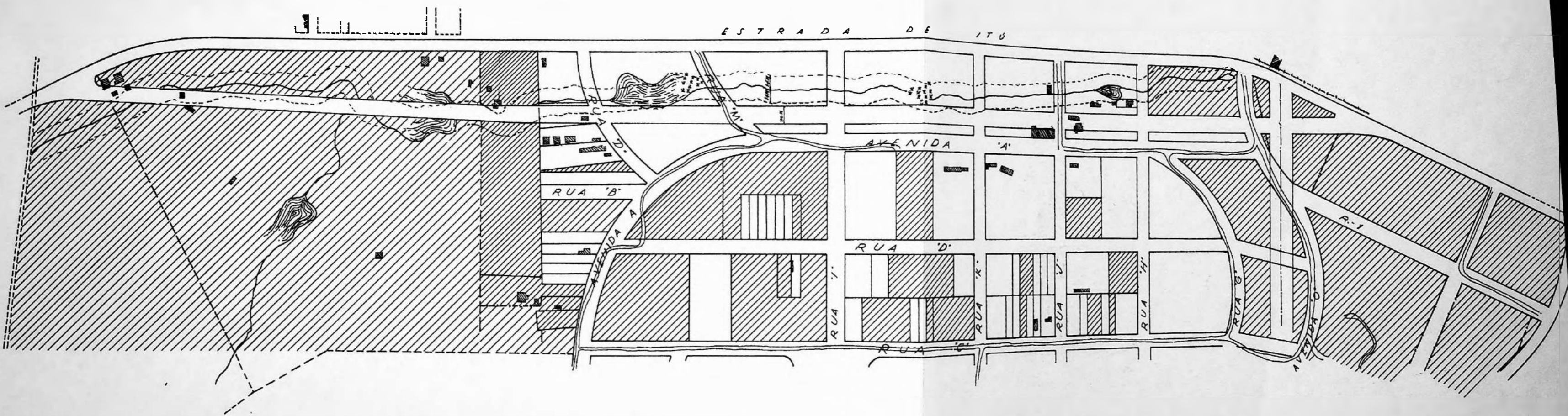
A versão de 1963 do Plano para a Cidade Universitária trazia o balanço dos edifícios construídos ou em construção. Fora possível construir seis dos blocos e o restaurante do Conjunto Residencial para os atletas dos jogos Panamericanos e se encontrava em construção o edifício dos Departamentos de História e Geografia da F.F.C.L. no Setor de Humanas, além do Conjunto das Químicas e de dois prédios da Escola Politécnica. Não houvera uma diferença significativa na implementação do conjunto de edifícios planejados para a Universidade nos anos do Plano de Ação.



Universidade de São Paulo – Setor Habitacional.
Fonte: *Acrópole*, fev. 1964, capa e p. 75.



Universidade de São Paulo – Setor Habitacional.
Fonte: *Acrópole*, fev. 1964, pp. 101 e 95.



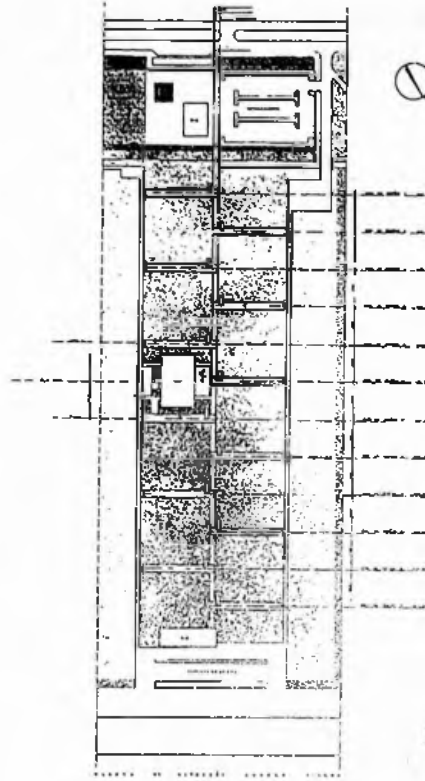
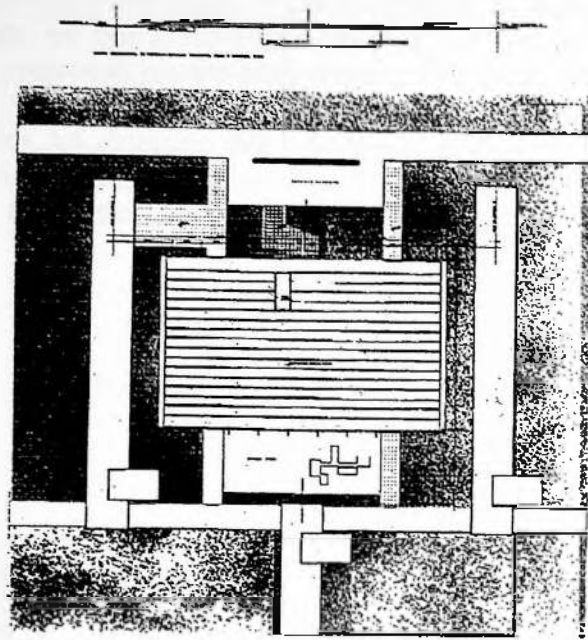
OBS: AS ÁREAS HACHURADAS ESTÃO DESAPROPRIADAS

C.C.U.A.S.O.		COMISSÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA	
		"ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA"	
PLANTA DE DESAPROPRIAÇÃO			01/01
DESENHO	02/01	03/01	FOLHA
PROJETO		04/01	
APROVADO		05/01	



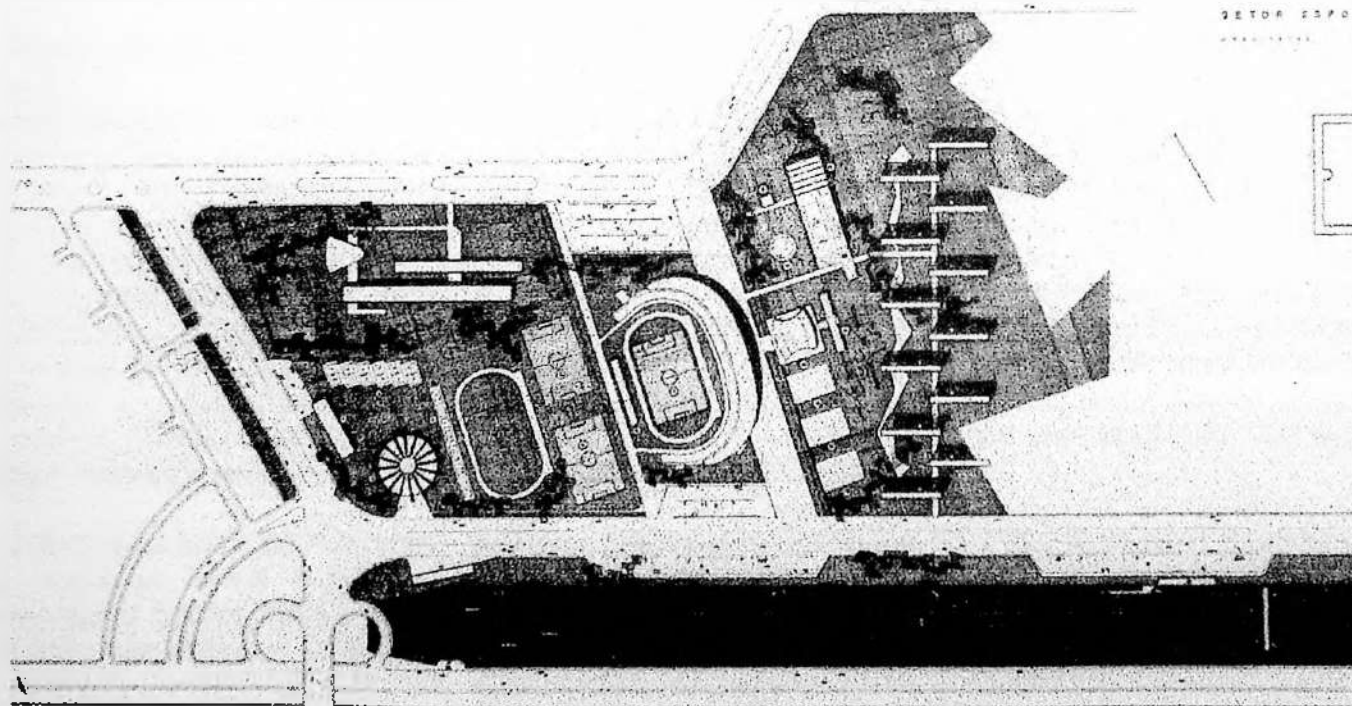
CIDADE UNIVERSITÁRIA USP - 1962

Foto 9235 IAC Região 7 - Fonte: BAS



Universidade de São Paulo – Restaurante do Conjunto Residencial.
 Fonte: Arquivo COESF.

179



Universidade de São Paulo – Conjunto Residencial e setor esportivo.
 Fonte: USP. A Prefeitura, 1985, p.58.

As principais diferenças entre as duas versões do Plano 1961-63 eram quanto ao planejado ou projetado e não quanto ao realizado. Para o Instituto Butantã foram alterados todos os edifícios planejados que constavam da versão de 1961. No Plano de 1963 consta a segunda versão do projeto para o Instituto de Eletrotécnica e o edifício projetado para a Matemática (arquiteto Joaquim Guedes).

No *core*, há algumas diferenças entre a versão de 1961 e a de 1963: a praça do *core* se reduziu em 1963 e se baseia nos estudos de Oswaldo Bratke, comentados adiante; nesta versão posterior não há mais a cobertura dos abrigos de ônibus proposta por Rino Levi, mas permanecem os outros volumes do seu projeto para o Centro Social.

O Setor das Humanas

No Setor das Humanas do Plano de 1961 foram implantadas as seções ou departamentos que integravam a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em um platô criado a cavaleiro da avenida Professor Luciano Gualberto (a Química ficaria em outro platô, mais alto). Esta disposição, além de mais adequada à topografia do que as propostas para esta faculdade em planos anteriores, aproximava-se do local onde a Física vinha se implantando (Zoologia e Botânica de um lado e Física de outro).

Apesar de significar um percurso de mais de um quilômetro desde o edifício da História e Geografia até a Matemática, era uma proximidade da qual algumas destas unidades da FFCL (alameda Gleite e outros locais) jamais usufruíram. Para as que vinham da rua Maria Antônia significava, porém, uma dispersão, já que lá se encontravam muito próximas. Até a Faculdade de Arquitetura, instalada na Rua Maranhão, não muito distante da rua Maria Antônia, estaria integrada ao conjunto.

Sobre um caminho unindo os edifícios do Setor de Humanas, Paulo Mendes da Rocha (entrevista à autora) esclarece:

“Sempre se falou que esses térreos deveriam se comunicar como um contínuo [...] era uma coisa que se discutia bastante, a FAU realizou muito bem, e o primeiro prédio aqui feito pelo Corona, da História e Geografia, em parte também. [...] um caminhozinho assim meio ajardinado a la Burle Marx, que liga tudo, eu nunca vi de fato... [...] Nós fizemos uma aproximação, cada um fez o seu [edifício], isso não foi muito conversado... São coisas que se desencadearam, eu que estou filtrando hoje, analisando, talvez tenha sido isso ... como andar as coisas para não ficar uma colcha de retalhos, digamos... então era um princípio que os térreos fossem isso, mas podia acontecer como mais ou menos [...] a avenida Paulista e o Conjunto Nacional, o Centro da Caixa Econômica, depois o embasamento do MASP, ao longo de uma avenida; você faria um caminhozinho que depois surgiria uma marquise... [...]. Eu também não sei se o ideal era fazer um centro como o Instituto Central de Ciências [da UnB]: um grande edifício único, tão extraordinário, que não é uma questão de grande. Aquilo não é simplesmente grande, é uma invenção [...], é um tipo de instalação que se organiza [...]”.

Sobre este Setor de Humanas, Joaquim Guedes comenta que a FAU não fazia parte originalmente do setor das Humanas, eram quatro os arquitetos escolhidos por Paulo Camargo e aprovados pelo Conselho Universitário: Carlos Millan, Pedro Paulo Saraiva, Paulo Mendes da Rocha e ele. Eduardo Corona e Fábio Penteado não estavam no grupo original, foram posteriores em alguns meses⁴³. Por iniciativa de Guedes, na

⁴³ Em outros setores estavam Ícaro de Castro Mello, Rino Levi, Roberto Cerqueira César e foi agregado Eduardo Kneese de Mello (eram todos arquitetos da mesma geração), e finalmente o Oswaldo Bratke, do Mackenzie (entrevista à autora).

companhia de Millan e Pedro Saraiva, Paulo Camargo teria sido pressionado para incluir Artigas no grupo (e a FAU no setor de Humanas).

"[...] a Faculdade de Arquitetura, que vinha da Poli, era até o Percílio, da Poli, que dirigia a FAU, sintonizou com Ciências Humanas voltando as costas para as Técnicas, que estavam do outro lado, e dizendo que faríamos aqui, inclusive, uma praça das Humanas em frente à FAU, naquele início de subida da rua do Matão".

"Ficar de costas porque havia uma atitude assim, não de isolar as Humanas, mas de dar a elas uma praça própria, nesse conjunto. [...] A idéia era desenhar uma coisa diferente aqui, que nunca foi desenhada. Falava-se muito na praça das Humanas como um lugar de encontro dos sociólogos, dos arquitetos, dos filósofos, dos literatos, enfim, a idéia era acentuar a vocação humanística da Arquitetura, que se afastava um pouco da vocação técnica da Poli"⁴⁴.

"Não, cada um fez o seu projeto. Não, não se trabalhou em conjunto. Nem mesmo os conceitos eram os mesmos. O que acontecia é que todo o mundo, o Artigas, inclusive, queria fazer disso aqui a nossa Brasília, porque os paulistas tinham sido completamente excluídos de Brasília. Então penso eu que um pouco ... a minha mentalidade, em geral, do Artigas, do Paulinho, do Millan e do Pedro Paulo... aquele momento do concreto aparente, que tinha começado em 54, em 50 com o Le Corbusier na Europa, e chegado ao Brasil a partir de 54, um pouquinho antes de 60 nas publicações, esses movimento tomou conta. E o formalismo do concreto, com o prejuízo do rigor construtivo, está dentro dessas soluções. Todos são iguais..."

"Não, não foi discutido [o partido do edifício da Matemática] com os demais [arquitetos do setor de Humanas], eu fiz o projeto e entreguei. Foi muito difícil fazer esse projeto, eu fiquei muito tenso porque eu percebi que a tendência geral era outra, como concepção de Arquitetura".

O caminho interligando os edifícios dos departamentos da F.F.C.L. no Setor de Humanas, que foi idealizado mas não projetado, poderia ter constituído um elo de convivência importante, na hipótese de todos os edifícios projetados nos anos 60 para este setor terem sido construídos. Poderia ter a característica da passagem coberta que une os blocos do Conjunto residencial (cerca de 600 metros do bloco "A" ao bloco "L") ou como o largo passeio proposto pelo arquiteto Fábio Penteado na primeira versão do projeto para o Instituto de Eletrotécnica, que consta do Plano de 1961. Este passeio proposto por Penteado atravessaria o edifício na transversal, chegando em rampa ao estacionamento proposto e, seguindo em frente, levaria à Escola Politécnica; na outra extremidade levaria à Física. Esta ligação concreta teria paralelo nas áreas de estudo (ciência pura e aplicada) que conectaria.

Paulo Mendes da Rocha, sobre o seu projeto para o Departamento de Filosofia da FFCL, em entrevista à autora:

"Eu acho muito interessante esse edifício da Filosofia que eu fiz [...], porque o raciocínio é assim: receber pessoas, auditório, movimentação, cantina... é um dos aspectos [...]. E a grande introspecção daqueles professores que retiram cinco, seis livrinhos para fazer sua tese, tem salinhas especiais [...] que ficam nas varandas; depois o miolo, com essa parte... [...]. Depois o aspecto que a FAU tem muito... porque nós fizemos esse projeto, vamos dizer assim, de modo concomitante, ao mesmo tempo, portanto não há muita influência de um projeto especificamente sobre outro, mas um pensamento que é muito, você podia dizer, paulista, [que] não tem nada que ver com essa idéia de Escola Paulista do ponto de vista formal, [mas] é uma questão de mentalidade, de conceito de Arquitetura..."

Joaquim Guedes Sobrinho, sobre o Instituto de Matemática, em depoimento à autora:

⁴⁴ A FAU, segundo Guedes, se sentia dominada pela Escola Politécnica, pois como não tinha professores titulares a Poli é que decidia; o Conselho da FAU era o da Politécnica.

"[...] o Instituto de Matemática reuniria toda a Matemática da USP, que era naquele tempo a Faculdade de Filosofia e a Poli [...] Então na verdade eu trabalhava com o Instituto, nível 1; com a Faculdade de Filosofia, nível 2 e a Poli também era uma coisa à parte"⁴⁵.

"O edifício de Matemática foi colocado aqui porque o [...] Instituto é muito ligado à Poli; foi esse o momento em que a Reitoria resolveu cortar a Matemática da Poli e colocar em um ponto central. [...] O Departamento de Matemática existia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, agora a Poli como já tinha quase cem anos, ela tinha o seu próprio setor de Matemática, era famoso, e ela nunca abriu mão disso. Nunca permitiu que Filosofia, criada trinta anos depois, ou quase quarenta, interferisse lá. [...] Muito bem, na minha opinião, o Reitor Ulhôa Cintra resolveu com o Conselho fazer uma inserção mais clara do Instituto no sistema, então ela [a Matemática] foi colocada do outro lado [da avenida]. Aí os politécnicos [já muito contrariados] não queriam que os da Faculdade de Filosofia, do Departamento da Filosofia, entrassem pelo fundo [do prédio] da Matemática [para ir ao Instituto]. Tinham que sair do prédio e entrar pela avenida, do outro lado, como eles também. [...] A tal ponto que a conciliação exigiu de mim um muro de concreto separando indiscutivelmente as duas escolas".

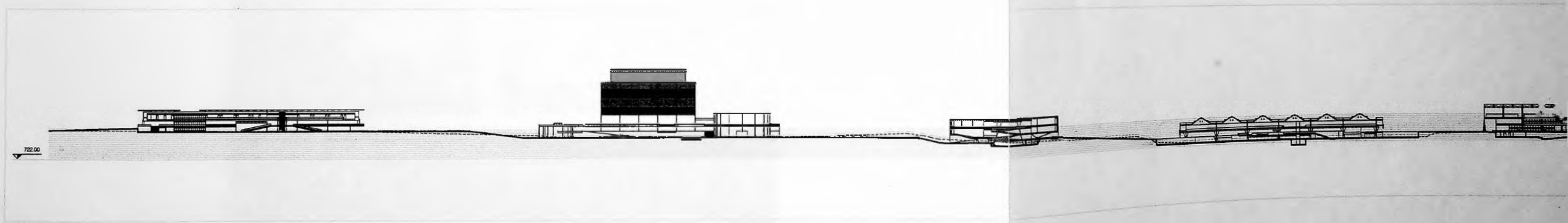
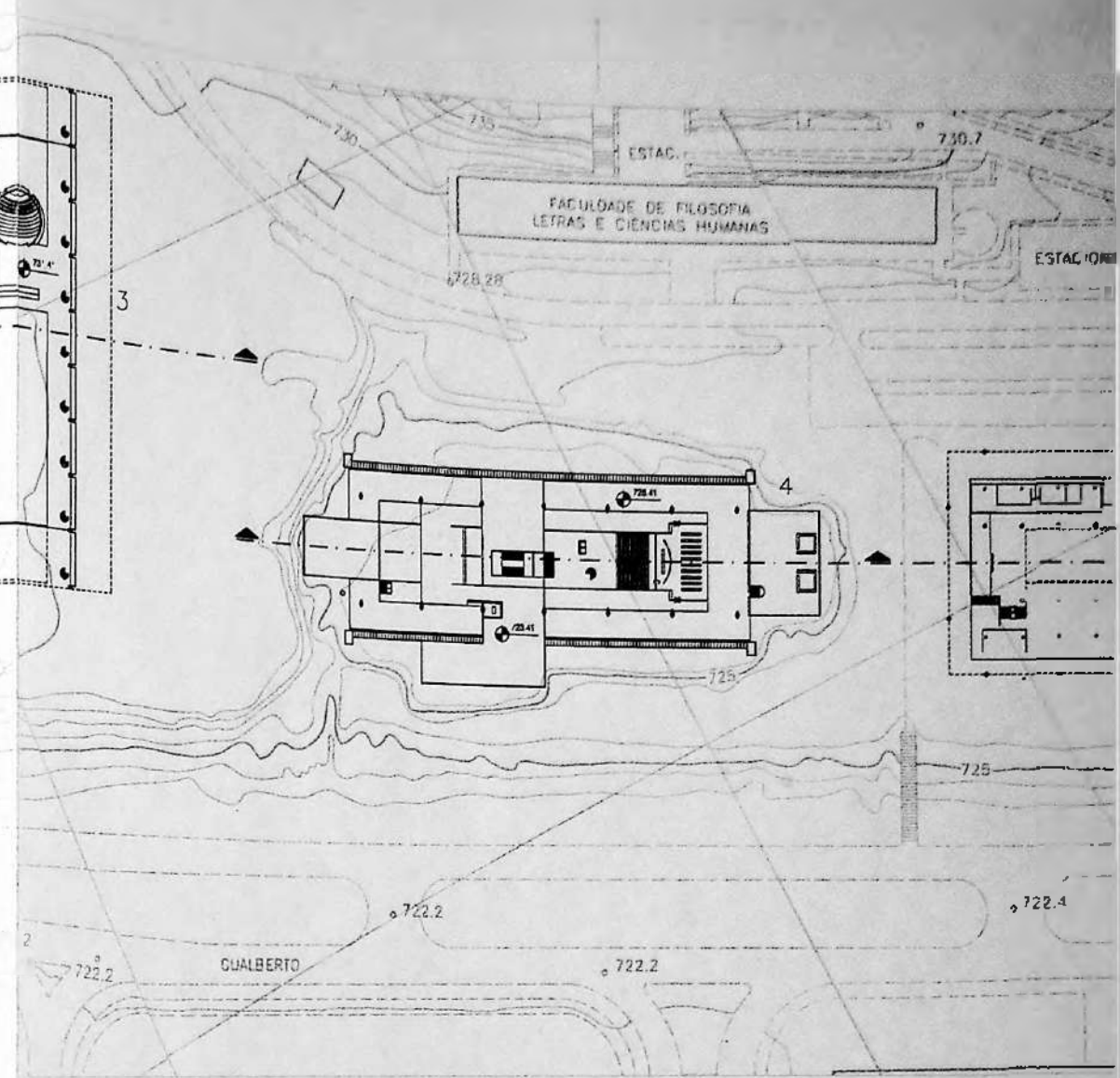
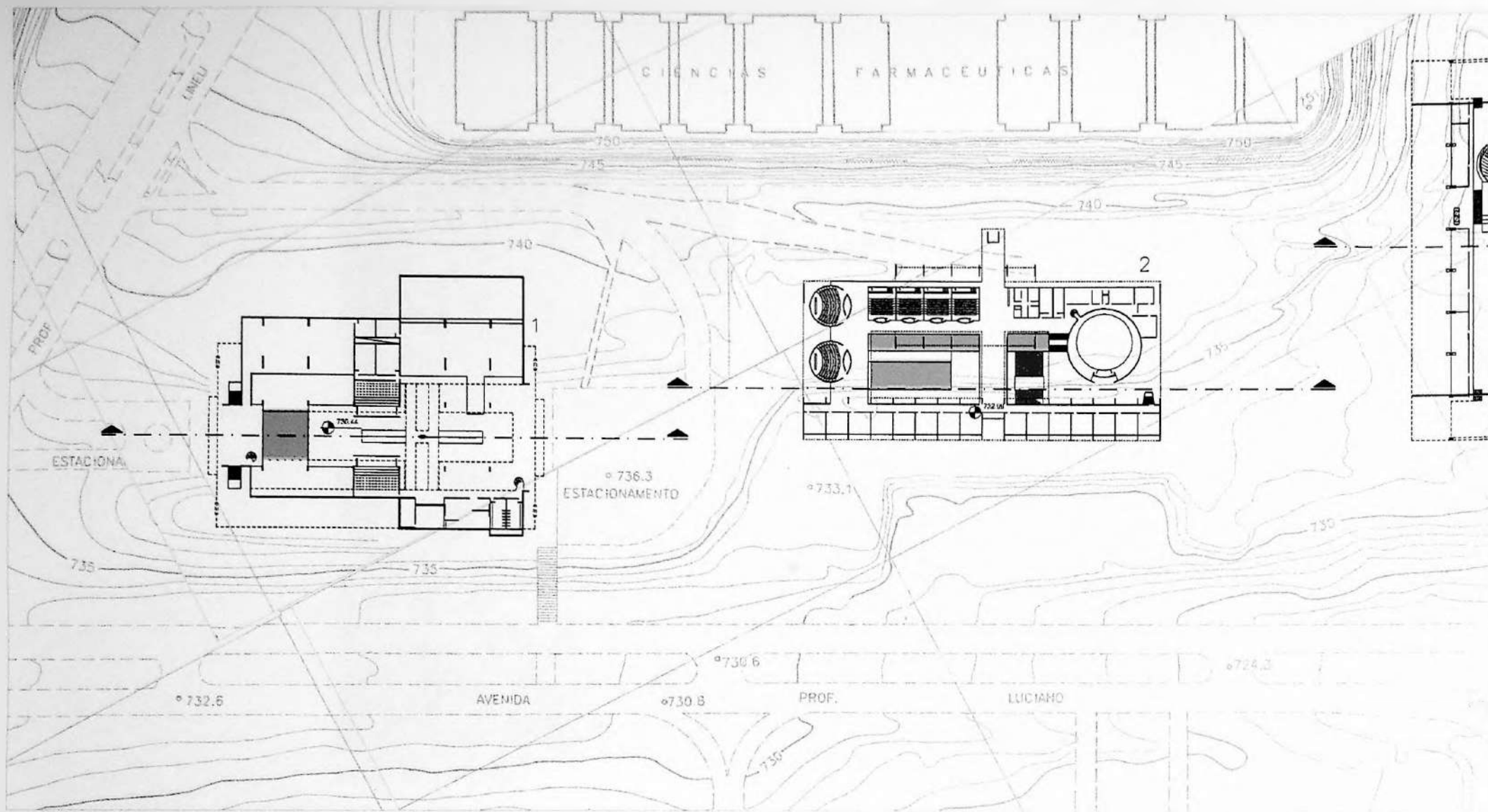
Conforme Pedro Paulo de Melo Saraiva, em entrevista à autora:

"Olha esses projetos [do setor de Humanas], eles tinham preços altos na estrutura, [mas] os acabamentos eram muito simples... as estruturas eram muito despojadas. Você vê o preço do metro quadrado dessas obras, o que custou a FAU, é uma brincadeira perto dos prédios oficiais, etc. Então nessa estrutura aqui [...] o resto é uma simplicidade, caixilhos de ferro, eram todos de chapa dobrada, como a FAU [...] e até que tinha poucas aberturas, [...] meio como a FAU; na verdade a gente recebeu uma influência grande do Artigas, os projetos têm uma certa... o projeto do Paulo [Mendes da Rocha] também era assim".

A linguagem comum dos projetos para os edifícios do Setor de Humanas iria conferir uma característica de conjunto, iria trazer uma identidade aos departamentos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (incluindo a Faculdade de Arquitetura, inserida neste conjunto). Dos projetos elaborados para o Setor de Humanas, poder-se-ia considerar que o edifício de Letras e o edifício da Matemática tinham características comuns que os diferenciavam dos demais: não eram prismas puros, apresentando maior movimentação volumétrica e repertório de materiais nas fachadas, além de terem gabarito mais elevado que os demais edifícios. Isto talvez se explique pelos anos de trabalho profissional em comum de Millan e Guedes. Porém o projeto de Millan apresentava a mesma integração espacial interna, a mesma integração do espaço interno com o exterior que os projetos elaborados para a História e Geografia, a Geologia, as Ciências Sociais e a FAU. E mantinha os usos coletivos no térreo.

Para uma visão dos espaços que um pedestre atravessaria, caso se deslocasse entre os edifícios projetados para o Setor de Humanas na década de sessenta, elaboramos uma planta do conjunto com os pavimentos térreos inseridos em suas localizações, e um corte longitudinal.

⁴⁵ Este programa para o edifício estaria de acordo com o novo modelo da USP, haveria um Instituto básico e os departamentos profissionalizantes de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Escola Politécnica.

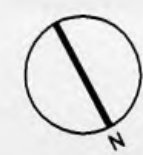


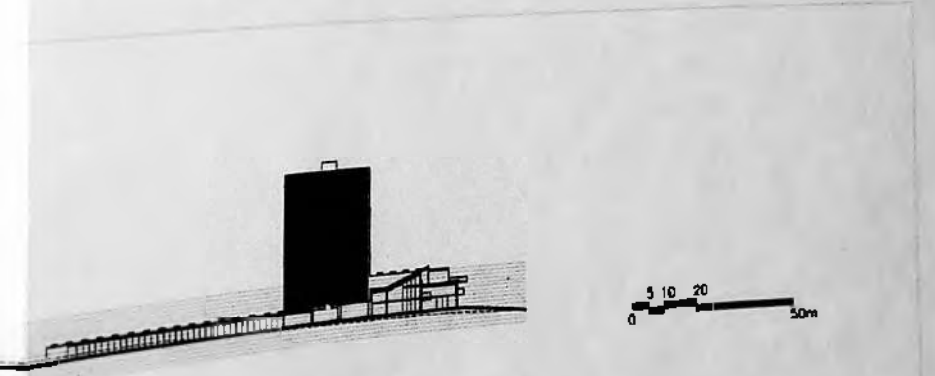
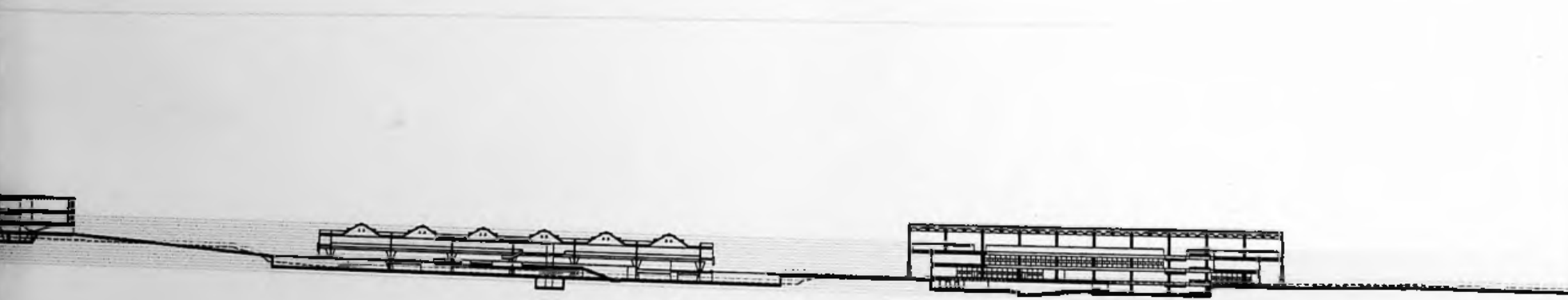
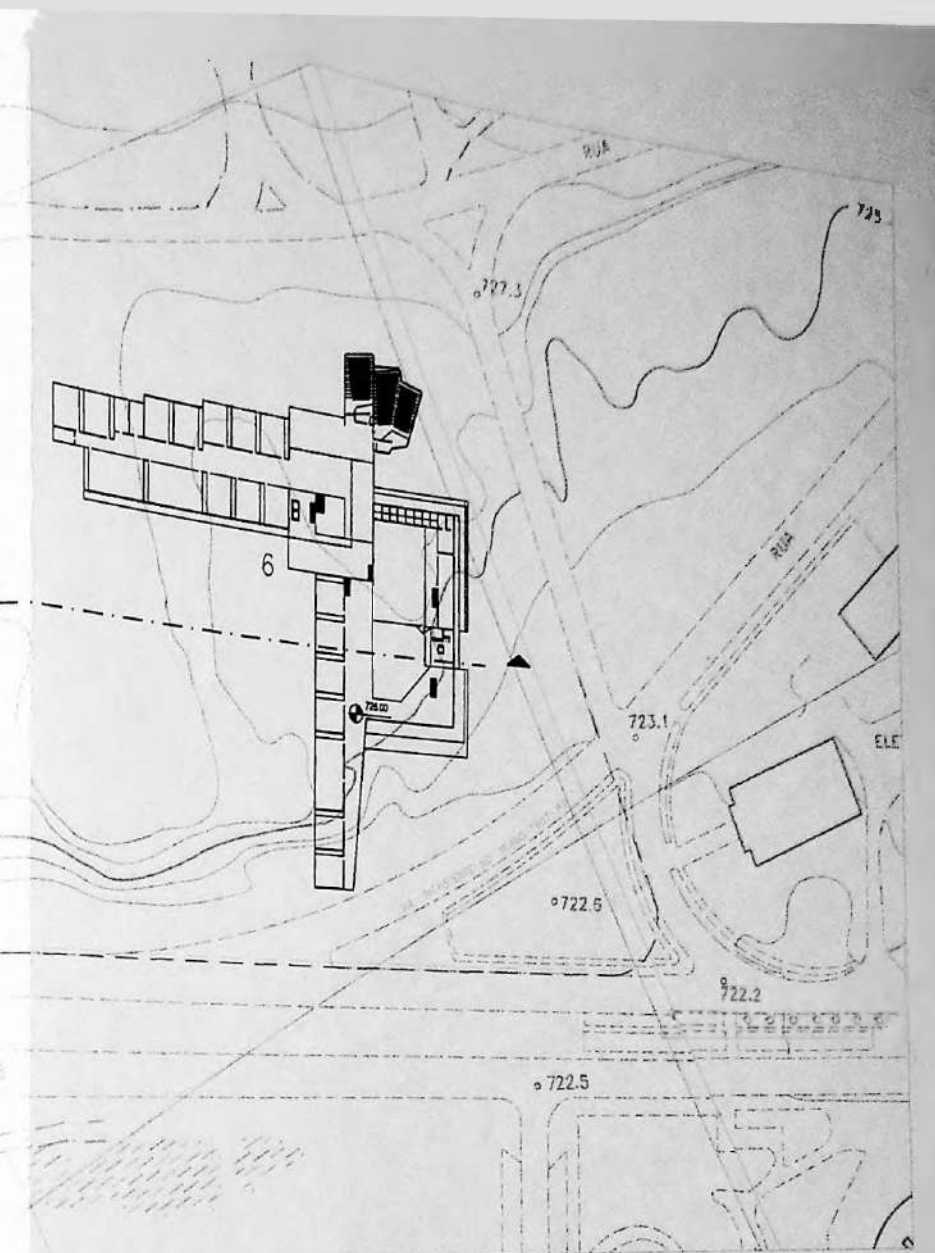
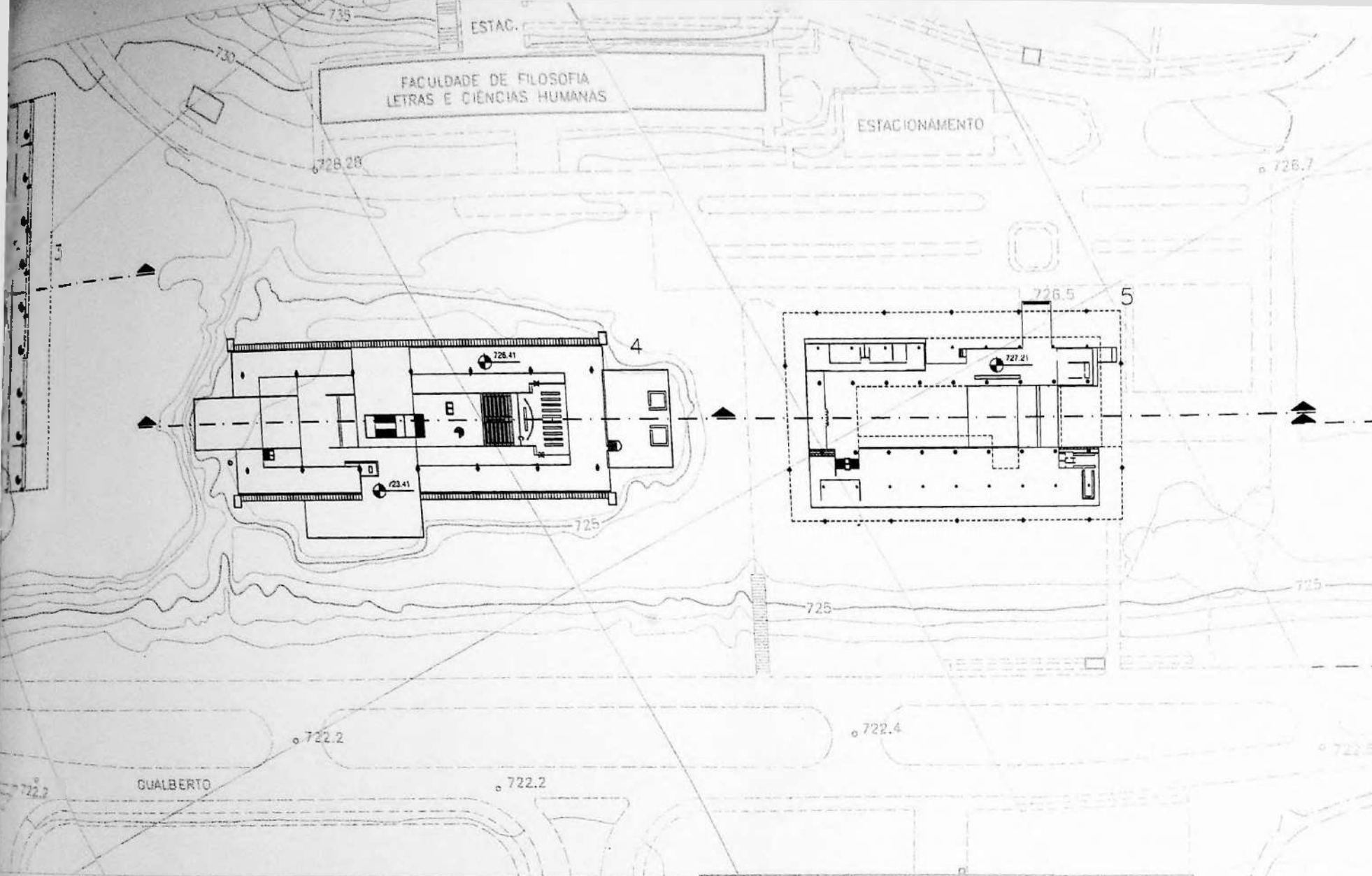
LEGENDA SETOR DE HUMANAS PLANO 1961-63

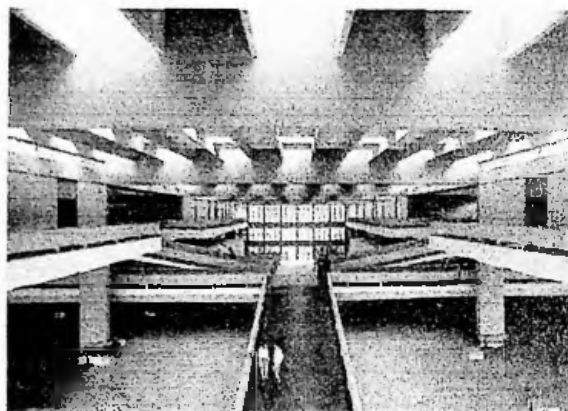
- Título dos Edifícios:
- 1- Departamentos de História e Geografia da F.F.C.L. - Eduardo Corona;
 - 2- Seção de Letras da F.F.C.L. - Carlos Milan;
 - 3- Departamentos de Geologia, Paleontologia e Petrologia da F.F.C.L. - Pedro Paulo Saralva;
 - 4- Departamentos de Sociologia e Antropologia e Economia Política e História das Doutrinas da F.F.C.L. - Paulo Mendes da Rocha;
 - 5- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - João Vilanova Arêgas;
 - 6- Instituto de Matemática - Joaquim Guedes Sobrinho.

Fontes:
 Edifícios: Arquivo COESF; Arquivos dos Arquitetos Pedro Paulo Saralva, Paulo Mendes da Rocha e Joaquim Guedes Sobrinho;
 publicações sobre os projetos de Carlos Milan e Vilanova Arêgas.
 Mapeamento: USP, FAU, Seção de Produção de Bases Digitais, LOTSCAN São Paulo, 2003
 (fonte básica: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento
 Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo, São Paulo, [19/74], Escala 1:2000).

Notas:
 Foram mantidas as localizações dos edifícios da História e Geografia e da FAU constantes do mapeamento e o edifício da Sociologia foi desenhado na topografia com sua configuração.
 As cotas de projeto dos terrenos foram acrescidas em 1,41m, conforme situação existente nos dois edifícios construídos.

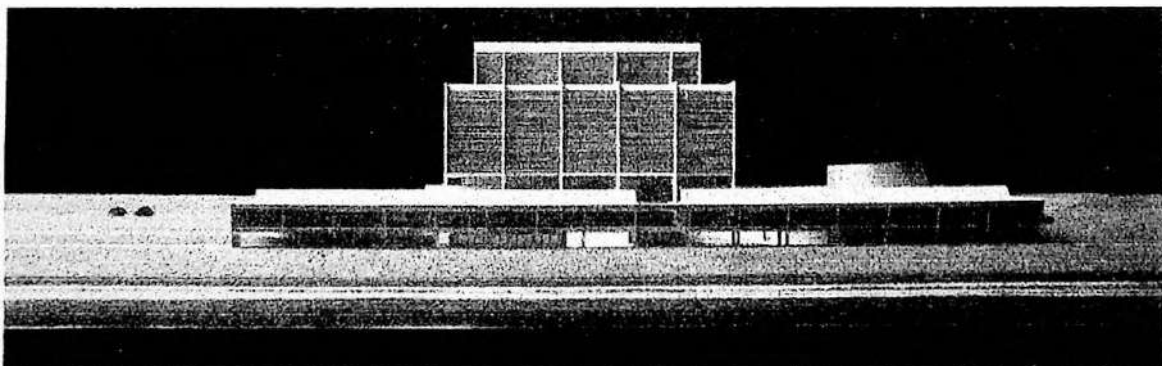
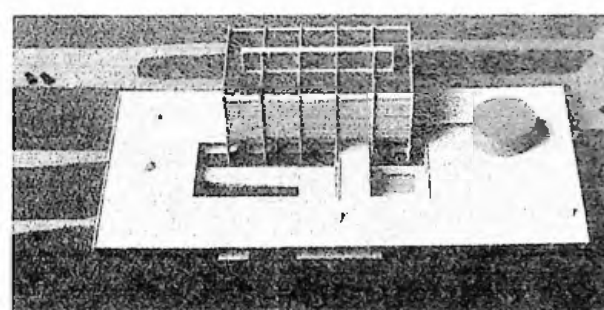
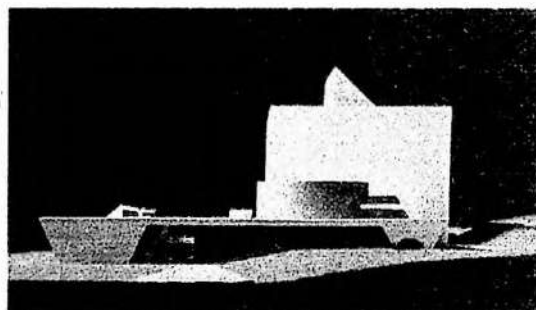




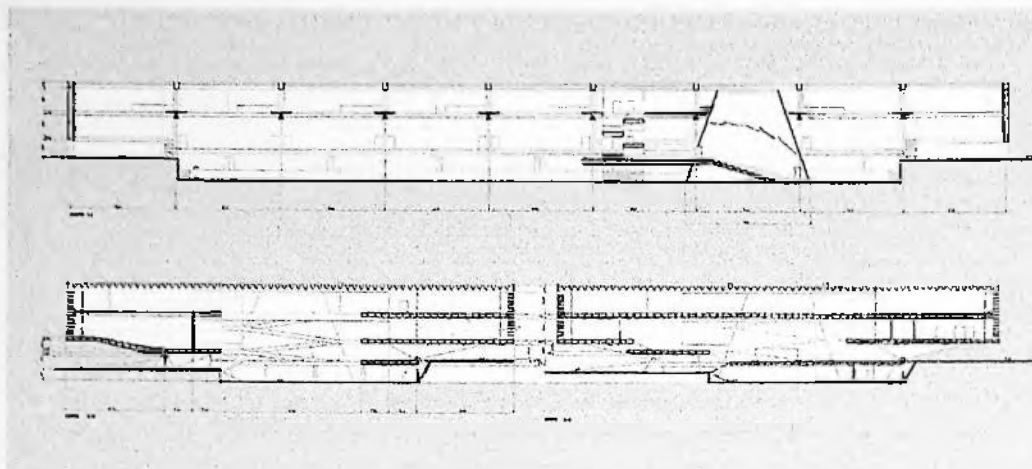


Universidade de São Paulo. F.F.C.L. – Departamentos de História e Geografia – arq. Eduardo Corona.
Fonte: Arquivo da COESF.

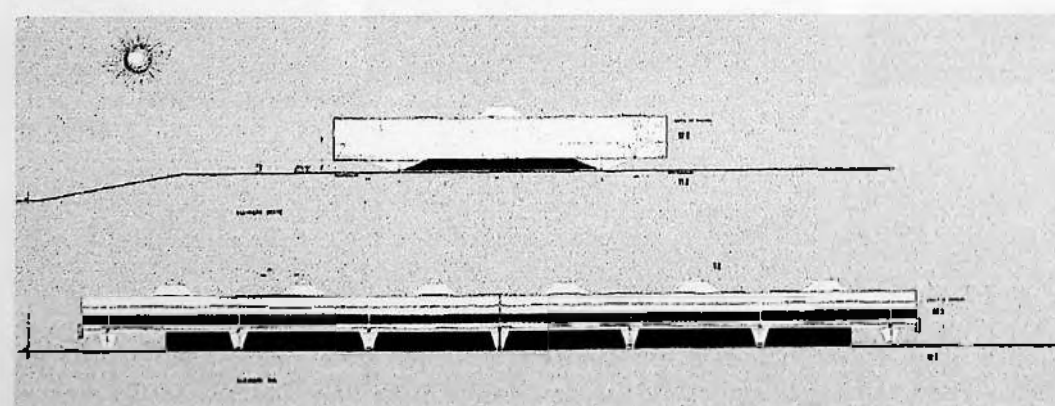
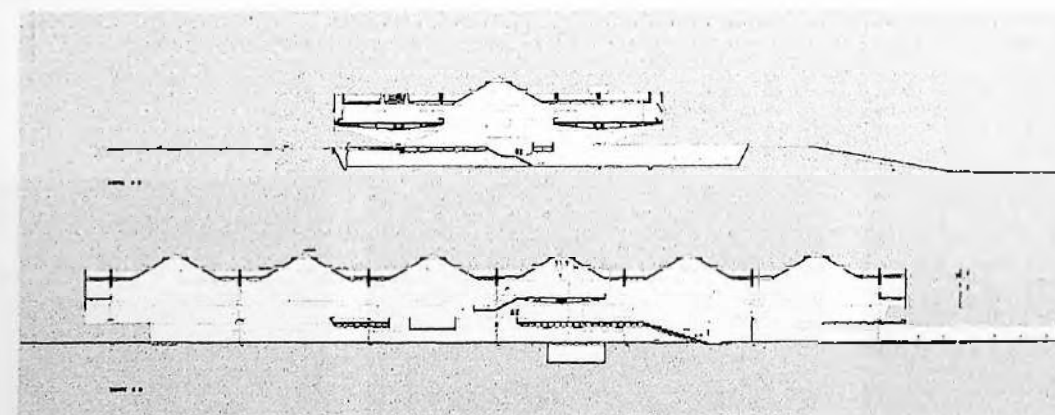
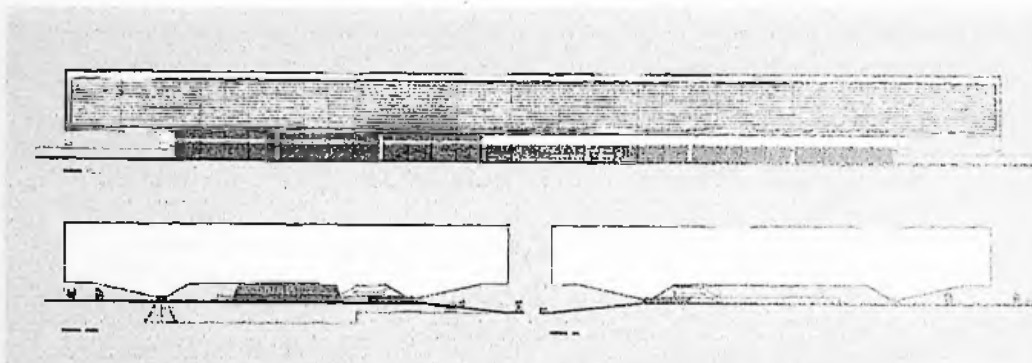
183



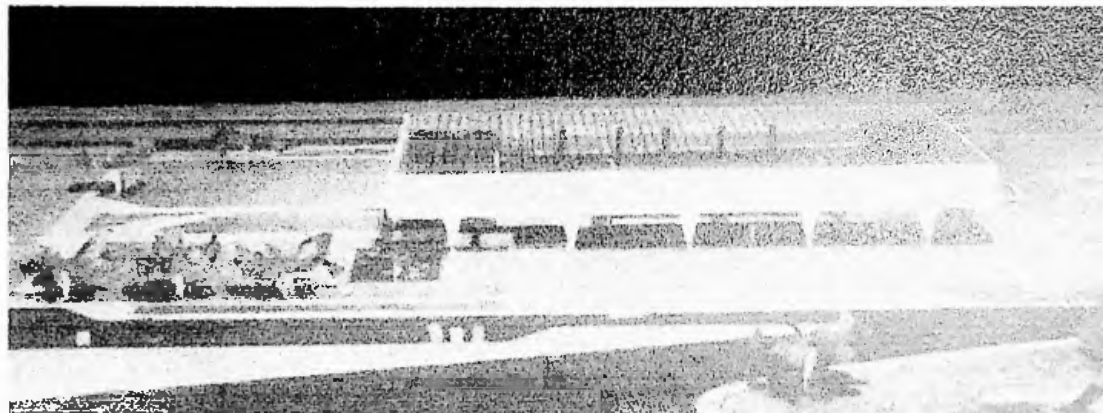
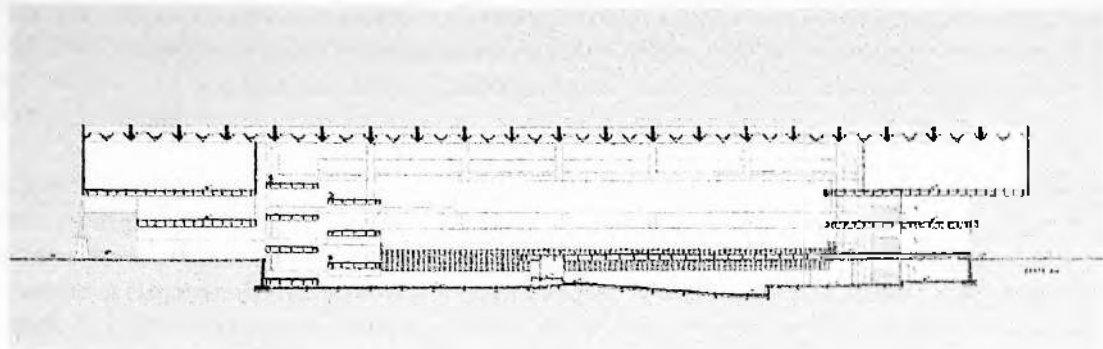
Universidade de São Paulo. F.F.C.L. – Departamento de Letras – arq. Carlos Millan.
Fontes: No alto – *Zodiac*, número 11, [1962], p. 67 . Acima. *Habitat*, número 69, set. 1962, p. 23.



Universidade de São Paulo. F.F.C.L. – Deptos. Geologia, Paleontologia, Mineralogia e Petrologia.
 arq. Pedro Paulo de Melo Saraiva - Fonte: Arquivo Melo Saraiva

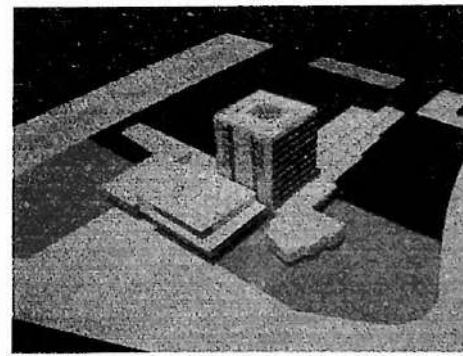
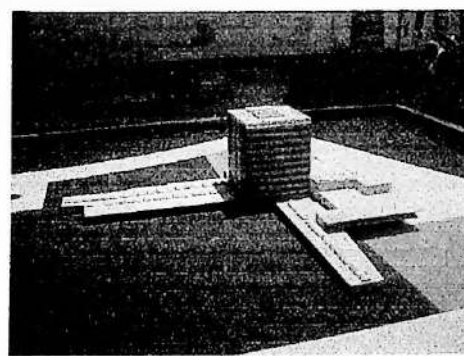
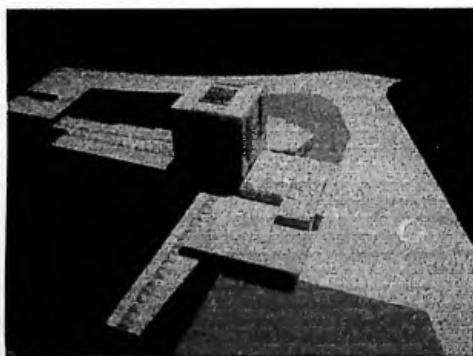


Universidade de São Paulo. F.F.C.L. –Departamento de Ciências Humanas e Sociais.
 arq. Paulo Mendes da Rocha - Fonte: Arquivo Mendes da Rocha.



Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – arq. Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi
Fontes: No alto – Arquivo COESF. Acima – *Habitat*, número 69, set. 1962, p. 22.

185



Universidade de São Paulo. Instituto de Matemática – arq. Joaquim Guedes.
Fonte: Arquivo da autora.

O Core

Segundo Paulo de Camargo e Almeida, a integração geral universitária seria no âmbito cultural e para definir a filosofia da implantação do Centro Cultural e suas diversas ramificações setoriais, foram realizadas reuniões durante três meses com os Professores Anhaia Mello e Mário Pedrosa e o Arquiteto Oswaldo Bratke, encarregado do projeto. O Museu de Arte Moderna seria integrado ao Centro Cultural da Universidade e seria criado um Instituto de Artes.

Nesse Centro Cultural da Cidade Universitária haveria ainda a Biblioteca Central; os estudos referentes à organização dessa Biblioteca Central e das bibliotecas setoriais, visando à criação de um sistema, estavam a cargo da Diretoria do Fundo para Construção, pelo Sr. Rubens Borba de Moraes, pelos professores Sérgio Buarque de Holanda e Jayme Cavalcanti de Albuquerque. A integração do acervo da biblioteca "Brasileira" e da biblioteca de artes do Sr. Francisco Matarazzo Sobrinho, doada à Universidade de São Paulo, bem como os problemas da documentação como atividade específica no plano da informação científica, foram aspectos discutidos por este grupo.

A inclusão do crítico de arte Mário Pedrosa nas discussões a respeito do *core* da Cidade Universitária da USP deveu-se possivelmente a duas circunstâncias, segundo Aracy Amaral⁴⁶: em primeiro lugar a Paulo Camargo e Almeida, trotskista como o próprio Mário Pedrosa, e em segundo lugar, a preocupação deste com a coleção do Museu de Arte Moderna de São Paulo (instituição que dirigia), e que seria doada por Francisco Matarazzo Sobrinho à Universidade de São Paulo. Pedrosa redigiu um texto intitulado *Parecer sobre o core da Cidade Universitária*, datado de 14 de novembro de 1962, o qual foi publicado originalmente (embora incompleto e com outro título) na revista *GAM* de fevereiro de 1967, e publicado na íntegra, recentemente, por Hugo Segawa e Guilherme Mazza Dourado⁴⁷.

Como houve várias reuniões de Anhaia Mello, Mário Pedrosa e Oswaldo Bratke, é possível que este documento sintetize o conteúdo destas discussões, e é preciso lembrar que havia antecedentes, como o *core* proposto por Hélio Duarte e a praça central traçada pelo coletivo de arquitetos que cuidou do Plano de 1961. A falta de um setor de Artes na Universidade já fora apontada por Hélio de Queiroz Duarte em 1956. Não há, porém, neste documento, nenhuma alusão aos centros setoriais, que comporiam um sistema com o *core*.

Em *Parecer sobre o core da Cidade Universitária* Mário Pedrosa alude a um convênio firmado entre a Universidade e o Museu de Arte Moderna de São Paulo para a construção de uma sede na Cidade Universitária para abrigar a coleção. Esta sede seria integrada ao *core* da Cidade Universitária

Segundo Pedrosa, por não ser delimitado por lojas comerciais, ruas residenciais e repartições públicas como outros centros urbanos, mas somente por edifícios públicos, o *core* da Cidade Universitária corria o risco de se tornar um local frio e deserto, sem vida. [Mas é preciso lembrar que o Centro Social projetado por Rino Levi no mesmo ano de 1962, e que seria integrado ao *core*, previa um grande edifício abrigando um centro comercial e vários ambientes de recreação, como cinema, restaurante, jogos, bar, tendo acoplada uma estação rodoviária; haveria também outros prédios para hotel, centro de saúde, pronto socorro, serviço social, etc. E delimitando a leste o espaço destinado ao *core* estaria implantado o conjunto residencial estudantil. O Centro Social e o alojamento de estudantes deveriam gerar um fluxo significativo de pessoas, proporcionando animação ao *core*].

Mário Pedrosa conceituou o *core* da Cidade Universitária, local onde seria implantado o futuro museu (que viria a ser o Museu de Arte Contemporânea da USP):

- O *core* na Cidade Universitária seria o centro cívico, o centro cultural, o centro artístico e também deveria ser centro socialmente atrativo e recreativo;

⁴⁶ Em *Mário Pedrosa e a Cidade Universitária da USP*, revista....., 2003.

⁴⁷ Em *Mário Pedrosa e a Cidade Universitária da USP*, revista....., 2003.

- O *core* deveria ser a corporificação da idéia de Cidade Universitária, ou seja, de conjunto, em que uma atividade não se destacasse das demais, mas antes que houvesse uma permanente relação entre elas;
- O espaço do *core* não seria definido nem vitalizado por mera relação de volumes, mas pela inter-relação dinâmica das atividades, expressada no diálogo permanente das formas arquitetônicas;
- Deveria haver uma série de medidas para equilibrar os fatores nobres, de pura natureza cultural ou desinteressada, próprios da Universidade, com os fatores aparentemente mais frívolos, ou de natureza estritamente social e recreativa (em geral dados pelo comércio), que atuam sobre a convivência social de outros centros comunitários;
- O setor com mais força de atração sobre o público no *core* da Cidade Universitária seria o das artes, sincretizado no seu Museu, cabendo-lhe o papel de criar e acentuar a convivência social.

As atividades fundamentais, ou aquelas que por sua natureza mais geral abarcam o princípio ou a essência de todas as outras, em todos os setores científicos e culturais e administrativos da Cidade Universitária se formalizariam, em unidades arquitetônicas, no *core*. Estas atividades fundamentais seriam:

- I- Reitoria, Conselho Universitário e Aula Magna;
- II- A Biblioteca Central; e
- III- O Museu e adjacências.

A Reitoria, o Conselho Universitário e a Aula Magna, que representam os órgãos simbólicos do poder, seriam também o símbolo exterior do prestígio cultural, social e político do todo universitário. Nesse conjunto deveria expressar-se a dignidade aliada à sobriedade, características de um poder fundado não na força, mas na idéia.

Junto à Reitoria, embora fora do perímetro do *core*, deveria ser situada a Prefeitura Universitária, com os Serviços Administrativos⁴⁸. Estes serviços seriam: Manutenção (restaurante, cantina, comércio, fornecimentos); Abastecimento (água, luz, energia, esgoto); Conservação (oficinas de reparação, parques, jardins, limpeza pública); Centro de Saúde (assistência social médica e dentária, pronto socorro); Comunicações e transportes (correio, telégrafo, transporte). [Não fica claro se o que se propõe neste texto de Mário Pedrosa é a instalação completa destes usos, pois alguns exigiriam largos espaços (como os ligados à Conservação), ou somente a parte de escritórios de administração destes serviços. Um Centro de Saúde já faria parte do Centro Social proposto por Rino Levi].

A Biblioteca Central representaria as atividades puramente intelectuais da Cidade Universitária. Anexa a ela deveria instalar-se a Faculdade de Biblioteconomia; a Imprensa Universitária deveria situar-se à sombra da Biblioteca Central e próxima ao setor do Museu de Arte.

O Museu destinado ao cultivo das artes visuais seria o terceiro grande conjunto arquitetônico do *core*.

Museu, Instituto de Artes (destinado à História das artes plásticas, da arquitetura, da música, do teatro, cinema, etc.), Escola de Comunicação Visual e Auditiva, Desenho Industrial, Teoria de Informação constituiriam o conjunto arquitetônico do próprio Museu. A seu lado, deveriam ser erigidos os estúdios de televisão e rádio, com seus auditórios, orquestras, etc., além da Imprensa Universitária, nas vizinhanças.

O todo constituiria o Centro Artístico da Universidade.

Oswaldo Arthur Bratke (1907-1970) já fora chamado a participar do grande esforço de construir a Cidade Universitária em uma gestão e projetara os edifícios de Minas e de Metalurgia no setor Tecnológico, com uma concepção despojada e com um conceito semelhante ao de suas residências com pátio, em que os ambientes são voltados para este espaço interior natural. O edifício da Escola de Minas tem um jardim interno e o de Metalurgia um espelho d'água.

⁴⁸ A Prefeitura Universitária foi criada onze anos depois, em 1973.

Para o *core* da Cidade Universitária, Bratke efetuou vários estudos⁴⁹. As características que permaneceram em todos estes estudos foram: a praça central suspensa (para alteá-la ao nível da avenida que separa o *core* do Setor de Humanas e destacá-la na paisagem), a inexistência de via entre o *core* e o conjunto residencial estudantil (ou a passagem desta via sob a laje da praça do *core*), a Biblioteca Central, edifício vertical do conjunto. A praça central é o elemento de integração entre os volumes do *core*, é para onde se voltam todos os edifícios. Esta praça faz a síntese projetual característica do pátio central em outros edifícios de Bratke; o fato de ser uma praça construída torna-a uma extensão dos edifícios à sua volta, um elemento do conjunto.

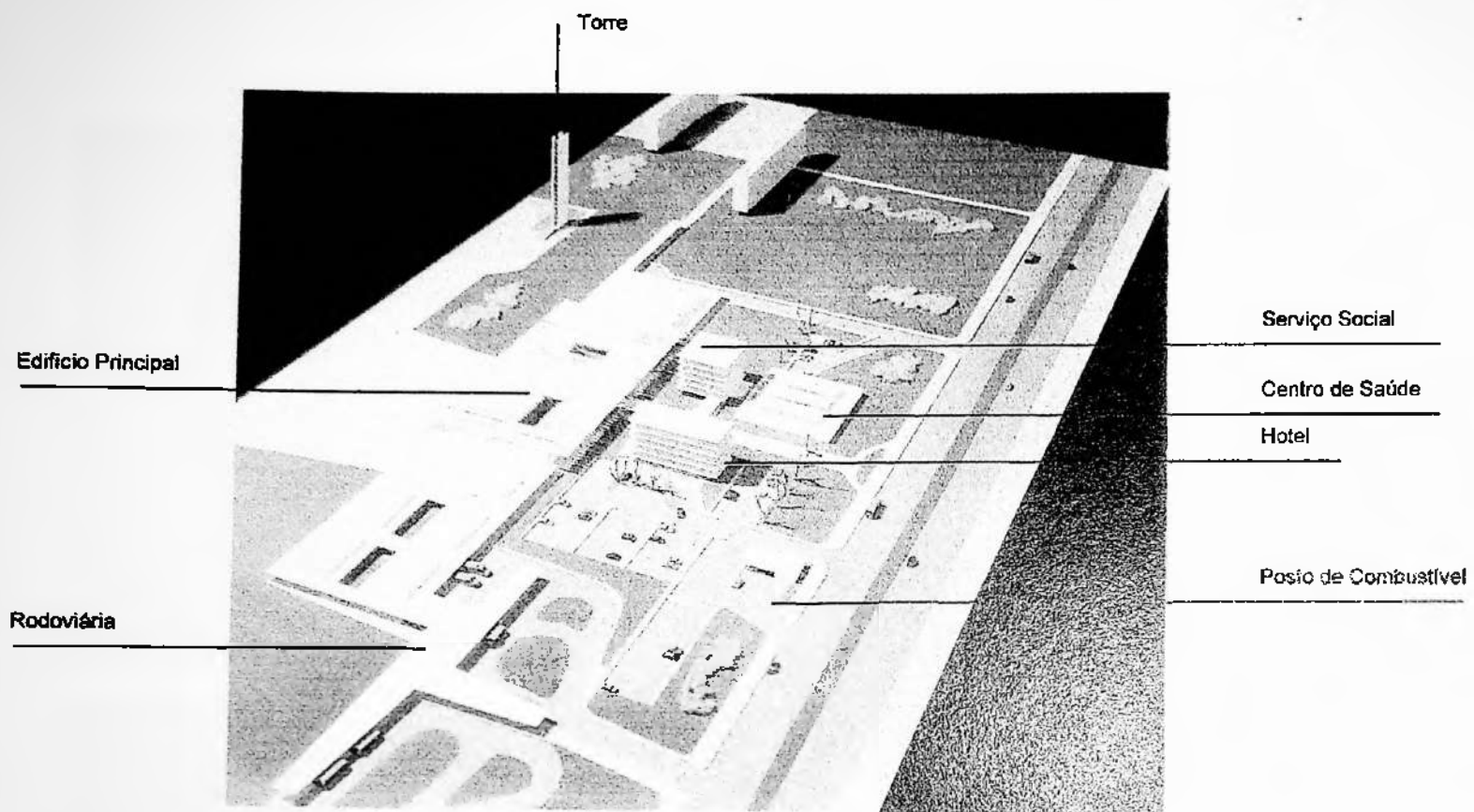
Variam nestes estudos os acessos à praça elevada, a forma do espelho d'água da Biblioteca Central (no que parece o último estudo para o *core* não existe lago), o centro social projetado por Rino Levi, que foi substituído por um edifício denominado Vivência em um dos estudos, o local dos estacionamentos periféricos, e em um dos estudos a posição do Museu, da Biblioteca e do Conselho Universitário / Aula Magna estavam diferentes. Nos demais estudos o edifício do Conselho Universitário / Aula Magna estava próximo do edifício da Reitoria (que voltaria a este uso), a Biblioteca junto ao Centro Social e ao conjunto residencial e o Museu fechava o conjunto, situando-se mais próximo da avenida da Raia Olímpica.

As diferenças fundamentais entre estes estudos para o *core* e a proposta de Hélio Duarte:

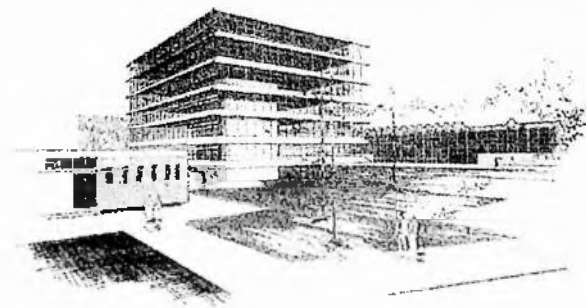
- O lago do *core* de 1956 dividia o espaço em dois, um da vivência e outro de praça cívica; a praça de 1962-63 integrava o espaço, embora o Centro Social ou Centro de Vivência permanecesse à margem;
- Duarte propusera um novo edifício para a Reitoria, aceitando que o prédio que vinha sendo construído desde 1951 fosse utilizado pela FFCL;
- Duarte implantara a Torre e o Auditório do projeto do Centro Cívico de 1954 elaborado por Rino Levi.

O *core* da Cidade Universitária da USP nunca foi construído.

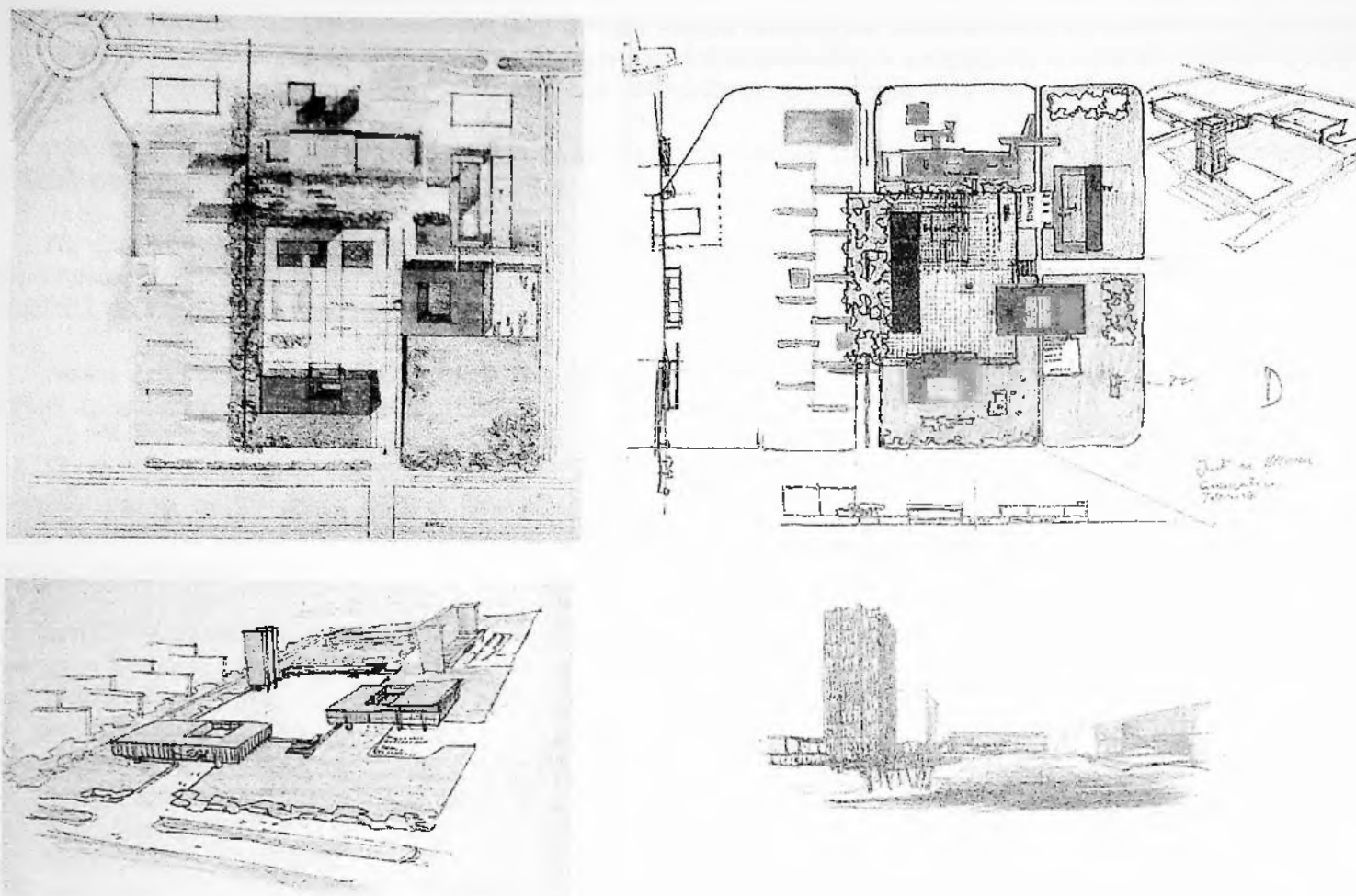
⁴⁹ Os estudos de Bratke para o *core* da Cidade Universitária da USP foram publicados em SEGAWA, Hugo; DOURADO, Guilherme Mazza. *Oswaldo Arthur Bratke*. São Paulo: ProEditores, 1997.



Universidade de São Paulo. Maquete do Centro Social – 1962. arq. Rino Levi.
 Fonte: GUERRA, 2001, p. 245.



Universidade de São Paulo. Centro Social – 1962. arq. Rino Levi.
 Fonte: GUERRA, 2001, p. 245.



Universidade de São Paulo. Estudos para o core. arq. Oswald Bratke.
Fonte: SEGAWA, 1997, p. 228 a 233.

As realizações do período 1959-1962

Alguns indicadores dão idéia da grande produção de projetos e obras no quadriênio 1959-1962 na Cidade Universitária. Como as obras de infra-estrutura na Cidade Universitária:

- Rede de distribuição de água potável: foram executados 8.401m.
- Rede de águas pluviais: foram assentados 11.343m² de tubos pré-moldados de concreto, 750 m de canal a céu aberto em concreto armado (seção trapezoidal com 4,80m de fundo e 9,00m de boca), 510m de galeria simples de concreto armado de seção semi-circular, 50m de galeria dupla de concreto armado (seção quadrada de 1,65 x 1,65m), 464m de galeria dupla de concreto armado (seção quadrada com 1,25 x 1,25m), 944m de galeria simples de concreto (seção 1,67 x 1,20m).
- Terraplenagem com corte, transporte, deposição e compactação de 1.632.816m³.
- Foram abertas 267.572m² de vias e assentados 9.141 m de guias e sarjetas.
- Pavimentação asfáltica executada: 215.227m²; passeios de lajotas: 3.896m².
- Pontes: foram executadas duas sobre o canal a céu aberto e estavam sendo executadas duas sobre o Ribeirão Pirajussara.
- Foram plantados cerca de 120.000m² de jardins; 200.000 mudas de diversas espécies estavam sendo cultivadas no viveiro da Cidade Universitária.

- Para a distribuição de energia em alta tensão foram colocados: posteamento de concreto e mais de 23 quilômetros de linha de alta tensão, 39 estações transformadoras suspensas e uma em plataforma, além de 5 outros transformadores, 7 cabines transformadoras e uma sub-estação abaixadora.

Até 1959 a área total dos edifícios construídos na Cidade Universitária era 52.989m² e existiam mais 40.930m² de obras iniciadas.

No quadriênio 1959-62 foram concluídos 32.818m² de obras iniciadas até 1959 na Cidade Universitária e foram construídos mais 42.261m² de obras novas. Em 1962 ainda havia outros 59.631m² de estruturas e 107.565m² de fundações executadas.

Havia em 1962 outros 130.764m² de edifícios projetados para a Cidade Universitária (além do Setor de Esportes, que estava em cálculo estrutural) ainda não iniciados.

O Fundo contratou também projetos de edifícios fora da área da Cidade Universitária, mediante convênios, como os firmados com a Secretaria da Saúde e a Secretaria da Segurança: 153.116m² para o Instituto Butantã e 46.604m² para a Escola de Polícia (desta última metragem, até 1962 foram executados 32.740m² de fundações).

Em 1962 estavam elaborados os projetos para os seguintes edifícios do Setor 3, que era o de Ciências Humanas e Sociais, totalizando 104.045 m²:

- Letras, 21.131m²;
- História e Geografia, 16.000m²;
- Geologia, 20.227m²;
- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 17.667m²;
- Sociologia, 16.000m² e
- Matemática, 13.020m².

As fundações destes edifícios estavam executadas (à exceção dos prédios das Letras e da Matemática). O prédio da História e Geografia tinha 70% de sua estrutura concluída em 1962.

Como se vê, o total de área a ser construída no Setor de Humanas era menor que o total previsto para o Instituto Butantã e pouco mais que o dobro da área da Academia de Polícia.

O Setor 6 era o do Centro de Vivência. Para esse setor foi concluído o prédio da Reitoria. O Conjunto Residencial e restaurante, 47.100m², estavam em 1962 com 50% da estrutura e 30% do acabamento prontos, mas deveriam estar concluídos até 30 de março de 1963, a fim de alojar os atletas para os IV Jogos Panamericanos.

O Centro Social (edifício principal, centro de saúde, hotel, posto de gasolina e marquises), com 26.700m², tinha 20% das fundações executadas em 1962.

Anexo ao final da tese apresenta informações detalhadas sobre as construções nos setores da Cidade Universitária durante o Plano de Ação.

Apesar da execução das fundações de vários edifícios, poucas obras foram concluídas. Dos projetos do setor de Ciências Humanas e Sociais somente os edifícios da História e Geografia e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo foram construídos, anos mais tarde.

No balanço das realizações do período 1959-1962 alguns aspectos ficam evidentes: em primeiro lugar, o governo do Estado, através de suas Secretarias, ampliou o escopo de trabalho do Fundo de Construção da Cidade Universitária, incluindo o Instituto Butantã e a Academia de Polícia como áreas a serem planejadas e edificadas também nestes quatro anos de gestão.

A criação dos Institutos, oficializada nos novos Estatutos da USP em final de 1962, exigiu previamente o exame da estrutura disciplinar das faculdades para identificar cadeiras afins, o que foi realizado entre 1960 e 1961, restando menos tempo da gestão para a elaboração dos projetos e a construção dos edifícios.

Em terceiro lugar, permanecia o problema da execução de infra-estrutura para a Cidade Universitária do Butantã, que ainda exigiu razoável empenho da gestão 1959-1962.

Também havia edifícios de gestões anteriores ainda em construção, como alguns dos blocos do edifício do Biênio da Escola Politécnica, que foram concluídos no período 1959-1962.

Por último, não houve preocupação em focar na construção de alguns dos novos edifícios, mas distribuíram-se os recursos iniciando paralelamente uma série de obras; várias só tiveram executadas as fundações ou foram construídas até a estrutura, sem tempo hábil (e verbas) para mais do que isto, o que leva a crer que era esperado um prosseguimento da gestão, mais quatro anos para a conclusão dos trabalhos.

CAPÍTULO VI

A expansão da demanda pelo ensino superior e a Reforma Universitária. A alteração do projeto da Cidade Universitária da USP.

Anos de crises e rupturas: 1962 a 1968. Mudança do modelo de desenvolvimento nacional. Mudança do regime político.

A pressão pela expansão das vagas no ensino público superior e a Reforma Universitária. Mudança do modelo de ensino superior nacional: da Grande École ao Campus.

As novas diretrizes legais: a plena utilização dos recursos materiais e humanos e o retorno dos cursos básicos.

As alterações na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira": o abandono do Plano de 1961-63 e do princípio da convivência. A fragmentação da Faculdade de Filosofia.

A substituição da Arquitetura Moderna Paulista na Cidade Universitária. Sistemas construtivos modulares expansíveis na USP.

"Campus é o termo empregado na tradição universitária americana para designar uma área onde se encontram as instalações de uma universidade ou College, aí compreendidas as residências de estudantes e professores. O conceito está ligado a uma certa concepção da Universidade como todo integrado e formando uma comunidade de mestres e alunos, situada fora das grandes cidades. A tradição do campus universitário parece remontar à Universidade de Virgínia, cujo campus foi projetado por Thomas Jefferson, entre 1817 e 1825. Amplos gramados, pavilhões para aulas, residências para professores alternadas com dormitórios para estudantes e no centro a Biblioteca dominando a 'academical village'.

Independente desta concepção residencial da universidade, tipicamente anglo-saxônica, campus representa, hoje, a integração espacial que é uma condição altamente conveniente para realizar-se a integração estrutural e funcional da universidade, concebida como totalidade organicamente articulada, em vez de simples coleção de estabelecimentos auto-suficientes. Assim, os princípios de integração e organicidade da atual reforma, só podem objetivar-se plenamente no campus ou seu equivalente, entre nós, a cidade universitária.

Atualmente, a idéia de campus tende a generalizar-se, sendo adotada também nos países europeus. As modernas universidades de Bochum, Constança, Bielefeld, Ulm, foram projetadas segundo o princípio do Campus universitário".

(Parecer número 848/68 do Conselho Federal de Educação, Câmara do Ensino Superior, sendo Relator o Conselheiro Newton Sucupira, que evidenciava a integração universitária como uma das bases da Reforma Universitária dos anos 60).

194

Anos de crise e rupturas: 1962 a 1968

Mudança do modelo de desenvolvimento nacional. Mudança do regime político.

A evolução da economia brasileira entre 1955 e 1975, conforme Paul Singer¹ na obra *A Crise do "Milagre": interpretação crítica da economia brasileira*, que reuniu artigos e ensaios produzidos de 1972 a 1975², foi a seguinte: na segunda metade da década de 50 o processo de industrialização que vinha ocorrendo desde aproximadamente 1935, sofreu visível aceleração. Sob o governo de Juscelino Kubitschek houve a mudança da Capital Federal, a construção de extensa rede rodoviária interligando através de Brasília as várias regiões do país, a implantação da indústria automobilística, a expansão da siderurgia, a construção de grandes usinas hidrelétricas, etc.

Os recursos necessários tanto para serem diretamente invertidos pelo Estado como para subsidiar o capital privado foram gerados principalmente mediante déficits no orçamento da União, cobertos por emissão de moeda.

A grande indústria foi a principal favorecida no período, não só porque as obras rodoviárias lhe ofereceram um mercado nacional unificado onde se expandir, mas também por usufruir desde isenções fiscais até economias externas subsidiadas pelos cofres públicos, além de créditos a longo prazo e a juros reais negativos.

A realização do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek resultou em um processo não intencional de concentração de renda em São Paulo e adjacências, que se industrializou de forma acelerada, enquanto a miséria se agravou nas regiões periféricas marginalizadas do processo. A forma utilizada pelo

¹ Paul Singer, 72 anos, é professor titular da Faculdade de Economia e Administração da USP e pesquisador do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento); é secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho.

² SINGER, 1975, pp. 99 a 119.

governo para mobilizar os recursos impediu que a maior procura por força de trabalho efetivamente acarretasse uma melhora do salário real das grandes massas, embora alguns grupos de trabalhadores qualificados de fato fossem beneficiados.

Ao emitir, o Estado lança um imposto indireto sobre todas as transações, na medida em que o crescimento da demanda monetária suscita a elevação de preços. O Estado provoca desta maneira uma "poupança forçada" que aparece, já socializada previamente, nas suas mãos.

A partir de 1959 houve uma clara aceleração inflacionária, que transferiu renda dos assalariados para as empresas, pois estas tinham condições de reajustar seus preços tão logo os custos se elevavam, e renda das camadas pobres para as médias e ricas.

A conjuntura econômica mundial não favorecia uma ampliação das exportações (o período pós-guerra da Coréia acarretou um declínio dos preços das matérias-primas que também atingiu o Brasil), mas era favorável à obtenção de capital estrangeiro sob a forma de investimentos diretos (a reconstrução pós-bélica da Europa estava se encerrando e os capitais americanos e europeus assim liberados, estavam à procura de novos campos de inversão). Explica-se, desta maneira, que uma parte significativa dos ramos industriais que estavam sendo implantados no Brasil foi, desde o início, dominada por subsidiárias das multinacionais. Apesar da entrada relativamente vultosa de capital estrangeiro, a balança de pagamentos tendia a apresentar déficits e o país acumulou, neste período, ponderável dívida externa.

No fim da década de 50, a economia estava crescendo a pleno vapor, mas a inflação aumentava cada vez mais e os salários reais dos trabalhadores, apesar da elevação da produtividade, tendiam a cair. Para recuperar seu poder aquisitivo, a classe operária foi obrigada a mostrar uma militância cada vez maior, o que levou a médio prazo à radicalização política das massas.

A crise política que se abre em agosto de 1961, com a renúncia do presidente da República, contribuiu para agravar os problemas econômicos (em final de 1962 o custo de vida na Guanabara tinha aumentado em mais de 50%). A partir do ano seguinte, a taxa de crescimento da economia começou a cair, atingindo seu ponto mais baixo entre 1963 e 1965, quando o produto *per capita* chegou a diminuir, a economia manteve-se em depressão, caracterizada por curtos períodos de expansão, interrompidos por sucessivas recessões, até pelo menos 1967.

A situação do balanço de pagamentos piorou com a diminuição da entrada de capital estrangeiro no Brasil, o que inicialmente (1961) pode ser atribuído à incerteza política reinante, mas que continuou em queda, mesmo após 1964, devido à depressão em que se encontrava a economia.

O impasse político acabou com a derrubada do governo presidido por João Goulart, pelas Forças Armadas e sua substituição por um regime autocrático, que imediatamente passou a um "modelo" de desenvolvimento que visava controlar o aumento dos preços pela contenção da demanda monetária. Neste "modelo" o andamento da economia é basicamente determinado pelos mecanismos de mercado, a intervenção estatal é reduzida ao mínimo e toda primazia política e social é dada à "iniciativa privada" (leia-se: capital particular)³.

A inflação acabou sendo dominada, mas sua taxa só baixou a níveis "toleráveis", isto é, de menos de 25% - a partir de 1967. A restauração da confiança política do regime esteve longe de provocar a recuperação do nível de investimentos e as entradas de capital do exterior foram decepcionantes. O nível de investimentos começou a cair em 1964, atingindo seu ponto mais baixo em 1965, para só voltar a crescer de forma nítida a partir de 1968.

As novas formas de mobilizar recursos para a acumulação que não as de caráter inflacionário (até então utilizadas) que o governo militar encontrou foram principalmente a elevação da receita pública mediante reforma

³ Inclusive a expansão de vagas no ensino superior.

do fisco e a criação de novos fundos parafiscais, como o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), o Programa de Integração Social (PIS), etc.

A elevação da receita fiscal foi possível porque os inúmeros obstáculos políticos que se opunham antes de 1964 foram eliminados pela centralização do poder de decisão no Executivo Federal, a partir daquele ano.

Como de 1963 a 1968 os impostos indiretos, carregados pelos consumidores e que têm incidência regressiva (quanto mais elevados os salários, tanto menor a proporção dos mesmos gasta com o imposto), cresceram mais que os diretos⁴ (como o imposto de renda), houve concentração de renda. Assim, a fonte principal dos recursos empregados nas inversões públicas ou que o Estado passou a transferir ao setor privado sob a forma de crédito continuou sendo os assalariados e setores como certas categorias de pequenos produtores (SINGER, 1975, pp. 99 a 119).

O Estado instalado em 1964 no Brasil alinhou-se incondicionalmente aos EUA, buscando ajuda técnica e financeira, e obteve generosos empréstimos do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), e de outras instituições, públicas e privadas, além da vinda de milhares de consultores técnicos para atuar junto aos governos federal e estaduais, às superintendências regionais de desenvolvimento e às empresas estatais. A universidade brasileira também sofreu a atuação desses consultores, indiretamente pelo seu emprego no Ministério da Educação e diretamente pelos cursos, seminários e treinamentos voltados para o seu corpo docente e administrativo (CUNHA, 1985, pp. 12 e 13).

A pressão pela expansão das vagas no ensino público superior e a Reforma Universitária. Mudança do modelo de ensino superior brasileiro: da Grande École ao Campus.

196

A modernização do ensino superior brasileiro foi um processo longo, que se desenvolveu por múltiplas formas e teve suas raízes bem antes das reuniões do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária ou dos consultores norte-americanos da Equipe de Planejamento do Ensino Superior (MEC-USAID⁵). A concepção de universidade calcada nos modelos americanos não foi imposta pela USAID, mas já vinha sendo buscada por educadores e professores brasileiros.

Uma das influências no sentido da modernização do ensino teria sido a participação de bolsistas brasileiros em universidades estrangeiras, aumentada com a criação do Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq⁶ e da Campanha (depois Coordenação) do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES⁷, criados ambos em 1951; dez anos depois o governo norte-americano intensificava a concessão de bolsas de estudos a brasileiros, através da USAID (CUNHA, 1985, p. 25).

Outra raiz da reforma universitária seria a existência de três instituições modelares do ensino superior moderno, seguindo o estilo norte-americano: o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que começou a funcionar em 1947; a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, cuja criação foi aprovada em 1951 pelo Conselho Universitário da USP, e a Universidade de Brasília, criada em 1962 (CUNHA, 1985, pp. 27 e 28).

⁴ O que aumentou substancialmente no período foram as contribuições previdenciárias, que embora tenham caráter direto são também regressivas, pois possuem um teto.

⁵ *The United States Agency for International Development* (Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional) – USAID, foi fundada em 1961 pelo presidente John F. Kennedy; este organismo governamental norte-americano é encarregado da aplicação dos projetos de auxílio externo, atuando nos terrenos político, social e econômico.

⁶ O CNPq criou seus próprios institutos de pesquisa especializada; em 1955 eles já eram cinco: o Instituto de Energia Atômica; o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; o Instituto de Matemática Pura e Aplicada; o Instituto de Pesquisas Rodoviárias e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (CUNHA, 1985, p. 27).

⁷ Anísio Teixeira foi Diretor Geral do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP (1952-64) e Secretário Geral da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior – CAPES de 1951 a 1964.

Estilo norte-americano?

1951
1962:

1951
1964
bolsas
1947

1945 - 1971
1950

O Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA, integra o Centro Técnico da Aeronáutica, criado em 1945. O ITA, escola de engenharia mecânica, eletrônica e aeronáutica, começou a funcionar no Rio de Janeiro, transferindo-se em 1950 para São José dos Campos, SP. Algumas das inovações acadêmicas no ITA foram as seguintes: a não existência de professores catedráticos; a organização departamental; os professores e os estudantes residindo nas instalações do instituto e dedicando-se exclusivamente ao ensino e à pesquisa; os professores estarem à disposição dos estudantes fora do tempo das aulas; o currículo flexível, podendo-se acrescentar ou subtrair disciplinas; as cinco séries do curso estavam divididas em uma parte "fundamental" de dois anos e uma parte "profissional"; e cursos de pós-graduação (CUNHA, 1985, pp. 27 e 28).

1952

A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, cujos planos foram traçados por Zeferino Vaz, professor catedrático da Faculdade de Medicina Veterinária da USP, começou a funcionar em 1952, trazendo modificações em relação às demais unidades daquela Universidade: associação do regime de cátedras ao de departamentos; integração das atividades de ensino e pesquisa nos diversos departamentos e cátedras; adoção de regime de tempo integral para todos os professores, inclusive os das clínicas; adoção de períodos semestrais para algumas disciplinas⁸ (CUNHA, 1985, pp. 29 e 30).

1953 - 1960

Uma iniciativa pela reforma das universidades brasileiras bem anterior a 1969 foi a atuação da Comissão Coordenadora dos Planos dos Institutos. A COSUPI, criada experimentalmente em 1958 (portaria ministerial nº 102) e instituída em 1960 (decreto federal nº 49.355, de 28 de novembro), propunha a reforma da universidade em razão do surgimento de novas técnicas.

1956

Essa Comissão propunha a constituição de dois tipos de organismos: os Institutos, destinados ao estudo e à pesquisa e as Escolas ou Faculdades, dedicadas aos conhecimentos e às práticas indispensáveis ao exercício das diversas profissões. Como já foi visto no presente trabalho, foi esta a estrutura adotada pela USP na Capital a partir de 1956.

O "programa de reestruturação das universidades sugerido pela COSUPI visava à instauração de um novo conceito de universidade, de feição científico e tecnológico, nos moldes e diretrizes seguidas, a partir de 1945, no Centro Técnico de Aeronáutica e no Instituto Técnico de Aeronáutica de São José dos Campos. Convém assinalar que a vinculação da pesquisa aos institutos, proposta no programa da COSUPI, [foi] posteriormente consagrada no parágrafo 2º do artigo 79 da Lei de Diretrizes e Bases [de 1961], o que implica a idéia de uma esdrúxula separação entre ensino e atividades de pesquisa. A reformulação do conceito de docência e de carreira do magistério, assim como o novo conceito de educação universitária constituíram os objetivos fundamentais propostos pela COSUPI" (Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior – Relatório MEC-USAID, apud ANTUNHA, 1974, pp. 189 e 190).

1961

A estrutura da Universidade de Brasília se baseou essencialmente em institutos centrais, conforme recomendava a COSUPI. A Lei de Diretrizes e Bases, editada cinco dias após a que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação da Universidade de Brasília (Lei nº 3.398, de 15/12/1961), possibilitou a criação dos Institutos Centrais nos moldes propostos para a nova universidade. "Surgia, assim, um novo modelo universitário brasileiro, em que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras desaparecia inteiramente" (ANTUNHA, 1974, p. 190).

Mas por quê a Reforma Universitária tornou-se emergencial nos últimos anos da década de 1960, vencendo as resistências e após o cerceamento da experiência pedagógica da Universidade de Brasília?

⁸ Estas características inovadoras trouxeram o apoio financeiro da Fundação Rockefeller, que já financiava a Faculdade de Medicina da USP na Capital; em 1953 a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência realizou em Ribeirão Preto a sua VI Reunião Anual, celebrando a faculdade como revolucionária do ensino médico no Brasil; em 1956 foi a vez da Associação Médica Brasileira realizar naquela cidade um congresso nacional sobre o ensino médico, disseminando-se assim os padrões de um ensino universitário modernizado (CUNHA, 1985, pp. 29 e 30).

A década de sessenta foi decisiva para o desenvolvimento das universidades no mundo todo, e não apenas no Brasil, pois estes anos assistiram a um agravamento das tensões mundiais. Manifestações estudantis como as de maio de 1968 em Paris colocaram em pauta a necessidade de profundas alterações nas instituições, inclusive universitárias.

No Brasil, além deste quadro externo, contribuíram também o momento político nacional e o problema dos chamados "excedentes" (candidatos que nos exames vestibulares atingiam a nota pré-estabelecida como de aprovação, mas não conseguiam vaga), que sensibilizou a opinião pública.

O crescimento populacional e o desenvolvimento econômico e social nacional, com a elevação do nível de aspirações da população e o conseqüente aumento da procura de vagas no ensino superior brasileiro, foram acontecimentos que mais diretamente tiveram a ver com a crise e a necessidade de mudanças profundas na universidade brasileira (ANTUNHA, 1974, p. 154).

Como se observa no quadro a seguir, além do aumento populacional, ocorreu no Brasil o fenômeno da urbanização, e é basicamente da população urbana que saem as fileiras de candidatos a uma vaga universitária. Em 1940 menos de um terço da população brasileira morava em áreas urbanas; entre 1960 e 1970 a população urbana tornou-se maioria no país, e é neste momento que surge o problema dos "excedentes".

POPULAÇÃO BRASILEIRA 1940 – 2000

População (em milhares)	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População brasileira total	41.236	51.944	70.070	93.139	119.002	146.825	169.799
População brasileira urbana	12.880	18.782	31.303	52.084	80.436	110.990	137.953

Fonte: Censos Demográficos - FIBGE

Também é possível notar nos dados abaixo que a população do Município de São Paulo suplantou a do Município do Rio de Janeiro, sede da capital nacional até 1960, nos resultados registrados no Censo Demográfico deste mesmo ano. Em trinta anos, de 1940 a 1970, a população do Município de São Paulo aumentou mais de quatro vezes.

POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO 1940 – 1991

População (em milhares)	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Município do Rio de Janeiro	1.764	2.377	3.307	4.252	5.091	5.473
Município de São Paulo	1.326	2.198	3.825	5.925	8.493	9.627

Fonte: Censos Demográficos – FIBGE, *apud* FICHER, Sylvia. Espaço & Debates nº 37, p. 61.

No período de 1960 a 1970 a parcela da população brasileira residente em cidades tornou-se majoritária e nestes anos São Paulo foi o grande pólo de atração de migrantes (tendência que se acentuou na década seguinte).

Entre 1960 a 1970 as matrículas de cursos superiores de graduação em todo o país cresceram acentuadamente, passando de 93.202 em 1960 para 374.077 matrículas em 1970 [quatro vezes mais],

principalmente devido à criação em escolas privadas de cursos que podiam ser dados com reduzido equipamento e material e com uma quantidade excessiva de alunos por classes (número não limitado na legislação federal do ensino superior) (ANTUNHA, 1974, p. 155). No entanto, a população brasileira cresceu entre 1960 a 1970 cerca de 1,3 vezes (a parcela urbana da população brasileira cresceu aproximadamente 1,7 vezes de 1960 a 1970). Houve uma massificação ou uma democratização do acesso à educação superior no Brasil nestes anos, uma vez que ocorreu maior crescimento de vagas do que de população, embora isto possa ter implicado em perda de qualidade.

O número de candidaturas (um mesmo candidato poderia concorrer a diversas vagas ao mesmo tempo) aos cursos da USP em 1960 foi de 8.236 e no ano de 1969 já eram 31.984. As vagas de primeiro ano oferecidas na USP no mesmo período foram 2.334 em 1960 e 5.704 vagas em 1969 (ANTUNHA, 1974, pp. 157 e 158). Ou seja, em 1960 haveria no máximo 5.902 candidaturas "excedentes" (se todas as vagas fossem preenchidas) e em 1969 haveria cerca de 26.280 candidaturas "excedentes": Em menos de dez anos o problema mais que quadruplicara.

No período de 1965 a 1970 foram trocados os papéis desempenhados pelo setor público e o setor privado no Brasil quanto ao ensino superior: em 1965 houve 88.989 matrículas no setor público e 66.795 matrículas no setor privado; em 1970 as matrículas foram de 210.913 no setor público e 214.865 no setor privado. A partir de 1970 a dianteira passou a caber ao setor privado, acentuando-se cada vez mais a diferença de capacidade entre os setores; em 1975 já eram 662.323 matrículas no ensino superior privado e 410.225 matrículas no ensino superior público no Brasil⁹.

Assim, apesar da solução encontrada pelo Governo Federal para a expansão de vagas no ensino superior ter sido a de delegá-la à iniciativa privada, as universidades públicas brasileiras sofreram um processo de crescimento acelerado; em 5 de setembro de 1972 o Presidente Médici inaugurou na Cidade Universitária do Rio de Janeiro (Fundão) diversas obras de construção que permitiriam elevar a capacidade do campus de 7 para 19 mil alunos nas áreas da Tecnologia, Ciências Médicas e Matemáticas, Educação Física e Desportos¹⁰ (*Folha de São Paulo*, 06/09/1972).

O estabelecimento de princípios e normas preliminares da Reforma Universitária que seria depois implantada pelo governo federal foi feito através dos decretos-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966 e nº 252, de 28 de fevereiro de 1967. Nestes dispositivos já se encontra a diretriz da integração universitária e a menção a ciclos básicos, pontos importantes da futura Reforma.

O artigo 1º do decreto-lei 53 de 1966 estabeleceu que "as universidades federais organizar-se-ão com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade de suas funções de ensino e pesquisa e assegurem a plena utilização de seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes".

O artigo 2º do decreto-lei nº 53 determinou:

"Na organização das universidades federais, observar-se-ão os seguintes princípios e normas:

- I - Cada unidade universitária – Faculdade ou Instituto – será definida como órgão simultaneamente de ensino e pesquisa em seu campo de estudos;
- II - O ensino e a pesquisa básicos serão concentrados em unidades que formarão um sistema comum para toda a Universidade;
- III - O ensino de formação profissional e a pesquisa aplicada serão feitos em unidades profissionais afins dentre as que se incluam no plano da Universidade;

⁹ Fonte dos dados: IUPERJ, Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior, Banco de Dados: Graduação, in SCHWARTZMAN, Revista USP, número 8, dez/jan/fev 1990-91. Note-se a diferença em relação ao total de matrículas de cursos superiores de graduação no Brasil apresentados por ANTUNHA para o ano de 1970.

¹⁰ Áreas consideradas relevantes para o desenvolvimento nacional pelo governo militar: note-se que não foi proposta expansão da área de Humanas.

Reforma
Universitária
1967

- IV – O ensino e a pesquisa desenvolver-se-ão mediante a cooperação das unidades responsáveis pelos estudos envolvidos em cada curso ou projeto de pesquisa;
- V - As atividades previstas no item anterior serão supervisionadas por órgãos centrais para o ensino e a pesquisa, situados na administração superior da Universidade [...]”.

O artigo 2º do decreto-lei 252 estabeleceu que “as unidades universitárias dividir-se-ão em subunidades denominadas Departamentos, cujos chefes constituirão, na forma dos Estatutos e Regimentos, o Conselho Departamental a que se refere o artigo 7º da Lei 4.924, de 20 de dezembro de 1961.

§ 1º - O Departamento será a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica e de distribuição de pessoal.

§ 2º - O Departamento compreenderá disciplinas afins e congregará professores e pesquisadores para objetivos comuns de ensino e pesquisa [...].

§ 3º - Compete ao Departamento elaborar os seus planos de trabalho, atribuindo encargos de ensino e pesquisa aos professores e pesquisadores, segundo as especializações.

§ 4º - A chefia do Departamento caberá a professor catedrático, a professor titular ou a pesquisador-chefe, na forma do estatuto ou regimento [...]”.

O artigo 3º do decreto-lei 252 dispunha sobre a organização e o funcionamento das unidades de ensino e de pesquisa básica, que se referiam às “áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em vista de ulteriores aplicações” (estas áreas, conforme o parágrafo único deste artigo seriam: ciências matemáticas, físicas, químicas e biológicas, geociências, ciências humanas, filosofia, letras e artes”.

Esta legislação era restrita às Universidades Federais, não dizia respeito à USP. Mas as áreas fundamentais dos conhecimentos humanos citadas no artigo 3º do decreto-lei 252 coincidiam com os Institutos básicos e o Setor de Humanas do Plano de 1961-63 para a Cidade Universitária da USP na Capital (a Arquitetura representando as Artes).

Na política traçada para o ensino superior pelo Governo do Estado de São Paulo em 1967 verifica-se que o mesmo estava profundamente afinado com a esfera federal. E a questão central desta política não era a da estrutura da Universidade, mas sua capacidade em absorver a crescente demanda por vagas e em atender às necessidades do mercado.

Roberto Costa de Abreu Sodré¹¹, eleito indiretamente para governar o Estado de São Paulo de março de 1967 a março de 1971, teve como uma de suas constantes preocupações a Reforma da Universidade e a questão dos “excedentes”. Nomeou como secretário da Educação e Cultura o ex-reitor da USP Antonio Barros de Uihôa Cintra.

Esta foi uma fase na qual houve várias substituições na Reitoria da Universidade de São Paulo. Em 1967 o Reitor da Universidade de São Paulo era o Professor Luiz Antônio da Gama e Silva, da Faculdade de Direito, em seu segundo mandato (o primeiro foi de junho de 1963 a junho de 1966; o segundo de julho de 1966 a julho de 1969). Gama e Silva assumiu o Ministério da Justiça em março de 1967 e foi substituído pelo Vice-Reitor Professor Mario Guimarães Ferri, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, até 1968. No ano de 1968 e em parte de 1969 o Vice-Reitor Professor Hélio Lourenço de Oliveira, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, exerceu o cargo de Reitor e no restante do ano de 1969 foi a vez do Vice-Reitor Professor Alfredo Buzaid, da Faculdade de Direito.

¹¹ Roberto Costa de Abreu Sodré nasceu em São Paulo em 1918; formou-se em direito pela Faculdade do Largo de São Francisco na turma de 1942. Em 1945 foi um dos fundadores da União Democrática Nacional – UDN, tornando-se membro da sua Comissão Executiva Nacional e secretário geral da Executiva Estadual. Em 1966 foi um dos fundadores da Aliança Renovadora Nacional – ARENA, quando se instalou o bipartidarismo no Brasil, no início da ditadura militar. Foi o primeiro governador a ser eleito indiretamente, para o exercício de 1967 a 1970, tendo exercido o cargo de março de 1967 a março de 1971. Faleceu em 1999, em São Paulo (site do Governo do Estado de São Paulo).

departamento
conselho

1967
S.P.

Em novembro de 1969 assumiu um novo Reitor na USP, o Professor Miguel Reale, da Faculdade de Direito, com mandato até novembro de 1973.

7962
Abreu Sodré exerceu uma grande pressão sobre as instituições públicas paulistas de ensino superior, em especial sobre a Universidade de São Paulo, no sentido da implementação da Reforma Universitária e da criação de mais vagas, como se verifica em vários de seus pronunciamentos entre março e maio de 1967, publicados sob o título *A Renovação do Ensino Superior: Diretrizes da Política Universitária do Governo do Estado de São Paulo*.

O problema dos "excedentes" deixara de ser do âmbito das universidades públicas para se tornar um incômodo político que o governo federal tentava eliminar, pressionando as universidades públicas, e não só as mantidas pela União. O governador do Estado de São Paulo, embora estivesse comprometido politicamente com a esfera federal, tomou a iniciativa de traçar diretrizes da política universitária para tentar restringir ao âmbito paulista as decisões sobre a USP e outras instituições estaduais de ensino superior. A Universidade de São Paulo na época não dispunha de autonomia orçamentária e toda verba dependia do Governador do Estado, conferindo ao ocupante deste cargo o poder de decisão nos assuntos universitários.

Em um dos textos integrantes de "A Renovação do Ensino Superior: Diretrizes da Política Universitária do Governo do Estado de São Paulo", uma carta datada de 17 de abril de 1967 e endereçada ao Ministro Tarso Dutra, da Educação e Cultura, sobre o problema dos chamados "excedentes", Sodré expôs que, sob o seu ponto de vista, este problema decorria de falhas de planejamento da rede de escolas superiores.

Segundo Sodré, o Estado que governava tinha um papel menor nessa culpa dos poderes públicos, "pois o esforço deste Estado, no setor da educação, é gigantesco. O orçamento de nossa Secretaria da Educação, sem incluir o ensino superior, é quase igual ao do Ministério da Educação e Cultura. Mantemos, às expensas dos cofres públicos estaduais, uma Universidade com 33 anos de funcionamento, uma segunda universidade criada em 1962, e dezessete institutos isolados de ensino superior. Às expensas dos cofres públicos municipais, 10 escolas superiores já estão em funcionamento. Enquanto isso, apenas um outro Estado, a Guanabara, mantém uma universidade, e isto há poucos anos. Em todos os demais, é a União que custeia o estudo superior, e a União mantém em São Paulo apenas uma faculdade, a Escola Paulista de Medicina" (SODRÉ, 1967, pp. 33 e 34, grifos nossos: note-se a expressiva existência de estabelecimentos isolados).

O Ministério da Educação e Cultura, segundo Sodré, havia proposto um convênio às universidades, objeto de decreto do Presidente da República, com o objetivo de "aumento de vagas com aproveitamento de candidatos dos cursos de habilitação realizados no ano letivo de 1967" [ou seja, aproveitamento dos "excedentes"]. Mas o Governo paulista já suportava um enorme ônus com o ensino superior e não poderia admitir rebaixamento do alto padrão de seu ensino universitário.

O governador Sodré concluía a referida carta explicando que em seu recente discurso de paraninfo dos formandos de Medicina Veterinária da USP, havia exortado as congregações de professores [daquele e de todos os outros estabelecimentos de ensino superior] a uma revisão cabal dos processos de ensino, de forma a utilizar a capacidade ociosa das escolas, dinamizar os currículos, e ampliar as matrículas.

Em aula inaugural na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, em 6 de março de 1967, Abreu Sodré expôs como deveria ser a escola superior brasileira (ou a universidade):

"É preciso, ainda, fazer uso adequado dos princípios de autonomia e descentralização trazidos pela lei de Diretrizes e Bases da Educação [de 1961]. E partir, resolutos, para iniciativas e experimentações no campo da ciência da administração da escola, organizando-a à maneira da empresa privada e sem a total dependência das subvenções dos cofres públicos. O equilíbrio financeiro é a única segurança da autonomia universitária. E ele pode ser atingido, quando a escola adotar métodos empresariais, cobrar anuidades aos que podem pagar; solicitar a contribuição que os ex-alunos têm o dever de dar; promover campanhas para angariar fundos; realizar investimentos; contratar a produção de seus serviços. A este respeito, reconhecemos que ínfima tem sido, até

agora, a contribuição da maioria das empresas industriais e do comércio" (SODRÉ, 1967, p.5, grifos nossos: a substituição do modelo francês pelo norte-americano).

O governador Abreu Sodré, em discurso proferido no Conselho Universitário da Universidade de São Paulo em 8 de março de 1967, tratou da política educacional do governo do Estado de São Paulo. As diretrizes desta política eram:

- Quanto ao ensino, uma ampliação das oportunidades educacionais, mas com o uso judicioso dos recursos disponíveis [entenda-se uma maior eficiência da Universidade, com a criação de mais vagas sem onerar – ou onerando pouco – os cofres públicos e sem quebra do alto padrão da Universidade];
- Quanto à pesquisa, sua vinculação ao ensino na Universidade; uma escala de prioridades, segundo as disponibilidades do erário público, com preponderância da atenção às necessidades mais urgentes do país, mas preservando-se a pesquisa desinteressada;
- A estruturação do ensino pós-graduado e de programas de atualização educacional; a pós-graduação como a mais autêntica simbiose ensino-pesquisa, acentuando o valor educacional dos cursos interdisciplinares e a criação de novos cursos em todos os campos da ciência;
- O reconhecimento de que as disciplinas perderam sua qualidade sectária, sua compartimentação;
- A correlação entre os currículos e uma economia em expansão; a inclusão de novos campos profissionais (grifos nossos: ênfase na tecnologia e na adequação ao mercado, às necessidades do capital, metas também do governo federal, para que o país pudesse participar da divisão internacional do trabalho).

Para acomodar um muito maior número de alunos, preservando o alto padrão da Universidade, Sodré propunha o crescimento planejado, incluindo a operação das escolas durante o ano todo, em diferentes turnos, e a utilização dos laboratórios, salas de aula e demais recursos, durante o dia todo. Deveria ser ampliado o número de docentes e criados incentivos para que houvesse a sua dedicação exclusiva à Universidade.

Deveria ser prevista a expansão das instalações, quando eliminada sua capacidade ociosa. A criação de novas unidades de ensino superior estaria inserida neste planejamento cuidadoso, em termos de descentralização sem isolamento; de regionalização sem servir a interesses políticos ou vaidades locais; de atendimento das aspirações dos jovens a uma preparação superior, "sem fazer da escola pública um luxo para benefício de uma aristocracia da cultura" (SODRÉ, 1967, pp. 19 a 25, grifos nossos). Com a "descentralização sem isolamento", Sodré estaria acenando com a criação de campi ou universidades, ao invés das tradicionais escolas isoladas.

O governador Sodré, ainda neste seu discurso no Conselho Universitário da USP, citou alguns exemplos de integração universitária realizada em meados dos anos sessenta por universidades estrangeiras, e comentou que "enquanto isso, em São Paulo, criavam-se novos cursos, novas escolas isoladas, novas estruturas – rígidas e nati-velhas – tumultuando o desenvolvimento ordenado do ensino superior, onerando os cofres públicos, desperdiçando, em duplicações supérfluas o pouco que temos de mão-de-obra e de cabeça-de-obra para a educação" (SODRÉ, 1967, p. 23, grifos nossos). Este pronunciamento do governador era, pois, a favor da integração universitária e contra a existência de unidades isoladas.

Os exemplos estrangeiros citados por Sodré foram: a proposta feita em 1964, por professores empenhados na reforma universitária francesa, de supressão das Faculdades tradicionais – pelo menos no nível do ensino fundamental; a Universidade de Constança, Alemanha, onde em 1965 todos os cursos, profissionais ou meramente acadêmicos, foram reunidos em apenas três Faculdades; e a nova Universidade de Essex, Inglaterra, que instituiu departamentos comuns a diferentes Escolas, para dar ênfase às ligações que se desenvolviam então entre as matérias tradicionais. Sodré também mencionou, sem nomear: "já entre nós se reestruturam universidades, concentrando, em unidades comuns, o ensino básico" (SODRÉ, 1967, p. 23). Sodré estava provavelmente se referindo à Universidade de Brasília e à USP, uma vez que ambas dispunham de Institutos básicos.

isoladas + campi

1964/65
França
Alemanha
Inglaterra

USP??



Universidade de Essex. – Inglaterra.
Fonte: MUTHESIUS, 2001, p. 154.

Na mesma data, 20 de abril de 1967, Sodré encaminhou um ofício ao Reitor da Universidade de São Paulo, que tinha o seguinte parágrafo introdutório: "Num país ávido de liderança intelectual e empenhado em eliminar o hiato tecnológico para a afirmação de sua soberania e a promoção do bem estar social, não podem ser poupados esforços e sacrifícios a fim de proporcionar ensino superior ao maior número possível de jovens concluintes dos cursos de grau médio. Num país em que se conquistou arduamente a autonomia universitária e, na Universidade, a excelência nos padrões de ensino, não podem ser admitidas injunções que ponham em risco o nível atingido, e que apenas aparentemente atendendo à vontade de alguns, prejudiquem e enfraqueçam um organismo que atende às necessidades de toda uma coletividade" (SODRÉ, 1967, p. 39).

No mesmo ofício ao Reitor da USP, o governador prossegue: "[...] a universidade tem por missão precípua educar, e precisa promover a melhor utilização de seus recursos, humanos e materiais, de modo a proporcionar a oportunidade de ensino a um sempre crescente número de candidatos; propondo a expansão das matrículas, principalmente para os cursos técnicos e científicos, estamos sugerindo que o "numerus clausus" deixe de ser místico, inflexível, insusceptível de revisão, intocável". Sodré comenta que procurara inteirar-se com o próprio Reitor e com o Presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação da questão dos chamados "excedentes" e assegurar às escolas superiores paulistas todo o apoio às medidas de emergência e aos planos de médio e longo alcance que apresentassem.

Mencionando ao Reitor o seu respeito à autonomia universitária, que em seu governo não serviria de instrumento a qualquer forma de política que não fosse a ciência do governo de escola, mas que não conflitaria com o dever do Chefe do Poder Executivo de zelar pelo interesse público, pela tranqüilidade social, e pelo atendimento a uma necessidade pública, Sodré solicita o exame pelo Conselho Universitário de algumas proposições:

"1º- intensificação dos trabalhos das comissões instituídas na Universidade para o estudo de sua reestruturação, incluindo a previsão de uma reforma por etapas, e estabelecendo como primeira, prioritariamente, a implantação, já em 1968, de uma série universitária ou um curso fundamental comum a todas as faculdades, com substancial criação de vagas;

2° - implantação dos cursos básicos em 1968 simultaneamente com o funcionamento dos cursos tradicionais, como alternativa à proposta anterior, no caso de manifesta inexequibilidade, no prazo fixado, na medida ali indicada;

3° - afirmação de que as instalações e equipamentos das unidades universitárias não são de uso privativo de uma cátedra, mas patrimônio comum da Universidade, devendo adotar-se as medidas que se impuserem para sua utilização em comum pelos cursos, departamentos e cadeiras afins;

4° - a reavaliação, com base em estudos em que participem os professores da primeira série dos cursos de graduação, da capacidade de matrícula, inclusive mediante o revesamento, nos períodos da manhã e da tarde, da utilização de laboratórios, oficinas, 'ateliers' e outras instalações de aulas práticas com as de aulas técnicas, atendendo, na medida do que se considerar pedagogicamente aceitável, ao maior número possível dos chamados 'excedentes'; [...] " (SODRÉ, 1967, pp. 41 e 42, grifos nossos).

O governador oferecia à USP recursos para ampliar faculdades, admitir docentes, estender o regime de tempo integral, desenvolver os estudos de pós-graduação, para que São Paulo tivesse, também quantitativamente, a educação de qualidade que já dispunha, empenhando "todo o seu poder e o seu prestígio, neste Estado e na esfera federal, e se necessário, recorrendo à contribuição técnica e financeira particular [...]" (SODRÉ, 1967, p. 42).

1967
Assim, a política do governo estadual para o ensino superior era a de adesão total e imediata à Reforma Universitária, cuja legislação definitiva ainda nem fora promulgada (só havia a já referida legislação preliminar, restrita às universidades federais).

O Governo Federal, com a Reforma Universitária em 1968, abandonava definitivamente o modelo francês para o ensino superior, de *grandes écoles*, que no caso brasileiro tradicionalmente eram as faculdades de Direito, de Medicina e de Engenharia, isoladas e independentes, para abraçar o modelo norte-americano, de campus universitário. E apesar de permanecer pública, a Universidade não necessariamente seria gratuita.

Apesar da ampliação de vagas que ocorreu na Universidade de São Paulo e em outras instituições de ensino superior mantidas pelo governo estadual, os dados sobre ensino de terceiro grau no Estado de São Paulo no período de 1966 a 1975 evidenciam que o grande aumento de matrículas se deu na rede particular, conforme mostra a tabela a seguir.

Não obstante a manifestação do governador Sodré ao ministro da Educa o e Cultura, a rede federal, que poderia dar o exemplo de expansão com qualidade, já que as diretrizes e o controle do ensino superior cabiam ao Conselho Nacional / Federal de Educa o, foi a que menos cresceu no Estado de São Paulo no intervalo considerado¹², não chegando a dobrar nestes nove anos críticos, enquanto que a rede estadual quase triplicou, a capacidade da rede municipal aumentou mais de seis vezes e a rede particular cresceu nove vezes.

¹² Em 1968 foi criada a Universidade Federal de São Carlos (UFCSar), no interior do Estado de São Paulo, cujas atividades letivas foram iniciadas em 1970, mas com apenas 96 alunos.

Ensino de 3º Grau 1966/1975										
Matrícula inicial segundo a entidade mantenedora no Estado de São Paulo										
Entidade Mantenedora	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Federal	1.146	1.252	1.338	1.383	1.585	1.769	2.402	1.960	2.435	2.207
Estadual	16.614	18.839	23.987	28.827	33.816	38.040	40.558	43.874	49.531	47.890
Municipal	2.928	4.450	7.784	11.602	16.004	16.035	17.524	16.411	16.821	18.274
Particular	29.102	34.147	51.758	66.770	97.921	147.820	200.308	223.977	247.674	264.462
Total	49.790	58.688	84.867	108.582	149.326	203.664	260.792	286.222	316.461	332.833

Fontes:

Governo do Estado de São Paulo / Secretaria de Economia e Planejamento / Departamento de Estatística.

Ensino Superior em São Paulo 1972. Data: 1973.

Governo do Estado de São Paulo / Secretaria de Economia e Planejamento.

Série Estudos e Pesquisas 6 / Ensino de 3º Grau 1975. Data: 1977.

Comparando-se as matrículas iniciais no ensino de terceiro grau no Estado de São Paulo no período de 1966 a 1970, verifica-se que a maior expansão ocorreu na rede municipal e em segundo lugar na rede particular. Já no período mais amplo de 1966 a 1975 a rede particular assumiu a dianteira, ficando em segundo lugar a rede municipal; nos dois períodos considerados a rede estadual manteve o terceiro lugar em crescimento. E, acima de tudo, a rede privada manteve a maioria das matrículas em todos os anos do período.

205

As matrículas na rede particular de ensino superior no Estado de São Paulo eram em 1966 cerca de 1,4 vezes o número de matrículas na rede pública (federal, estadual e municipal), e esta relação passou para 1,9 em 1970; 3,3 em 1972 e 3,9 em 1975. Ou seja, a maior intensidade na expansão da rede particular no Estado de São Paulo ocorreu entre os anos 1970 e 1972.

Apesar da facilidade cada vez maior de se criar uma universidade no Brasil¹³, a grande expansão do ensino superior se deu através da fundação de estabelecimentos isolados, com a iniciativa privada repetindo a trajetória da rede pública.

No Município de São Paulo o cadastro de 1972 do Governo do Estado de São Paulo registrou apenas três universidades (Universidade de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica e Universidade Mackenzie¹⁴, com respectivamente 21, 7 e 5 escolas / faculdades) e 60 estabelecimentos de ensino superior isolados.

¹³ Segundo o Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, uma universidade deveria conter pelo menos três institutos de ensino, elegidos entre Educação, Ciências e Letras; Direito; Medicina; e Engenharia. Em 1945 um decreto de José Linhares, substituindo o presidente deposto Getúlio Vargas, alterou aquelas exigências: se uma Faculdade de Filosofia integrasse a estrutura da futura universidade, apenas uma segunda faculdade deveria ser uma das previstas pelo Estatuto, possibilitando assim instalar-se universidades baratas, com uma Faculdade de Filosofia (até mesmo com apenas uma seção), uma Faculdade de Direito e a terceira de Economia ou Serviço Social, por exemplo. A Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, de 1961, ampliou o número mínimo de escolas necessário para a criação de uma universidade, mas sem especificar as especialidades nelas ensinadas (CUNHA, 1985, p. 33).

¹⁴ A PUC-SP, fundada e reconhecida como universidade em 1946, originou-se da junção da Faculdade de Filosofia e Letras de São Bento com a Faculdade Paulista de Direito. A Universidade Presbiteriana Mackenzie foi iniciada no século XIX com uma pequena escola; o primeiro curso superior, de Engenharia, era vinculado à Universidade de Nova York, constituindo o Mackenzie College, denominação utilizada até a autonomia acadêmica em 1927. Em 1952 foi instalada a Universidade Mackenzie, integrada pela Escola de Engenharia e pelas Faculdades de Arquitetura, de Filosofia, Ciências e Letras e de Economia.

Mack:
XIX - século
1927 - autonomia
1952 - Univ.

PUC
1946

No Município de São Paulo, verificou-se intensa expansão da rede particular de ensino superior entre os anos de 1972 e 1975, passando de 63 estabelecimentos para 103 (aumento de 63%) e de 60.516 alunos matriculados em 1972 para 96.070 em 1975 (aumento de 59%). No mesmo período, o único estabelecimento federal de ensino de 3º grau no Município de São Paulo, a Escola Paulista de Medicina, diminuía o número de alunos matriculados e a USP apresentava um relativamente moderado crescimento de alunos matriculados (17%).

Em 1972 a rede particular de terceiro grau no Município de São Paulo tinha mais que o dobro de alunos matriculados em relação ao conjunto de estabelecimentos públicos e em 1975 mais que o triplo; em 1972 cerca de 66% dos novos profissionais de nível superior no Município de São Paulo eram originários da rede particular e em 1975 este percentual passou a 81%.

Ensino de 3º Grau no Município de São Paulo						
Número de Estabelecimentos, Matrícula total e Conclusões no ano anterior, por entidade mantenedora						
Entidade Mantenedora	1972			1975		
	Estabelec.	Matrícula em 30/04/72	Conclusões em 1971	Estabelec.	Matrícula em 30/04/75	Conclusões em 1974
Federal (a)	1	1.008	108	1	961	185
Estadual (b)	23	24.502	2.441	22	28.684	3.576
Particular	63	60.516	5.060	103	96.070	15.817
Total	87	86.026	7.609	126	125.715	19.578

(a) Trata-se da Escola Paulista de Medicina.

(b) Trata-se da USP e de dois outros estabelecimentos que o Governo estadual mantinha no Município de São Paulo: a Academia de Polícia, à Praça Reynaldo Porchat, sem nº (junto à Cidade Universitária da USP), Butantã; e o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, na Praça Fernando Prestes, 30, nas antigas instalações da Escola Politécnica.

Fontes:

Governo do Estado de São Paulo / Secretaria de Economia e Planejamento / Departamento de Estatística.

Ensino Superior em São Paulo, 1972. Data: 1973.

Governo do Estado de São Paulo / Secretaria de Economia e Planejamento.

Série Estudos e Pesquisas 6 / Ensino de 3º Grau 1975. Data: 1977.

As novas diretrizes legais: a plena utilização dos recursos materiais e humanos e o retorno dos cursos básicos.

Subsidiaram a Reforma Universitária os seguintes trabalhos: o Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária e o Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (acordo MEC-USAID).

O Grupo de Trabalho da Reforma Universitária foi instituído pelo decreto federal nº 62.937, de 02 de julho de 1968 e seus membros foram: Antônio Moreira Couceiro, Pe Fernando Bastos de Ávila, João Lyra Filho, João Paulo dos Reis Velloso, Fernando Ribeiro do Val, Roque Spencer Maciel de Barros, Newton Sucupira e Valnir Chagas.

1967

1968

GTTRU

APES

A Reforma Universitária foi implantada através da lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968, da lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e do decreto nº 464, de 11 de fevereiro de 1969. 1968

O artigo 11 da lei 5.540 estabeleceu:

"as universidades organizar-se-ão com as seguintes características:

- a) unidade de patrimônio e de administração;
- b) estrutura orgânica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas;
- c) unidades de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- d) racionalidade de organização com plena utilização dos recursos materiais e humanos;
- e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em razão de ulteriores aplicações e de uma ou mais áreas técnico-profissionais;
- f) flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa". curso básico?

A lei 5.540 extinguiu definitivamente o sistema de cátedras e instituiu o departamento em seu lugar, reduziu o número de classes docentes, alterou em parte o decreto-lei 252 (vetados o artigo 22º e seus parágrafos), mas reafirmou as disposições do artigo 2º deste decreto, sobre o departamento ser a menor fração da estrutura universitária (ANTUNHA, 1974, pp. 203 e 204).

O artigo 17 da Lei 5.540 instituiu os seguintes cursos de nível superior: graduação; pós-graduação; especialização e aperfeiçoamento; extensão e outros. Além destes, o artigo 23, parágrafo 1º, da mesma lei, instituiu os cursos curtos (os primeiros anos dos cursos de graduação profissional proporcionariam habilitações intermediárias de grau superior). 207

Com estas medidas, procurava-se ampliar a oferta de cursos de nível superior, estimulando-se a extensão da escolaridade, com a regulamentação da pós-graduação, e criando uma alternativa simplificada e de menor duração para certas habilitações profissionais (ANTUNHA, 1974, p. 205).

No período 1960-69 houve diversas experiências de organização de cursos de *continuação universitária*, na USP e em outras universidades brasileiras, os quais prepararam o caminho para a estruturação dos cursos de pós-graduação *strictu sensu*, ou seja, estudos regulares de *quarto nível*, regulamentados e que levam aos graus acadêmicos de Mestre e de Doutor¹⁵. Mas embora houvesse cursos de pós-graduação em várias escolas, estes cursos não haviam sido regulamentados para serem aceitos em todo o território nacional.

A organização definitiva dos Cursos de Pós-Graduação somente se tornou possível após a legislação da Reforma Universitária, com a distinção clara deste tipo de curso dos demais cursos de continuação de estudos, como os de Especialização e de Extensão Universitária (ANTUNHA, 1974, pp. 165 e 166).

A Lei 5.540 em seu artigo 23 parágrafo 2º previu também a instituição progressiva do vestibular unificado e a criação do ciclo básico. O decreto-lei 464 em seu artigo 5º também menciona este ciclo: "nas instituições de ensino superior que mantenham diversas modalidades de habilitação, os estudos profissionais de graduação serão precedidos de um primeiro ciclo, comum a todos os cursos ou a grupos de cursos afins, com as seguintes funções: a) recuperação de insuficiência evidenciada pelo concurso vestibular, na formação de alunos; b) orientação para escolha de carreira; c) realização de estudos básicos para ciclos posteriores". ciclo básico
art. 23

O decreto-lei 464 de 11 de fevereiro de 1969, em seu artigo 18º, diz que "dentro do prazo de noventa (90) dias, a contar da vigência deste Decreto-Lei, as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior

¹⁵ No Brasil até o final dos anos sessenta o Doutorado era realizado ao estilo europeu, com a ênfase ao trabalho independente e à realização de pesquisa e de redação e defesa de tese. O título de Mestre era outorgado somente por algumas instituições de ensino superior, como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA.

submeterão ao Conselho de Educação competente os seus estatutos e regimentos adaptados às prescrições da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, e do presente Decreto-lei". Na USP, os estudos sobre a reforma, que vinham sendo feitos desde 1966, tiveram que ser acelerados.

1962
Estavam em vigor na USP os Estatutos aprovados pelo decreto estadual nº 40.346, de 07 de julho de 1962, com pequenas alterações posteriores. O Reitor instituiu a Comissão Especial de Reestruturação em 14 de outubro de 1966, através da Portaria nº 278. Esta Comissão, presidida pelo Professor Mário Guimarães Ferri, Reitor em exercício, era constituída por oito professores (um deles o Professor Roque Spencer Maciel de Barros, membro do Grupo de Trabalho da Reforma federal) e pelo Diretor do Fundo para Construção da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", Adalberto Mendes dos Santos.

A Comissão iniciou seu trabalho em 10 de novembro de 1966 e foi dissolvida por sua própria iniciativa a 29 de junho de 1968, uma vez que concluíra o Memorial da Comissão de Reestruturação (o relator foi o Professor Roque Spencer Maciel de Barros). No desenvolvimento do trabalho, houve algumas sessões públicas, foram recolhidas sugestões, e os resultados, ainda que com caráter preliminar, eram anunciados periodicamente ao público pela imprensa (ANTUNHA, 1974, pp. 208 e 209).

O texto do Projeto dos novos Estatutos da USP, implantando a Reforma Universitária nesta Universidade, foi aprovado pelo Conselho Universitário em 07 de maio de 1969, sendo então analisado pelo Conselho Estadual de Educação em novembro do mesmo ano. O governador Abreu Sodré baixou em 16 de dezembro de 1969 um decreto aprovando o novo Estatuto da Universidade de São Paulo (decreto nº 52.326), com algumas ressalvas feitas pelo Conselho Estadual de Educação, que deveriam ser objeto de reexame pelo Conselho Universitário.

Os novos estatutos enquadravam a Universidade de São Paulo nas disposições da Reforma Universitária federal: O Departamento passava a ser a menor fração da estrutura universitária, para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica e compreenderia disciplinas afins; os currículos de cada curso abrangeriam seqüência hierarquizada, a base de requisitos, das disciplinas a serem cumpridas para a obtenção do diploma ou certificado correspondente; era criado um sistema de créditos atribuídos às disciplinas.

: 208

Um problema que os novos Estatutos da USP vieram sanar era a ausência de uma carreira universitária racional e o percentual de apenas 50% dos professores em regime de tempo integral (Regime de Dedicção Exclusiva à Docência e à Pesquisa), essencial para a atividade de pesquisa¹⁶. Conforme os Estatutos da USP de 1969 os regimes de trabalho dos docentes seriam o de Dedicção Integral à docência e à pesquisa, o Turno Completo e o Turno Parcial.

Antes da Reforma Universitária havia na USP quatorze categorias docentes, encabeçadas pela de Professor Catedrático, as quais não correspondiam a reais diferenças nas funções e nos serviços prestados, nem aos títulos acadêmicos obtidos (ANTUNHA, 1974, p. 172). Em 1969, com a Reforma, ficaram reduzidas a seis categorias, sendo de maior importância a de Professor Titular¹⁷; foi extinta a cátedra.

Além dos cursos normais de graduação, a Universidade poderia ministrar os cursos de pós-graduação, de especialização, de aperfeiçoamento, de extensão universitária e de nível intermediário. Conforme o artigo 66 dos novos Estatutos, os currículos de graduação seriam precedidos de um primeiro ciclo, comum a grupos de cursos afins, com os objetivos de recuperar deficiências evidenciadas, pelo concurso vestibular, na formação de alunos; orientar na escolha da carreira; realizar estudos básicos preparatórios para ciclos ulteriores. Este trecho dos Estatutos da USP de 1969 era idêntico ao que estabelecia o decreto-lei 464, artigo 5º, à exceção de não constar "comum a todos os cursos" e sim somente "grupos de cursos afins" (na USP a primeira possibilidade correspondia ao modelo no qual a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras concentraria os ciclos básicos, já

idos básicos
modificado

¹⁶ As exceções na USP eram em 1969 a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" em Piracicaba e a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, ambas com apenas um docente em regime de tempo parcial.

¹⁷ Em agosto de 1968 estudantes da Faculdade de Filosofia da USP interromperam um concurso para o provimento de cátedra de Política, porque se opunham à continuação desse tipo de concurso, já que a reforma da Universidade previa a abolição da cátedra. (Folha de São Paulo, 22/08/1968).

descartado). Se os Estatutos da USP de 1962 facultavam a existência de "cursos de disciplinas básicas do ensino superior", agora estes se tornavam obrigatórios.

Em um esforço para que a administração da Universidade de São Paulo se assemelhasse às das universidades norte-americanas, e interagisse mais com a realidade regional, incorporava-se no Conselho Universitário, instância máxima deliberativa da Universidade, um representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, um representante da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, um representante da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo; e um representante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (representações que perduram atualmente).

Os Estatutos da USP de 1969, consoantes com o espírito das medidas federais de contenção das manifestações políticas dos estudantes, definiram a representação discente em todos os órgãos deliberativos da Universidade a no máximo um décimo do número de membros docentes.

Os Institutos, Faculdades e Escolas, todos de igual hierarquia e organizados em função da natureza e fins de suas atividades, constituíam as Unidades Universitárias, segundo os novos Estatutos.

Os Estatutos de 1969 efetivaram o fim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, concebida em 1934 como *alma mater* da Universidade de São Paulo. A sua fragmentação ou esvaziamento vinha se dando desde a proposta de criação de Institutos Básicos em 1956, atingindo as seções de ciências da F.F.C.L. Sob a nova denominação de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – F.F.L.C.H., esta Unidade seria integrada apenas pela Filosofia; Ciências Sociais; Letras; História e Geografia.

As Unidades que compunham a USP na Capital, segundo os Estatutos de 1969, eram sete institutos (Biotecnologia, Ciências Biomédicas, Física, Geociências e Astronomia, Matemática e Estatística, Química, Psicologia), dez faculdades (Arquitetura e Urbanismo; Economia e Administração; Educação; Direito; Ciências Farmacêuticas; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Saúde Pública; Medicina; Medicina Veterinária e Zootecnia; Odontologia) e quatro escolas (Comunicações e Artes; Educação Física; Enfermagem; Politécnica). No interior (Piracicaba, Ribeirão Preto, São Carlos e Bauru), cinco unidades integravam a USP.

Transcorridos apenas sete anos dos Estatutos de 1962, os Estatutos de 1969 trouxeram profundas modificações à estrutura acadêmica da USP: criaram dois Institutos novos, o de Psicologia e o de Ciências Biomédicas; modificaram dois Institutos, o de Pesquisas Matemáticas, que se tornou Instituto de Matemática e Estatística, e o de Geologia, que passou a ser denominado Instituto de Geociências e Astronomia; O Instituto das Artes tornou-se a Escola de Comunicações e Artes, os Institutos de Geografia e de Ciências Sociais tinham voltado a integrar, como Departamentos, a Faculdade de Filosofia. O Instituto de Estudos Brasileiros, criado pelos Estatutos de 1962, o Instituto de Biologia Marinha e o Instituto de Pré-História, também criados em 1962, não eram mencionados nos Estatutos de 1969. A USP mudava rapidamente de estrutura acadêmica, com todos os problemas e urgências daí advindos.

Os Estatutos de 1969 também impunham uma renovação geral dos quadros dirigentes da Universidade, ao estabelecer prazos para a constituição dos Conselhos de Departamento e eleição dos Chefes respectivos; para a constituição das Congregações das Unidades e eleição dos respectivos Diretores; para a constituição do novo Conselho Universitário, que elegeia em sua primeira reunião os membros do Conselho Técnico Administrativo e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade.

Conforme o artigo 123 dos Estatutos da USP de 1969, as Unidades funcionariam de forma inter-relacionada, a fim de permitir o máximo aproveitamento dos recursos humanos e materiais dos respectivos Departamentos (deveria haver alguma integração universitária).

Integravam também a Universidade quatro museus (Museu de Arqueologia e Etnologia; Museu de Arte Contemporânea; Museu Paulista; Museu de Zoologia); havia também quatro autarquias associadas à USP (o IPT, o Instituto de Eletrotécnica, e o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina, na Capital; e o Hospital das

↓
fim de
FFCL
como
alma
mater

representante
da faculdade
integrada
na USP

} integração
(1969)

Clinicas da Faculdade de Medicina, em Ribeirão Preto). Não havia menção ao Instituto de Energia Atômica e ao Instituto Butantã¹⁸.

Um dos aspectos da Reforma Universitária, o de procurar otimizar recursos humanos e materiais nas universidades (artigo 11 da lei 5.540), era confirmado no artigo sexto dos Estatutos da USP de 1969, o qual vedava a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes, no mesmo município. Ou seja, tolerava-se a duplicação de meios para mesmo fim em municípios distintos.

Poderia ser imaginado o por quê de haver duas Unidades com a mesma finalidade na Universidade de São Paulo, ainda que situadas em municípios diferentes. A resposta poderia ser que a Universidade, na sua expansão para fora dos limites da Capital, continuava o processo de agregar escolas isoladas existentes, isto é, não havia um planejamento regional da criação de novas faculdades, ou ainda, era mais rápido ou mais fácil crescer desta forma. A Reforma Universitária, ao optar pela reunião de faculdades em cidades universitárias, abrindo mão da tradição de escolas isoladas e independentes, promoveu a integração das escolas públicas existentes em novos campi¹⁹.

Os Estatutos da USP de 1969 criaram a Prefeitura da Cidade Universitária, como parte da Reitoria, e o Fundo de Construção da Universidade de São Paulo. Foi extinto o Fundo de Construção da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", cujas atividades seriam absorvidas pelos dois órgãos criados. Sinal dos tempos: apesar de não concluída a tarefa de construir a Cidade Universitária da Capital, a Universidade se expandia para o interior.

Além de dispor de novos estatutos em acordo com a Reforma Universitária, a USP ampliou o número de vagas, conforme a política de ensino superior do governo estadual.

O processo de expansão do número de vagas na USP, porém, além de não acompanhar a demanda, não se desenvolveu de maneira racional, planejada, nem atingiu os cursos mais procurados ou aqueles que deveriam ter prioridade em termos dos interesses culturais nacionais, mas ocorreu atendendo a pressões as mais diversas (ANTUNHA, 1974, p. 158).

No caso da Universidade de São Paulo, o crescimento quantitativo manifestou-se no número de candidatos ao vestibular, de vagas oferecidas, de matrículas, de professores, etc. A massificação se deu mais em algumas escolas do que em outras; algumas, como as de Medicina da Capital e de Ribeirão Preto, conseguiram resistir atendo-se ao princípio dos "numerus clausus" e à manutenção de padrões de qualidade e excelência. O número extraordinário de candidatos às provas vestibulares dessas escolas levou-as a serem as primeiras a elevar as exigências para o ingresso e a unificar os exames vestibulares (para reduzir o número de candidaturas por vaga).

A massificação foi mais intensa em algumas escolas, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP: no início com poucos alunos, transformou-se na década de setenta na maior instituição da Universidade e na maior escola de ensino superior do País (ANTUNHA, 1974, p. 156).

¹⁸ Foi encontrada menção ao Instituto de Energia Atômica como autarquia associada à USP em documentos de 1972 e 1973.

¹⁹ Em 1974 o decreto nº 5.407 do governador Laudo Natel, sendo Reitor da USP Orlando Marques de Paiva, incorporou à Universidade de São Paulo e integrou ao seu campus de Ribeirão Preto as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, autarquias de regime especial vinculadas à Secretaria da Educação, no que deveria ser a primeira etapa da implantação definitiva da Universidade Estadual de Ribeirão Preto (que não se concretizou, permanecendo o campus e as faculdades na USP).

1974
FELCH

?

Evolução das Matrículas	1932	1945	1960	1969
Cursos superiores de graduação no Brasil	30.496	41.637	93.202	322.480
Cursos de graduação da USP			10.090	19.914
Cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP			2.973	7.764

Fonte: dados de ANTUNHA, 1974, pp. 126, 155, 160 e 161.

Enquanto o número de matrículas nos cursos de graduação da USP quase dobrou no período de 1960 a 1969 (embora a participação da USP no total nacional caísse de 11% em 1960 para 6% em 1969), as matrículas nos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras aumentaram 2,6 vezes no mesmo intervalo (a estrutura da Faculdade de Filosofia mudou em 1969, mas como os dados são sobre matrículas, são do início do ano, antes do decreto dos novos Estatutos, de dezembro).

Universidade de São Paulo – 1972 e 1975			
Estabelecimentos no Município de São Paulo²⁰, Matrícula total segundo os Distritos e Subdistritos			
Distritos e Subdistritos	Estabelecimentos	1972	1975
		Matrícula em 30/04/1972	Matrícula em 30/04/1975
Bom Retiro	Faculdade de Odontologia	685	751
Butantã	Cidade Universitária (14 estabelecimentos – ver relação)	19.277	19.544 (inclui a Academia de Polícia, não pertencente à USP).
Jardim América	Escola de Enfermagem; Faculdade de Medicina; Faculdade de Saúde Pública (em 1972 havia ainda o Instituto de Reabilitação)	1.233	1.654
Sé	Faculdade de Direito	2.212	3.673
Vila Mariana	Escola de Educação Física	265	320
TOTAL	21 estabelecimentos em 1972 e 20 estabelecimentos em 1975	23.672	25.942

Fontes:
 Governo do Estado de São Paulo / Secretaria de Economia e Planejamento / Departamento de Estatística.
Ensino Superior em São Paulo 1972. Data: 1973.
 Governo do Estado de São Paulo / Secretaria de Economia e Planejamento.
Série Estudos e Pesquisas 6 / Ensino de 3º Grau 1975. Data: 1977.

Os estabelecimentos da USP no Município de São Paulo em 1972 eram:
 1. A Faculdade de Odontologia, sediada na época à Rua Três Rios, 363, Bom Retiro;

²⁰ Havia também na USP em 1972 cinco estabelecimentos fora da Capital, com 3.110 alunos matriculados em abril daquele ano.

2. Na Cidade Universitária do Butantã: Escola de Comunicações e Artes, Escola Politécnica, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Faculdade de Economia e Administração, Faculdade de Educação; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia; Instituto de Biociências; Instituto de Física; Instituto de Geociências; Instituto de Matemática e Estatística; Instituto de Psicologia; e Instituto de Química;
3. A Escola de Enfermagem, à Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 419;
4. A Faculdade de Medicina, à Avenida Dr. Arnaldo, 455;
5. A Faculdade de Saúde Pública, à Avenida Dr. Arnaldo, 715;
6. Em 1972 também integrava a USP o Instituto de Reabilitação, à Avenida Dr. Pires de Campos, s/ n°, mas que já não constava em 1975.
7. A Faculdade de Direito, no Largo São Francisco, 95;
8. A Escola de Educação Física, situada na época à Rua Manoel da Nóbrega, 1.361, Vila Mariana;

Além destes estabelecimentos havia o Instituto de Ciências Biomédicas - ICB, criado pelos Estatutos de 1969, mas que não oferecia diretamente vagas para cursos de graduação, e sim ministrava disciplinas a alunos de outras Unidades da USP.

Em 1972, do total de alunos matriculados em estabelecimentos de ensino superior no Município de São Paulo 27% eram da USP; já em 1975 esta relação era de cerca de 20%, ou seja, em três anos o papel da USP no município da Capital tinha encolhido expressivamente frente ao aumento de vagas da iniciativa privada. E isso apesar de nestes três anos terem aumentado em 2.270 alunos os matriculados na USP.

Um aspecto interessante é que apenas 267 destas vagas foram criadas na Cidade Universitária, as demais o foram nas Unidades isoladas da USP na Capital: 66 vagas na Faculdade de Odontologia, 421 no centro médico (Escola de Enfermagem, Faculdade de Medicina e Faculdade de Saúde Pública), 55 na Escola de Educação Física e impressionantes 1.461 novas vagas na Faculdade de Direito (cerca de 487 novas vagas por ano), um salto da mesma ordem de grandeza do realizado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no período de 1960 a 1969 (cerca de 532 novas vagas por ano).

212

As alterações na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira": o abandono do Plano de 1961-63 e do princípio da convivência. A fragmentação da Faculdade de Filosofia.

Logo após a elaboração do Plano 1961-63 para a Cidade Universitária do Butantã houve a mudança do regime político no país, dando início a um longo período de suspensão da democracia e dos direitos civis. As medidas de repressão do novo regime aos seus opositores se intensificariam a partir de 1968, com o banimento de manifestações públicas. Neste contexto pós-68 edificar espaços de convivência na Universidade deixou de ser prioridade.

Apesar do período de 1962 a 1967 ser marcado por recessão econômica nacional, as dotações do governo paulista para a construção da Cidade Universitária nos anos de 1964 e 1965 foram maiores (em valores corrigidos para dezembro de 1965) que as dotações anuais do período 1960 a 1963. A partir de 1967 a política para o ensino superior definida pelo governo estadual Abreu Sodré (março de 1967 a março de 1971) garantiu a continuidade de verbas para a Universidade de São Paulo, embora a prioridade fosse a expansão de vagas e não necessariamente a implementação do Plano 1961-63.

1961/63
Espaço de
convivência
de
ser
prioridade

1968

As dotações do governo estadual nos período de 1960 a 1968 foram as seguintes:

	Ano 1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968
Dotações do Governo Estadual (em mil NCR\$)	375	1.050	2.100	3.600	8.000	7.000	7.290	8.000	9.400

Fontes: Separata especial de Anais Científicos n° 75, ano 1966 e Fundo para Construção, USP, 1969.

Mas embora não faltassem recursos financeiros para a USP nos anos 1964 a 1968, e sob uma grande pressão pelo aumento de vagas nas universidades públicas paulistas, não houve prosseguimento da construção de edifícios da Cidade Universitária com projeto executivo completo e em alguns casos, até com as fundações iniciadas.

A Reforma Universitária, editada em final de 1968 e início de 1969 (e confirmada pelos novos Estatutos da USP de final de 1969), cujos objetivos de integração universitária – ciclo básico – e de otimização de recursos exigiam a reunião imediata das escolas isoladas, veio acentuar o uso de soluções improvisadas na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira".

Além deste panorama, alguns acontecimentos específicos trouxeram dificuldades adicionais à manutenção do Plano de 1961-63, em especial à execução do Setor de Convivência Geral e do Setor de Humanas: o arquiteto Carlos Barjas Millan, autor do projeto para o edifício das Letras, faleceu em 1964; o arquiteto Rino Levi, que projetou o Centro Social, faleceu em 1965; os professores da FAU João Batista Vilanova Artigas (autor do projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) e Paulo Mendes da Rocha (que projetara o edifício da Sociologia) foram cassados em 1969, através do uso do AI-5. Em 1966 Paulo de Camargo e Almeida deixou de ser o Diretor Executivo do Fundo de Construção da Universidade de São Paulo.

O folheto "Subsídios para relatório da Universidade de São Paulo" de maio de 1966 trazia um balanço das obras da Cidade Universitária de 1960 a 1965 (período da gestão de Paulo de Camargo e Almeida), tendo como base o Plano 1961-63. Foram edificadas 205.096,00 m² (17,2%); estavam em construção 67.330,00 m² (5,6%) e restavam por construir 922.948,00 m² (77,2%).

As áreas verdes e ajardinadas no período 1960-65 correspondiam a 17,2% do total projetado no Plano 1961-63; a rede telefônica executada correspondia a 43,4%; a rede elétrica de alta tensão a 64%; a rede elétrica de iluminação pública a 66%; a rede de água fria a 38,5%; a rede de águas pluviais a 53,5%; o sistema viário (pavimentação) a 42,3%; e a rede de esgotos a 52%.

As dotações do governo estadual no período de 1960 a 1965 para a construção da Cidade Universitária da USP foram empregadas, com valores corrigidos para dezembro de 1965, da seguinte forma: 57,5% na construção de edifícios; 11,5% em áreas verdes e ajardinadas; 24,3% em redes de infra-estrutura; e 6,7% no sistema viário (pavimentação).

Apesar das verbas do Plano de Ação e das dotações dos anos 1964 e 1965, fora completado pouco mais da metade da infra-estrutura prevista no Plano 1961-63 e ainda restava por construir mais de três quartos da área dos edifícios.

O Fundo de Construção, num período bem anterior à total autonomia de que dispõe atualmente a Universidade, continuava sendo utilizado pelo Governo Estadual para realizar obras do Instituto Butantã (residências de funcionários em 1963), do Instituto de Energia Atômica (Engenharia Química Nuclear em 1965), e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, autarquias associadas à USP, e também para executar instalações do 16° Batalhão Policial (em 1963 / 64), e o edifício da Academia de Polícia (inaugurado em 1966).

empreendimentos que competiam com a execução da própria Cidade Universitária, consumindo tempo e esforços, ainda que as verbas fossem separadas.

O Reitor no período de junho de 1963 a junho de 1966 foi o professor Luís Antonio da Gama e Silva, da Faculdade de Direito, que ao assumir manteve o arquiteto Paulo de Camargo e Almeida na direção executiva do Fundo de Construção da Cidade Universitária. Gama e Silva foi reeleito para o mandato seguinte (julho de 1966 a julho de 1969), mas Camargo e Almeida, que completara cerca de seis anos no cargo, teria pedido demissão²¹ em 1966 e foi substituído no Fundo de Construção. Independente de outros possíveis motivos para a demissão, Paulo de Camargo e Almeida era filiado ao Partido Comunista Brasileiro, situação desconfortável nos novos tempos políticos, em especial a um ocupante de cargo público.

O final da gestão de Paulo Camargo foi registrado em duas plantas de balanço das obras realizadas na Cidade Universitária: uma de fevereiro de 1966 e outra de março do mesmo ano, a primeira informando quais os edifícios construídos, os edifícios com a estrutura acabada e os edifícios com as fundações estaqueadas²² sobre o Plano 1961-63 e a segunda com o registro do existente (edifícios e vias).

O viário da Cidade Universitária executado até início de 1966 fazia parte do previsto no Plano 1961-63, mas nas vias com canteiro central somente uma das pistas fora executada, como primeira etapa.

Verifica-se nestas plantas que o "core" da Cidade Universitária tinha o Centro Social estaqueado, e nada mais. Não houve implementação dos estudos iniciados por Oswaldo Bratke. No Setor de Humanas somente o edifício da História e Geografia fora executado, e três outros estavam estaqueados (Arquitetura e Urbanismo; edifício da Sociologia, Antropologia, Filosofia e História das Doutrinas; e edifício da Geologia, Paleontologia, Mineralogia e Petrografia).

214

Em março de 1966 estavam sendo construídos no Setor Tecnológico seis pavilhões, semelhantes aos que lá existiam, em estrutura metálica. Os antigos pavilhões, que constavam já no Plano 1961-63 (na versão inicial do Plano, em 1961, eram utilizados como "oficinas, almoxarifados e depósitos"; e na versão de 1963 os então sete pavilhões serviam como "oficinas, almoxarifados e canteiro experimental"), eram utilizados pelo Fundo de Construção e pela Escola Politécnica; mas os que estavam sendo edificadas iriam abrigar provisoriamente a Faculdade de Odontologia e a Faculdade de Medicina Veterinária, no processo de transferência destas escolas isoladas para a Cidade Universitária.







No registro da situação existente na Cidade Universitária em março de 1966 verifica-se que a parte sudoeste – mais próxima da Estrada de Itu (Avenida Corifeu de Azevedo Marques) – encontra-se sem nada do sistema viário e das ocupações previstas no Plano 1961-63. Permanecem ruas sem pavimento do loteamento Vila Butantã (em desapropriação) e inúmeras residências. Havia equipamentos esportivos na área do "core", como um campo de futebol com pista de atletismo e duas quadras, o que não constava do Plano 1961-63 (teriam caráter provisório).

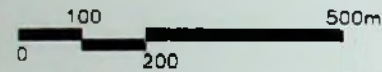
²¹ Conforme CERÁVOLO, 2000, p. 195.

²² Nesta planta de março de 1966 constavam como construídos: a Academia de Polícia, o Centro Regional de Pesquisas Educacionais - C.R.P.E. (antes Instituto do Professor Primário, atual Faculdade de Educação), a Escola de Aplicação, seis blocos do Conjunto Residencial, Restaurante, piscina, campo de futebol, pista de atletismo e duas quadras, a central de P.B.X., a Reitoria (antiga), o edifício da História e Geografia, as Químicas Básicas e Tecnológicas (exceto o Biotério e Almoxarifado), os edifícios do Instituto de Biologia, edifícios no Viveiro de Plantas, dois edifícios no Instituto de Eletrotécnica, a Eletricidade-Eletrônica, o Biênio, a Hidráulica (parte), a Mecânica e Naval (parte), dois pavilhões de serviços gerais e outros sete pavilhões no Setor Tecnológico, duas garagens (onde hoje se situa a Prefeitura Universitária), no Instituto de Física os edifícios do Gerador Van de Graaff, a Física Experimental, o Betatron, e a Física Teórica, o laboratório de Estudos da Ionosfera, edifícios no Setor de Energia Atômica (Reator, Administração, Engenharia Química, e Metalurgia), edifícios do I.P.T. e instalações do Batalhão de Polícia. Na mesma planta os prédios que constavam como tendo a estrutura construída eram: seis blocos do Conjunto Residencial (do total de doze projetados), seis pavilhões no Setor Tecnológico, o edifício de Minas, o de Metalurgia e o edifício da Radiologia no setor de Energia Atômica. Os edifícios estaqueados eram: o Centro Social (projeto de Rino Levi), a Hidráulica (parte), a Civil, a Mecânica e Naval (parte), a Geologia (projeto de Melo Saraiva), a Ciências Sociais (Projeto de Mendes da Rocha), a Arquitetura (projeto de Artigas), o edifício das Fisiologias (Bio-I) e um edifício do Instituto de Eletrotécnica.

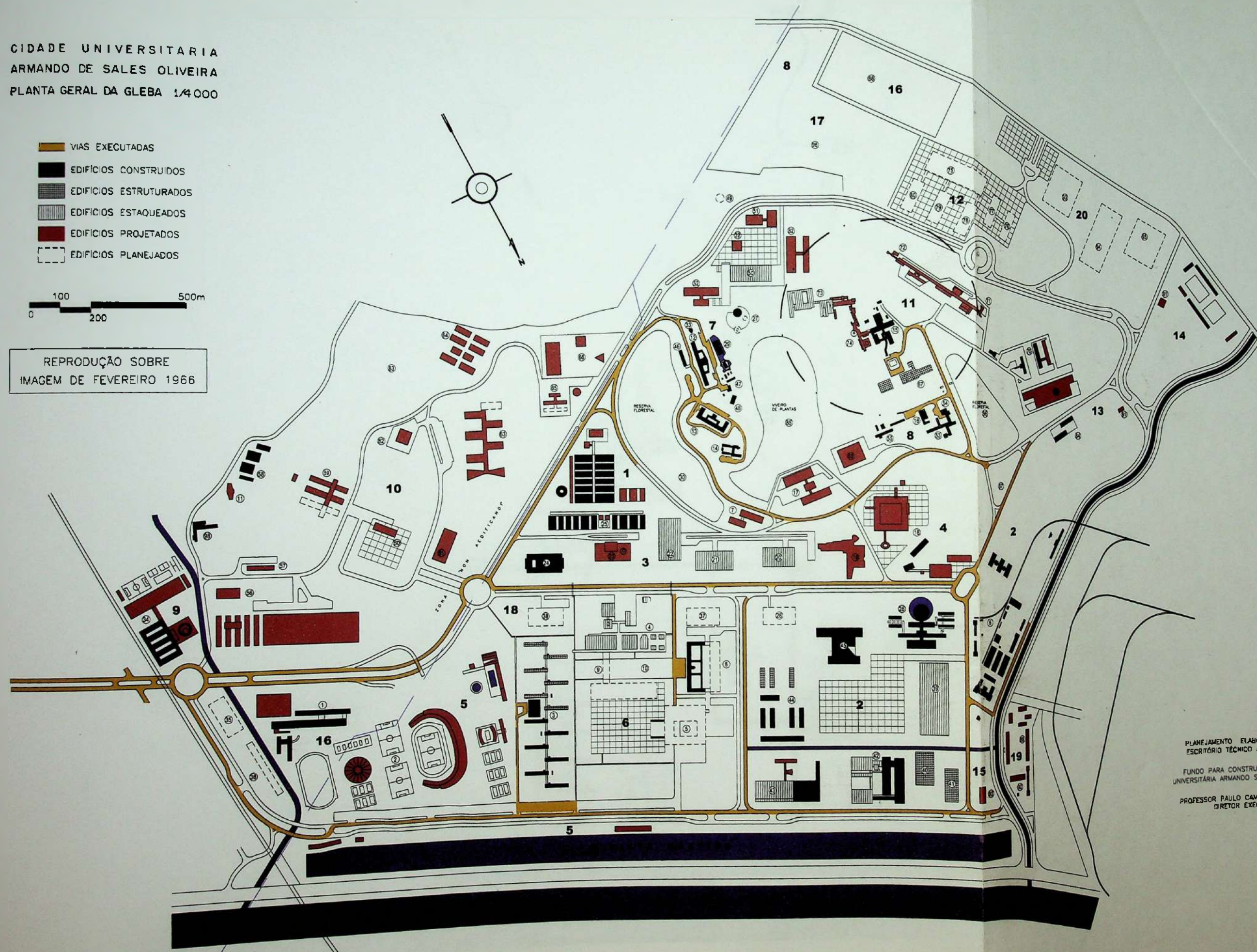
C U A S O

CIDADE UNIVERSITÁRIA
ARMANDO DE SALES OLIVEIRA
PLANTA GERAL DA GLEBA 1:4.000

-  VIAS EXECUTADAS
-  EDIFÍCIOS CONSTRUÍDOS
-  EDIFÍCIOS ESTRUTURADOS
-  EDIFÍCIOS ESTAOQUEADOS
-  EDIFÍCIOS PROJETADOS
-  EDIFÍCIOS PLANEJADOS



REPRODUÇÃO SOBRE
IMAGEM DE FEVEREIRO 1966



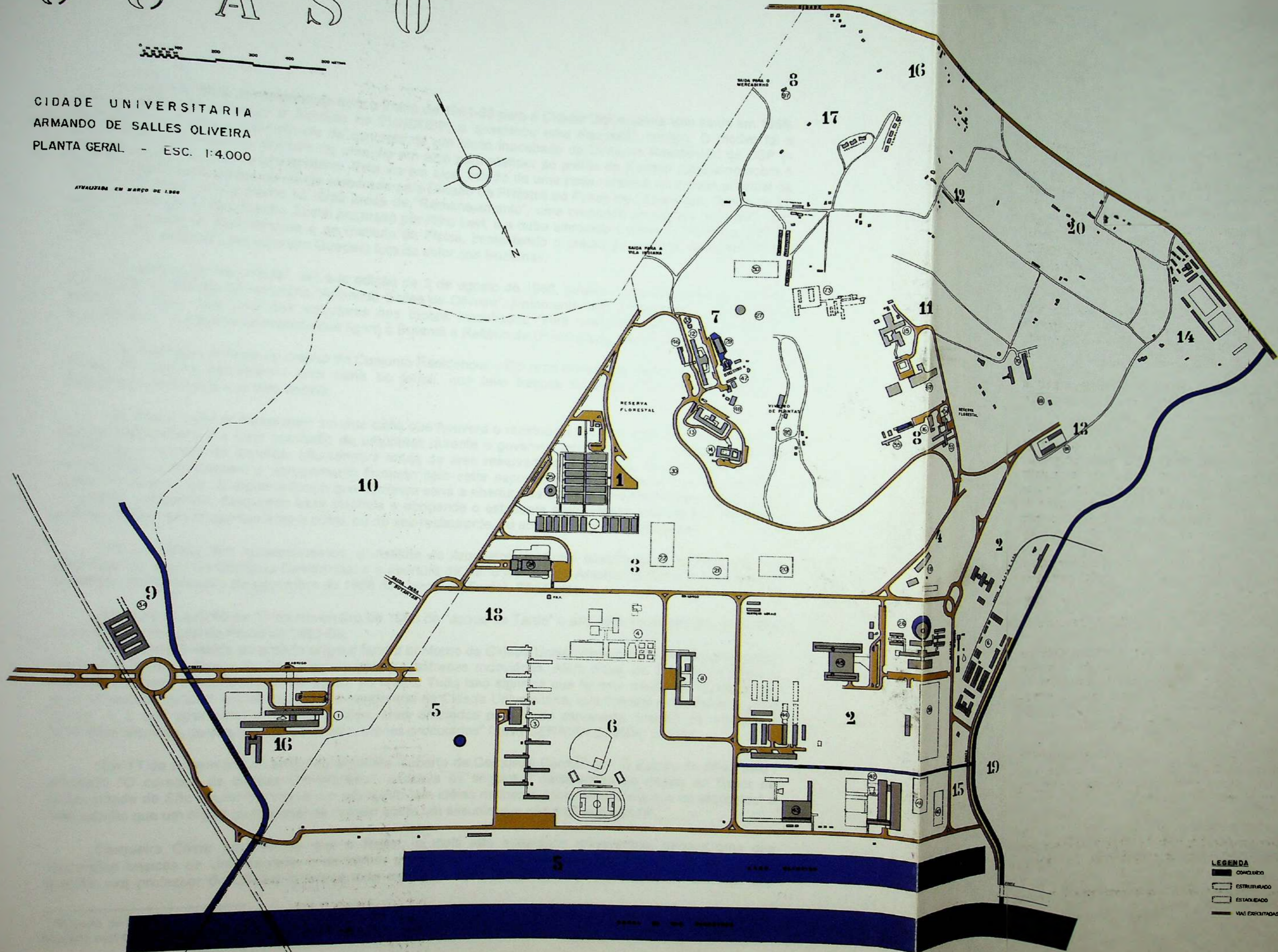
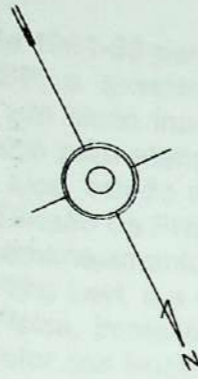
- LEGENDA 1966
- SETOR 1 - QUÍMICA
 - 26 - Química Básica e Tecnológica
 - SETOR 2 - TECNOLÓGICO
 - 28 - Curso Fundamental
 - 35 - Construções civis
 - 40 - Minas
 - 41 - Metalurgia
 - 42 - Mecânica - Engenharia Naval
 - 43 - Hidráulica - Gaseamento
 - 44 - Óptica - Astronáutica - Centro Esp.
 - 45 - Eletrodinâmica - Eletrônica
 - 5 - Instituto de Pesquisas Tecnológicas
 - SETOR 3 - CIÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS
 - 18 - Matemática - Estatística
 - 20 - Arquitetura - Urbanismo
 - 21 - Sociologia - Antropologia - Filosofia - História
 - 22 - Geologia - Paleontologia - Mineralogia e Pe.
 - 23 - Letras
 - 24 - História e Geografia
 - 7 - Instituto de Pré-História
 - SETOR 4 - ELETROTÉCNICA
 - 18 - Instituto de Eletrotécnica
 - SETOR 5 - ESPORTIVO
 - 2 - Campos de Esportes (Estádio - Ginásio - Pista)
 - 31 - Rios Olímpicos (Carragem de barcos - arquibancada)
 - SETOR 6 - CENTRO CÍVICO - CULTURAL E DE RECREAÇÃO
 - 3 - Conjunto Residencial - Centro Social
 - 4 - Hotel - Centro de Banho - Serviço Social - Pousada
 - 5 - Restaurante Central e Centro Comercial
 - 5 - Órgãos Superiores da Direção de Universidade
 - 6 - Administração Geral de Universidade
 - 6 - Museu
 - 10 - Praça Cívica - Estacionamento subterrâneo
 - 11 - Rádio e Televisão
 - 27 - Instituto de Artes
 - 28 - Instituto de Planejamento
 - SETOR 7 - BIOLÓGICO
 - 12 - Botânica - Genética
 - 13 - Microbiologia - Parasitologia
 - 29 - Laboratórios de Botânica
 - 30 - Reserva Florestal
 - 32 - Biblioteca
 - 33 - Bomba de Cálculo
 - 46 - Artesanato
 - 47 - Estudos
 - 48 - Centro Social
 - 49 - Reservatório de Água
 - 50 - Filatologia
 - 51 - Antonomias
 - 52 - Histórias
 - 52 - Zoologia
 - 53 - Horto Florestal
 - 56 - Centro Lúgico
 - 57 - Centro Lúgico
 - SETOR 8 - FÍSICA
 - 16 - Gerador Van de Graaff
 - 53 - Física Experimental
 - 54 - Betatron
 - 55 - Física Teórica
 - 59 - Laboratórios Didáticos de Física
 - 17 - Instituto Oceanográfico
 - SETOR 9 - ESCOLA DE POLÍCIA
 - 34 - Escola de Polícia
 - SETOR 10 - INSTITUTO BUTANTA
 - 56 - Produção
 - 57 - Apartamentos
 - 58 - Residências
 - 59 - Serviços
 - 60 - Administração
 - 61 - Mercadorias
 - 62 - Restaurantes
 - 63 - Museu
 - 64 - Botânica
 - 65 - Hospitais
 - 66 - Pesquisas
 - 67 - Reserva Florestal
 - SETOR 11 - ENERGIA ATÔMICA
 - 15 - Reator - Laboratório
 - 67 - Administração, etc.
 - 69 - Metalurgia
 - 70 - Engenharia Química
 - 71 - Engenharia Nuclear
 - 72 - Física dos Reatores
 - 73 - Radiobiologia
 - 74 - Física Nuclear
 - SETOR 12 - CIÊNCIAS MÉDICAS
 - 75 - Hospital de Clínicas
 - 76 - Hospital Veterinário
 - 77 - Anestesia
 - 78 - Cirurgia
 - 79 - Patologia
 - 80 - Clínicas
 - SETOR 13 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
 - 81 - Indústrias
 - 84 - Garagem
 - SETOR 14 - D.E.R.
 - 81 - De pólio
 - SETOR 15 - SUB-ESTAÇÃO
 - 82 - Sub-estação
 - SETOR 16 - PEDAGÓGICO
 - 1 - Centro Regional de Pesquisas Educacionais
 - 35 - Pedagogia
 - 38 - Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura
 - 88 - Escola Parque
 - SETOR 17 - RESIDÊNCIA DE FUNCIONÁRIOS
 - 86 - Residências
 - SETOR 18 - CIÊNCIAS ECONÔMICAS E JURÍDICAS
 - 37 - Ciências Econômicas e Administrativas
 - 38 - Direito
 - SETOR 19 - SERVIÇO DE SEGURANÇA
 - 89 - Guarda Militar
 - 90 - Corpo de Bombeiros
 - SETOR 20 - EXPOSIÇÕES
 - 93 - Pavilhões
 - 94 - Pavilhões
 - 95 - Pavilhões
- PLANEJAMENTO ELABORADO PELO
ESCRITÓRIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO
- FUNDO PARA CONSTRUÇÃO DA CIDADE
UNIVERSITÁRIA ARMANDO SALES DE OLIVEIRA
- PROFESSOR PAULO CAMARGO E ALMEIDA
DIRETOR EXECUTIVO

C U A S O



CIDADE UNIVERSITARIA
ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA
PLANTA GERAL - ESC. 1:4.000

ATUALIZADA EM MARÇO DE 1988



LEGENDA CUASO 1

SETOR 1 QUÍMICAS
25 - Químicas Básicas e Tec

SETOR 2 TECNOLÓGICO
8 - Instituto de Pesquisas
26 - Curso Fundamental
39 - Construções Cíveis
40 - Minas
41 - Metalurgia
42 - Mecânica; Engenharia N
43 - Hidráulica; Saneamento
44 - Oficinas; Almoarifados;
Canteiro Experimental
45 - Eletricidade; Eletrônica

SETOR 3 CIÊNCIAS HUM
20 - Arquitetura e Urbanismo
21 - Sociologia; Antropologia
Doutrinas
22 - Geologia; Paleontologia;
Petrografia
24 - História; Geografia

SETOR 4 ELETROTÉCNIC
18 - Instituto de Eletrotécnica

SETOR 5 ESPORTIVO

**SETOR 6 CENTRO CÍVICO
CONVIVÊNCIA GERAL**
3 - Conjunto Residencial; Cen
4 - Hotel; Centro de Saúde;
Gasolina; Restaurantes
8 - Administração Geral da U

SETOR 7 BIOLÓGICO
12 - Botânica - Genética
13 - Microbiologias; Parasit
14 - Biotério / Escritório Téc
27 - Reservatório de Água
29 - Laboratórios de Botânica
30 - Reserva Florestal
33 - Bomba de Cério
46 - Anfiteatros
47 - Estufas
48 - Centro Social
50 - Fisiologias
85 - Horto Florestal

SETOR 8 FÍSICA
16 - Gerador Van de Graaff
53 - Física Experimental
54 - Betatron
55 - Física Teórica
97 - Laboratório de Estudos d

SETOR 9 ESCOLA DE POLÍ
34 - Escola de Polícia

SETOR 10 INSTITUTO BUT

SETOR 11 ENERGIA ATÔMI
15 - Reator - Laboratórios
67 - Administração, etc.
69 - Metalurgia
70 - Engenharia Química
73 - Radiobiologia

SETOR 12-CIÊNCIAS MÉDIC

SETOR 13-SERVIÇOS DE U
84 - Garagem

SETOR 14 D.E.R.
16º Batalhão Policial da Força

SETOR 15 - SUB-ESTAÇÃO

SETOR 16 - PEDAGÓGICO
1 - Centro Regional da Pesq

SETOR 17-RESIDÊNCIA DE

SETOR 18-CIÊNCIAS ECON

SETOR 19 - SERVIÇO DE SB

SETOR 20 - EXPOSIÇÕES

LEGENDA
■ CONCLUÍDO
□ ESTRUTURADO
□ ESTABELECIDO
— VAS ESCURTADAS

O primeiro sinal de rompimento com o Plano de 1961-63 para a Cidade Universitária veio ainda em 1966, após a gestão de Camargo e Almeida no FUNDUSP, e ocasionou uma discussão pública. O motivo foi a demolição da estrutura pré-moldada de concreto de um bloco inacabado do Conjunto Residencial da USP (o bloco "J") e a proposta de abertura de uma via em alça para atender ao prédio da Reitoria, passando sobre o projetado "core" da Cidade Universitária. Esta via em alça, saindo de uma nova rotatória no acesso principal da Cidade Universitária consta de planta elaborada pela Divisão de Projetos do Fundo de Construção, datada de 28 de julho de 1966. Nesta planta há duas áreas de "Remanejamento", uma propondo alterações no "core", com nova implantação para o Centro Social projetado por Rino Levi, e a outra alterando o viário do Plano de 1961-63 junto ao Instituto de Eletrotécnica e ao Instituto de Física, implantando o prédio do Instituto de Matemática e Estatística (o projetado por Joaquim Guedes) fora do setor das Humanas.

"O Estado de São Paulo", em sua edição de 3 de agosto de 1966, publicou uma fotografia do Conjunto Residencial da Cidade Universitária "Armando Salles de Oliveira", juntamente com a informação, obtida junto à Reitoria da USP, que uma das estruturas dos blocos inacabados "será demolida, por ter sido levantada erroneamente no traçado da avenida que ligará o Butantã à Reitoria da Universidade de São Paulo".

Os arquitetos autores do projeto do Conjunto Residencial – Eduardo Kneese de Mello, Joel Ramalho Jr. e Sidney de Oliveira escreveram uma carta ao jornal, que teve trechos transcritos na matéria "Arquitetos esclarecem", publicada três dias depois.

Os três arquitetos expuseram em sua carta que houvera o reestudo e a atualização do planejamento da Cidade Universitária por uma comissão de arquitetos durante o governo Carvalho Pinto, e que esta comissão modificara o traçado da avenida, bifurcando-a antes da área reservada aos esportes, de modo que as duas novas pistas circundassem o agrupamento formado pelo setor esportivo, os apartamentos dos estudantes, o centro social e o core. E argumentaram que "Errônea seria a abertura da avenida Butantã-Reitoria, seccionando o conjunto residencial, destruindo essa vivência e obrigando o estudante a atravessar uma avenida de trânsito intenso, para ir de um apartamento a outro, ou ao seu restaurante, ou ao seu clube, ou à biblioteca".

Na seqüência dos acontecimentos, o Instituto de Arquitetos do Brasil posicionou-se também contra a demolição do bloco do Conjunto Residencial e a abertura da via; o Reitor Luís Antonio da Gama e Silva replicou na edição do dia primeiro de novembro de 1966 do "Jornal da Tarde", São Paulo.

Na mesma edição de 1º de novembro de 1966 do "Jornal da Tarde" o arquiteto Paulo Mendes da Rocha explicou a concepção do Plano de 1961-63:

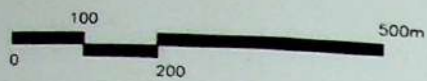
"A Grande Avenida do projeto original faria o contorno da Cidade Universitária e daria escoamento para o Norte, Sul, Leste e Oeste de São Paulo e para as estradas rodoviárias. Além disso, ao lado do rio passa a Estrada [de ferro] Sorocabana, a ser ligada ao Metrô. Tudo isso significa que haveria transporte rápido e fácil para os setores cultural, social, esportivo e residencial da Cidade Universitária, que ficariam exatamente ao lado do rio. Aí é que apareceria o grande público. Mais afastados para lá da esplanada, ficariam os prédios de atividades técnicas, de pesquisa e tecnologia, menos procurados" (*apud* CERÁVOLO, 2000, p. 199).

Em 11 de novembro um artigo do arquiteto Roberto de Cerqueira César²³ em "O Estado de São Paulo", intitulado "O coração da Cidade Universitária", criticava as seguintes declarações da réplica do Reitor da Universidade de São Paulo: "às vezes um advogado tem idéias melhores sobre arquitetura que os arquitetos" e "não admite que um órgão profissional dê opinião sobre um assunto que não é de sua alçada".

Cerqueira César argumentou que o Reitor, a mais alta autoridade universitária, negava uma das atribuições básicas da Universidade, o de formar profissionais especializados, e o jurista (pois Gama e Silva também era professor de Direito) ignorava toda uma legislação federal de regulamentação do exercício das

²³ Roberto de Cerqueira César defendia neste artigo o core da Cidade Universitária, cujo Centro Social fora projetado por Rino Levi, arquiteto com o qual associara-se no escritório profissional e que falecera no ano anterior.

C U A S O

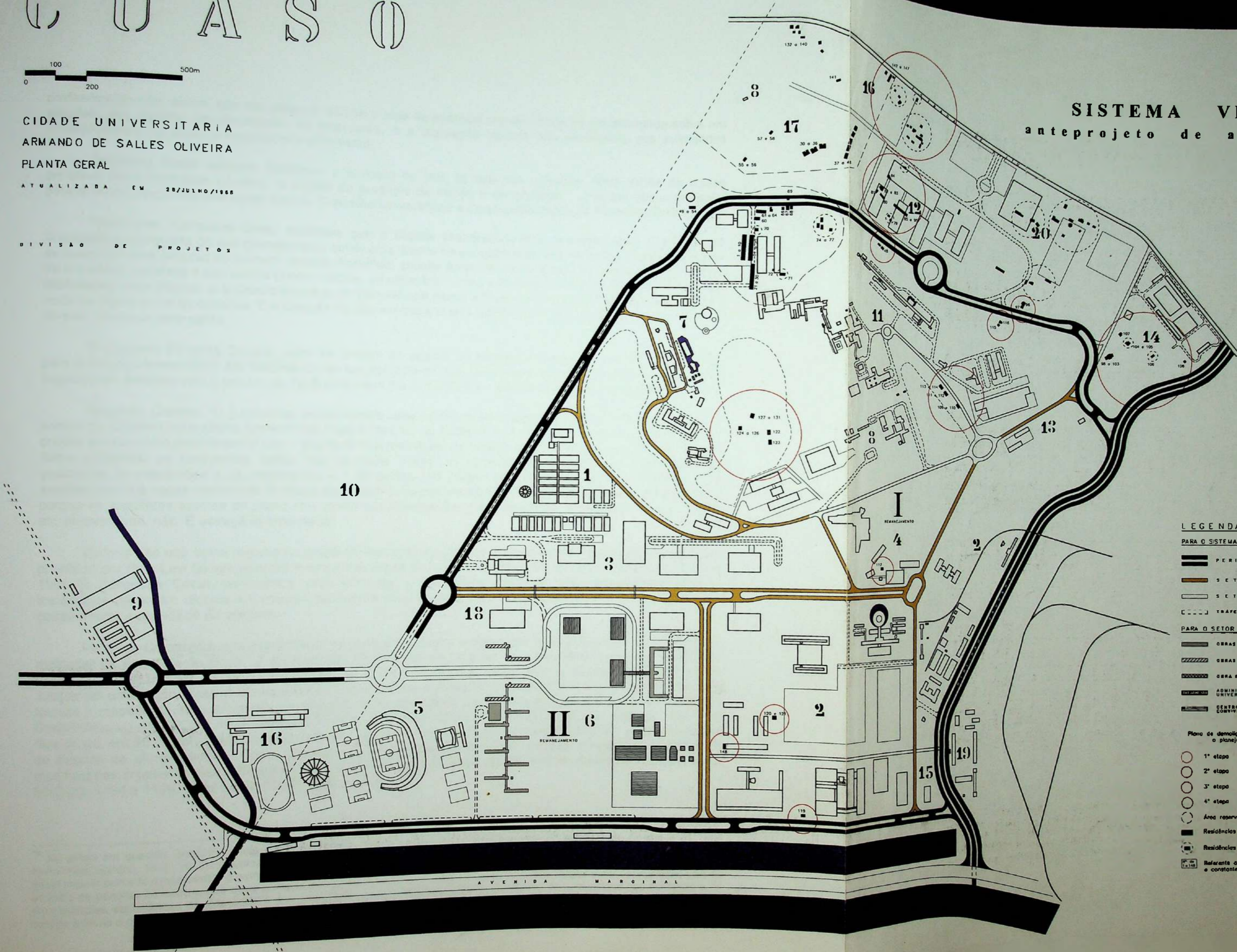


CIDADE UNIVERSITARIA
ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA
PLANTA GERAL

ATUALIZADA EM 28/JULHO/1966

DIVISÃO DE PROJETOS

SISTEMA VIÁRIO
anteprojeto de atualização



LEGENDAS:

PARA O SISTEMA VIÁRIO - GERAL

- PERIMETRAL
- SETORIAL
- SETORIAL PROJETADA
- TRAFEGO LOCAL E PARQUEAMENTOS

PARA O SETOR "6"

- OBRAS CONCLUIDAS
- OBRAS ESTRUTURADAS
- OBRAS ESTRUTURADAS A SER DEMOLIDAS
- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA UNIVERSIDADE - A CONSTRUIR
- CENTRO CIVICO CULTURAL E DE COMERCIO GERAL - A CONSTRUIR

Plano de demolições de acordo com o planejamento da C.U.A.S.O

- 1º etapa
- 2º etapa
- 3º etapa
- 4º etapa
- Área reservada ao núcleo Residencial de operários
- Residências da C.U.A.S.O.
- Residências em desapropriação
- Referente ao levantamento feito e constante nas fichas

profissões liberais; assim, não era possível admitir a tese da eventual superioridade de um advogado sobre um arquiteto em matéria de arquitetura, ou vice-versa, e a legislação vigente não reconhecia aos advogados condições para a prática da arquitetura e urbanismo.

Cerqueira César também defendeu o protesto do IAB, já que nos estatutos deste órgão de classe constava como finalidade primeira "a defesa do prestígio da classe e da profissão", uma vez que a profissão estaria sendo desprestigiada pelos atos do Conselho Universitário e pelas declarações do Magnífico Reitor.

Finalmente, Cerqueira César explicava que a Cidade Universitária fora concebida pela Comissão de Arquitetos encarregada do seu planejamento como uma cidade na acepção mais alta do termo, capaz de atender às quatro funções básicas do homem: habitar, trabalhar, circular e cultivar corpo e espírito. Neste sentido o grupo de arquitetos projetara o seu centro ('core', núcleo, ou coração)²⁴ entre a Reitoria e o Centro Residencial; entre a Biblioteca e Aula Magna, e o Centro Social e de Convivência como a Praça Cívica onde haveria o encontro e a troca de idéias entre as pessoas. E a Direção da Universidade queria transformar este espaço nobre em um "cul-de-sac", um beco sem saída.

O arquiteto Eduardo Corona, autor do projeto do edifício da História e Geografia do Plano de 1961-63 para a Cidade Universitária, em editorial da revista *Acrópole* nº 334, de novembro de 1966 defendeu este plano, traçando um paralelo com o projeto de 1936 elaborado por Lúcio Costa e equipe para a Universidade do Brasil.

Segundo Corona: "[...] estamos presenciando uma controvérsia ruidosa e calamitosa, em São Paulo, acerca da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, no Butantã, que sofre nos seus aspectos criativos – projeto arquitetônico propriamente dito – interferências maléficas, no sentido de prejudicá-lo desastrosamente, de forma proposital ou inadvertida, ainda não se sabe direito". E completava, mais adiante: "Substitua-se – guardadas as proporções e as implicações – o tal pórtico [do projeto para a Universidade do Brasil] pela tal avenida que já é nossa conhecida do plano da Cidade Universitária de São Paulo, e teremos a chance de sentir porque os arquitetos autores do plano são contra sua deturpação, a sua alteração, a mudança de sua função, etc. Nesse plano, não. É estragá-lo totalmente".

Corona não usa como argumento o fato da alteração do traçado viário interferir na obra do Centro Social projetado por Rino Levi (já estaqueada) e em outras áreas do "core", cuja importância na concepção do Plano de 1961-63 Cerqueira César mencionara, mas sim que a Arquitetura, além de satisfazer rigorosamente às imposições de ordem técnica e funcional, também é obra de Arte, não sendo possível alterar uma parte sem comprometer a qualidade do conjunto.

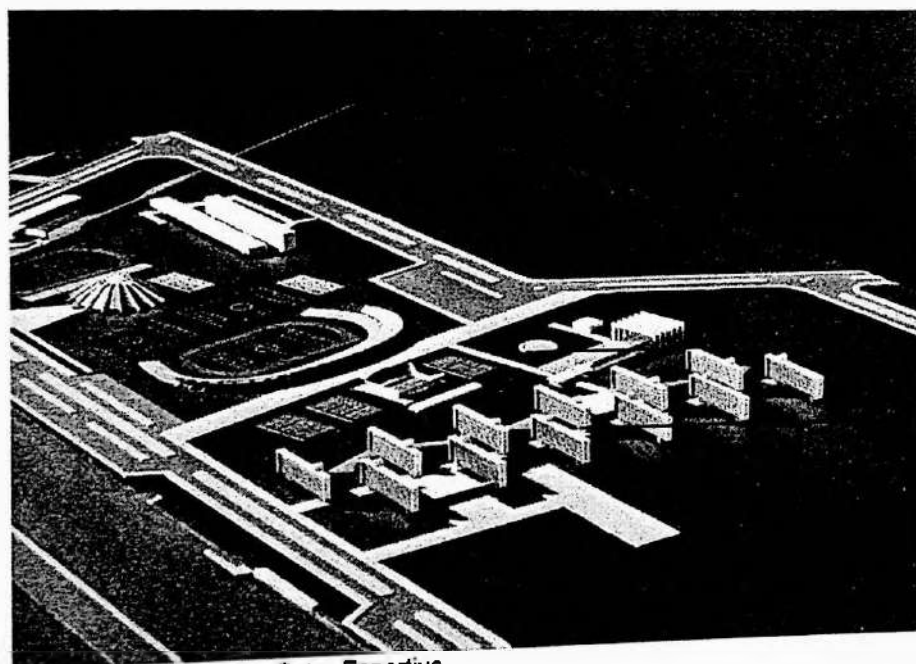
Paulo de Camargo e Almeida também se posicionou contra a demolição (a desmontagem, já que era pré-moldada) da estrutura do bloco "J" do Conjunto Residencial em reunião de professores e alunos realizada na Cidade Universitária em 29 de novembro de 1966. Os participantes desta reunião decidiram dar entrada na Justiça em uma "ação popular" contra o Reitor Gama e Silva, e Almeida colaboraria com o levantamento da parte técnica a respeito do assunto (conforme relatório de informante do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, Arquivo do DEOPS no Arquivo do Estado, pasta 50-C-22-1484, *apud* CERÁVOLO, 2000, p. 199). Três dias antes, em 26 de novembro de 1966, Almeida havia proferido uma conferência no CRUSP, para uma platéia de maioria de alunos, sobre o tema "Construção da Cidade Universitária", na qual afirmou ser contrário às modificações propostas para o Plano da Cidade Universitária (Arquivo do DEOPS no Arquivo do Estado, pasta 50-C-22-1484 e 1789, *apud* CERÁVOLO, 2000, p. 200).

²⁴ No artigo em questão Cerqueira César fez uma citação, traduzida, de *The Heart of the City* – Tyrwhitt, Sert, Rogers – ed. Lund Humphries, London, 1952: "no centro (da cidade) devem estar reunidas as necessidades, preocupações e atividades dos habitantes... o papel mais importante desse centro é permitir o encontro e a troca de idéias entre as pessoas... É essencial que o tráfico mecanizado seja proibido de penetrar no centro, que deve permanecer, acima de tudo, o domínio do pedestre... sua função é dar oportunidade para as manifestações espontâneas da vida social... é a expressão da mentalidade coletiva e do espírito da comunidade que humaniza e dá sentido e forma à própria cidade".

Apesar de toda a movimentação contra, em março de 1967, poucos dias antes do Reitor da USP Gama e Silva assumir o Ministério da Justiça, matéria em "O Estado de São Paulo" anunciava para breve a conclusão da avenida que ligaria, diretamente, o edifício da Reitoria à entrada da Cidade Universitária. "Foi uma medida absolutamente necessária, que não prejudicará, de forma alguma os estudantes. Temos ainda mais de dois alqueires para a construção de alojamentos, dentro dos planos e prazos estabelecidos", esclarecia o Reitor (OESP, 8/3/1967).

O jornal "O Estado de São Paulo" na mesma matéria informava sobre obras na Cidade Universitária: estava em construção o edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e também no departamento de Física o edifício para o acelerador linear Mark III; fora executado o estaqueamento do Instituto Oceanográfico e o do edifício de Histologia [Biomédicas II ou ICB-II] estava quase concluído; na Escola Politécnica estava com a estrutura pronta o prédio da Engenharia Mecânica, Produção e Engenharia Naval²⁵. As obras do bloco "G" do Conjunto Residencial foram reiniciadas e foram construídas a Lavanderia e Casa de Caldeiras deste Conjunto (OESP, 8/3/1967), talvez num contraponto oferecido pelo Reitor Gama e Silva à sua decisão de demolir o bloco "J" do CRUSP.

Gama e Silva já havia mandado executar uma piscina de recreação para atender aos alunos do Conjunto Residencial, cuja construção estava sendo completada em final de 1966, conforme noticiado pelo "O Estado de São Paulo" em 25/12/66²⁶.



Conjunto Residencial e Setor Esportivo.
Fonte: Arquivo COESF.

Piscina

Conjunto Residencial

A execução do edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, no entanto, deveu-se ao empenho do então diretor da Unidade Pedro Moacyr do Amaral Cruz, que oficiou ao Reitor Luís Antonio da Gama e Silva no mês de julho do ano de 1966, solicitando a construção do prédio.

Neste ofício, Amaral Cruz lembrou que ficara surpreendido ao ver seu nome indicado na lista tríplice para Diretor da FAU-USP, sendo convencido na ocasião pelo próprio Reitor Gama e Silva a aceitar o cargo, tendo

²⁵ Nos Anexos encontra-se relação dos edifícios em utilização em março de 1967.

²⁶ Esta piscina, de formato circular, constava do Plano 1961-63 como parte do Setor Esportivo; posteriormente foi desativada e reaproveitada para instalação do Centro Interdisciplinar de Ciências - C.I.C.

então relacionado três assuntos da Faculdade aos quais iria dedicar-se: o Regulamento, a Congregação e o Prédio na Cidade Universitária²⁷.

Sobre o terceiro assunto, a construção do prédio, Amaral Cruz fazia algumas citações no ofício ao Reitor: houve um projeto definitivo em 1962 e o terreno fora estaqueado; houve uma concorrência, mas que foi anulada. Quando assumiu a Diretoria da Faculdade, Amaral Cruz reunira professores para exame e crítica do projeto primitivo, mas se eximiram dessa responsabilidade, que, então, ele próprio assumiu, enviando ao Reitor, para encaminhar ao Fundo de Construção, um exame e um conjunto de críticas de sua autoria, com plantas contendo rascunhos das modificações.

O Fundo de Construção, conforme Amaral Cruz, pretendia abrir concorrência sem maior exame dessas modificações; sendo assim ele controvertera a abertura da concorrência.

Na seqüência dos desdobramentos, Amaral Cruz foi designado presidente de uma Comissão composta por ele e mais dois engenheiros, professores, para reexame do projeto e esta comissão concordou com os pontos de vista por ele expressos, como Diretor, sendo então encaminhado ao Fundo relatório completo e plantas anotadas por Amaral Cruz. À época era Diretor Executivo do Fundo de Construção Adalberto Mendes dos Santos.

O Fundo acatou essas alterações, mandando elaborar plantas definitivas e reformular todo o projeto da estrutura em concreto armado. E, informava Amaral Cruz ao Reitor, encontravam-se prontas as plantas e os memoriais e em condições de serem publicados os editais para a concorrência. Porém, embora nas reuniões do Conselho do Fundo e mesmo do Colégio Universitário o prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo sempre aparecesse em segundo lugar de prioridade, o assunto estava paralisado.

Amaral Cruz apelava ao Reitor para que fossem solicitadas ao Governo do Estado, à Secretaria da Fazenda e a quem mais de direito, a aprovação e a liberação de verbas para o início da construção do edifício na Cidade Universitária, apresentando vários argumentos, como: a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo no prédio da "Vila Penteado" inexistia como entidade fechada, administrável, controlável; era casa de todos e de ninguém; era impertinente a intromissão de elementos estranhos, perturbadores, no seu território; não podia ampliar a sua capacidade didática; não oferecia espaços para o funcionamento normal dos seus órgãos.

Amaral Cruz acabou conseguindo. Em setembro de 1966 foi aberta concorrência pública pelo Fundo de Construção para execução da estrutura do edifício da FAU.

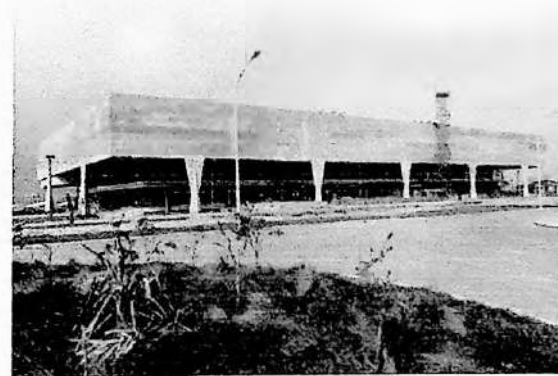
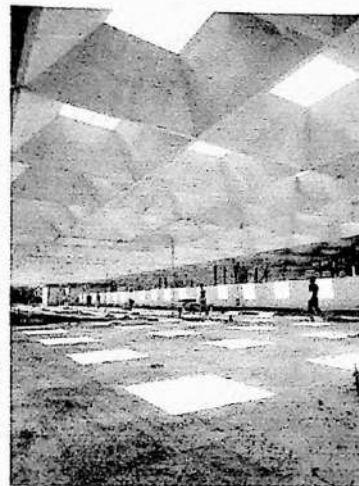
A autorização do governador do Estado ao Fundo para Construção para contratar a execução da estrutura de concreto armado e protendido do edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo foi noticiada três meses depois pelo jornal "O Estado de São Paulo", em 25 de dezembro de 1966.

O artigo mencionava que o projeto arquitetônico era de autoria do professor Vilanova Artigas e o estrutural do professor José Carlos de Figueiredo Ferraz. "Esses projetos foram, inicialmente, submetidos à apreciação de uma comissão, que se manifestou pela necessidade de serem remanejados, não só quanto à distribuição das áreas internas mas, também, na parte estrutural. O Fundo contratou com os mesmos projetistas o remanejamento sugerido, que propiciou a eliminação de grandes espaços de circulação e a obtenção de um melhor aproveitamento da área construída. O projeto arquitetônico é bem avançado e foi aceito porque se constituirá num testemunho de uma fase da arquitetura brasileira" (ESP, 25 / 12/ 66).

²⁷ Com relação ao Regulamento, Amaral Cruz comentou que estaria enviando ainda em 1966 o substitutivo ao Reitor, depois de apreciado pela Comissão Especial com atribuição de Conselho Departamental (Art. 31 do Estatuto) e quanto à Congregação, havia aberto concursos de cátedras e por volta do término do seu mandato de Diretor, em final de 1967, Amaral Cruz esperava poder instalá-la, pois haveria 12 de cátedras preenchidas efetivamente, mais de um terço, conforme exigido. Até esta época, portanto, a FAU dependia da Congregação da Escola Politécnica.

Ou seja, em 1966 estava-se tratando da Arquitetura Moderna Paulista como uma "fase", aparentemente superada, visto que dela cabia haver um testemunho.

O edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo foi inaugurado em 1969, obtendo neste mesmo ano uma premiação na Bienal; ainda em 1969 o professor Artigas foi demitido. O Prêmio Jean Tschumi, relacionado ao ensino da Arquitetura, foi concedido em 1972 a Artigas por ter desenvolvido toda a programação de ensino da FAU, três anos após a sua cassação (FERRAZ, 1997, p. 28).



Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.
Fontes: acima - USP.CODAC, 1984, s.p. . Demais - Arquivo COESF.

Além do prêmio atribuído a este edifício, o Fundo para Construção da Cidade Universitária, cujo Diretor Executivo era à época Adalberto Mendes dos Santos, publicou um folheto em março de 1969 a respeito da conclusão do prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo²⁸, em que ressaltava os custos desse edifício como satisfatórios, após serem citados os materiais utilizados, a área construída e o volume de concreto. Ou seja, ao que tudo indica, o edifício da FAU tinha qualidades que o levaram a ser construído.

²⁸ A ficha técnica indicada neste folheto era a seguinte: projeto arquitetônico J. B. V. Artigas; colaboradores do Fundo de Construção da Cidade Universitária o arquiteto Luciano Bernini (que assumiria em seguida a direção desse Fundo) e o engenheiro Wladimir Brega; a estrutura havia sido calculada por J.C.F. Ferraz e as instalações elétricas projetadas por H. V. Lopes. A execução ficara a cargo do Fundo para Construção da Cidade Universitária. A capacidade de alunos indicada no folheto era de 1.200 alunos, o que parece refletir a pressão por maior número de vagas naquele período, uma vez que o número de alunos estabelecido posteriormente foi de 750.

Outro edifício do Plano 1961-63, o do Instituto de Eletrotécnica, sem defesa igual à da FAU, nunca foi construído. O arquiteto Fábio Penteado foi convidado pelo Fundo de Construção da Cidade Universitária em 1961 para elaborar o projeto deste edifício. A versão definitiva do projeto, elaborada com Stipan Milicic e José Ribeiro, foi entregue em 1962, mas nada foi executado:

"As obras [do IEE] estavam por ser iniciadas quando o projeto foi sumariamente descartado, em abril de 1966. [...]"

'Coincidentemente', pouco antes de ter seu trabalho eliminado da história da USP, Fábio – então presidente nacional do IAB – havia convocado no Rio de Janeiro, uma coletiva de imprensa para protestar contra a recusa, por parte do Ministério da Aeronáutica, do projeto de Oscar Niemeyer para o aeroporto de Brasília. Com o apoio dos arquitetos cariocas, e a presença marcante de Maurício Roberto, uma das frases surgidas na ocasião – 'Sorte que a Grécia antiga não tinha ministro da aeronáutica, senão o Parthenon não seria construído, pois também não era extensível' – virou manchete de jornal. Além disso, Fábio protestava veementemente contra o então reitor Gama e Silva (futuro Ministro da Justiça e autor do AI-5), por ter ordenado, no campus da USP, a demolição de dois edifícios já concluídos para o alojamento dos estudantes – projeto de Eduardo Kneese de Mello – e parte das obras do centro de convivência, do arquiteto Rino Levi – sob a alegação de que obstruíam a entrada da reitoria, colocando em risco sua segurança. Foi o bastante para condenar o projeto do Instituto de Eletrotécnica que foi literalmente 'cassado' (texto sem indicação de autor, em PENTEADO, 1998, p. 126; nota: naquele ano a decisão de demolir limitava-se à estrutura do bloco "J"; quanto ao centro de convivência, a via projetada inviabilizaria sua implantação, mas a obra fora apenas estaqueada).

A foto aérea do voo VASP-DAEE de 1968 revela o estágio das obras na Cidade Universitária da USP no Butantã e em seu entorno naquele ano. A ponte Cidade Universitária, sobre o Rio Pinheiros, estava concluída. Na avenida de entrada estava executada uma rotatória não prevista no Plano 1961-63, e das alterações propostas em julho de 1966, na reitoria de Gama Filho.

220

As atuais avenidas com ilha central (previstas no Plano 1961-63) permaneciam com apenas uma das pistas executada. A avenida Professor Lineu Prestes terminava na altura do Instituto de Ciências Biomédicas. As pistas marginais do Ribeirão Jaguaré não existiam, salvo pequenos trechos.

Diversas vias estavam sendo abertas, como a atual Praça Ramos de Azevedo e a ligação até a Avenida Corifeu de Azevedo Marques passando ao lado do setor de Serviços de Utilidade Pública (atual Prefeitura) e do setor do D.E.R. Estava sendo executada uma rua cruzando a área do Instituto de Eletrotécnica (era um traçado de planos anteriores, parte da avenida diagonal), possivelmente com o intuito de possibilitar área de expansão ao Instituto de Física, cercado pelas construções do Instituto de Energia Atômica.

Esta nova via, um dos "remanejamento" da Planta de julho de 1966, inviabilizaria definitivamente a implantação do edifício projetado em 1961-62 pelo arquiteto Fábio Penteado para a Eletrotécnica.

Estavam sendo construídos o Instituto Oceanográfico, o edifício atualmente denominado Biomédicas-I e um prédio da Engenharia Hidráulica.

A área sudoeste da Cidade Universitária permanecia sem alterações, exceto uma terraplenagem junto à Avenida Corifeu de Azevedo Marques para implantação de um campo de futebol. Outros locais também estavam em obras de terraplenagem em 1968, como o Setor Esportivo. Prosseguia a construção da Raia Olímpica. Também no Setor do Instituto de Energia Atômica havia obras e movimento de terra.

Já eram quinze pavilhões no Setor Tecnológico para transferir as faculdades isoladas, sendo que oito construídos entre 1966 e 1968, conforme fotos aéreas destas datas.

Estava iniciada a execução da atual Rua do Anfiteatro, separando o Conjunto Residencial do restante do espaço destinado ao Centro de Convivência Geral. Ao lado do Conjunto Residencial, na área destinada no Plano 1961-63 para o "core" permaneciam a pista de atletismo, o campo de futebol e as duas quadras esportivas, executados em caráter provisório na gestão do Reitor Gama e Silva.



Foto 688 e 782 VASP-DAEE - Fonte: BASE

CIDADE UNIVERSITÁRIA USP - 1968

O bloco "J" do Conjunto Residencial já se encontrava demolido em 1968, abrindo caminho para a futura execução da Rua da Reitoria, e estava sendo utilizado para construir o prédio da Administração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (em frente à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo).

Dos projetos do plano de 1961-1963 para o Setor de Convivência, apenas seis edifícios do Conjunto Residencial ("A", "B", "C", "D", "E" e "F") estavam concluídos em 1968; os outros cinco blocos permaneciam incompletos (o total de blocos do CRUSP passou a onze depois da desmontagem da estrutura do bloco "J" em 1967).

E problemas de natureza política viriam descaracterizar o uso original dos blocos restantes do Conjunto Residencial.

Segundo o professor João Roberto Leme Simões²⁹ em depoimento à autora, [por volta de 1968] o processo de ocupação do Conjunto Residencial da USP degenerou, não havia um controle efetivo dos ocupantes e [em resposta a esta situação politicamente indesejável]: "Chegou polícia, chegou exército (a 'Redentora'), tanques, houve o fechamento da USP, desalojaram e prenderam. Só os blocos "A" e "B" ficaram como moradia³⁰, o resto foi reocupado com uso administrativo, museu³¹. Para serem ocupados por outros usos houve reestudo de sobrecarga dos edifícios do CRUSP pelo FUNDUSP. Os blocos pré-moldados ["G", "H", "I", "K" e "L"] foram reforçados, à exceção de um deles, que foi desmontado e usado para construir a Administração da Filosofia [bloco "J"]".

O jornal "O Estado de São Paulo" em editorial de 07 de fevereiro de 1969, logo após a edição do Ato Institucional nº 5, comentou o movimento estudantil: "O ano de 1968 foi, sem dúvida, o período mais deplorável da história da nossa Universidade. A invasão da Reitoria, a ocupação dos prédios da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a transformação do centro residencial da Cidade Universitária num território livre, a invasão e a ocupação dos edifícios em que funcionavam os serviços da clínica do Departamento de Psicologia, as greves deflagradas na maioria das escolas componentes da Universidade de São Paulo e no Colégio de Aplicação e a dramática guerrilha da Rua Maria Antônia, a agitação que se instalou em numerosos departamentos, tudo isso contribuiu para que o ano de 1968 ficasse registrado como o ano em que a instituição criada por Armando de Salles Oliveira atravessasse a sua maior e mais profunda crise. [...]" (apud ANTUNHA, 1974, p. 185).

"O Estado de São Paulo" em editorial intitulado "Residências Universitárias" de 14 de março de 1969 respaldou a decisão de esvaziar o Conjunto Residencial da USP, argumentando que as residências universitárias provocariam a "alienação" dos estudantes ao isolá-los da sociedade real, transformando-os em presas fáceis dos agitadores políticos. Sugeria duas medidas: a adaptação dos blocos residenciais existentes nas cidades universitárias para transformá-los em salas de aula, de estudos e laboratórios, aumentando substancialmente a capacidade didática das escolas e ampliando o número de vagas no ensino superior e o estabelecimento de um plano de "bolsas de residência" para alunos de escassos recursos e cujas famílias não sejam domiciliadas na

²⁹ João Roberto Leme Simões formou-se arquiteto na Faculdade de Arquitetura Mackenzie em 1961 e foi contratado em 1963 pelo Fundo para Construção da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" - F.C.C.U.A.S.O. De 1969 a 1981 foi Chefe do Departamento de Projetos do então Fundo de Construção da USP - FUNDUSP. Atualmente é professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

³⁰ No entanto, conforme SIMÕES, 1984, p. 123, o bloco "A" do CRUSP foi adaptado em 1968, sendo reformados 4.884 m².

³¹ No quadriênio 1978-1981, o bloco "D" do CRUSP foi adaptado para instalação do Instituto de Pré-História, do Instituto de Estudos Brasileiros e do Museu de Arqueologia e Etnologia (4.765m²); no bloco "B" foram executadas obras para instalar o laboratório áudio-visual do Centro de Estudos Árabes (4.765m²), conforme o relatório da gestão do professor Waldyr Muniz Oliva intitulado "4 Anos de Reitoria 1978-1981", pp.22 e 25.

cidade de localização da Universidade³² (segundo "O Estado", este plano de bolsas teria sido sugerido pelo colaborador deste jornal, o arquiteto Roberto Cerqueira César, em artigo publicado na secção de Urbanismo).

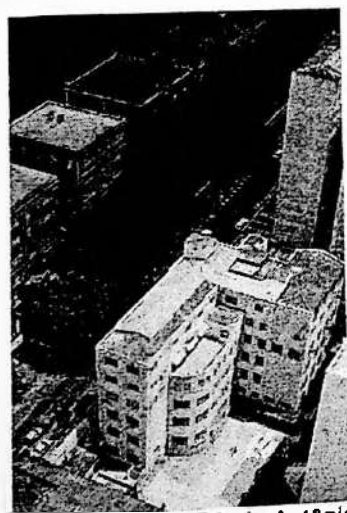
E o "Estado de São Paulo" finalizava o editorial de 14/03/69 da seguinte forma: "Cremos que, num momento em que se estuda a reformulação da universidade brasileira, procurando ao lado de sua funcionalização [sic], devolvê-la a suas tarefas específicas e aumentar a sua capacidade de atendimento, não se pode deixar de equacionar devidamente essa questão da residência nas universidades. Porque, entre outras coisas, ela é decisiva para a efetiva integração da universidade na vida da comunidade a que deve servir e não tumultuar".

Este momento registra, pois, a ruptura com a concepção da residência universitária como fator de formação do espírito universitário, este último um objetivo a ser perseguido pela Universidade, e sua substituição por uma nova postura (é verdade que de um jornal conservador, mas com um histórico de apoio à formação da USP e lido por uma parcela importante da sociedade), em que a questão se resume a assegurar meios de sobrevivência ao estudante carente de recursos.

Em final de 1969, quando foram aprovados os novos Estatutos da USP, assumia o Reitor Miguel Reale, sendo que o Diretor Executivo do Fundo para Construção da Cidade Universitária ainda era Adalberto Mendes dos Santos. Uma planta da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" atualizada em novembro de 1969, mostrava os edifícios em utilização, os em construção, os estaqueados e o sistema viário pavimentado, dentre outros aspectos. A principal diferença da planta de julho de 1966 ou da foto aérea de 1968 é o acréscimo de novos pavilhões provisórios no setor tecnológico e a indicação de outros pavilhões, entre a Reitoria e a Raia Olímpica, para abrigar o conjunto didático da F.F.C.L. Em termos de projeto, permanece a via em alça prevista na gestão do Professor Gama e Silva para a entrada principal da Cidade Universitária.

222

O conjunto dos edifícios da Rua Maria Antônia, 294, abrigou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP de 1949 a 1968. Nele lecionaram e estudaram muitas das principais personalidades brasileiras em vários campos da política, da cultura e da ciência. Invadido e destruído em outubro de 1968, foi palco de uma das mais importantes batalhas pela democracia. Logo em seguida, a Faculdade foi transferida para a Cidade Universitária e os prédios destinados a outro uso pelo Governo do Estado³³ (site do Centro Universitário Maria Antônia).



Conjunto da rua Maria Antônia - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
Fonte: LOURENÇO, 1999, pp. 84 e 85.

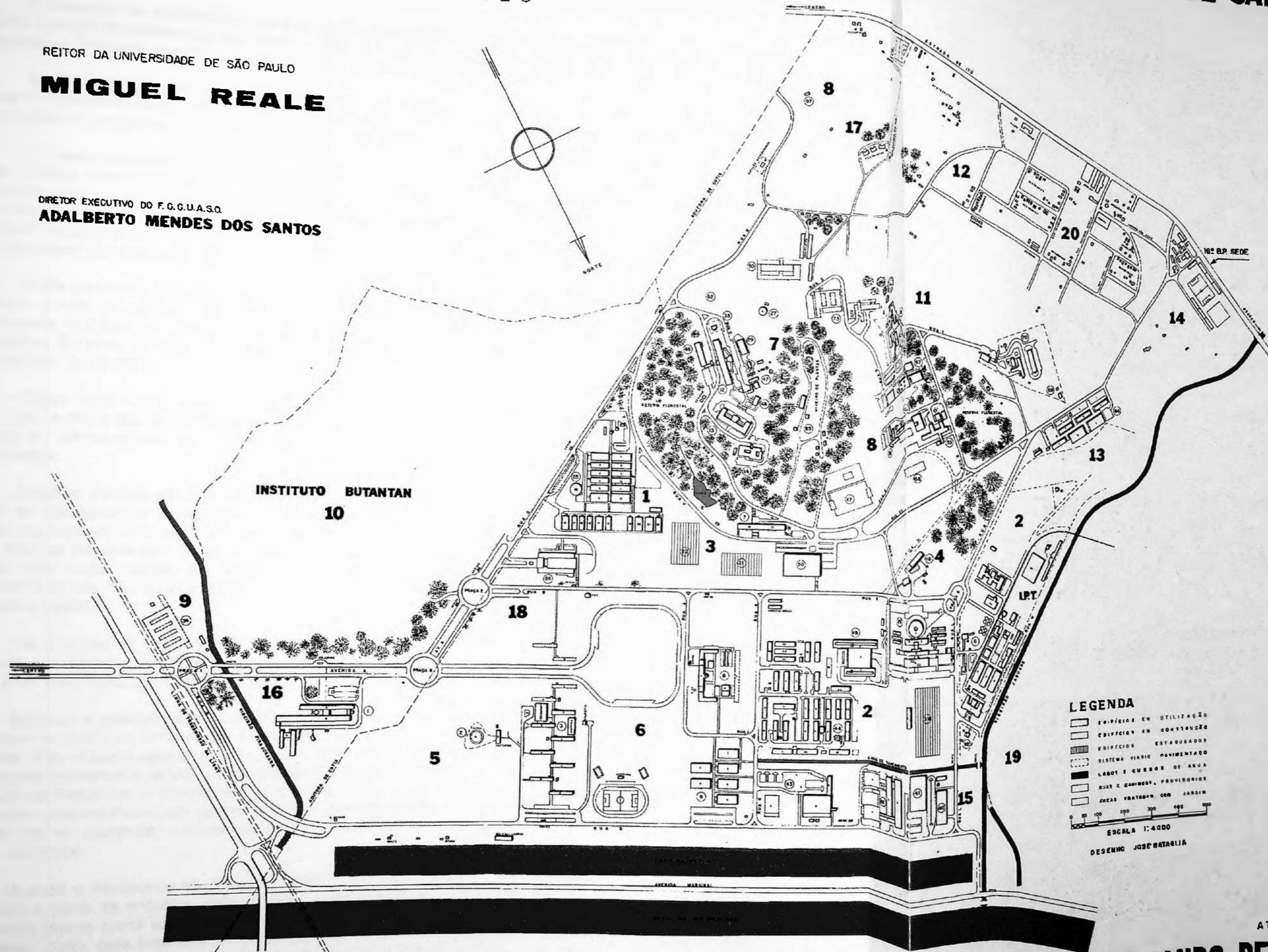
³² Este jornal citava como exemplos de agitação política que teria sido causada "em boa parte" pela alienação provocada pelas residências universitárias a Universidade de São Paulo, a Universidade de Brasília e "alguns outros lugares".

³³ Em 1985, o edifício principal foi tombado pelo Condephaat por sua importância histórica. A partir de 1991, os prédios do conjunto começaram a ser devolvidos à USP. O edifício principal foi reaberto em 1993, como Centro Universitário Maria Antônia, com o intuito de criar um centro de discussão e de novas experiências no campo da cultura, da arte e dos direitos humanos (site do Centro Universitário Maria Antônia).

PLANTA GERAL DAS OBRAS EXISTENTES NA CIDADE UNIVERSITÁRIA "ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA" UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MIGUEL REALE

DIRETOR EXECUTIVO DO F.G.G.U.A.S.O.
ADALBERTO MENDES DOS SANTOS



- OBRAS**
- 1 - 1ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 - 2 - 2ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 - 3 - 3ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 - 4 - 4ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 - 5 - 5ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 - 6 - 6ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 - 7 - 7ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 - 8 - 8ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 - 9 - 9ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 - 10 - 10ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 - 11 - 11ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 - 12 - 12ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 - 13 - 13ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 - 14 - 14ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 - 15 - 15ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 - 16 - 16ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 - 17 - 17ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 - 18 - 18ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 - 19 - 19ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
 - 20 - 20ª FASE DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DO CAMPUS
- LEGENDA**
- EDIFÍCIO EM UTILIZAÇÃO
 - EDIFÍCIO EM CONSTRUÇÃO
 - EDIFÍCIO ESTABELECIDO
 - SISTEMA VIÁRIO PAVIMENTADO
 - LAGOIS E CUBAS DE ÁGUA
 - RODAS E CAMINHOS, PROVISÓRIOS
 - ÁREAS TRATADAS COM JARDIM
- ESCALA 1:4000
DESENHO JOSE GATALLIA
- SETORES**
- 1 - CAMPUS
 - 2 - RECONSTRUÇÃO
 - 3 - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO
 - 4 - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO
 - 5 - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO
 - 6 - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO
 - 7 - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO
 - 8 - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO
 - 9 - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO
 - 10 - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO
 - 11 - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO
 - 12 - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO
 - 13 - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO
 - 14 - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO
 - 15 - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO
 - 16 - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO
 - 17 - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO
 - 18 - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO
 - 19 - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO
 - 20 - OBRAS DE RECONSTRUÇÃO

ÁREA TOTAL DO CAMPUS 5.175.116 m²

PROJETO E OBRAS - FUNDO PARA CONSTRUÇÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA

ATUALIZADA EM NOVEMBRO DE 1969
"ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA"

A propósito da transferência para a Cidade Universitária, o crítico e professor da F.F.C.L. / F.F.L.C.H. Antonio Candido lembrou que até 1949 ou 1950 a seção de Letras funcionava no terceiro andar no Instituto de Educação na Praça da República, quando então se mudou para o conjunto de edifícios da Rua Maria Antônia.

Segundo Antonio Candido, até 1969 a Faculdade abrangia nove seções, da Matemática à Pedagogia, e nunca foi concentrada num mesmo lugar. Quando se fez a Cidade Universitária, as seções foram passando aos poucos para lá, a começar por Biologia, Zoologia e Botânica. Depois, Física. E durante muito tempo foi só isso.

"A nossa mudança para a Cidade Universitária estava prevista, mas nós estávamos satisfeitos na Rua Maria Antônia [em 1968] quando fomos expulsos com tiroteio e morte, depois de um conflito dos nossos estudantes com os do Mackenzie, apoiados pela guarda-civil e enquadrados pelo temível CCC, Comando de Caça aos Comunistas. Nesse tempo, funcionavam lá só Filosofia, Letras e Ciências Sociais. História e Geografia já tinham ido para a Cidade Universitária e nós terminamos o ano letivo em salas emprestadas do prédio deles. Depois fizeram correndo para nós os barracões onde está o Instituto de Psicologia, e lá ficamos alguns anos".

Ainda conforme Candido: "Na Cidade universitária nós ficamos empilhados naqueles barracões; depois puseram Letras no CRUSP; de onde os estudantes tinham sido expulsos pela repressão militar. Muitos professores, inclusive eu, protestaram, mas ficamos em minoria e fomos mesmo ocupar os dormitórios dos estudantes. E Letras só agora é que está tendo seu próprio prédio" (FREITAS, 1993, pp. 54 e 55; depoimento realizado em 25.09.1990).

Outros depoimentos do corpo docente e discente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (depois F.F.L.C.H.) a Sônia Maria de Freitas e que constam de *Reminiscências*, 1993, compõem um quadro da vivência anterior em várias seções da F.F.C.L. dispersas na cidade de São Paulo e da transferência para a Cidade Universitária.

223

Cleonice Berardinelli, licenciada em Letras Neolatinas da F.F.C.L. em 1938, estudou inicialmente no prédio da Faculdade de Medicina, cujo último andar era emprestado à Faculdade de Filosofia. O prédio era situado em lugar deserto, em frente ao cemitério do Araçá e dos lados havia campos com mato alto. Andava-se até a Avenida Paulista para tomar o "camarão" – bonde fechado. São Paulo era muito mais frio que hoje, uma cidade com muito menos população, com muito menos edifícios, com aquilo tudo descampado, era extremamente frio. No início a F.F.C.L. tinha aulas depois das 6 horas da tarde, porque era a hora em que acabava a Medicina.

"Às 6 horas da tarde tremia-se de frio naquelas salas enormes de mármore, com janelas que não vedavam inteiramente, janelões imensos, e nós éramos dois, três, quatro, cinco dentro de uma sala de aula" (apud FREITAS, 1993, pp. 122 a 124; depoimento em 06.08.1991).

Segundo o professor Décio de Almeida Prado, os cursos de Sociologia e Filosofia ocuparam o prédio da Faculdade de Medicina cerca de um ano e meio, até que em julho de 1937 foram expulsos pelos estudantes de Medicina, indo utilizar o casarão que logo seria demolido para dar lugar à Biblioteca Municipal Mário de Andrade. Em seguida passaram a ter aula num palacete da Alameda Gleite e depois no terceiro andar da Escola Normal, na Praça da República. A Escola Normal fizera o andar para uso próprio, mas como o governo do Estado não tinha onde colocar a Faculdade de Filosofia, pelo menos as seções de Filosofia e Ciências Sociais, este local foi ocupado até ser comprado o antigo prédio do Liceu Rio Branco, na Rua Maria Antônia, com saída para a rua Doutor Vila Nova.

Quando a Faculdade de Filosofia passou a ocupar o terceiro andar da Escola Normal da Praça da República, o ponto de encontro após as aulas, lá pelas 5 horas da tarde, era nas confeitarias da Rua Barão de Itapetininga (numa ponta estava a faculdade, noutra o Teatro municipal, onde havia concertos, óperas, teatro estrangeiro, balé), pois este tipo de estabelecimento dava para ser freqüentado por alunos dos dois sexos. (FREITAS, 1993, pp. 157, 158 e 174; depoimento em 21.09.1990).

De acordo com o professor Erasmo Garcia Mendes, a Faculdade de Filosofia instalou-se na Faculdade de Medicina, no começo. Mas os alunos e os professores da Faculdade de Medicina – possivelmente os alunos insuflados pelos professores – se rebelaram contra uma ampliação para o Departamento de Química em uma das alas do prédio, e depredaram as obras em andamento. A parte da Filosofia que independia de laboratórios saiu imediatamente; os que dependiam de laboratório, como o seu Departamento de Zoologia, ainda ficaram um certo tempo na Faculdade de Medicina, até se mudarem para um edifício na esquina da Gleite com Guaianases. A Química foi o primeiro departamento da Faculdade de Filosofia que teve um edifício próprio, construído neste terreno da Alameda Gleite. A Física naquele tempo andava como apêndice da Escola Politécnica e até os professores estrangeiros de Matemática (prof. Wataghin, prof. Fantappiè) e Física (prof. Albanese) contratados para dar aula na Filosofia, foram aproveitados pela Politécnica para lecionar nesta Escola.

A Faculdade se subdividiu, se atomizou, depois que saiu da Medicina, e não havia muita possibilidade de contato entre os estudantes das várias seções. Mas dentro de um determinado setor o contato era amplo, como por exemplo, lá na Gleite, onde havia o setor de História Natural³⁴ e o setor de Química. Quem os congregava a chamada *Filosofia, Ciências e Letras*, em que os professores e os alunos colaboravam. Havia, no Grêmio, um contato entre sociólogos e químicos, entre físicos e biólogos, entre geógrafos e filósofos. “O contato era muito grande e essa fecundação cruzada de idéias era muito produtiva e nos dava a todos um senso de Universidade. Isso era muito bom”.

“De modo que o ambiente deixou realmente saudades. Hoje acabou, hoje a Universidade está atomizada na Cidade Universitária, a gente tem que andar às vezes um quilômetro para chegar de um prédio até outro”.

Quando houve a mudança para a Cidade Universitária, houve muita resistência por parte dos professores, “que achavam que aquilo era o fim do mundo: a Vila dos Confins. Nós adoramos, porque a gente vivia num ambiente extremamente acanhado lá na Gleite, e por isso nos mudamos rapidamente. As demais seções biológicas mudaram em seguida. Acho que fomos os segundos a mudar, e depois os outros foram vindo aos poucos. Bom, é verdade que a Filosofia tinha mudado também do terceiro andar da Escola Normal Caetano de Campos para a célebre Maria Antônia, onde ela vivia também acortçada. [...] Era um cortiço tremendo, tudo amontoado, tudo empilhado, um negócio horrível. E como estávamos acortçados lá na Gleite, então, para nós, a mudança foi uma maravilha. Mas houve muita resistência. Eu me recordo de que os primeiros tempos na Cidade Universitária foram tempos dramáticos: quem vai lá hoje vê um parque [...] Mas aquilo lá era um brejo e todo terraplanado [...] e não havia estradas asfaltadas; quando chovia, o ônibus não podia levar os alunos até a Escola, então os alunos eram obrigados a descer no Instituto Butantã, tirar o sapato e subir o barranco, chegar e lavar os pés antes de entrar na aula. Era uma vida muito difícil e hoje não, está uma maravilha [...]” (apud FREITAS, 1993, pp. 212 a 214, 220 a 223, e 239; depoimento em 23.11.1990).

Segundo o professor Oscar Sala, em 1940, seu primeiro ano como aluno do Departamento de Física da Faculdade de Filosofia, o Brasil estava em guerra e o Departamento de Física, ou seja, alguns dos professores brasileiros – Paulus Aulus Pompéia, Marcello Damy – foram encarregados de desenvolver para a Marinha brasileira o sonar – detectores de submarinos. A Marinha tinha ido à Escola Politécnica, à indústria, etc., a resposta foi que era impossível desenvolver um equipamento tão sofisticado no Brasil porque não tínhamos um desenvolvimento tecnológico, industrial que tivesse condições de desenvolver esse equipamento. “Quando era Reitor naquela ocasião o professor Jorge Americano – me lembro bem do professor Jorge Americano, era um Reitor excepcional – eu trabalhava no porão do prédio do Departamento de Física, que era na Brigadeiro Luís Antônio, 784, uma antiga residência, três andares, tínhamos o porão onde eu montava as experiências de raios cósmicos; tinha o andar térreo, onde havia uma sala de aula, o escritório do professor Wataghin³⁵, uma biblioteca

³⁴ O curso primeiro chamou-se Ciências Naturais, depois se chamou História Natural, depois se subdividiu em dois: Ciências Biológicas e Ciências Geológicas.

³⁵ Gleb Wataghin, russo de nascimento, foi para a Itália aos 18 anos quando houve a Revolução, onde estudou Física, tornando-se professor da Universidade de Turim. Quando veio para o Brasil dar aula da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi também convidado para ser professor de Física e de Mecânica Racional na Escola Politécnica. E ele incentivou estudantes na Escola Politécnica a se dedicarem à Física: Mário Schemberg, Marcello Damy, Paulus Pompéia.

e uma oficina mecânica; o segundo andar era onde o professor Damy e o professor Pompéia estavam desenvolvendo esses equipamentos para a Marinha”.

“[...] acho que esse desenvolvimento do Departamento de Física na construção dos sonares para a Marinha fez com que inclusive o governo brasileiro começasse a olhar a Ciência com outros olhos. O pesquisador, o cientista não é um indivíduo totalmente inútil”³⁶.

“Nós não tínhamos CNPq, a FAPESP, a Finep, quer dizer, os recursos para as pesquisas de onde vinham? Fundação Rockefeller. Visitava o Brasil regularmente o Doutor Henry Muller, que era um bioquímico, e conversava, via os grupos que tinham potencialidade, etc., e a Rockefeller então teve um papel da maior importância para o desenvolvimento da Ciência”.

“Acho que havia também uma coisa de fundamental importância: a Faculdade de Filosofia era uma Faculdade grande e fisicamente esparramada na cidade de São Paulo; era na Glete, na Brigadeiro Luiz Antônio, Sociologia, com alunos da Filosofia, etc. Havia realmente uma interação interdisciplinar fora das salas de aula que, eu repito, era da maior importância. E isto também por parte do corpo docente, porque nós tínhamos uma Congregação na Faculdade de Filosofia, mas era uma Congregação composta de professores da Física, da Química, da Matemática, da Filosofia, da Sociologia, assim por diante. Isto era muito importante. Na minha opinião, aliás, um dos grandes males da Reforma Universitária foi exatamente destruir a Faculdade de Filosofia; então criou-se o Instituto de Física, o Instituto de Química, o Instituto de Matemática, e hoje nós estamos terrivelmente isolados. Apesar de fisicamente estarmos mais próximos, nós não interagimos mais. Então aquela interação que decorria de uma convivência ou de um “guarda-chuva”, que era a Faculdade de Filosofia em nível de Congregação, de Grêmio com os estudantes, enfim, uma interação onde tínhamos oportunidade de discutir esses pontos de vista; isso era fundamental para nossa formação”.

225

“[...] nós tínhamos, às sextas-feiras, seminários no Instituto Biológico, e esses seminários não eram somente sobre assuntos ligados estritamente à Biologia, ou assuntos de interesse do Instituto Biológico, mas eram seminários da Física, Química, Biologia, Filosofia. Esses seminários ficaram muito conhecidos, pois eram mantidos religiosamente no Instituto Biológico e foram de grande importância na vida cultural de São Paulo”.

“Eu acho que a Cidade Universitária foi projetada por um professor da Faculdade de Medicina, e no meu modo de entender, não foi um projeto bom, porque nós estávamos fisicamente separados dentro do campus. Para mim, é muito agradável, sinto-me muito bem quando vou a uma Universidade européia ou americana, porque os prédios estão colados uns aos outros. Isso facilita a interação, facilita o convívio, quer dizer, dá realmente um ambiente universitário. Aqui, a USP é muito grande, esse campus. Nós estamos num canto, a Matemática noutro canto, então as distâncias são grandes e, [...] houve uma separação clara em termos da Reforma, também fisicamente. É curioso; nós estamos ligados, claro que fisicamente hoje nós estamos mais próximos do que era antes da Cidade Universitária, porque a Faculdade de Filosofia tinha um pedaço na Glete, na Brigadeiro Luís Antônio, na Maria Antônia, e assim por diante. Mas havia ligação acadêmica, havia na Congregação. Então, de uma certa forma, nós estávamos mais ligados do que hoje, que estamos no mesmo campus. Mas eu acho essa falta de aproximação entre os edifícios da Universidade de São Paulo um pecado”.

(*apud* FREITAS, 1993, pp. 274 a 277, 279, 280, 286, 287, 294 e 295; depoimento em 01.11.1990).

Segundo o professor Benedito Castrucci, as seções de Matemática e de Física da F.F.C.L. funcionavam na Escola Politécnica, por volta de 1937. Posteriormente a Matemática foi para o terceiro andar da Escola Caetano de Campos [Instituto de Educação]. “Era uma distribuição meio caótica [da F.F.C.L.], resolvendo o problema com edifícios alugados. Estudava-se muito, com ensino de alta categoria, mas com muita deficiência [de] material e acomodação”.

³⁶ Talvez tenha sido este contato o embrião da futura criação do Instituto de Energia Atômica, depois Instituto de Pesquisas em Energia Atômica e da sua interface com a Marinha brasileira.

"Eu fui diretor [do Departamento de Matemática da F.F.C.L.] até 68, nesse período que fui diretor nos últimos anos comecei a lutar para ir para a Cidade Universitária. Então o Reitor, que era o Gama e Silva, concedeu uma sala no prédio da Reitoria, na Reitoria Velha, para a Matemática". Como a mulher do Reitor queria criar a Escola de Comunicações e Artes e instalá-la no local já destinado à Matemática, o Reitor dividiu o espaço pela metade e a Matemática ficou no prédio antigo da Reitoria até ser construído o prédio do Instituto de Matemática, ao lado da Faculdade de Arquitetura³⁷. (apud FREITAS, 1993, pp. 62, 80 e 81; depoimento em 26.10.1990).

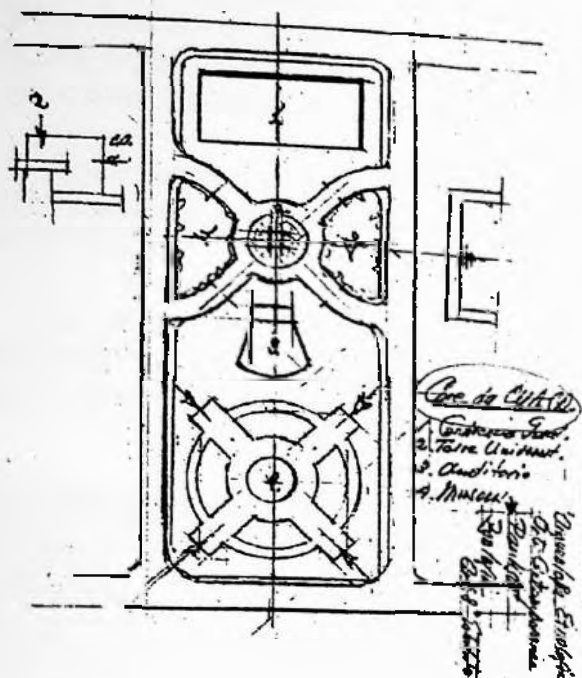
Conforme depoimento do professor Eduardo D'Oliveira França, parte da F.F.L.C. usou algum tempo instalações da Faculdade de Medicina. Posteriormente foram desalojados, expulsos, o que gerou uma crise universitária, talvez a primeira na História da Universidade. "Passamos a flutuar de um prédio para outro. [...] ciganeamos de um lugar para outro, sempre encontrando dificuldades, muitas vezes má vontade, resistência, hostilidade, até que, depois de recebermos, já no governo de Adhemar de Barros, os prédios da Rua Maria Antônia, de lá fomos, ainda uma vez, desalojados, de novo, por vontade do governo do Estado, durante o conflito com os estudantes do Mackenzie, e viemos parar aqui na Cidade Universitária, em salas e instalações ainda de empréstimo, nos flancos das alas da Reitoria, hoje Reitoria Velha. Em vários pontos acostavam-se então segmentos da Faculdade incompreendida, e os pedaços nunca seriam reunidos num ambiente comum sonhado".

Sobre os pontos de encontro, dependiam muito da época e do lugar onde ficava a Escola. Quando na Faculdade de Medicina, fazíamos roda de "papo" no jardim da Faculdade; quando na Praça da República, freqüentávamos uma leiteria na Rua Xavier de Toledo, fora disso era o convívio do corredor, da sala de aula, do bar do Oswaldo ou dos gabinetes comuns dos professores. "Depois que viemos aqui para a Cidade Universitária as coisas mudaram um pouco de tom à medida que a Faculdade mais se dividiu em vários prédios; cada prédio naturalmente teve seu bar, os seus lugares de lazer, de encontro, e então aquela unidade da Faculdade afrouxou-se ainda mais e os estudantes de cada departamento passaram a ignorar totalmente os estudantes dos outros e a conviver menos, a não ser excepcionalmente, quase sempre no plano das atividades de caráter político. As afinidades políticas os aproximam, mas isso é ainda bastante precário. A vinda para a Cidade Universitária, na qual púnhamos grande esperança de maior coesão, teve exatamente o efeito contrário, distanciou bastante os segmentos, ao invés de uni-los. Espero que isso com o tempo ainda venha a ser superado para o que resta da grande Faculdade despedaçada". (apud FREITAS, 1993, pp. 182, 186 e 187, depoimento em 05.10.1990).

As primeiras secções da F.F.C.L. a se mudarem para a Cidade Universitária foram implantadas de maneira dispersa no território (a Física de um lado, a Zoologia e a Botânica de outro), sem ter como objetivos a integração e a convivência. A maioria dos projetos do início dos anos sessenta para edifícios de secções e departamentos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no Setor de Humanas não foi implementada e quase dez anos depois a faculdade já estava fragmentada pela Reforma Universitária e pelos Estatutos da USP de 1969. Assim, houve uma "Escola da Praça" da República, uma "Escola da Gleite", além da que existiu na mítica Rua Maria Antônia, mas não houve a mesma convivência na Cidade Universitária.

Quanto ao *core*, em 1972 foi esboçado um conjunto integrado por quatro edifícios: um edifício para a Convivência Geral, um Auditório (Aula Magna), um edifício para abrigar os quatro museus da Universidade definidos nos Estatutos de 1969, e a Torre Universitária projetada nos anos 50 por Rino Levi. Marcando o local da Torre foram propostas duas vias se cruzando em "x". Deste estudo volumétrico, atribuído ao professor Anhaia Mello, foram construídas as vias e a Torre, no ano seguinte.

³⁷ Relação dos edifícios em utilização em março de 1967 elaborada pelo Fundo de Construção da Cidade Universitária indicava que no edifício da Reitoria inaugurado em 1961 estavam alojados, além da própria Reitoria, as instalações da Escola de Comunicações e Artes, o estúdio da TV Educativa e o Departamento de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.



Desenho atribuído ao prof. Anhaia Mello.
Fonte: Arquivo COESF



Vista da Torre Universitária – jan / 1975.
Fonte: Arquivo COESF.

Segundo o Professor Miguel Reale no texto "Quatro anos de reitoria", escrito em 1973 ao final de seu segundo mandato como reitor da USP, o Governo do Estado destinara verbas especiais para a construção do Museu de Arte Contemporânea na Cidade Universitária (REALE, 1973, p.9)³⁶.

227

Uma nova tentativa foi feita dois anos depois: "Por volta de 1974, retoma-se a idéia de se ocupar a Praça [Magna], com a Aula Magna, um Centro de Documentação e Informações (atualizando a velha idéia da Biblioteca Central) e [a] sede do Museu de Arte Contemporânea, centralizando os serviços gerais e laboratórios de museologia de várias unidades (imaginava-se pelo menos um Museu de Antropologia e um Museu de História e Geografia). Projetado por uma equipe chefiada pelo arquiteto Jorge Wilhelm e por Paulo Mendes da Rocha, o edifício tinha estupenda impositação plástica, situando-se sobre um talude elevado em relação aos entornos [...]" (USP. A PREFEITURA, 1985, p. 67).

Este projeto resgatava o *core* da década de sessenta ao propor uma praça central e edifícios de volumetria semelhante e nos mesmos locais estudados por Bratke. Onde seria o Centro Social de Rino Levi no *core* de 1962, é proposto o *Centro de Convivência*, agora com uma clareza volumétrica maior ao eliminar todos os acessos e demais edifícios e implantar junto à avenida Professor Luciano Gualberto uma placa horizontal (possivelmente referenciada na proposta coletiva de 1961).

O volume das exposições do museu, suspenso, dialogaria com os demais do "core"; o restante do programa (auditórios, restaurante, vestiários, depósitos, e laboratórios) ficaria no nível inferior, em uma construção horizontal discreta na paisagem, projetada com estrutura padrão para poder ser ampliada. Esta construção dos Laboratórios e Serviços Gerais limitaria um jardim privativo (ARTIGAS, 2000, pp. 130 a 137), para exposição de esculturas.

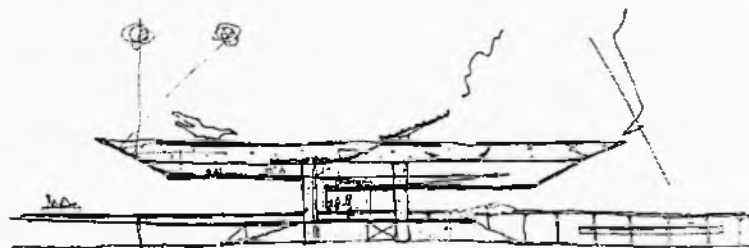
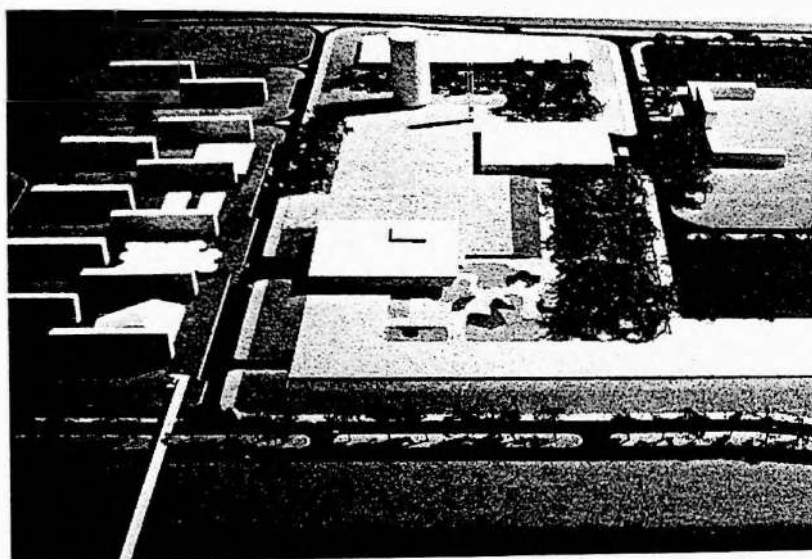
Conforme Paulo Mendes da Rocha, em depoimento de 2003, este museu propiciaria uma reflexão entre arte, ciência e técnica, portanto as oficinas deste museu podiam estimular a construção de um grande centro de pesquisa. "Tanto faz fazer análise de carbono, tanto faz examinar a origem de uma tela, de um maxilar ancestral,

³⁶ Os demais museus seriam transferidos para a Cidade Universitária e estavam sendo tomadas providências para acelerar a mudança do Museu de Zoologia, conforme o mesmo texto.

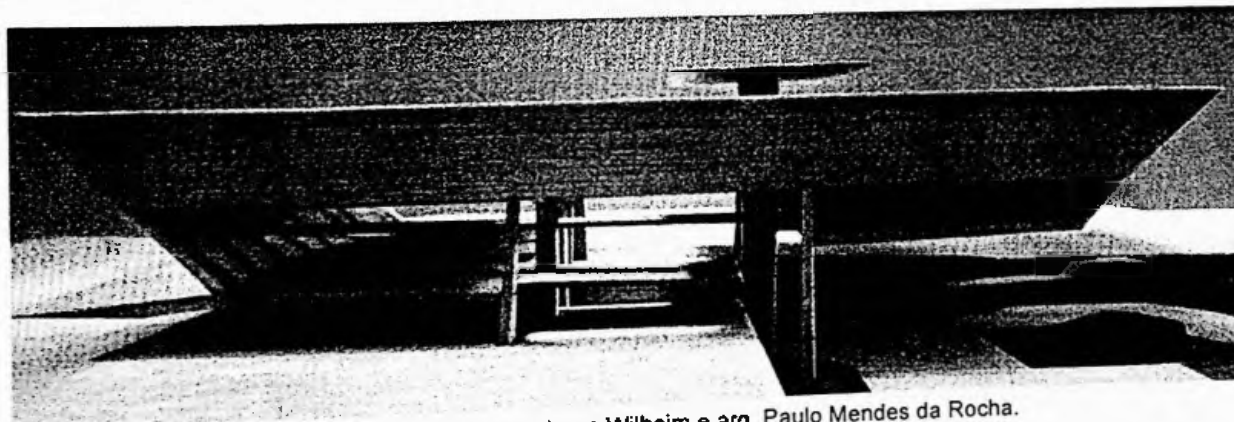
paleontológico, qualquer coisa dessas. Porque os instrumentos capazes de executar essas perícias são muito dispendiosos, e ainda que cada escola tivesse o seu pequeno museu, esta parte de alta tecnologia, de microscópios eletrônicos, análises espectrográficas, podiam ser em uma oficina comum, que seria no anexo" (entrevista à autora, em 07/04/2003).

O museu poderia constituir uma cidadela, na definição de Paulo Mendes da Rocha, sendo usado quase que diuturnamente pelos estudantes, com sessões de cinema, apresentações teatrais e audições tendo lugar nos três auditórios, e o apoio da cantina.

Foi proposta neste projeto de 1975 uma ligação direta da área central da Cidade Universitária com a outra margem do Rio Pinheiros, como nos primeiros planos para a USP, embora desta vez somente como passagem de pedestres. A idéia era facilitar o acesso aos trens de passageiros que trafegam no lado oposto do rio.



228



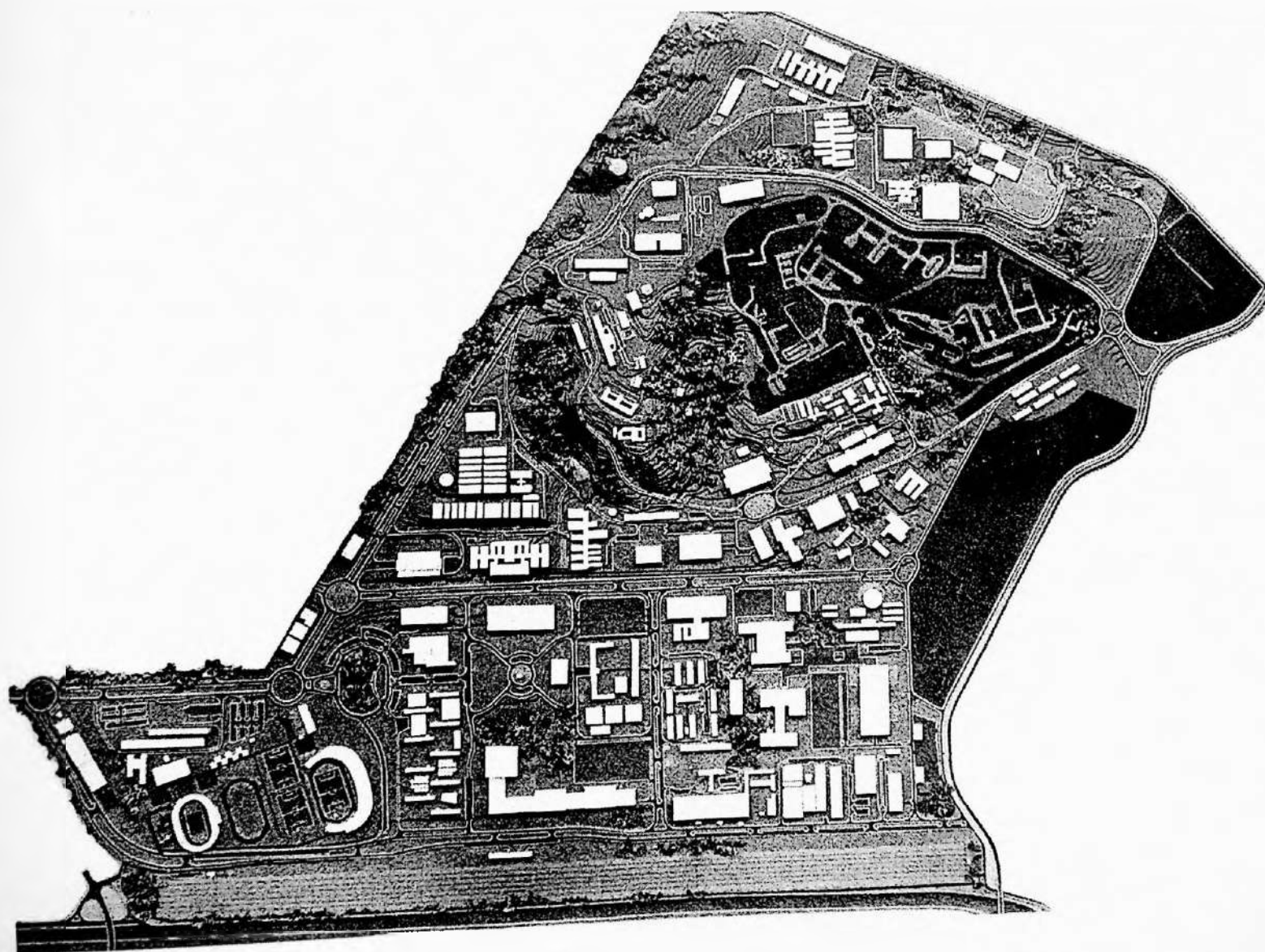
Museu de Arte Contemporânea da USP – arq. Jorge Wilhelm e arq. Paulo Mendes da Rocha.
Fonte das fotos: ARTIGAS, 2000, pp.130 a 137. Fonte do desenho: ROCHA, 1996, p. 38.

Segundo o professor João Roberto Simões, a Sra Yolanda Penteado e o governador à época [Paulo Egydio Martins³⁹] estavam vinculados à iniciativa de construção do Museu da USP. O projeto foi terminado e aprovado, foram licitadas as fundações e compradas as ferragens para todo o edifício. Existia verba para a construção do

³⁹ Paulo Egydio Martins (1928), paulistano, formou-se pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1951; foi Ministro da Indústria e Comércio de 1966 a 1967; eleito indiretamente governador do Estado de São Paulo exerceu o cargo de 15 de abril de 1975 a 15 de março de 1979. Egydio Martins criou a UNESP e construiu, no conjunto do Hospital das Clínicas da USP o prédio dos Ambulatórios, o Instituto do Coração e o Instituto da Criança, bem como 67 laboratórios de pesquisa. Construiu o Hospital Universitário do Butantã e o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto ([site www.sp.gov.br](http://www.sp.gov.br)).

museu. As sondagens do solo foram executadas pela Engesolos e o projeto de fundações foi feito pela Consultrix (engenheiro Golombec) utilizando tubulões. Quando começou a execução das fundações foi verificado que o solo não era coesivo. A obra parou e houve discussão. O projeto foi mudado por Golombec para estacas. Mas neste meio tempo mudou o governo, houve litígio (o FUNDUSP contratou um engenheiro carioca de renome para elaborar um laudo sobre a questão das fundações), as verbas foram realocadas e a armadura foi vendida. E o projeto terminou não sendo construído⁴⁰.

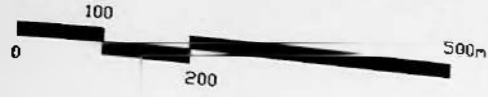
Uma maquete da Cidade Universitária de 1975 mostrava o core como uma mescla da proposta de 1972 e do projeto de Jorge Wilhelm e Paulo Mendes da Rocha de 1975. Esta mesma maquete apresentava os edifícios modulares expansíveis, implantados inclusive no antes denominado Setor de Ciências Humanas e Sociais. Um novo sistema de identificação dividia a Cidade Universitária em Setor Verde, Setor Azul, Setor amarelo, Setor Vermelho, e Setor Roxo.



Cidade Universitária da USP – Maquete de 1975.
Fonte: Arquivo COESF.

⁴⁰ Em meados dos anos oitenta, a então Diretora do MAC, professora Aracy Amaral, retomou a idéia de transferir este Museu para a Cidade Universitária; o reitor Antonio Hélio Guerra Vieira sugeriu que fosse ocupado um espaço de uma estrutura já construída junto ao CRUSP, o que foi feito com projeto elaborado pelo arquiteto Carlos Lemos (USP. PREFEITURA, 1985, p. 67).

CUASSO



CIDADE UNIVERSITARIA
ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA
PLANTA GERAL

MAIO DE 1974 - DESENHISTA: ANTONIO C MISKULIN
ATUALIZADO EM DATA POSTERIOR, NÃO MENCIONADA

- CONSTRUÍDO
- PROJETADO
- VIAS PAVIMENTADAS



LEGENDA

SETOR VERDE

- E1 - Faculdade de Educação
- E2 - COSEAS; CRPE; Escola de Danças
- E3 - Setor Esportivo
- E11 - Posto Patrimônio
- E12 - Escola de Educação Física
- E15 - Garagem de Barcos - Rota Olímpica

SETOR AZUL

- C2 - Órgão Central de Rádior
- C3 - Centro de Vivência Setorial
- C4 - Bloco T do CRUSP (em construção)
- C4B - Edifício em construção
- C5 - Bloco H do CRUSP (em construção)
- C6 - Restaurante
- C7 - Bloco G do CRUSP
- C8 - Bloco F do CRUSP
- C9 - Bloco E do CRUSP
- C10 - Bloco D do CRUSP
- C11 - F.F.L.C.H. - Departamento de Letras
- C12 - Anfiteatro de Conferências e Congressos
- C13 - Projeto Rondon / Bloco A do CRUSP
- C21 - Terra Universitária
- C38 - Instituto de Psicologia (6 pavilhões)
- C39 - Instituto de Geociências - Museu Paleontológico
- C40 - F.F.L.C.H. - Depto Ciências Sociais e Políticas
- C41 - Edifício antigo de História (Biblioteca Central - Editora USP; COCA; Inst. Matemática; C. Escola de Comunicações e Artes)
- C42 - Escola de Comunicações e Artes

SETOR AMARELO

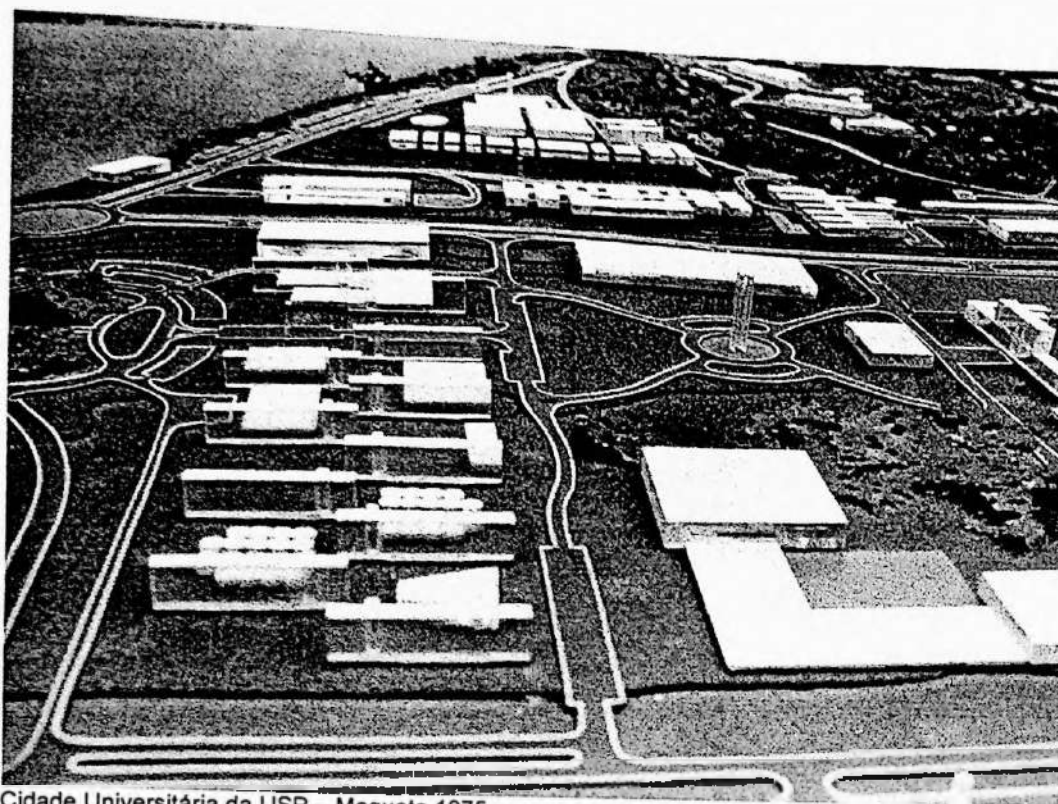
- NW1 - Faculdade de Economia e Administração
- Inst. de Geociências (pavilhões 11-19-20-21)
- Inst. de Psicologia (pavilhão 10)
- NW2 - Escola Politécnica - Depto. Engenharia
- NW3 - Escola Politécnica - Cursos Básicos
- NW4 - Instituto de Pesquisas Tecnológicas
- NW5 - Prefeitura Universitária
- NW11 - Pavilhões provisórios:
 - Fac. Odontologia (pav. 1-2-3); Veterinária
 - Fac. Medicina - Particular (pav. 36)
- NW12 - Pavilhões provisórios:
 - Veterinária (pav. 5-6-7-8-12-23-24-25-26-27)
 - Escola de Comunicações e Artes (pav. 9);
 - REC (pav. 15-16); Odontologia (pav. 17-18)
 - Instituto de Pré-História (pav. 29)
- NW13 - Pavilhões provisórios:
 - Odontologia (pav. 13-14)
 - Veterinária (pav. 28)
- NW14 - Escola Politécnica - Depto Engenharia Civil
- NW21 - Escola Politécnica - Hidráulica
- NW22 - Escola Politécnica - Depto Eng. Mecânica e P
- NW23 - Escola Politécnica - Depto de Minas
- NW24 - Escola Politécnica - Depto de Metalurgia
- NW25 - Sub-Estação

SETOR VERMELHO

- S1 - F.F.L.C.H. - Deptos História e Geografia
- S2 - F.F.L.C.H.
- S11 - Fac. Ciências Farmacéuticas (Blocos 13-14-15-16-17)
- S12 - Escola Politécnica - Depto Eng. Química (Blocos 18-19-20-21-22)
- S13 - Instituto de Química (Blocos 1 a 12)
- S14 - Instituto de Química - Biotério e Armazenado
- S21 - Semi-Industrial
- S22 - Instituto de Geociências
- S23 - Anfiteatro setorial (a céu aberto)
- S25 - F.F.L.C.H. - Administração
- S26 - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
- S27 - Instituto de Matemática e Estatística
- S31 - Instituto de Biociências - Anfiteatro
- S32 - Inst. de Biociências - Botânica (Ed. André)
- S33 - Instituto de Biociências - Lab. Didático de Botânica
- S34 - Centro de Vivência Setorial
- S35 - Instituto de Biociências - Zoologia
- S36 - Fundo de Construção de USP
- S37 - Prefeitura Universitária - Viveiro de Plantas
- S38 - Instituto Oceanográfico
- S41 - Instituto de Ciências Biomédicas - Bio-II
- S42 - Instituto de Ciências Biomédicas - Bio-I (Fisiologia; Farmacologia; Histologia; Embriologia)

SETOR ROXO

- W1 - Instituto de Eletrônica
- W3 - Centro de Vivência Setorial
- W4 - Instituto de Física (Ed. Basílio José)
- W5 - Instituto de Física - Acelerador Linear
- Depo Física Experimental; Administração
- W6 - Instituto de Física - Gerador Van der Graaff
- W8 - Instituto de Energia Atômica (I.E.A.)
- W11 - Instituto de Física - Pelotron
- W12 - Instituto de Física - Mecânica
- Lab. Estado Sólido - Depto Física Metálica



Cidade Universitária da USP - Maquete 1975
Fonte: Arquivo COESF

O Museu de Arte Contemporânea acabou sendo instalado em uma construção térrea adaptada, junto ao bloco "G" do Conjunto Residencial.

A substituição da Arquitetura Moderna Paulista na Cidade Universitária. Sistemas construtivos modulares expansíveis na USP.

O ano de 1968 foi em que se deu a inflexão para cima na economia brasileira: o combate à inflação foi dado como vitorioso e a aceleração do crescimento passou a receber máxima prioridade. A partir de 1967 foram destinados à construção civil créditos abundantes do Banco Nacional de Habitação – BNH. Este foi o início do *boom*, que logo depois envolveu a indústria automobilística e outros ramos produtores de bens duráveis de consumo.

A expansão das exportações industriais brasileiras foi tornada possível por uma conjuntura favorável no mercado mundial e por uma generosa política de isenções e subvenções fiscais por parte do governo. A expansão quase explosiva das exportações brasileiras entre 1967 e 1973 possibilitou uma alteração básica na estratégia de desenvolvimento, que passou a ser baseada, em boa medida, na abertura da economia para fora.

A partir de 1973, no entanto, o desenvolvimento das forças produtivas começou a se chocar com uma série de barreiras "físicas": o sistema de transporte passou a não dar mais vazão a volumes acrescidos de mercadorias; numerosas matérias-primas e insumos acabados passaram a escassear tanto no mercado interno quanto no externo; outros serviços, como o dos telefones, começaram a vergar sob o peso de uma demanda excessiva. A aceleração do ritmo inflacionário, que se registrou a partir daquele ano, foi o resultado da contradição entre um impulso cada vez mais poderoso para acumular e as limitadas disponibilidades reais para fazê-lo.

O período de crescimento rápido da economia brasileira, entre 1968 e 1974, foi, em essência, um período de recuperação da recessão de 1962/67, cujas possibilidades foram se esgotando. No plano das aparências, este esgotamento se manifestou sob a forma de pressões sobre o balanço de pagamentos (déficit recorde em 1974) e o nível de preços (elevação de cerca de 35% em 1974), obrigando o Estado a por um freio no crescimento (SINGER, 1975, pp. 99 a 119).

Na Cidade Universitária o período do "milagre" brasileiro corresponde a uma fase de muitas construções, uma vez que também havia a partir de 1967 a política do governo estadual de aumentar as vagas na USP e os novos estatutos no final de 1969. No entanto os edifícios do Centro Social e alguns do Setor de Humanas, que já estavam com projeto executivo entregue ao Fundo de Construção e mesmo estaqueados, permaneceram no papel, com as exceções já comentadas dos edifícios da História e Geografia e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

O projeto do edifício inicialmente destinado a Geologia, Paleontologia, Mineralogia e Petrografia no Setor de Humanas, é um destes casos. Como já comentado, o projeto de arquitetura para aqueles quatro departamentos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi elaborado pelo Arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva em 1962.

Em final de maio de 1968, a obra permanecia apenas estaqueada e o Fundo de Construção da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" reuniu-se com a Coordenação do Curso de Geologia da F.F.C.L., solicitando o exame do "programa" do Departamento, o que permitiria verificar a validade do projeto. O pedido de recursos para construção do edifício foi incluído na programação dos exercícios de 1969, 1970 e 1971, conforme o então Diretor Executivo do Fundo de Construção, Adalberto Mendes dos Santos.

A necessidade de construção do edifício foi suplantada pela urgência de se transferir o curso provisoriamente para os pavilhões na Cidade Universitária, e posteriormente pela reestruturação do curso, que se transformou no final de 1969 em Instituto de Geociências e Astronomia⁴¹.

Os contatos com o Diretor do então Instituto de Geociências e Astronomia a respeito de possíveis adaptações ao projeto elaborado em 1962 foram retomados em abril de 1970 pelo arquiteto Luciano Bernini, respondendo pela Diretoria do Fundo de Construção.

Em reunião realizada no Fundo de Construção ao final de junho de 1970, com a comissão do Instituto de Geociências e Astronomia (integrada por professores e um aluno) e o arquiteto Pedro Paulo de Melo Saraiva, concluiu-se que:

- O projeto existente, de autoria do arquiteto acima mencionado, dispõe de área suficiente para atender às necessidades do Instituto de Geociências.
- As adaptações necessárias e modificações internas são perfeitamente viáveis⁴².

Foi anotado também que a preocupação de alguns professores naquela reunião quanto ao excesso de luminosidade e calor conseqüente da iluminação zenital, foi afastada pelo arquiteto Saraiva, com explicações sobre os cuidados com a distribuição das aberturas, os detalhes executivos dos "domos" e o sistema de ventilação. Outra preocupação de alguns dos professores foi quanto à ausência de janelas no último pavimento do edifício, que permaneceu apesar da demonstração do arquiteto de que o grande espaço interno passaria a constituir uma paisagem própria⁴².

⁴¹ Em 16 de dezembro de 1969 o Decreto Estadual nº 52.326 criou o Instituto de Geociências e Astronomia, que veio substituir os departamentos de Geologia, Paleontologia, Mineralogia e Petrografia da F.F.C.L.

⁴² Características semelhantes às do edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, inaugurado pouco antes.

Os professores se comprometeram, ainda na citada reunião, a elaborar um programa das necessidades do Instituto, para que fossem estudadas pelo Fundo de Construção as adaptações necessárias no projeto e o arquiteto Saraiva expressou o desejo de rever o projeto em função da conveniência ou não de atualização de sistemas construtivos.

O programa para o edifício, elaborado pelos professores do Instituto, chegou ao Fundo de Construção dois meses e pouco depois da reunião de junho. Em início de outubro uma proposta do escritório do arquiteto Saraiva para revisão do projeto dos Departamentos de Geologia, Paleontologia, Mineralogia e Petrografia da F.F.C.L. e sua adaptação ao programa decorrente dos novos estatutos da USP foi encaminhada ao Diretor do Fundo de Construção Luciano Bernini. Esta revisão objetivaria uma melhor adequação entre a obra projetada e os fins a que se destinava, a atualização tecnológica do projeto, e a economia geral de materiais e custos, segundo o autor.

No entanto, não fora possível a destinação de verba para construção do novo edifício do Instituto de Geociências e Astronomia na programação de obras de 1971, pois houve redução da proposta orçamentária inicial do Fundo de Construção, conforme informação do professor Luiz de Anhaia Mello, do Conselho deste órgão. Assim, foi comunicado ao arquiteto Saraiva que uma vez houvesse recursos para a obra, seria feito novo contato.

Em janeiro de 1971 o diretor do Instituto de Geociências e Astronomia escreveu ao Reitor Miguel Reale, solicitando que a construção do edifício fosse incluída na programação de 1971 ou, na ausência de verba, em 1972, pois as instalações provisórias eram insuficientes, obrigando a procura de salas de outros institutos, também intensamente usadas, e esta situação estaria impedindo a expansão do Instituto e do curso de pós-graduação. O Instituto estava aguardando a venda do imóvel da Alameda Gleite, nº 463⁴³, que ocupara antes da transferência para a Cidade Universitária, para que fosse utilizada a quantia obtida para a construção do edifício definitivo.

O Reitor instruiu o Fundo de Construção a incluir a obra no Plano Quinquenal, e o Conselho de Administração do FUNDUSP em reunião de 4 de junho de 1971 ratificou a inclusão da construção nas programações de obras de 1973 e 1974. Em maio de 1972 o Reitor oficiou ao Secretário de Estado da Economia e Planejamento Miguel Colassuono, solicitando verba para a construção da primeira etapa do Instituto de Geociências.

No mês de junho de 1972, o Instituto de Geociências⁴⁴ apresentava ao Fundo de Construção várias informações para embasar o estudo preliminar do edifício definitivo: seu perfil (de instituto básico e profissional, portanto de formação de Geólogos e de professores de Geociências), o número de departamentos, de alunos de graduação e de pós-graduação, de professores, o currículo do curso de Geologia, a área total ocupada nos pavilhões, etc. Haveria um novo projeto, utilizando o sistema construtivo modular (expansível)⁴⁵ e um novo estaqueamento, conforme cronograma físico-financeiro de agosto de 1972. Não houve mais menção ao projeto de 1962.

Comparando-se as áreas construídas de edifícios na Cidade Universitária em vários períodos (não incluídos quadras e campos esportivos abertos), pode-se verificar a disponibilidade de verbas para este fim:

- O período do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto resultou em 65.228m² de área construída nos anos de 1959 a 1962, mas 22.546m² eram obra do governo federal em 1961 depois transferida à USP (média de 10.670m²/ano excluindo obra federal);

⁴³ O imóvel foi alienado através de concorrência pública em 1973, pelo FUNDUSP.

⁴⁴ O Instituto deixara de incluir Astronomia por força do decreto 52.907, de 27 de março de 1972.

⁴⁵ Quanto ao edifício destinado ao Instituto de Matemática e Estatística, em que também houve substituição do projeto de 1962, o estudo preliminar foi desenvolvido pelo FUNDUSP nos meses finais de 1971.

- Em 1963, ano dos Jogos Panamericanos: 38.333 m²;
- De 1964 a 1966, apesar das alterações políticas e da recessão nacional, 97.570 m² (32.523m²/ano);
- De 1967 a 1970, início do "milagre brasileiro" na economia e anos da política de expansão de vagas do governo Abreu Sodré, 100.997m², sendo 4.884m² de reforma do bloco "A" do CRUSP em 1968 (25.249m²/ano incluindo reforma); e
- Em 1971 e 1972, ainda anos do "milagre brasileiro", 72.500m², sendo 8.000m² de reforma dos blocos "B" e "C" do CRUSP em 1972 (36.250m²/ano incluindo reforma), conforme áreas constantes em SIMÕES, 1984, pp.115 a 141. Em 1972, neste período favorável às realizações na Cidade Universitária, iniciou-se a elaboração dos projetos modulares expansíveis na USP, que serão comentados adiante.

A construção acelerada que vinha ocorrendo na Cidade Universitária foi registrada em matéria de capa na revista *A Construção em São Paulo* n° 1262, de 17 de abril de 1972, recebendo estes comentários no editorial de Sérgio Pini: "Com metade das suas construções pronta em 1971, a Cidade Universitária está atravessando uma fase de bom ritmo de desenvolvimento, iniciada há cinco anos. Transferindo sistematicamente todas as unidades de ensino da Capital para o Butantã, o crescimento acelerado do corpo discente obrigou a construção e melhoramentos em todas as escolas. Mais de 50 obras, já iniciadas, deverão ser entregues até 1974, quando o número de alunos, de acordo com as previsões, atingirá 40 mil⁴⁶" (*A Construção em São Paulo* n° 1262, p. 5).

Ainda segundo Pini, no citado editorial: "Obras como o conjunto do Instituto de Matemática, Biomédicas I e II, Setor Esportivo, Escola de Educação Física, Hospital Universitário, eliminarão vários vãos existentes entre as edificações da USP, atendendo assim, com algum atraso, às necessidades que a brusca expansão fez surgir" (*A Construção em São Paulo* n° 1262, p. 5).

A reportagem da revista *A Construção em São Paulo* n° 1262 indicou a população da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" em 3 mil docentes e 24 mil alunos no ano de 1972⁴⁷ e informou que até 1961 o número de estudantes na CUASO não ultrapassava 9,5 mil e que em 1967 o número de alunos chegara a quase 17 mil (provavelmente a revista reproduzia informações obtidas junto ao FUNDUSP). O dado para 1972 nesta reportagem era bem maior que o constante na publicação *Ensino Superior em São Paulo 1972* do Departamento de Estatística da Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, que registrou o número de matrículas em estabelecimentos da USP no Butantã em pouco mais que 19 mil, o que ainda significaria que havia dobrado o número de alunos na Cidade Universitária entre 1961 e 1972.

A Universidade de São Paulo em 1972 era integrada, além das instalações na Capital, por quatro faculdades no interior: a Odontologia de Bauru, a Medicina e a Enfermagem de Ribeirão Preto, a Agricultura de Piracicaba e a Engenharia de São Carlos, embriões dos atuais campi da USP. O FUNDUSP construía na época 14 obras no interior do Estado, para complementar estas quatro faculdades e implantar o Observatório Astronômico de Valinhos e o laboratório do Instituto de Biologia Marinha em São Sebastião⁴⁸.

O Diretor Executivo do FUNDUSP era o arquiteto Luciano Bernini, que também acumulava o cargo de Prefeito da Cidade Universitária – a Prefeitura Universitária, prevista nos estatutos da USP de 1969, fora criada em 1970.

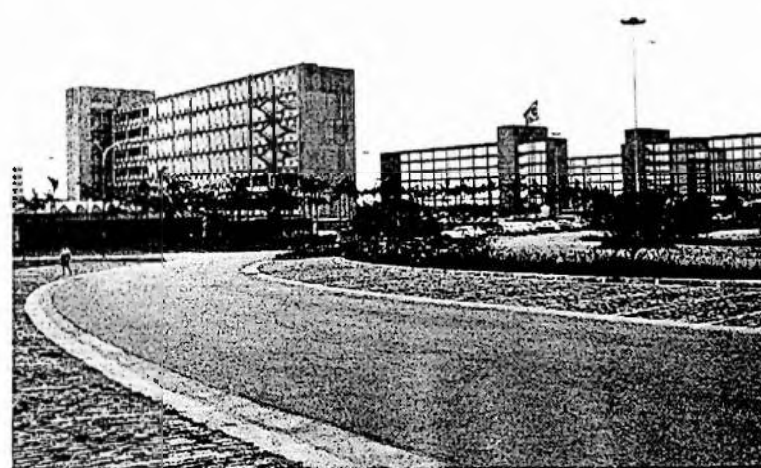
⁴⁶ Como já apresentado, foram efetuadas 25.942 matrículas nos estabelecimentos da USP na Capital em abril de 1975; esta estimativa estava muito otimista, pois.

⁴⁷ Desagregando-se dados do *Anuário Estatístico da USP* de 1981 obtém-se no ano de 1980, oito anos depois, pouco mais de 2.800 docentes na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira".

⁴⁸ Faziam parte da USP em 1972 também cinco museus, quatro instituições com dotação orçamentária própria (Oceanográfico, Estudos Brasileiros, Pré-História e Geografia) e seis autarquias associadas: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, Instituto de Eletrotécnica, Instituto de Energia Atômica, Instituto Oscar Freire e os hospitais das Clínicas de São Paulo e de Ribeirão Preto.

Na planta a cores da Cidade Universitária publicada na capa de *A Construção em São Paulo* n° 1262, sem legenda⁴⁹, e na versão da mesma planta em preto e branco, com legenda, à p. 34, há algumas questões importantes, que merecem ser comentadas. Uma é a criação da Praça da Reitoria, no eixo da avenida de acesso à Cidade Universitária; outra a reformulação da proposta para o core; e por último as alterações no Setor das Humanas do Plano de 1961-63.

Fora criada uma rotatória e uma praça no eixo do acesso principal da Cidade Universitária, onde seria implantada a Reitoria, como no Plano de 1949-54. Uma via ligaria esta praça da nova Reitoria até o edifício antigo da Reitoria, substituindo a via em alça que tanta crítica causara ao reitor Gama e Silva. Ao invés da Praça Cívica com estacionamento subterrâneo do Plano de 1961-63 era proposto um bosque ladeando a via mencionada – o oposto de um lugar de concentração de pessoas.



Cidade Universitária da USP – Praça e edifício da Reitoria.
Fonte: Arquivo COESF.

234

De uma certa forma era resgatado o Plano de 1949-54, no que tinha de monumental o acesso principal da Cidade Universitária, na localização e aridez da Praça da Reitoria, na diluição do conceito do anel viário do Plano de 1961-63. Não por coincidência o Reitor deste período (novembro de 1969 a novembro de 1973) era o mesmo que ocupara o cargo entre agosto de 1949 e julho de 1950: o Professor Miguel Reale, da Faculdade de Direito.

Na planta da Cidade Universitária publicada por *A Construção em São Paulo* n° 1262 à p. 34, os blocos "K" e "L" do Conjunto Residencial já constavam como "Reitoria" (seriam destinados aos órgãos complementares); os blocos "H" e "I" estavam identificados como "Prefeitura" e entre os blocos "A", "B" e "C" do CRUSP estava indicado "cursos básicos". O edifício inaugurado em 1961 para sede da Reitoria constava nesta planta publicada por *A Construção em São Paulo* como "Instituto de Educação".

O Conjunto Residencial estava sendo descaracterizado em 1972 por diversas obras, como a reforma de dois de seus blocos ("B" e "C") para os cursos básicos - F.F.L.C.H. e a construção de dois conjuntos térreos ("Colméias") nos espaços entre os blocos "B" e "D" e entre os blocos "C" e "E" para a F.F.L.C.H. (SIMÕES, 1984, p. 141).

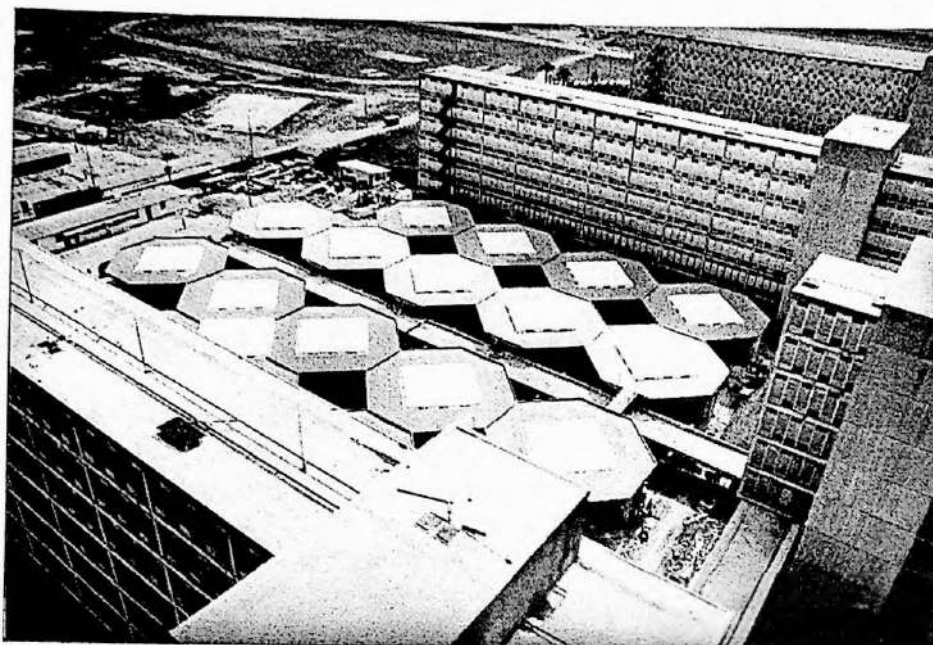
⁴⁹ Embora não haja legenda indicando o que corresponde a cada cor utilizada, parecem corresponder à cor vermelha os edifícios existentes (mas há exceções), a cor amarela seria a reservada a edifícios projetados e a cor rosa às obras em execução (também com exceções).



REPRODUÇÃO SOBRE IMAGEM
 DE CAPA DA REVISTA
 "A CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO"
 Nº 1262



- LEGENDA**
- 1 - Posto de Informações
 - 2 - Escola de Educação Física
 - 3 - Setor Esportivo
 - 4 - Reitoria
 - 5 - Prefeitura
 - 6 - Cursos Básicos
 - 7 - Faculdade de Direito
 - 8 - Aula Magna
 - 9 - Museus
 - 10 - Centro de Convivência Geral
 - 11 - Garagem Central
 - 12 - Faculdade de Música e Artes Plásticas
 - 13 - Instituto de Educação
 - 14 - Escola de Comunicações e Artes
 - 15 - Biblioteca Central e Editora
 - 16 - Faculdade de Economia e Administração
 - 17 - Setor Tecnológico - Escola Politécnica
 - 18 - Sub Estação
 - 19 - Raia Olímpica
 - 20 - Administração de F.F.L.C.
 - 21 - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências
 - 22 - Instituto de Geociências e Astronomia
 - 23 - Instituto de Psicologia
 - 24 - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
 - 25 - Instituto de Matemática e Estatística
 - 26 - Instituto de Eletrotécnica
 - 27 - Instituto Oceanográfico
 - 28 - Instituto de Biociências
 - 29 - Instituto de Ciências Biomédicas
 - 30 - Instituto de Física
 - 31 - Instituto de Energia Atômica
 - 32 - Instituto de Pesquisas Tecnológicas
 - 33 - Serviço Gerais - Oficinas
 - 34 - Faculdade de Ciências Farmacêuticas
 - 35 - Instituto de Química
 - 36 - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
 - 37 - Faculdade de Saúde Pública
 - 38 - Faculdade de Medicina
 - 39 - Maternidade e Pediatra
 - 40 - Hospital de Ensino
 - 41 - Escola de Enfermagem
 - 42 - Faculdade de Odontologia
 - 43 - Conjunto Residencial
 - 44 - Escola Parque



Cidade Universitária da USP – Cursos Básicos ("Colméia").
Fonte: Arquivo COESF.

Os dois conjuntos térreos construídos em 1972⁵⁰ eram formados por unidades concebidas como quadrados de 11 x 11 metros com arestas cortadas, e a denominação de "Colméia" deveu-se a esta sua forma. Cada uma das unidades da "Colméia" poderia ser utilizada como sala de aula do tipo convencional com capacidade para 90 a 100 alunos ou ser subdividida em salas menores para 50 ou 20 alunos.

235

Ao todo foram construídos 36 módulos na "Colméia". Os usos⁵¹ iniciais eram:

- 16 salas de aula (16 módulos com uma capacidade média de 90 alunos por unidade e total de 1.440 alunos);
- Dois conjuntos de anfiteatro (constituídos cada um por 4 módulos e um pátio);
- 4 módulos foram destinados a pequenas lanchonetes para os alunos e instalações sanitárias.;
- Biblioteca departamental, com 1.100m², unindo oito módulos e os pátios entre os mesmos.
(revista *Projeto e Construção* nº 26, de janeiro de 1973, pp. 12 a 20).

O arquiteto Paulo Mendes da Rocha, manifestou-se a respeito das alterações no Plano de 1961-63 e sobre a construção das denominadas "Colméias" :

"Mas o que eu acho interessante considerar, é que nada degenerou como uma fruta que apodrece; isso foi banido e enfrentado, e confrontado e negado, todo esse grande ideal, ideário antes de mais nada, que a FAU possuía particularmente dentro da USP. Porque tratava-se de Arquitetura, estávamos no comando, vamos dizer, dando uma espécie de uma opinião geral sobre toda a USP [a Cidade Universitária], o Urbanismo e a Arquitetura, um momento muito interessante da Escola, ensaiando ao mesmo tempo... ninguém fazia isso com prepotência. Esse ideal todo foi contrariado pela ditadura militar, foi destruído a marreta, atingindo a parte que foi feita com mais consistência talvez, além da nossa USP, da nossa FAU: a parte habitacional. Demoliram dois prédios⁵². Portanto não é que tenha degenerado, foi meticulosamente destruído. Você faz de um prédio uma

⁵⁰ Estes conjuntos foram projetados pelo arquiteto Mário Rosa Soares, da equipe do Fundo de Construção da USP. Outro projeto de Rosa Soares foi o prédio para o Departamento de Engenharia Civil, em 1967.

⁵¹ Atualmente dois destes conjuntos das Colméias foram adaptados para abrigar o Instituto de Estudos Brasileiros e em dois outros conjuntos estão instalados núcleos de estudos da Universidade, um restaurante e uma agência bancária.

⁵² A desmontagem da estrutura do bloco "J" do Ose deu provavelmente em 1967 e os blocos "H" e "I" foram desmontados muito depois, entre 1984 e 1990, provavelmente em 1985 (foto de *O Espaço da USP: presente e futuro*, 1985, p. 57 mostra vazio o local do bloco "H").

bomba, como fizeram aqueles cogumelos, aqueles negócios que eles chamam "Colméia", são construções para destruir a outra [o CRUSP], porque arrebatam a espacialidade da implantação daquele conjunto todo... se você introduz a desordem, você introduz uma cunha de dominação" (entrevista à autora em 07/04/2003).

Nenhuma construção do Centro de Convivência Geral havia sido iniciada em 1972, mas o setor esportivo encontrava-se em execução, inclusive o tratamento das margens da Raia Olímpica⁵³. O espaço de convívio se deslocava da praça para os equipamentos esportivos (dentro do espírito de "mente sã em corpo são").

Estava proposta uma via dupla, dividindo o Conjunto Residencial do *core*. O que permanecera do Conjunto Residencial, que no Plano 1961-63 era integrado ao Setor Esportivo e ao *core*, ficaria ilhado pelo sistema de vias (o que acabou sendo executado, com a única alteração da Rua do Anfiteatro não ter ilha central).

Quanto ao Setor de Humanas do Plano 1961-63, havia várias alterações indicadas na planta publicada em *A Construção em São Paulo* n° 1262:

- No local previsto para o edifício das Letras da então F.F.C.L., estava indicado um edifício para a agora Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas;
- Onde antes ficaria o edifício das Ciências Sociais da F.F.C.L., agora havia a indicação de um prédio para o Instituto de Psicologia (com a silhueta do projeto do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, como se houvesse intenção de aproveitá-lo);
- O projeto do arquiteto Joaquim Guedes Instituto de Matemática e Estatística fora substituído por outro, de autoria do arquiteto Gabriel Sister, do FUNDUSP (conforme a matéria de *A Construção em São Paulo*, o novo projeto para a Matemática previa dois blocos, um auditório e o Centro de Processamento de Dados; a execução seria iniciada em breve);
- Permanecia a implantação para o edifício dos departamentos de Geologia, Mineralogia, Petrologia e Paleontologia da F.F.C.L. proposta pelo arquiteto Pedro Saraiva, mas conforme os Estatutos de 1969 agora se tratava do Instituto de Geociência e Astronomia.

236

Segundo *A Construção em São Paulo* n° 1262, em abril de 1972 estavam sendo construídos pelo FUNDUSP na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" dois edifícios do Instituto de Ciências Biomédicas: o Biomédicas I, destinado ao ensino da Fisiologia, Farmacologia e Histologia Básica da Medicina, e o Biomédicas II, para o ensino de Microbiologia, Imunologia, Virologia, Bacteriologia e Parasitologia, além dos laboratórios para as respectivas pesquisas⁵⁴. Também estavam em construção o edifício do Semi-Industrial e o prédio do Biotério e Almoxarifado, no conjunto das Químicas.

No Setor Tecnológico estavam em fase de acabamento o edifício da Engenharia Civil e o Laboratório de Mecânica. A primeira etapa da obra da Faculdade de Economia e Administração fora entregue (edifício principal daquela escola).

A obra do Instituto Oceanográfico estava em final de execução e um novo edifício estava sendo construído no Instituto de Física para abrigar pesquisas relacionadas ao acelerador linear que seria instalado na Cidade Universitária. Este novo edifício seria interligado por passarela ao prédio Basílio Jafet.

⁵³ Já estavam construídas três quadras de tênis, seis quadras para voleibol e futebol de salão, e outras seis quadras, para a prática de bola ao cesto, seriam entregues naquele ano. A pista de atletismo em tartan estava em execução, como também a iluminação das quadras e campos de futebol.

⁵⁴ Segundo o professor João Roberto Simões em entrevista à autora: "o prédio I do Instituto de Ciências Biomédicas foi projetado utilizando estrutura pré-moldada pelo arquiteto Luiz Carlos Antony e o prédio II das Biomédicas foi projetado pelo arquiteto Rodolfo Ortenblad Filho. Após dois anos o programa de ambos os prédios, ainda não construídos, ficou ultrapassado. Eu trabalhei nos dois projetos [no Fundo de Construção], fazendo as seguintes alterações: O ICB-I, que antes tinha só a Fisiologia, passou a ter também Farmacologia e Histologia e o prédio do ICB-II, que tinha só Microbiologia e Parasitologia, passou a ter também Imunologia [o atual ICB-II consta de várias plantas da Cidade Universitária como "Histologias"]. Foram mudados caixilhos e paredes e ocupado o térreo de ambos os prédios, que nos projetos originais eram em pilotis". O edifício Biomédicas I foi inaugurado em 1973. O Setor Didático do Biomédicas II foi concluído em 1974 e o Setor de Pesquisa, bloco interligado ao primeiro, em 1977.

A Escola de Educação Física encontrava-se em construção, iniciada pelo maior dos três blocos previstos no projeto elaborado pelo arquiteto Ícaro de Castro Mello.

Estavam em fase de elaboração de projeto o edifício do Instituto de Matemática e Estatística (com início da obra prevista ainda para 1972), a Faculdade de Medicina Veterinária, a Reitoria, o Instituto de Geociências e a Faculdade de Filosofia e Letras (estes últimos com previsão de início de obra no ano seguinte, 1973), conforme *A Construção em São Paulo* n° 1262, abril de 1972.

Os projetos dos novos edifícios para a Cidade Universitária estavam em 1972 a cargo da equipe do Fundo de Construção, excetuados os relacionados a atividades esportivas, considerados uma especialidade e mantidos com o arquiteto responsável pelas propostas constantes em Planos anteriores. Rompera-se o vínculo com o conjunto de arquitetos do Plano de 1961-63, em sua maioria professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Na planta de 1972 da revista *A Construção em São Paulo* é possível notar que não está mais representado o Instituto Butantã nem a Academia de Polícia⁵⁵ como integrantes da Cidade Universitária e que as vias marginais do canal do Ribeirão Jaguaré deixaram de fazer parte do anel viário da Universidade, estando proposta a duplicação (não executada) da via mais próxima, a avenida Professor Almeida Prado. Como se a Cidade Universitária fosse se isolando do seu entorno imediato, se tornando uma ilha.

Apesar disto, *A Construção em São Paulo* listava obras no Instituto Butantã que o FUNDUSP realizara através de convênio com a Reitoria da USP e a Secretaria Estadual da Saúde, como o Almoarifado, ou que estava projetando, como a série de prédios denominados Produção.

237

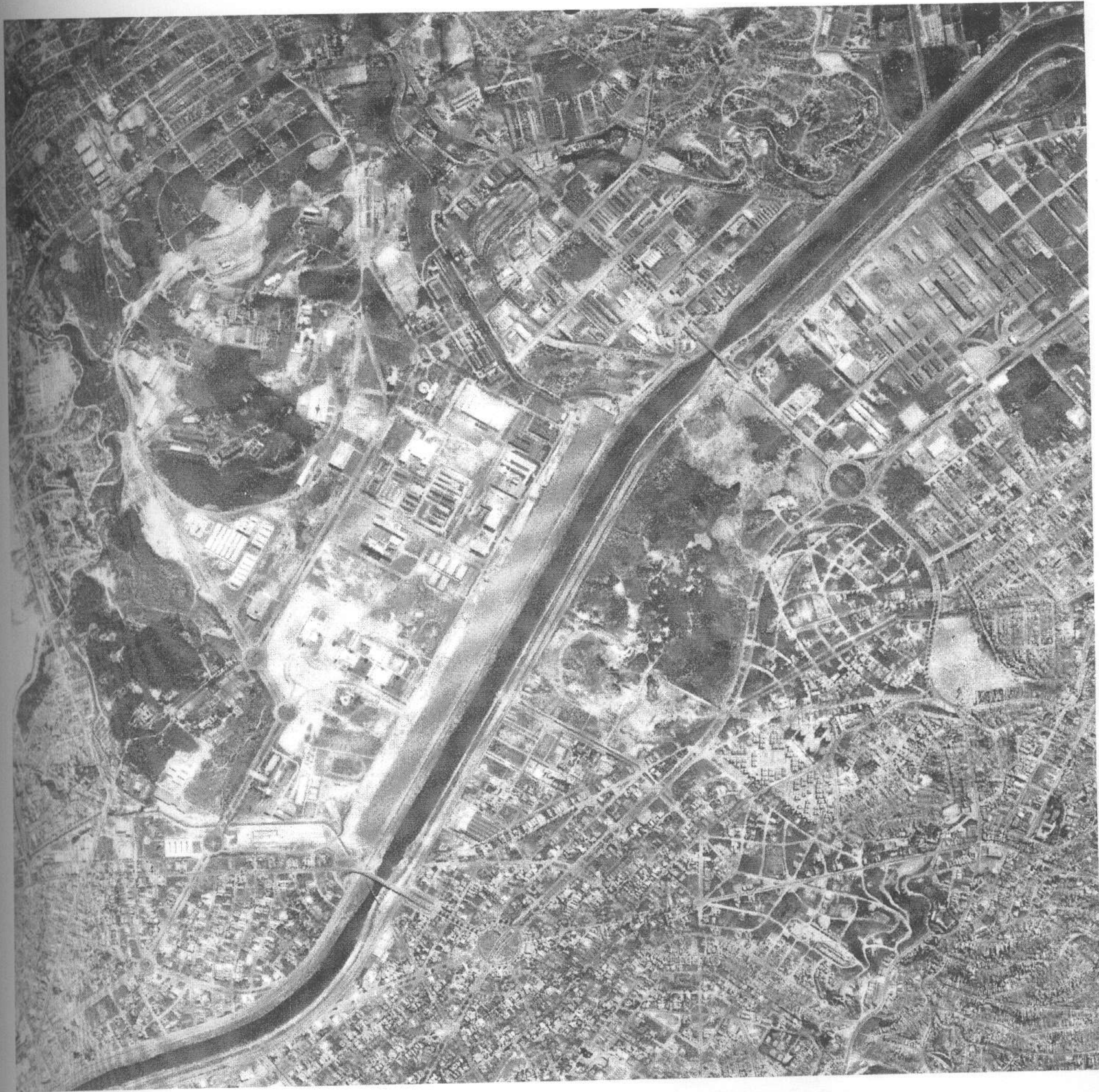
No ano de 1973 foram inauguradas várias obras que vieram a descaracterizar ainda mais o Conjunto Residencial. Para abrigar os órgãos centrais da Reitoria foi feita uma construção térrea unindo as estruturas originalmente destinadas aos blocos "K" e "L" do Conjunto Residencial, então concluídas com outra divisão interna. Ainda em 1973 também foram concluídos o Centro de Convivência da Reitoria (junto à estrutura do bloco "H" do CRUSP) e o Anfiteatro de Convenções, entre os blocos "A" e "C" do CRUSP (SIMÕES, 1984, p. 141).

Foto aérea de setembro de 1972 dá um panorama da Cidade Universitária: a Praça da Reitoria está em execução, bem como a via que a liga à avenida da Raia Olímpica. A Rua do Anfiteatro também está sendo executada e o setor esportivo tem vários equipamentos implantados. A segunda pista da Avenida Professor Luciano Gualberto está quase concluída e a duplicação de pista da Avenida Professor Lineu Prestes encontra-se na altura do setor Biológico. A abertura da caixa desta via foi executada até as proximidades do futuro Hospital Universitário.

A via na lateral do Instituto de Matemática está sendo aberta, bem como a complementação do acesso ao Instituto de Física (junto ao Instituto Oceanográfico).

O número de pavilhões metálicos provisórios no setor Tecnológico é de vinte e sete (o projeto é padrão, com 900m²) e há também duas construções menores. A principal diferença registrada na foto aérea de 1972 em relação à planta de *A Construção em São Paulo* do mesmo ano é que no local indicado como "Garagem Central" estão construídos seis pavilhões provisórios em concreto (que já constavam da planta da Cidade Universitária de novembro de 1969 como conjunto didático da F.F.C.L.).

⁵⁵ Nem mesmo a área da Cidade Universitária na outra margem do Ribeirão Jaguaré consta da planta de 1972; no Plano de 1961-63 este local estava destinado ao Serviço de Segurança, com futuras instalações para a Guarda Militar e o Corpo de Bombeiros.

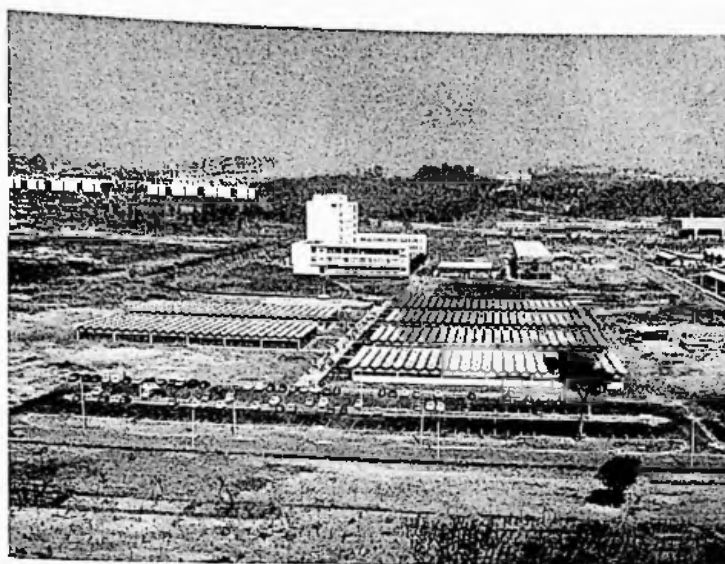


CIDADE UNIVERSITÁRIA USP - 1972

Foto 444 9 set 72 GEGRAN - Fonte: BASE



Cidade Universitária da USP – pavilhões provisórios.
Fonte: Arquivo COESF.



Outros edifícios em construção: o Departamento de Engenharia Civil da Escola Politécnica; a Escola de Educação Física (início); o Semi-Industrial; e os edifícios Biomédicas I e II. Havia uma grande terraplenagem no I.E.A.

O balanço da segunda reitoria do Professor Miguel Reale (novembro de 1969 a novembro de 1973), época em que não faltaram recursos financeiros, foi a restituição de alguns aspectos do Plano de 1949-54, como o acesso viário monumental, com fonte luminosa e Torre Universitária, e o abandono do Plano de 1961-63, com a utilização do espaço e dos blocos do Conjunto Residencial para outras finalidades; sua gestão deu ênfase à execução das instalações esportivas. A inscrição ao redor do piso da Torre Universitária, de autoria do professor Miguel Reale (SIMÕES, 1984, p. 155) parece por uma pá de cal na idéia do "core", ponto essencial do Replanejamento de 1956 e do Plano de 1961-63: "No Universo da Cultura o Centro está em toda parte".

238

O novo método de projeto do edifício e de planejamento do campus

No ano de 1972 houve uma ruptura quanto à concepção dos edifícios e da ocupação dos espaços nos campi da USP.

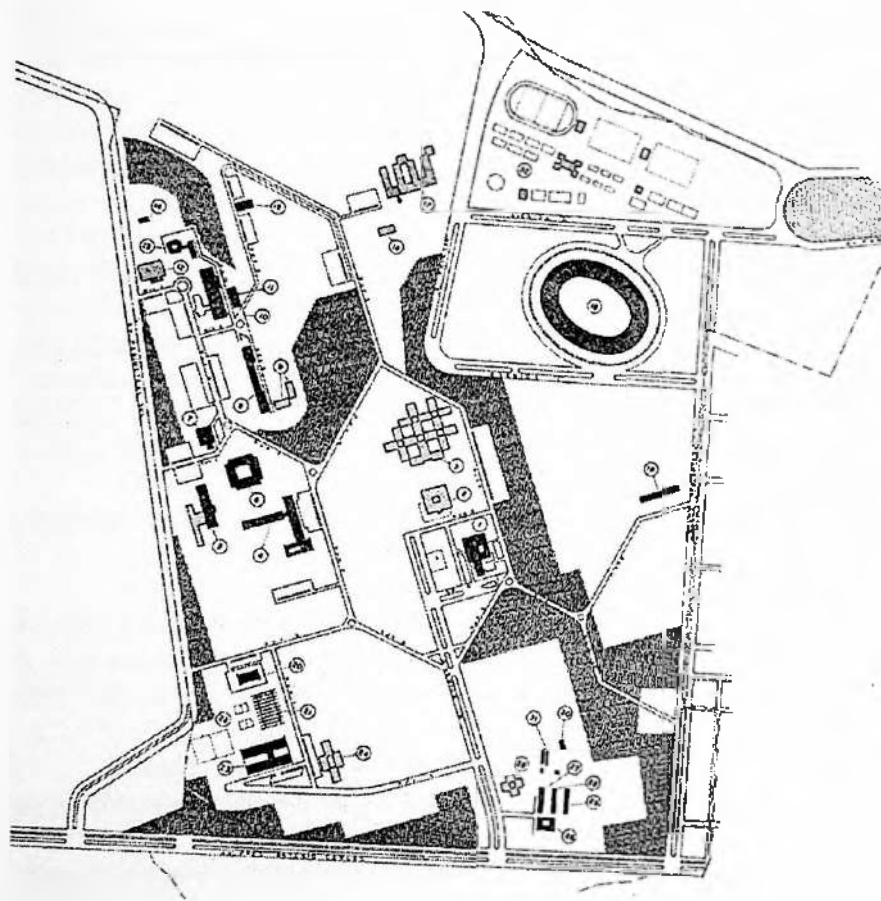
Em 1956 Hélio de Queiroz Duarte estipulara um limite futuro para a população da Cidade Universitária da USP na Capital e reafirmara a necessidade de ampliação da gleba da Universidade. A partir destes parâmetros, lembrou aos responsáveis que seria necessário decidir quais faculdades de fato viriam a se instalar na Cidade Universitária e quais as suas necessidades físicas, para definir setores e edifícios.

O Plano de 1961-63 avançou neste sentido, pois dispunha para sua elaboração dos organogramas dos futuros edifícios. Mas em 1972, depois de uma década, ainda faltava muito para implementar o Plano de 1961-63. Conseguira-se transferir várias faculdades isoladas para a Cidade Universitária, atendendo ao estabelecido poucos anos antes pela Reforma Universitária, mas para isto foram utilizadas instalações provisórias e até mesmo blocos do Conjunto Residencial. Enquanto isto, o crescimento da Universidade passava a se dar também em novos campi do interior.

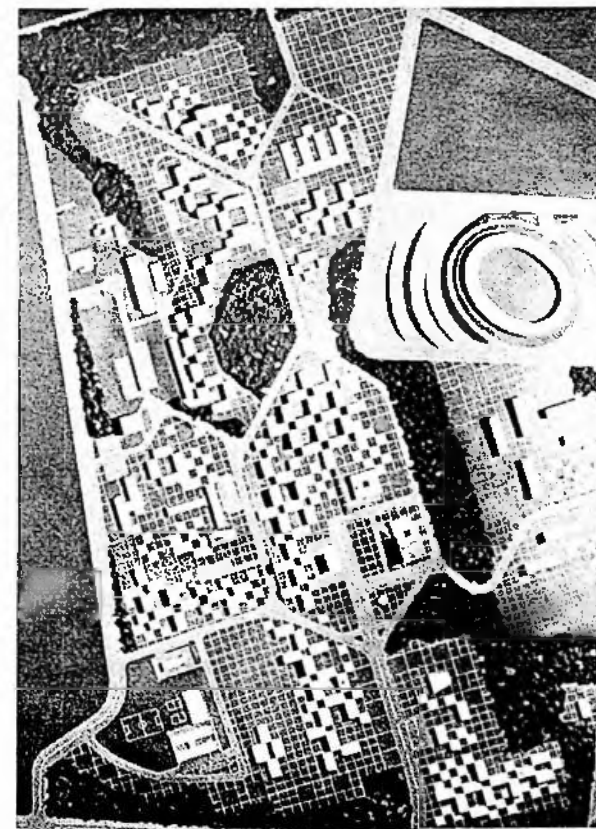
Em 1972, baseado em sistema construtivo utilizado nas universidades alemãs, o Fundo de Construção da USP decidiu que a ocupação do restante do Setor de Humanas da Cidade Universitária se daria a partir de uma

malha de modulação construtiva estendida sobre o terreno e utilizada para erigir ao longo do tempo os edifícios da F.F.L.C.H. e do Instituto de Geociências projetados em módulos expansíveis horizontal e verticalmente. O que se pretendia com este método, aplicado também no planejamento dos novos campi da USP no interior, era uma flexibilidade maior para acomodar o crescimento do edifício às necessidades (variáveis) das faculdades.

O mencionado sistema construtivo universitário alemão foi empregado na USP e na Universidade Federal de Minas Gerais, no campus da Pampulha, no mesmo período, com adaptações próprias (ver anexo a respeito da UFMG).



Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Fonte: UFMG, 1970, s.p..



UFMG – Malha de planejamento sobre o campus da Pampulha
Fonte: UFMG, 1970, s.p..

Em 1973 e 1974 o Fundusp promoveu uma intensa divulgação deste novo sistema: saíram duas matérias na revista especializada *Projeto e Construção*, números 26 (janeiro de 1973) e 31 (junho de 1973); o plano para o campus da USP em São Carlos foi exposto na I Bienal de Arquitetura, São Paulo, 1973; o Diretor Executivo do Fundo, arquiteto Luciano Bernini, proferiu em maio de 1974 uma palestra a respeito na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília.

Em entrevista realizada no início de 1973 com integrantes do corpo técnico do Fundo de Construção da Universidade de São Paulo pela revista *Projeto e Construção* nº 26 foram citados alguns motivos para a desistência dos projetos elaborados no Plano 1961-63. Seriam os seguintes:

"Experiências acumuladas ao longo de vários anos de construção de campus da USP demonstraram que inúmeros projetos realizados para diversos fins muitas vezes deixaram de ser executados no devido tempo sofrendo então uma caducidade na sua organização. E deixaram de ser executados por inúmeros fatores, entre os quais os de ordem orçamentária.

Outro detalhe que se observou foi que alguns dos prédios executados e alguns em fase de projeto tinham características estanques e apresentavam a impossibilidade de serem desenvolvidos por etapas, conforme a necessidade de expansões futuras" (*Projeto e Construção* nº 26, de janeiro de 1973, pp. 12 a 20, grifos nossos).

Ou dito de outra forma:

"O Escritório Técnico do Fundusp – Fundo de Construção da Universidade de São Paulo – através de sua Diretoria, Coordenação Técnica, Setor de Planejamento, Departamento de Projetos e Fiscalização de Obras, a partir do final da década de 60, iniciaram estudos de avaliação dos projetos e obras realizados no Campus da USP na Capital. Com base nestes elementos, constatou-se a inviabilidade de se prosseguir dentro dos padrões até então adotados, face à dinâmica das mutações na Universidade, bem como pela estrutura instituída pela Reforma Universitária. Assim, os projetos realizados no início da década acima referida, apenas um restrito número deles se transformaram em realidade física, e, como exemplo marcante citamos o edifício da FAUUSP e Departamento de História e Geografia da F.F.L.C.H. Estes, por sua vez, juntamente com os demais projetos: Letras (F.F.C.L.), Geologia, Sociologia, Matemática, Edifício Principal do Instituto de Eletrotécnica, Instituto da Física, Anatomia, Centro de Vivência da USP e outros... permitiram uma reflexão sobre a continuidade desta filosofia de projetar obras em monobloco, de difícil solução quanto à expansibilidade necessária e requerida pelos vários segmentos do conhecimento na USP. Acrescido a este fato, temos o problema econômico-financeiro ditado pela crise que se iniciou a partir dos anos 70, no Governo do Estado de São Paulo e no País, os quais vieram colaborar para que essa filosofia de projetos e obras fossem repensadas, visando projetar e construir por partes, sem que o todo fosse mutilado, inviabilizado, como obra de arquitetura após o tempo necessário e suficiente para sua maturação física.

Diante desse quadro geral, é que se optou pelos estudos de projetos e obras modulares, visando a racionalização do espaço físico do Campus" (SIMÕES, 1984, pp. 169 e 170, grifos nossos).

Segundo o arquiteto e professor João Roberto Leme Simões, que chefiou o Departamento de Projetos do Fundo de Construção de 1969 a 1981, o então diretor Executivo do FUNDUSP, arquiteto Luciano Bernini, foi quem trouxe a idéia de modulares expansíveis da Alemanha e foi o responsável pela substituição dos projetos de 1961-62 por outros elaborados neste sistema.

Ainda segundo Simões, foi desenvolvido todo o sistema construtivo dos modulares expansíveis no Departamento de Projetos do FUNDUSP. Mas houve exacerbação na estrutura, que era muito pesada e pouco econômica. Porém este sistema teria uma vantagem, segundo Simões, que seria o de permitir se amoldar à disponibilidade financeira no período entre 1973 e 1981 quando as verbas começaram a rair e houve inflação (o ano de 1981 foi crítico). No governo Carvalho Pinto a programação [de obras] era quinquenal⁵⁶, depois passou a trienal, bienal, anual, acompanhando a alta inflacionária. Com base na estrutura já calculada de um módulo expansível e depois do levantamento do programa do edifício, era decidido quantos módulos seriam construídos, de acordo com a disponibilidade financeira (entrevista à autora em 19/08/2003).

O contato com a Alemanha, que levou à adoção do sistema construtivo modular expansível se deu inicialmente por outro motivo: no início da década de 70 foi firmado um convênio da USP com o governo alemão cujo objetivo era que a Escola de Educação Física da Universidade conhecesse algumas experiências em instalações esportivas daquele país.

Neste convênio o governo alemão indicou como um dos interlocutores para o fim pretendido o Hochschulbau Stuttgart Institut (pode ser traduzido como Instituto de Stuttgart para Construções Universitárias).

⁵⁶ Até 1971 ao menos, como se viu no episódio do projeto para o Instituto de Geociências, a programação de obras da Universidade era quinquenal.

O então Diretor Executivo do Fundo de Construção da Universidade de São Paulo – FUNDUSP, arquiteto Luciano Bernini, integrou o grupo que foi à Alemanha e verificou que o Hochschulbau Stuttgart Institut era um órgão similar ao que dirigia, de normatização da construção das universidades alemãs.

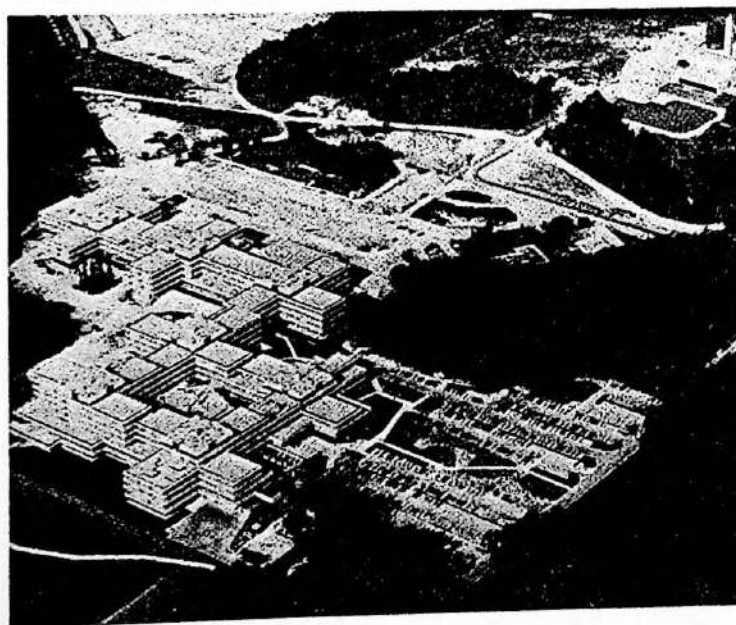
O convênio com o governo alemão foi então ampliado para envolver também o FUNDUSP. O final deste convênio foi por volta de 1981.

O esforço de reconstrução da Alemanha no segundo após guerra teve a participação das universidades alemãs, que realizaram experiências com modulação e impuseram soluções construtivas à indústria, visando reduzir custos e tempo de execução das obras.

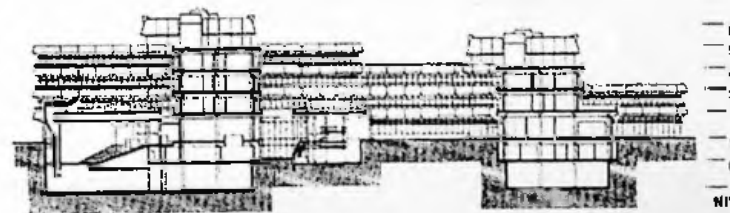
O professor Horst Linde, que dirigia o grupo que implantou a construção estandardizada e modular na Alemanha, indicou ao arquiteto Luciano Bernini a experiência em edifícios modulares que estava sendo desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais, tendo como referência o sistema alemão. A partir desta ocasião houve troca de informações do FUNDUSP com a UFMG.

O arquiteto Hans-Joachim Aminde, do Hochschulbau Stuttgart Institut, veio diversas vezes ao FUNDUSP e nessas ocasiões apresentou projetos para campi, sendo que o último exemplo que trouxe, já ao final do convênio, foi o seu projeto para a universidade belga de Louvain-la-Neuve.

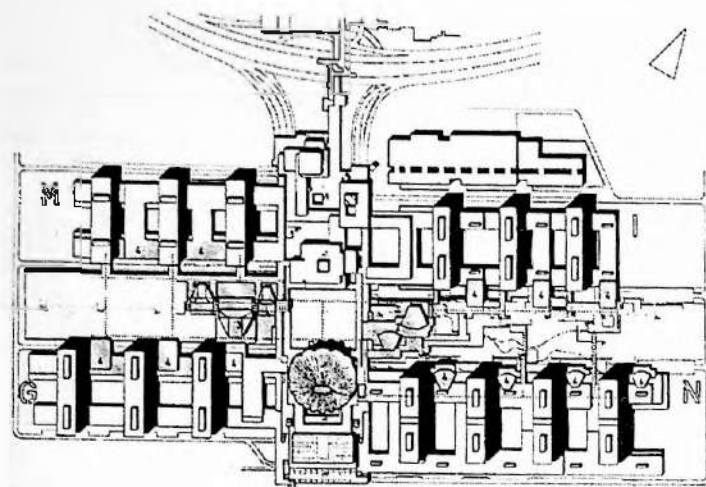
Incluiu-se neste intercâmbio a viagem do arquiteto Sérgio Luiz de Assumpção do FUNDUSP à Alemanha e à Suíça para visitar as universidades de Konstanz (Constança), Tübingen, Ulm, Stuttgart, Marbourg, Duisburg Essen, e Bochum na Alemanha, e a ETH⁵⁷ de Zurich, Suíça, para conhecer o sistema de planejamento e construção.



Universidade de Ulm – Alemanha.
Fonte: Ulm Universität, 1972, p. 56.



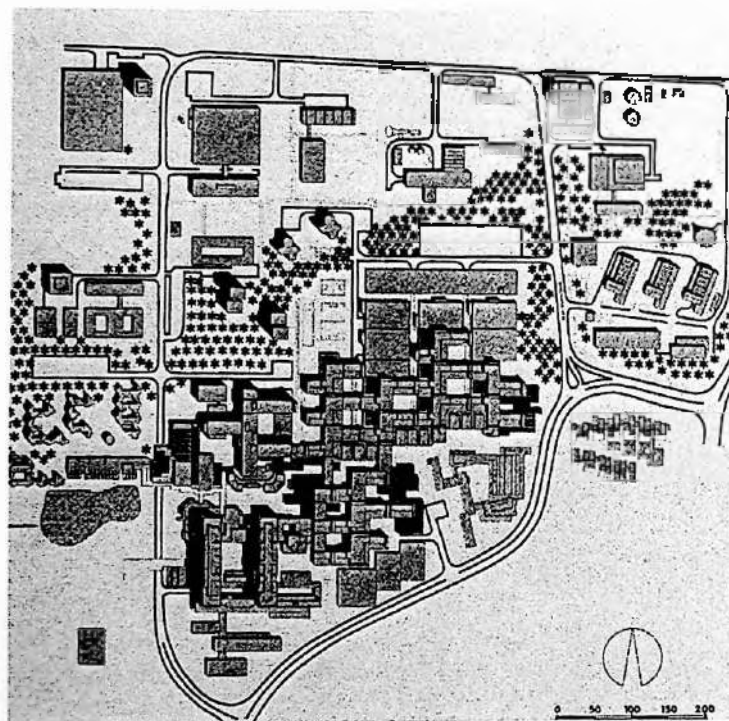
⁵⁷ Eidgenössische Technische Hochschule Zürich (Instituto Federal Suíço de Tecnologia de Zurique).



Universidade de Ruhr – Alemanha.
Fonte: Ruhr – Universität, s.d., p. 3.



Universidade de Ruhr – Alemanha.
Fonte: MUTHESIUS, 2001, p. 228.



Universidade de Stuttgart – Alemanha.
Fonte: Universität Stuttgart, 1972, p. 52.



Universidade de Stuttgart – Alemanha.
Fonte: Universität Stuttgart, 1972, p. 55.

O sistema construtivo nas universidades alemãs era baseado em modulação e estandardização de componentes, sendo considerados projetos especiais apenas os destinados exclusivamente à pesquisa e que comportavam grandes instalações técnicas ou biológicas e os projetos de sociabilidade, como restaurantes, centros de vivência, etc.

Os módulos de 1,20 m eram os mais utilizados nas construções universitárias alemãs, com unidades estruturais quadradas com lado de 7,20 m, número que é possível dividir em duas, três ou seis partes (respectivamente 3,60 m, 2,40 m e 1,20 m).

No sistema modular alemão as divisórias e demais vedações eram defasadas meio módulo da malha modular da estrutura, evitando interferências entre tubulações e pilares. Neste sistema construtivo as instalações também eram localizadas sobre malha modular. A distribuição horizontal das instalações era feita no espaço entre o forro e a laje.

As áreas de Filosofia, Ciências Sociais e Ciências Naturais (Matemática, Física, Química e Biologia) que compõem a Universidade de Konstanz foram instaladas em uma construção única, o que exigiu uma sinalização visual eficiente para orientar a circulação. A construção foi por etapas, modular, utilizando pré-fabricação e moldagem *in loco*.

Na Universidade de Marbourg utilizou-se um sistema de módulos estruturais independentes (em cada ponto de apoio há quatro pilares, de módulos estruturais diferentes) e módulos para painéis de 0,60 m, 1,20 m e 1,80 m. A instalação técnica passa em parte por furos nas vigas e em parte sob estas em espaços de 30 cm (havendo ou não forro).

As construções dos campi de Ulm e Bochum utilizavam o mesmo sistema modular de Marbourg, com quatro pilares a cada intersecção de eixos estruturais.

O sistema modular utilizado pelo FUNDUSP, como o modelo alemão que o inspirou, permitia crescer organicamente para qualquer lado e para cima. O crescimento vertical nos edifícios da USP era limitado nos cálculos estruturais a três pavimentos⁵⁸. Os primeiros projetos com todas as características desse sistema são os edifícios do Instituto de Geociências e da Filosofia da Cidade Universitária da USP na Capital⁵⁹.

Os edifícios modulares do Instituto de Geociências, de autoria do arquiteto Gabriel Sister, e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, projeto do arquiteto Luiz Nogueira de Camargo, foram construídos simultaneamente no campus da USP na Capital, com a primeira etapa concluída em meados de 1975 e a 2ª etapa em 1977. Em 1978 foi concluída a 3ª etapa do Instituto de Geociências. Em 1979 estava em execução a estrutura da 3ª etapa do edifício da F.F.L.C.H. – Conjunto Didático (SIMÕES, 1984, pp.142 a 145).

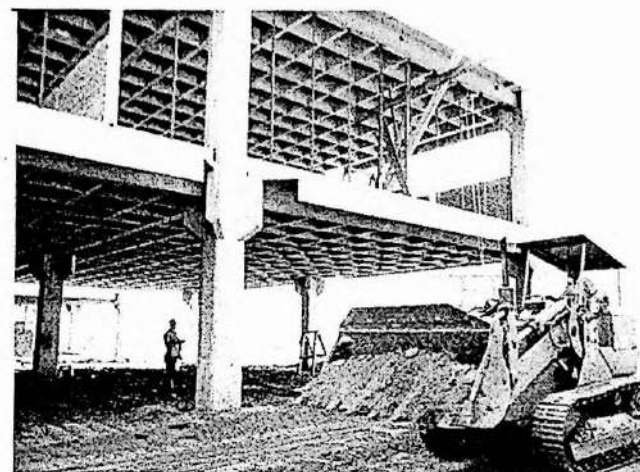
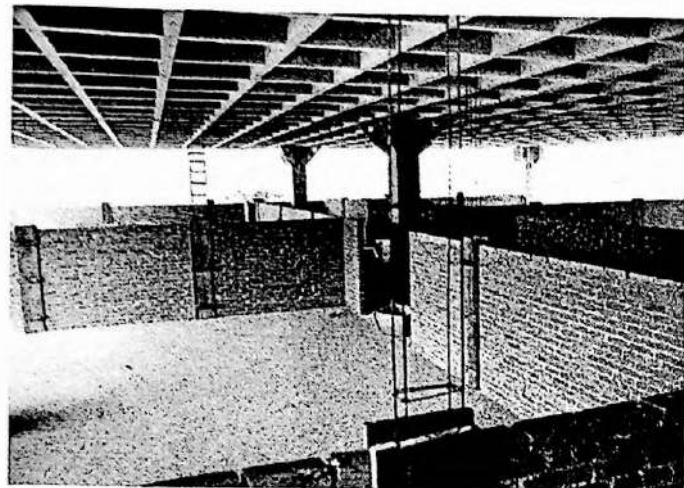
A solução modular teria sido a escolhida para estes edifícios "porque [...] permitiria que os projetos passassem a ser uma composição sobre uma malha contínua, que se estenderia teoricamente sobre as áreas destinadas aos dois edifícios" (revista *Projeto e Construção* 26, janeiro 1973).

Por sua vez, a composição sobre uma malha contínua possibilitaria "aliar a uma forte unidade plástica, uma perfeita integração física de ambos os projetos, mantendo, como características principais, a possibilidade de expansões dos espaços pela anexação de novas unidades estruturais ao longo dos eixos de circulação⁶⁰, além da expansão vertical até três pavimentos" (*Projeto e Construção* 26, janeiro 1973).

⁵⁸ No sistema de construções modulares expansíveis da UFMG eram previstos até quatro pavimentos.

⁵⁹ Em alguns edifícios modulares expansíveis, como o do Instituto de Física e Química do campus da USP em São Carlos (arq. Gabriel Sister), o edifício da Engenharia Civil de São Carlos (arquiteto Zeljko Ungar) e o edifício Principal do Instituto de Física no campus da Capital (anteprojeto elaborado pelo arquiteto Cláudio de Segni e projeto executivo de autoria do arquiteto Sérgio Teperman), foi utilizado o sistema modular das universidades alemãs de Ulm, Marbourg e Bochum: em cada intersecção da malha estrutural quadrada são construídos quatro pilares bem próximos.

⁶⁰ O partido arquitetônico do Instituto de Geociências foi o de criar uma larga circulação, onde foram situados os sanitários, definindo-se as prumadas hidráulicas. Conectados ao eixo da circulação foram dispostos paralelamente diversos blocos, de larguras variáveis, de acordo com cada uso: laboratórios (dois módulos), salas de aula (três módulos), departamentos (um módulo), administração/oficinas (três módulos), museu / biblioteca (três módulos). Verificou-se que a largura ideal para o uso "Biblioteca" extrapolava ao módulo estrutural de 9m, instalando-se melhor em um módulo e meio de largura, sendo então associado ao uso "Museu" para compor a largura de três módulos.

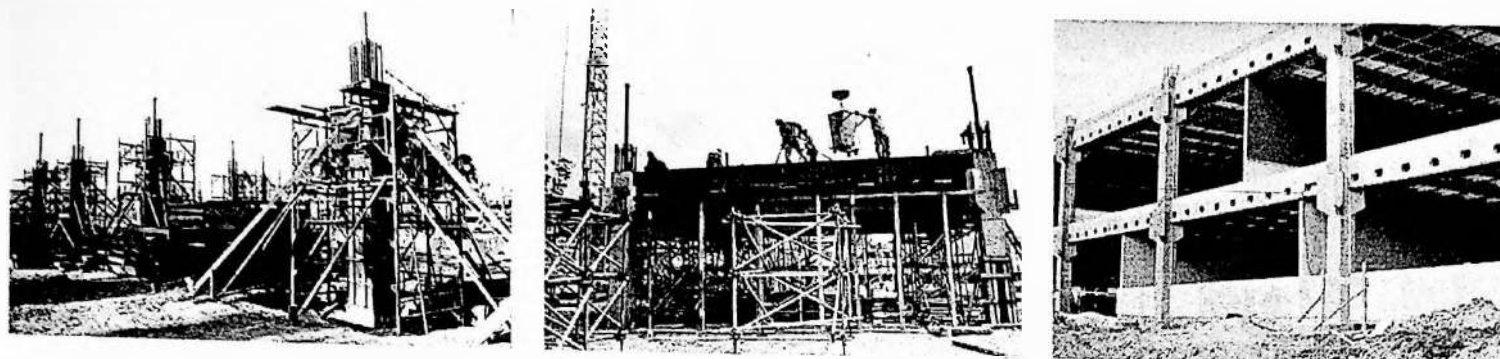


Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
Fonte: Arquivo COESF.

Na definição do partido estrutural adotado, além da sobrecarga devida às eventuais paredes divisórias, as cargas acidentais admitidas no piso dos prédios foram consideradas em dois grupos: o das salas de aula e corredores e outro para a biblioteca. Para obter uma estrutura que pudesse ser aplicada em ambos os casos (a variação se daria apenas na ferragem) e evitar vigas de grande altura foi adotada a solução em grelha.

Localizados nos nós de uma malha quadrada com espaçamento de 9 metros, pilares com quatro consolos apoiavam a grelha e o conjunto constituía a unidade estrutural padrão. Estas unidades estruturais eram separadas entre si por juntas de 1cm que permitiam o acréscimo de novas unidades em qualquer direção.

Nos apoios das grelhas, aparelhos de neoprene com chapas de aço absorviam a rotação e as deformações do concreto por variação de temperatura, admitindo uma extensão ilimitada em qualquer direção.



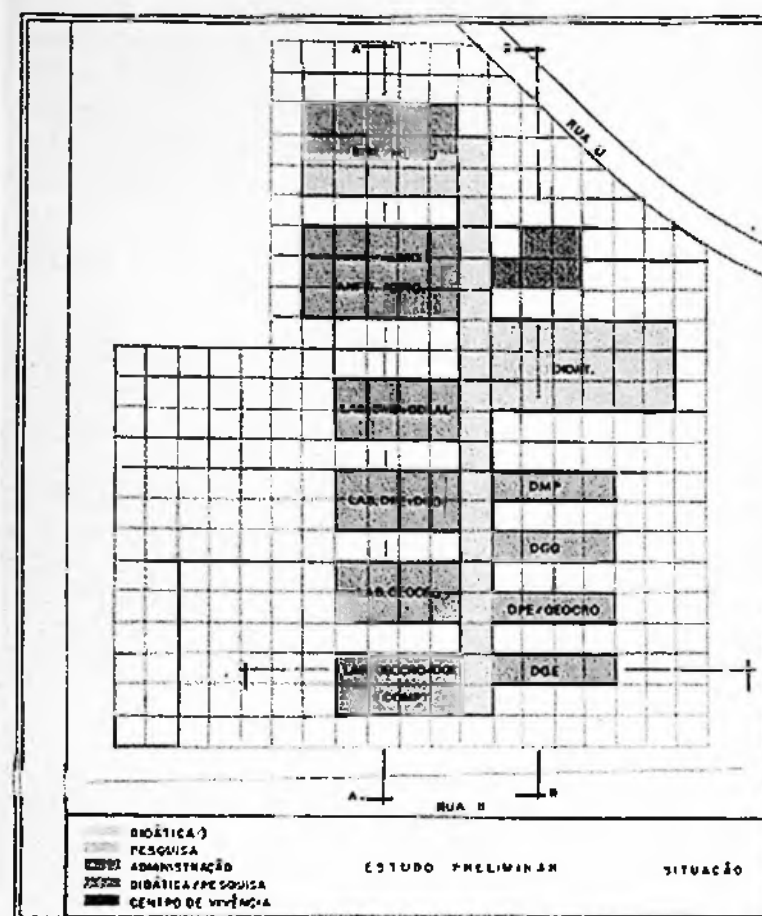
Instituto de Geociências.
Fonte: Arquivo COESF.

245

O desenho da grelha permitiu o emprego de formas metálicas com reaproveitamento e o cimbramento também foi simplificado pela modulação, reduzindo o prazo de execução da estrutura. A desforma era feita injetando-se ar comprimido em bicos situados no centro de cada forma metálica.

A grelha apresentava variações para atender à necessidade de aberturas para iluminação, ventilação e instalação de escada, com a eliminação de algumas nervuras e trechos de laje, mantendo-se as características do perímetro. Foram definidos: módulo padrão, módulo escada e módulo vazio.

As nervuras da grelha apresentavam aberturas para permitir a passagem de dutos de instalações hidráulicas e elétrica. A coleta de água pluvial era feita por dispositivos especiais (um para cada consolo) e conduzida até o nível do terreno por meio de tubulação embutida no pilar.



Instituto de Geociências - Malha de planejamento sobre o terreno.
 Fonte: *Projeto e Construção*, 1973, n. 26, 1973, p.20.

O arquiteto Luciano Bernini, Diretor do FUNDUSP, proferiu uma palestra em maio de 1974 com o título de "Planejamento Físico de Campi Universitários e sua aplicação prática" na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília, na qual apresentou:

"[...] essa metodologia nova, que oferece aos planejadores novos instrumentos para a realização do Plano Diretor perfeito [...] Esse trabalho, efetuado pelo Setor de Planejamento do Fundo de Construção da Universidade de São Paulo, criado pelos Novos Estatutos, tem por objetivo orientar e racionalizar os projetos de arquitetura do 'campus' da Cidade Universitária.

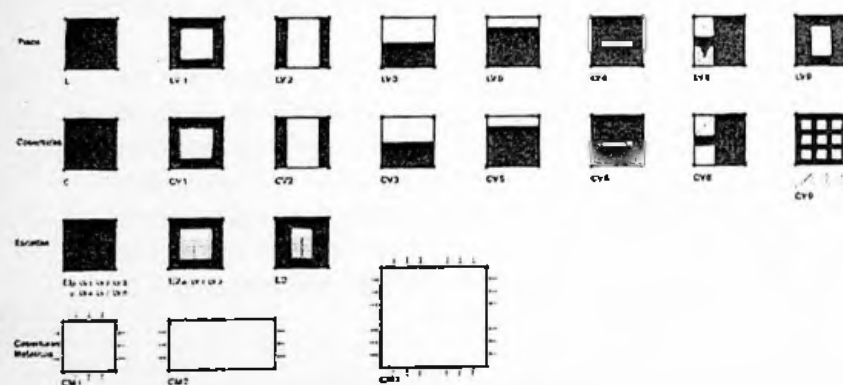
A metodologia empregada, apoiada em meios atualizados de investigação, possibilita melhor análise e racionalização dos espaços físicos, oferecendo a oportunidade do indispensável diálogo e participação entre a comunidade universitária (corpos docente, discente e administrativo) e a equipe de planejamento. Permite que todos manifestem sua atividade funcional e o que necessitam para melhor desempenhar suas tarefas diárias. Registram como, porque e com quem mantém relações de trabalho, possibilitando a integração de espaços e equipamentos afins. Enseja ao arquiteto a oportunidade de bem organizar seu projeto, no sentido de aperfeiçoar as relações entre os departamentos, aproximando-os e definindo-os com maior clareza".

As diversas etapas da metodologia de projeto expostas por Bernini na UnB eram as seguintes:

1. Levantamento de dados sobre as atividades funcionais e as necessidades técnicas, pessoais, de saúde, de higiene, acústico-sensitivas, etc., através de formulários;
2. As necessidades espaciais (ar condicionado, alimentação de energia, terminal de computador, água de recirculação, etc.) são levantadas em todos os seus pormenores;

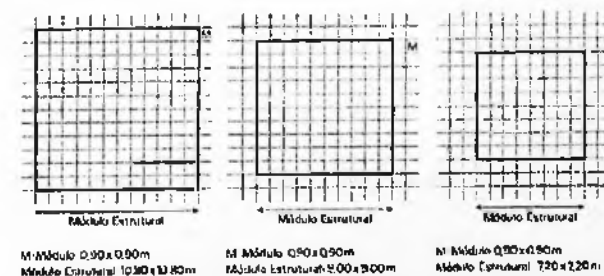
3. Programa: soma de todos os espaços necessários para a realização das atividades do projeto, com sua descrição, reunidos numa listagem;
4. Formação das Unidades de Trabalho: agrupamento de espaços que servirão à realização de cada atividade e centralização de atividades idênticas;
5. Estudo de interações funcionais e técnicas entre as diversas Unidades de Trabalho;
6. Através de programa específico, o computador fornece a melhor disposição espacial possível;
7. A partir dos resultados obtidos por computador era elaborado um estudo preliminar esquemático, para aferir os relacionamentos entre os diversos setores (administrações, laboratórios, áreas sociais, lazer, etc.) e entre estes e as ligações externas (ruas e acessos);
8. Sobre o terreno real estendia-se uma malha modular teórica, resultante do enfoque da estrutura construtiva, e sobre ela o arquiteto dava forma ao projeto, respeitando a boa organização funcional alcançada no estudo preliminar esquemático;
9. Um modelo (maquete) permitia visualizar e estudar formalmente o projeto.

Esta metodologia foi aplicada na organização dos projetos para os edifícios do Instituto de Geociências e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Capital e a partir daí para todos demais projetos da Universidade de São Paulo, inclusive na elaboração dos Planos Diretores dos quatro campi da USP então existentes no interior do Estado (São Carlos, Piracicaba, Ribeirão Preto e Bauru) e dos campi das Universidades Federais de São Carlos e Sergipe (com a integração de seus técnicos na equipe de planejamento do FUNDUSP).



Módulos Estruturais: Variações

Módulos Estruturais: Tipos



O planejamento para o campus de São Carlos⁶¹, que foi apresentado na I Bienal de Arquitetura em 1973 e na palestra de Bernini, é expressivo desta inter-relação entre o projeto do edifício e do campus. São Carlos prestava-se a esta nova experiência, pois ainda não estava consolidado como o campus da Capital no início dos anos 70.

Trechos de matéria publicada em *Projeto e Construção* a respeito do plano para São Carlos explicitam esta inter-relação:

⁶¹ O Planejamento do Campus de São Carlos, de responsabilidade do Fundo de Construção da Universidade de São Paulo, teve como coordenador o arquiteto Luciano Bernini e a equipe de trabalho formada pelos arquitetos Sérgio Luiz de Assumpção e Erika M. T. Giongo de Camargo e o estudante Isaac Popoutchi. Colaboraram os arquitetos Cinzia de Araújo, Jamil José Kfour, Osmar Antonio Mammini e Alfredo Zanussi.

"Apesar de definido, o planejamento precisa conter o princípio da flexibilidade, a fim de possibilitar o atendimento de novas necessidades [...], como por exemplo, novos departamentos, novas pesquisas, programas adicionais e a própria flutuação dos alunos nos cursos.

Os projetos das unidades são encarados em sua totalidade, e sua implantação gradual e sistematicamente regularizada e setorizada pelo planejamento, o que vem a permitir a construção por etapas, de acordo com as disponibilidades financeiras⁶².

Para se atingir os princípios do planejamento, em toda sua escala de proposição e organização, é necessário um conhecimento exato da estruturação acadêmica do Campus e sua organização geral, tendo-se em vista as modificações já propostas para um futuro próximo.

Para a ordenação física contribui a própria filosofia da Reforma Universitária, que promove a integração entre os alunos e pretende uma interação departamental, condicionando o estudante à sua capacidade de atuação máxima e possibilitando uma convivência integrada" (revista *Projeto e Construção* número 31, junho 1973).

"A necessidade de uma organização ordenada e racional, que contenha em sua estrutura física princípios de flexibilidade, fez com que se lançasse uma malha modular teórica sobre todo o Campus [de São Carlos]. A modulação de 14,40 x 14,40 m, utilizada para o planejamento, é um multi-módulo do módulo básico construtivo de 0,30 x 0,30 m⁶³. O módulo surge como o elemento chave do projeto facilitando o dimensionamento adequado dos espaços necessários." (revista *Projeto e Construção* número 31, junho 1973, grifos nossos).

Edifícios projetados neste sistema construtivo:

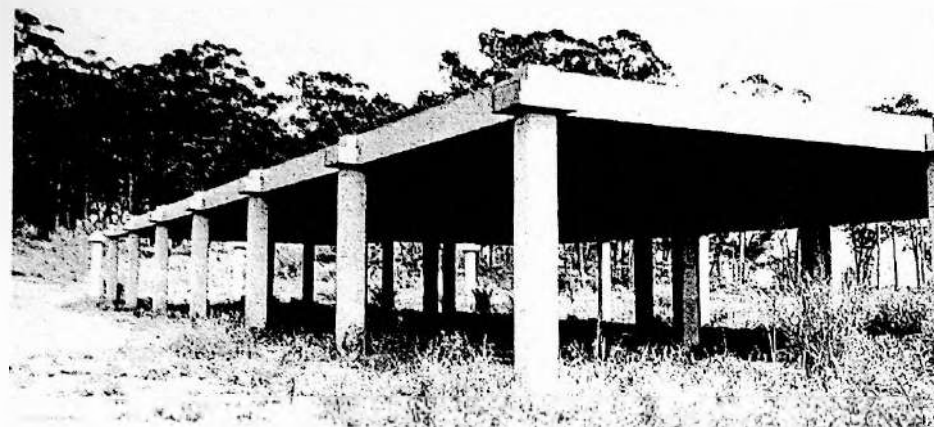
- No campus da Capital: o bloco "B" do Instituto de Matemática e Estatística; o Conjunto Didático do Instituto de Física; o Instituto de Geociências; a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; o edifício da Fotometria do Instituto de Eletrotécnica; o edifício principal da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia; o edifício Biomédicas III (antes Unidade de Ensino e Pesquisa do Hospital Universitário); a Faculdade de Odontologia; a sede da Coordenadoria de Serviços e Assistência Social; os blocos "A", "B", e "C" da Escola de Comunicações e Artes; e duas construções térreas entre os blocos do Conjunto Residencial para a Coordenadoria de Saúde e Assistência Social - COSEAS⁶⁴;
- No campus de São Carlos: Instituto de Ciências Matemáticas, Instituto de Física e Química e Engenharia Civil;
- No campus de Ribeirão Preto⁶⁵ o edifício para as Unidades Intermediárias da Faculdade de Medicina, junto ao Hospital das Clínicas;
- No campus de Piracicaba: o Departamento de Ciências Domésticas;
- No campus de Bauru: Edifício para as Cadeiras Básicas da Faculdade de Odontologia.

⁶² A meta do plano físico para o Campus de São Carlos elaborado em 1973 pelo FUNDUSP era de cinco anos, com o estudo do que deveria ser implantado a curto prazo (um ou dois anos). Deveria haver uma reavaliação constante do executado e da proposta, adaptando-a às novas necessidades. A tipologia proposta era de dois pisos sobre pilotis.

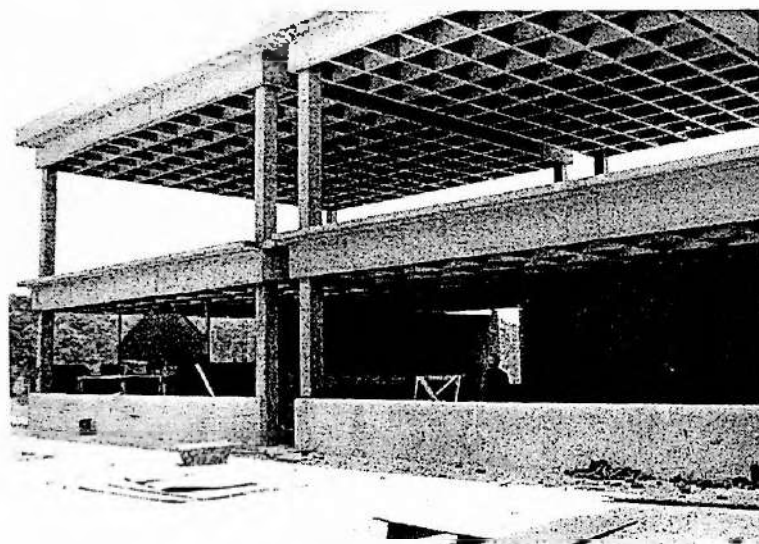
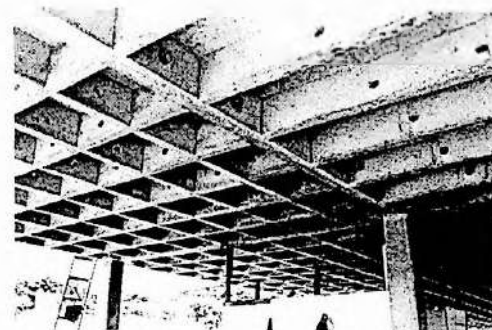
⁶³ Esta modulação construtiva, utilizada em 1973, logo depois seria substituída pela de 0,90 x 0,90 m.

⁶⁴ A maior destas construções foi a adaptada para sede do Museu de Arte Contemporânea.

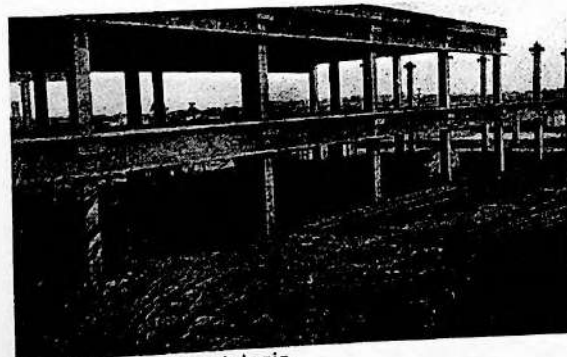
⁶⁵ Em Ribeirão Preto três unidades isoladas de ensino superior (Medicina, Odontologia e Farmácia, e Filosofia) foram reunidas para formar o campus. Foi criado na década de setenta o ciclo básico centralizado, possibilitando a integração dessas unidades.



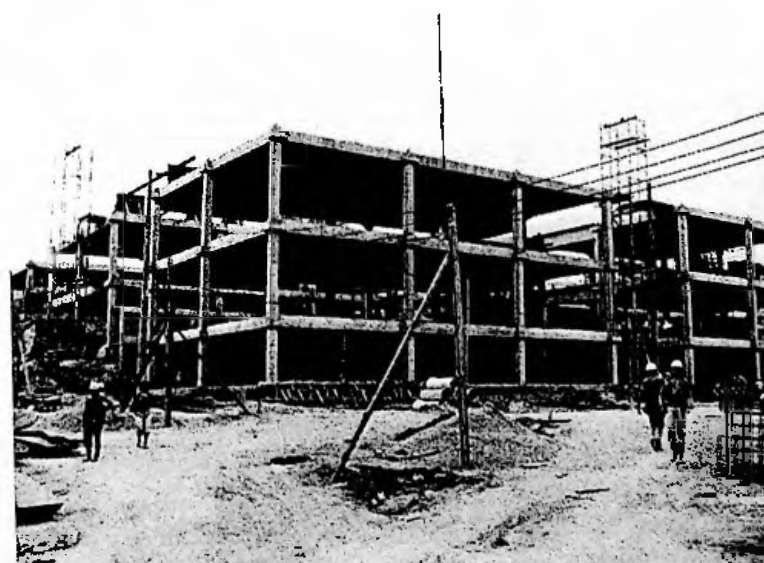
Instituto de Energia e Eletrotécnica - Fotometria. Fonte: Arquivo COESF



Instituto de Física - Conjunto Didático. Fonte: Arquivo COESF.



Faculdade de Odontologia.
Fonte: Arquivo COESF.



Unidade de Ensino e Pesquisa do Hospital Universitário (Bio-III). Data 9/12/75.
Fonte: Arquivo COESF.

Ao final da gestão de Luciano Bernini como diretor do FUNDUSP (1969 a 1979), foram realizadas neste órgão reuniões para avaliação do sistema construtivo utilizado desde 1972, sendo apontadas várias limitações para o emprego do módulo estrutural quadrado, expansível em todas as direções:

- O alto custo: cada pilar e sua fundação eram dimensionados para receber quatro panos de lajes por andar, carga esta que nem sempre se efetivava, como no caso de pilares situados no perímetro da construção;
- A ampliação horizontal para todos os lados dependia do atendimento a alguns aspectos: percursos máximos até a saída de emergência (surgia a necessidade de novas circulações verticais), manter as áreas de iluminação e ventilação natural dos ambientes já construídos, e existir uma junta de dilatação a cada nove metros;
- A modulação utilizada não era apropriada para uso universal: para bibliotecas, por exemplo, tinha largura insuficiente.

O FUNDUSP passou a pesquisar a partir de 1979 outras soluções construtivas, com módulo estrutural retangular, múltiplo de quadrados, com o comprimento máximo definido pela necessidade de junta de dilatação, mantido o módulo arquitetônico em 0,90m.

As pesquisas, porém, foram interrompidas após o professor Waldyr Muniz Oliva, que assumira o cargo de Reitor em janeiro de 1978, substituir o Diretor Executivo da FUNDUSP Luciano Bernini pelo arquiteto e professor da FAU-USP Lauro Birkhoz. No período de Birkhoz começou a faltar verba para construção na Universidade e foram executados poucos prédios, como o da Administração da Escola Politécnica. Os estudos sobre modelos construtivos ficaram de lado (Arquiteto Sérgio Assumpção, FUNDUSP / COESF, em entrevista à autora, 2003).

250

Uma foto aérea de 1977 registra os vários edifícios modulares expansíveis executados ou em obras e o estágio da ocupação do setor sul-sudoeste da Cidade Universitária. Nas proximidades da Avenida Corifeu de Azevedo Marques (Estrada de Itu) o Hospital Universitário, a Unidade de Ensino e Pesquisa deste hospital (atual ICB-III) e a Faculdade de Medicina Veterinária já estavam construídos e a Faculdade de Odontologia encontrava-se em obras.

A invasão de quadras do loteamento Vila Butantã desapropriado pelo governo estadual para ampliar a Cidade Universitária é visível junto ao setor do D.E.R. e constitui o início da denominada favela São Remo.

As alterações na Cidade Universitária e vizinhanças são muito pequenas entre a foto aérea EMPLASA de julho de 1977 e a foto aérea EMPLASA de 1980/81; a maior diferença é a ampliação da área ocupada pela favela São Remo.

Duas plantas do FUNDUSP do ano de 1979 mostram a situação existente e o planejamento referente à Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira". Na planta da situação existente verifica-se que entre a faixa de ocupação recente junto à avenida Corifeu de Azevedo Marques e a área de ocupação mais antiga próxima do rio Pinheiros há a barreira da área cercada do Instituto de Energia Atômica. A Cidade Universitária tem assim um estrangulamento entre a área norte e a sul.

Dez anos após os Estatutos da USP de 1969 ainda havia muita área desocupada na Cidade Universitária, mesmo na porção mais consolidada, mais próxima do Rio Pinheiros, levando a um relativo isolamento entre setores ou edifícios. Havia muitos pavilhões provisórios e mesmo assim algumas faculdades permaneciam fora da Cidade Universitária, como a Faculdade de Direito.

No planejamento de 1979 para a Cidade Universitária ainda consta o projeto para o Museu de Arte Contemporânea (com os demais volumes previstos para o core) elaborado por Jorge Wilhelm e Paulo Mendes da Rocha, ainda que com algumas alterações. Nesta planta de 1979 um trecho identificado como "Área Acadêmica - reserva" sobrepunha-se à favela São Remo (que atualmente permanece ocupando o local).



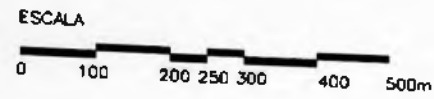
CIDADE UNIVERSITÁRIA USP - 1977

Foto 329 faixa 8-B 13/07/77 EMPLASA - Fonte: BASE

C I D A D E U N I V E R S I T Á R I A
A R M A N D O D E S A L L E S O L I V E I R A

P L A N T A G E R A L - S I T U A Ç Ã O A T U A L

D A T A 2 2 / 0 5 / 1 9 7 9 F U N D U S P / P L



■ EDIFÍCIOS MODULARES EXPANSÍVEIS
■ DEMAIS EDIFÍCIOS

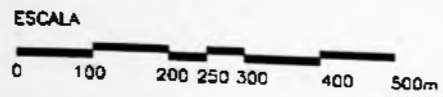
- 1- Instituto de Geociências 1975 / 1977 / 1978 (1ª, 2ª e 3ª etapas)
 - 2- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas 1975 / 1977 (1ª e 2ª etapas)
 - 3- Conjunto Didático do Instituto de Física 1976 / 1977 (1ª e 2ª etapas)
 - 4- Edifício da Fotometria do Instituto de Eletrotécnica [1976]
 - 5- Edifício principal da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia 1977 (1ª etapa)
 - 6- Edifício Biomédicas III (originalmente Unidade de Ensino e Pesquisa do Hospital Universitário) 1977
 - 7- Blocos "A", "B" e "C" da Escola de Comunicações e Artes 1977
 - 8- Sede da Coordenadoria de Serviços e Assistência Social [1977]
 - 9- Bloco "B" do Instituto de Matemática e Estatística 1979 / 1981 (1ª e 2ª etapas)
 - 10- Faculdade de Odontologia 1980
- Nota: as datas se referem à conclusão da etapa ou do edifício.



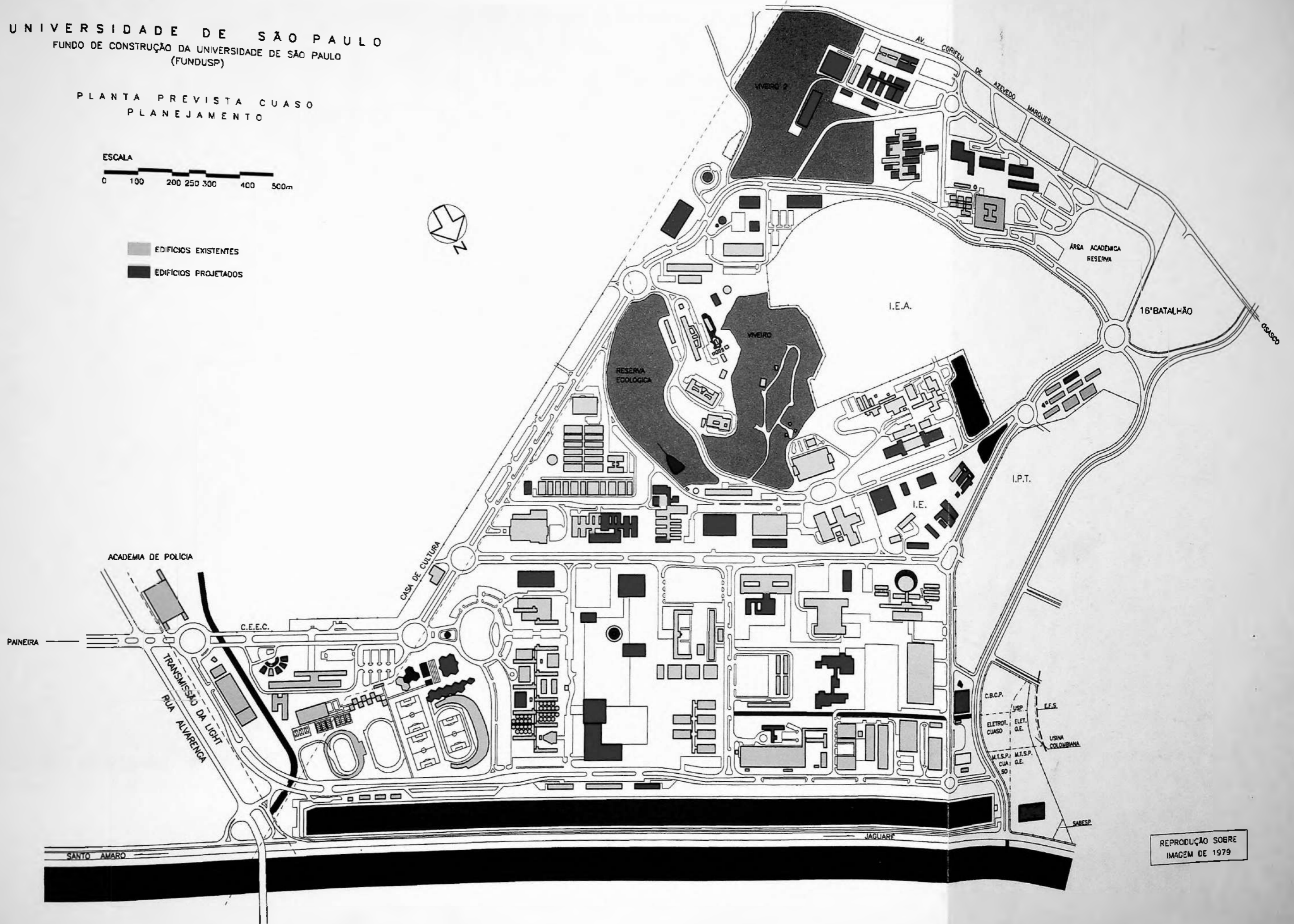
REPRODUÇÃO SOBRE
IMAGEM DE 1979

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
 FUNDO DE CONSTRUÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
 (FUNDUSP)

PLANTA PREVISTA CUASO
 PLANEJAMENTO



- EDIFÍCIOS EXISTENTES
- EDIFÍCIOS PROJETADOS



REPRODUÇÃO SOBRE
 IMAGEM DE 1979

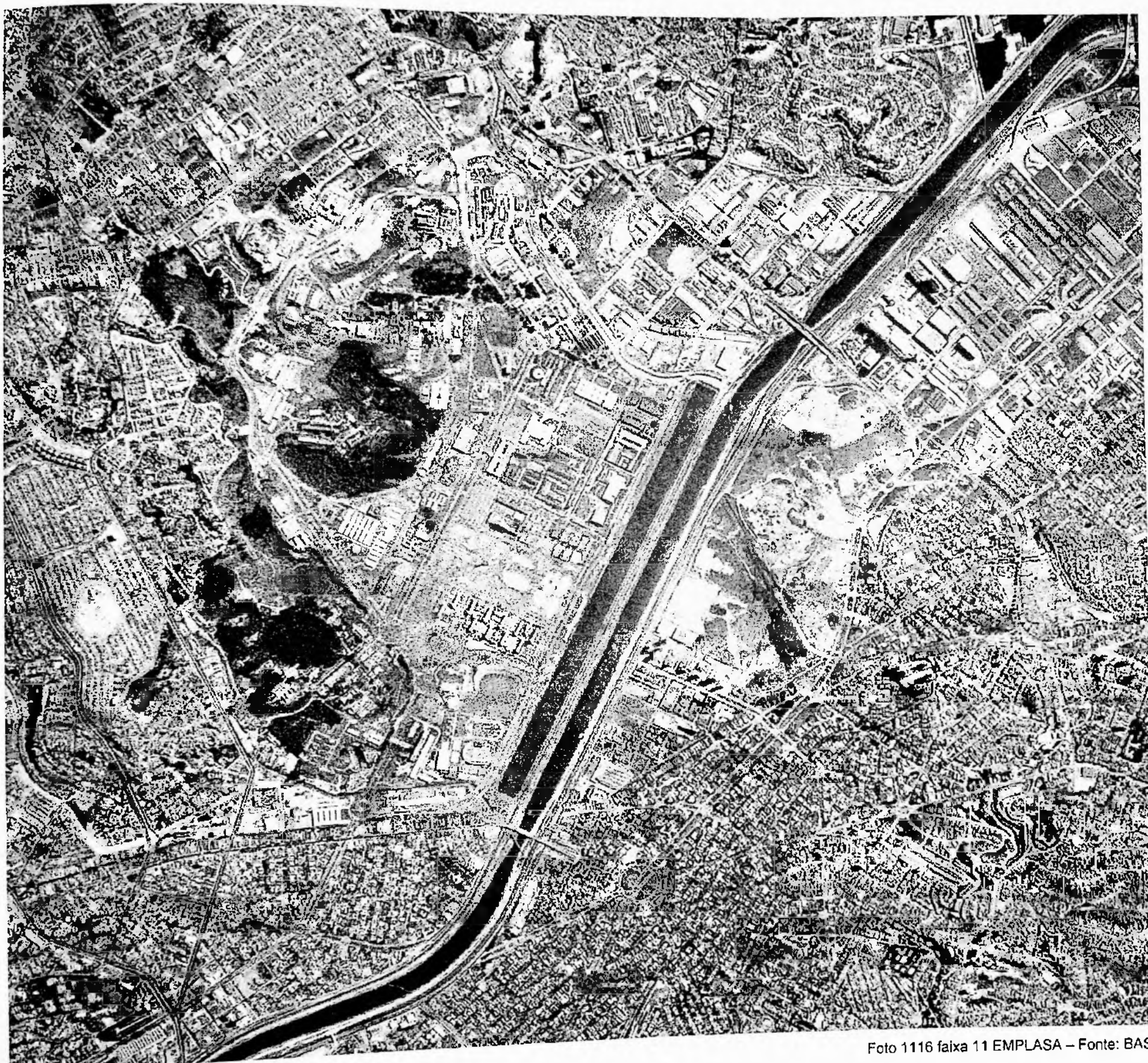


Foto 1116 faixa 11 EMPLASA – Fonte: BASE

CIDADE UNIVERSITÁRIA USP – 1980 / 81

CAPÍTULO VII

Comentários finais e conclusões

A expansão das Instituições de Ensino Superior na cidade de São Paulo.
A expansão de vagas na USP. A USP na Zona Leste da cidade de São Paulo: a questão da integração universitária.
Comentários finais e conclusões.

A expansão das Instituições de Ensino Superior na cidade de São Paulo.

A Universidade Estadual Paulista – UNESP, inaugurada em 1976 e instalada atualmente em 23 cidades, programa construir o seu primeiro campus na capital. O terreno escolhido tem 24 hectares e situa-se no bairro da Barra Funda, zona oeste, nas proximidades do terminal rodoviário da Barra Funda e do Memorial da América Latina.

A UNESP deverá reunir no novo campus duas unidades que hoje funcionam na capital - o Instituto de Física Teórica, atualmente nos Jardins, e o Instituto de Artes, no bairro do Ipiranga - além da própria Reitoria, que atende na alameda Santos, e cursos a serem abertos.

Uma das idéias é integrar as atividades do Memorial às da Universidade, criando um "centro irradiador de conhecimento e de cultura", nas palavras do atual reitor, José Carlos Souza Trindade (*O Estado de São Paulo*, 02/02/04).

A UNESP estará fazendo o caminho inverso da USP, fundada na cidade de São Paulo e atualmente com cinco campi no interior.

Mas a USP também está se expandindo na Capital, implantando o seu novo campus no bairro Ermelino Matarazzo, na zona leste da Capital, junto à divisa com Guarulhos. O governo estadual tomou a iniciativa de convidar a Universidade de São Paulo a criar o campus da Zona Leste ou simplesmente USP Leste, oferecendo um terreno de sua propriedade e arcando com os custos de construção.

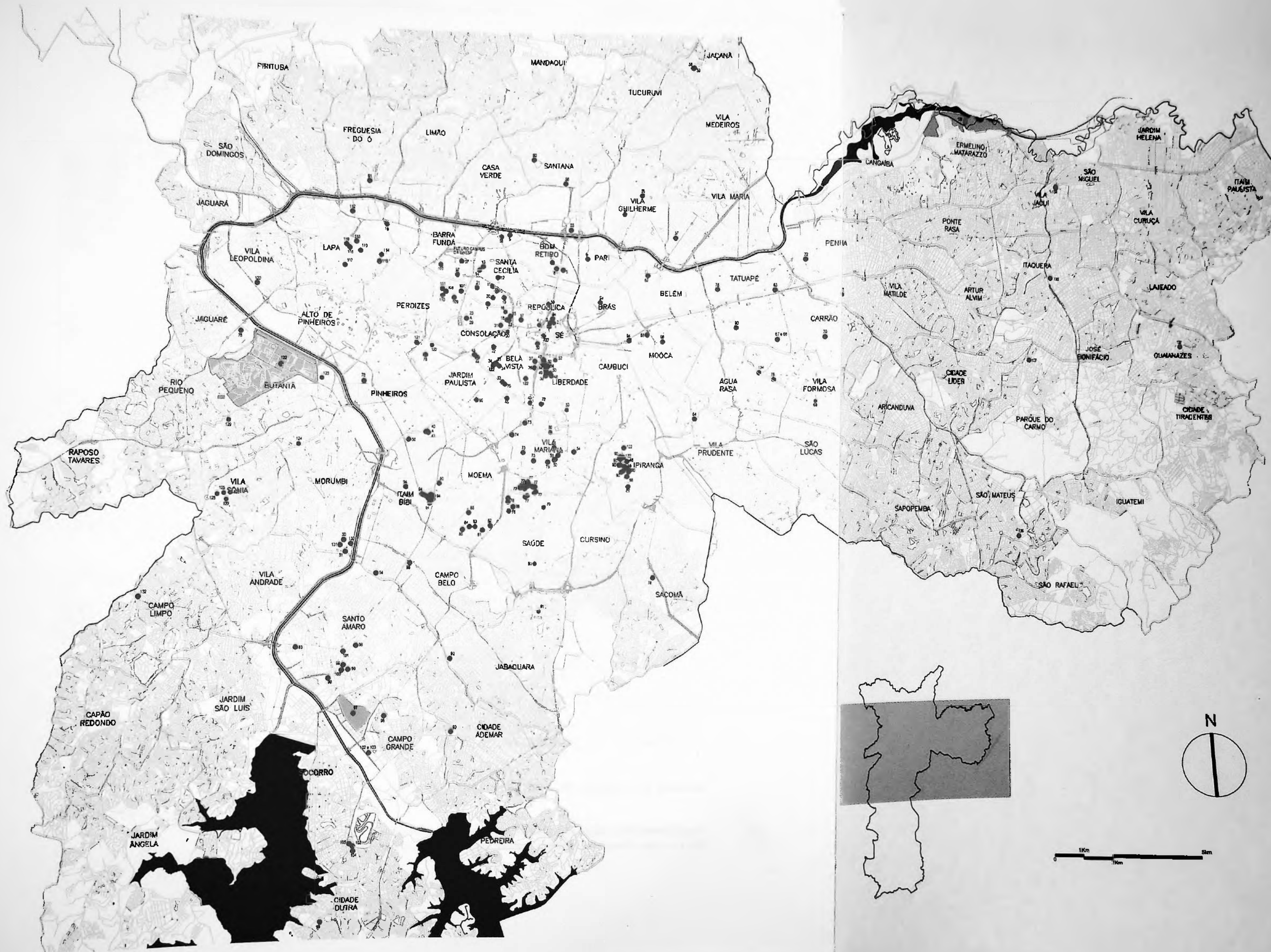
Sobre a planta do município de São Paulo foram localizadas as Instituições de Ensino Superior cadastradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP em dezembro de 2003. A análise desta planta revela a grande quantidade destas instituições e também a sua concentração no centro expandido da cidade de São Paulo, com algumas exceções que confirmam a regra, como por exemplo a constelação com núcleo em Santo Amaro, reforçada com a recente implantação do campus SENAC.

A concentração das faculdades no centro expandido de São Paulo tem a ver com a proximidade do usuário (ou sua facilidade de acesso) e a disponibilidade de infra-estrutura e apoio. A UNESP, com um futuro campus de proporções menores que a USP Leste, vai se beneficiar da infra-estrutura já instalada na Barra Funda, o que parece ter compensado o custo de aquisição do terreno.

Verifica-se na distribuição geográfica das instituições de nível superior que há um modelo de expansão como o da UNIFESP, que ocupa vários imóveis na Vila Mariana, ou da Universidade São Marcos, cujas unidades se concentram no bairro do Ipiranga, e outro modelo em que a estratégia adotada resulta em distanciamento entre as unidades, como no caso da UNIP.

Na referida planta do Município é possível ter-se uma idéia da distância que o futuro campus da USP Leste vai estar em relação ao centro de São Paulo, onde ainda permanecem algumas unidades isoladas da USP, e principalmente em relação à Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (cerca de 24 quilômetros em linha reta de Ermelino Matarazzo ao Butantã). Esta localização não segue as regras de mercado, em um certo sentido está justamente contrariando-as, ao ter como um dos seus fundamentos a decisão política de atender àquela área do Município.

Comparando-se a localização da USP Leste com os novos campi da UNESP e do SENAC, percebe-se que a situação mais privilegiada em termos de conexão ao sistema de transporte coletivo, disponibilidade de infra-estrutura, e de proximidade de serviços urbanos, equipamentos culturais e áreas habitacionais de alta densidade é a da UNESP. A localização do SENAC, pelos mesmos motivos citados, também é muito boa. A USP Leste é a mais isolada em termos urbanos, não só pela distância das facilidades centrais, mas também pelas barreiras físicas nos limites do terreno.



De uma certa forma a escolha do terreno para a USP Leste repete um aspecto que pesou na decisão em se construir a Cidade Universitária da USP na Fazenda Butantã: o terreno era de propriedade do governo estadual. Mas demorou quase cinco décadas e um grande investimento para que a Cidade Universitária da USP fosse urbanizada. É certo que no caso da USP Leste há uma diferença de escala, o terreno é menor, principalmente onde será implantada a primeira etapa, que é uma área quase segmentada em relação ao resto da gleba, e que na primeira versão do projeto estava destinada ao setor esportivo. Este terreno de menores proporções, com uma maior concentração construtiva, pode facilitar a convivência prevista no modelo pedagógico para a USP Leste.

A expansão de vagas na USP. A USP na Zona Leste da cidade de São Paulo: a questão da integração universitária.

Depois do abandono da idéia de uma universidade integrada em uma única faculdade, é retomada na USP Leste a proposta de ciclo básico, que também estava na origem da Universidade de Brasília.

Serão criadas inicialmente 1.180 vagas de graduação na USP Leste, distribuídas em doze cursos. Para se ter uma idéia do que isto significa em termos da Universidade, no ano de 2002 os alunos de graduação eram 42.554 em toda a USP e por volta de 30.800 apenas na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (no mesmo ano os alunos de pós-graduação na USP eram 29.836, sendo que cerca de 18.400 na Cidade Universitária do Butantã). No período de 1990 a 2002 foram criadas cerca de 4.900 vagas de graduação e por volta de 8.400 vagas de graduação na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira¹. Então se poderia dizer que a expansão de vagas públicas de ensino superior não é a única e talvez nem a questão central no Projeto USP Leste, mas há componentes políticos, simbólicos e (para a USP) experimentais.

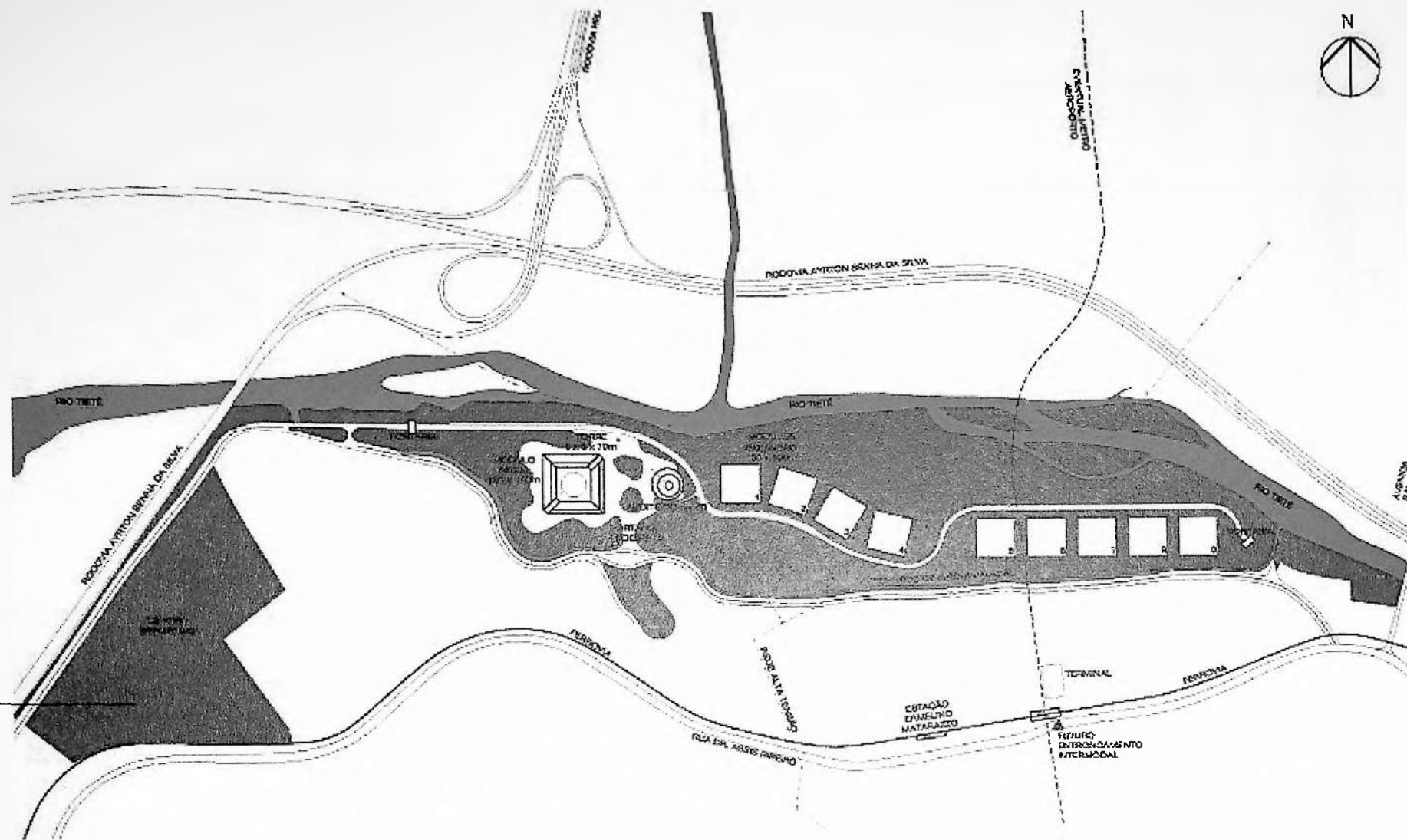
Como o Estatuto da Universidade de São Paulo não autoriza a duplicação de cursos no mesmo município (justamente um dos pontos da Reforma Universitária do final dos anos 60, para evitar a duplicação de meios para fins idênticos), a Comissão Central do Projeto USP Leste procurou pensar cursos inovadores e com relevância social. O Projeto USP Leste foi para a pró-reitora Sonia Penin uma grande oportunidade dos professores pensarem novos cursos demandados pelas transformações sociais e mercadológicas, conforme matéria no Jornal da USP (22 a 28/3/2004, p. 5).

Segundo a professora Myriam Krasilchik, presidente da Comissão Central do projeto USP Leste, mais de 150 professores trabalharam no projeto acadêmico da zona leste, que visará proporcionar uma base curricular comum aos alunos de todas as áreas, através do chamado Ciclo Básico. Não importando o campo escolhido, os estudantes deverão cumprir disciplinas científicas e humanísticas, além daquelas de conhecimento específico. A USP Leste é experimental, portanto, ao retomar a proposta original de fundação da USP, oferecendo conhecimento geral e amplo para todos os profissionais. Conforme a pró-reitora Sônia Penin, o que se quer é uma discussão que atravesse as fronteiras do conhecimento, ou que cada profissional seja cada vez mais apto a pensar globalmente sobre sua área.

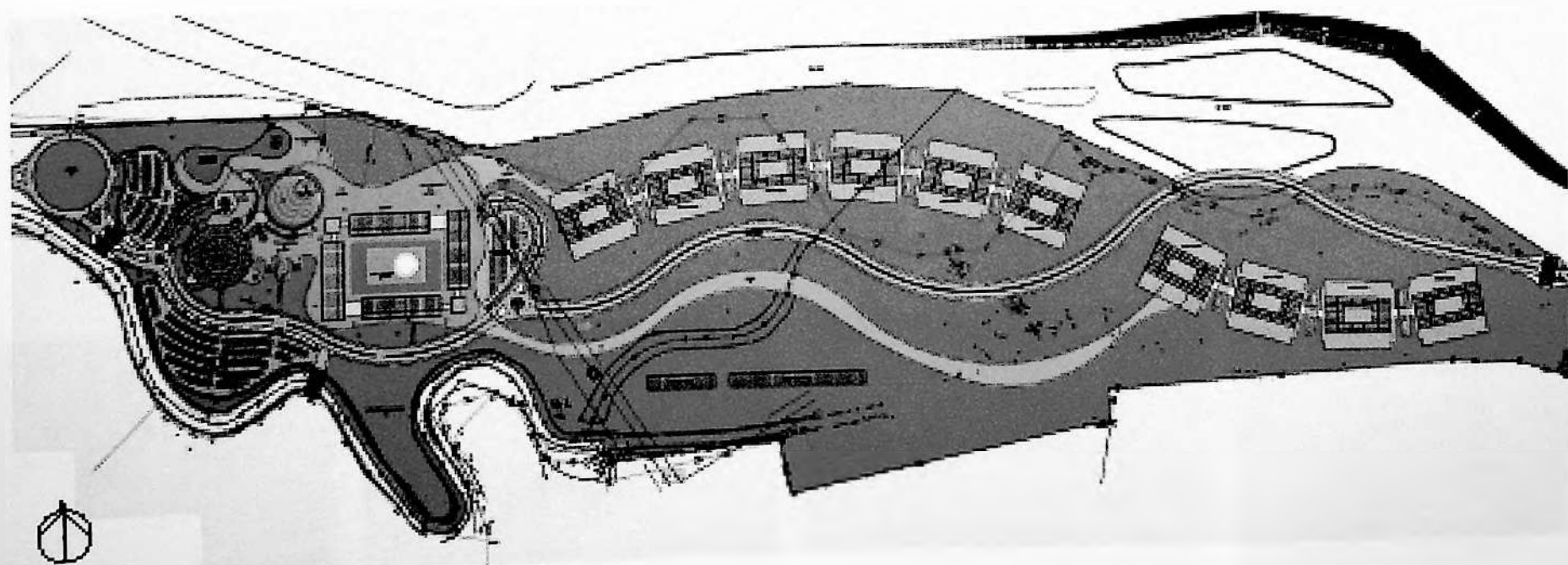
Todos os doze cursos terão 50% de suas vagas no período noturno, exceto o Bacharelado em Sistemas de Informação, que distribuirá suas vagas igualmente em três períodos.

Atualmente não existirão os problemas que ocorreram nos anos posteriores à fundação da Universidade, relativos à assimilação do modelo pedagógico pelas escolas tradicionais, pois o modelo integrado para a USP Leste já está definido.

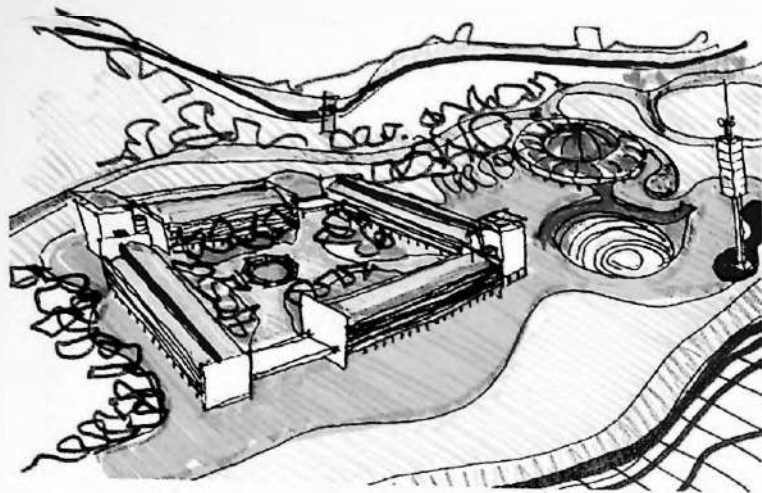
Setor Esportivo



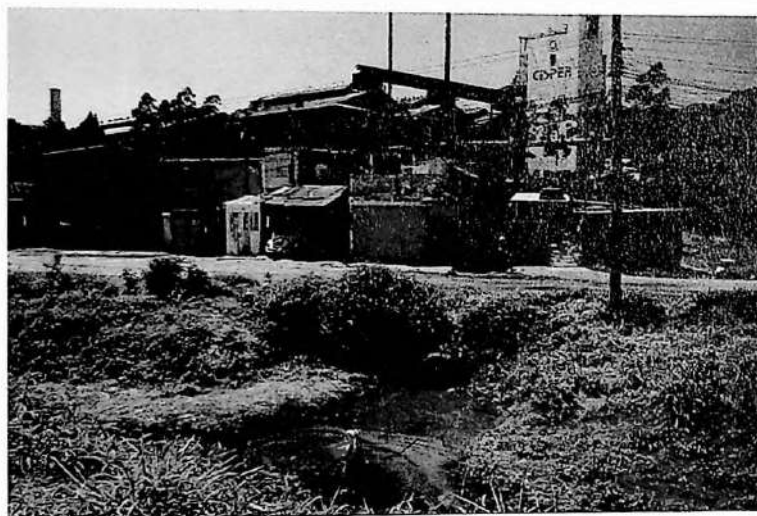
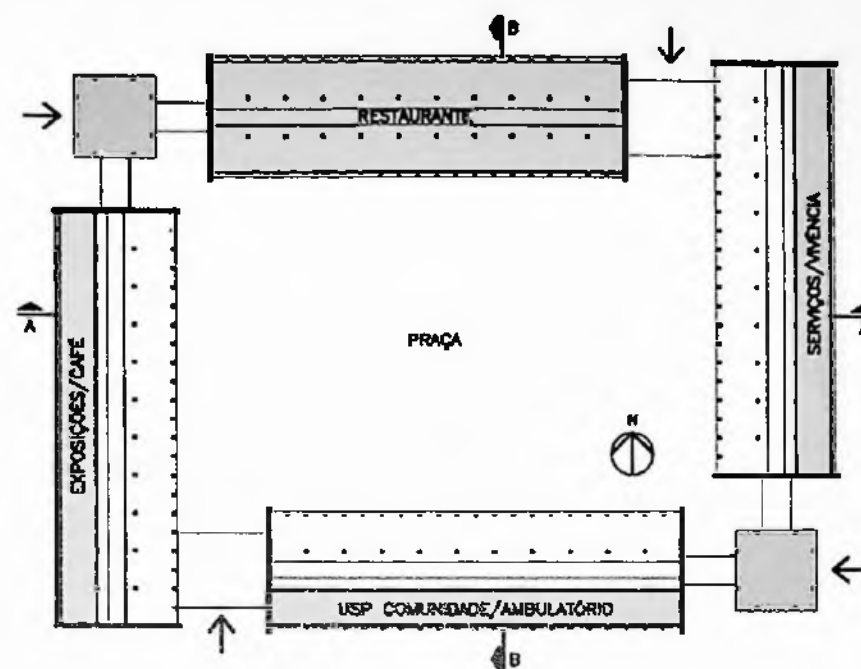
USP Leste – Plano de Ocupação da primeira versão do projeto



USP Leste – Implantação da primeira versão do projeto



USP Leste – Perspectiva



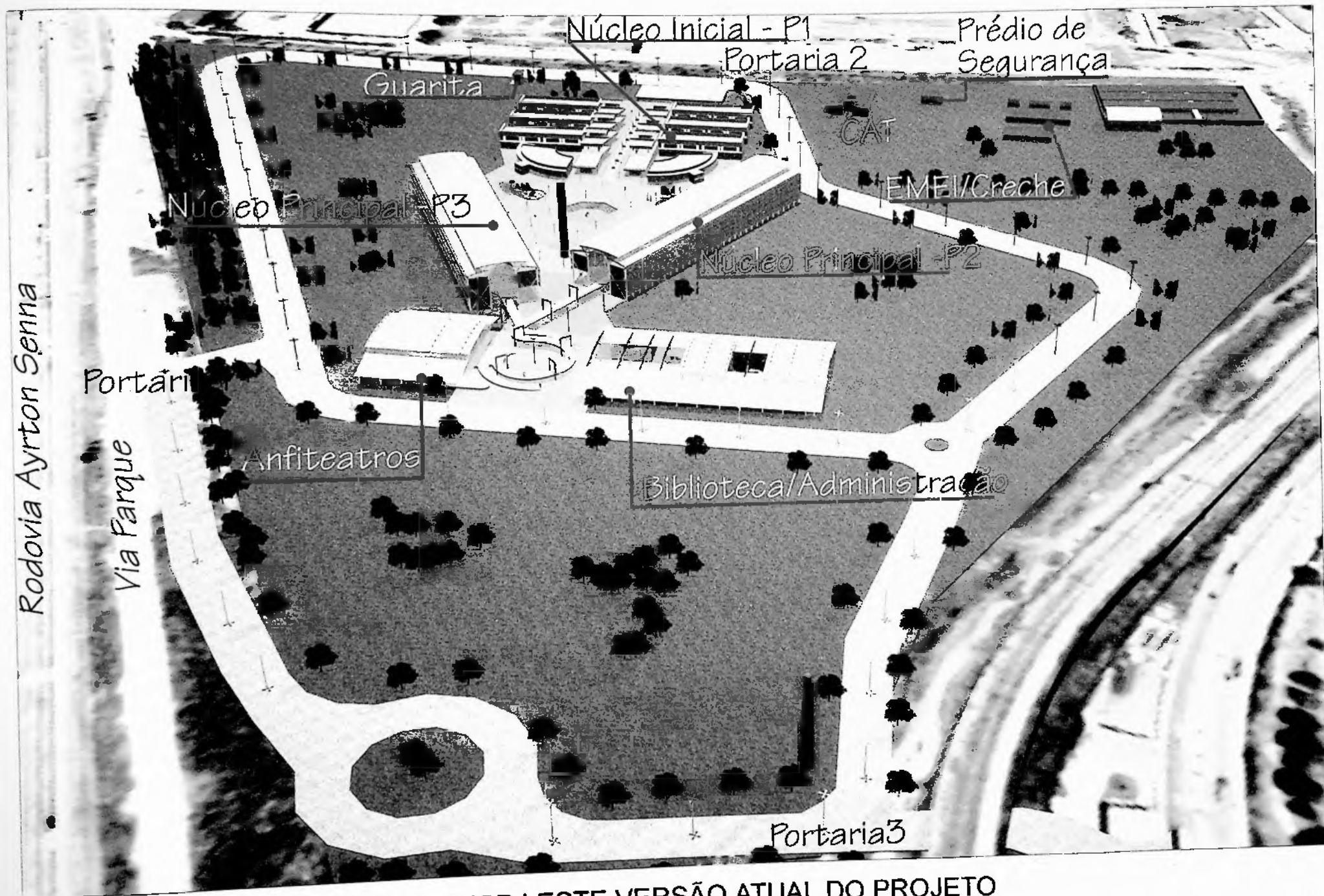
USP Leste - Entorno do Setor Esportivo
Atual área de implantação do projeto



USP Leste – Conjunto principal da primeira versão do projeto



USP Leste – Terreno do Setor Esportivo, atual área de implantação do projeto.



USP LESTE VERSÃO ATUAL DO PROJETO

Comentários finais e conclusões.

A presente tese comprovou que no decurso do período considerado houve mais de um modelo pedagógico para a Universidade de São Paulo, nenhum completamente implantado, e que os princípios de integração universitária e de convivência foram sendo relegados a um segundo plano. A tese demonstrou que em quase todos os planos físicos para a Cidade Universitária do Butantã os conceitos urbanísticos estiveram dissociados do modelo pedagógico, quando não contra.

Nesta tese também foram expostos os problemas na localização da cidade universitária da Universidade do Brasil e da USP, originados na mesma visão de grandiosidade física para a Cidade Universitária associada a um modelo de baixo adensamento. Questões políticas também contribuíram para truncar experiências pedagógicas e planos físicos: UDF, UnB, USP.

Foi identificada nos debates sobre educação dos anos vinte e na fundação da Universidade de São Paulo a importância da integração universitária e da formação de um espírito universitário, mas foi demonstrado que houve muita resistência por parte das escolas tradicionais em se integrarem em uma universidade de fato, que não fosse apenas um conglomerado de escolas; resistência em abrir mão de parte da formação de seus alunos. A tradição de instituições isoladas e independentes pesou mais que as aspirações dos fundadores da Universidade de São Paulo.

As grandes escolas, à exceção da Escola Politécnica, que se encontrava comprimida em uma quadra junto da Luz, não tinham o menor interesse em se mudar para a Cidade Universitária. Duas delas resistiram até mesmo às imposições da Reforma Universitária promovida pelo governo federal e permanecem isoladas.

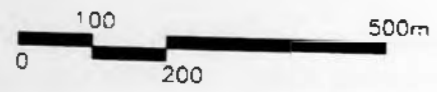
Como se observa na planta atual da Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, até hoje os pavilhões provisórios do antigo setor tecnológico persistem, apesar da demolição de alguns. No local do *core* foi implantado um parque, porém os blocos "A" a "G" do Conjunto Residencial retornaram ao uso original de alojamento estudantil.

Foi destacada a enorme demora em se obter um espaço que pudesse abrigar todas as seções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. E também que foi utilizado durante largo tempo pela Universidade de São Paulo (leia-se Governo do Estado) o recurso de alugar, manter ou ampliar sedes inadequadas ao uso universitário. Interessante notar o freqüente recurso de elevar os edifícios, construindo mais andares, muito antes do sistema modular expansível ter sido adotado.

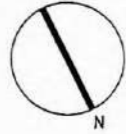
Enquanto tardava a criação da Universidade em terras brasileiras e paulistas, e mesmo após a fundação da USP em 1934, as instâncias governamentais fundavam instituições de pesquisa aplicada diretamente vinculadas a ele², talvez por enxergar a universidade como uma instituição voltada ao saber ornamental ou sem objetividade.

² O governo do Estado de São Paulo criou ao final do século XIX e no século XX algumas instituições de pesquisa aplicada para auxiliá-lo quanto à preservação da saúde pública e ao incentivo às atividades agrícolas, pecuárias e industriais. Foi o caso do Instituto Butantã, criado em 1899 para pesquisar uma vacina contra a peste bubônica que havia em Santos; ou do Instituto Biológico, que deve sua criação em 1927 ao combate à broca do café; da Seção de Zoologia do Museu Paulista, que foi desmembrada em 1939 para passar a constituir o Departamento de Zoologia da Secretaria da Agricultura; o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, que foi transformado em autarquia estadual em 1944, embora guardando algum vínculo com a Escola Politécnica da USP. O Instituto de Energia Atômica, originado no contrato para aquisição do Reator Nuclear de Pesquisa IEA-R1 assinado pela Comissão de Energia Atômica do CNPq em 1955 e instalado na Cidade Universitária desde 1956, nunca integrou a Universidade de São Paulo.

CIDADE UNIVERSITÁRIA
 ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA
 MAPEAMENTO DO VÔO 2001
 ATUALIZADO 2004



LEGENDA
 ■ Terrenos da USP
 utilizados por terceiros



LEGENDA CIDADE UNIVERSITÁRIA 2001 - 2004

1. Centro de Informações
2. Escola de Educação Física e Esporte
3. Creche Central
4. Faculdade de Educação
5. Escola de Aplicação
6. Centro de Práticas Esportivas da USP
7. Casa de Cultura Japonesa
8. Reitoria
9. Centro de Vivência da Reitoria
10. Museu de Arte Contemporânea
11. Restaurante Central
12. Conjunto Residencial - Bloco G
13. Conjunto Residencial - Bloco F
14. COSEAS - Administração e Grémio
15. Conjunto Residencial - Bloco E
16. Colméia - Conjuntos A e B
17. Conjunto Residencial - Bloco D
18. Colméia - Instituto de Estudos Brasileiros
19. Conjunto Residencial - Bloco C
20. Anfiteatro de Convenções
21. Conjunto Residencial - Bloco B
22. Conjunto Residencial - Bloco A
23. Torre Universitária
24. Setor Bancário
25. Antiga Reitoria
26. Escola de Comunicação e Artes - ECA
27. Instituto de Psicologia
28. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
29. Pavilhões metálicos provisórios
- A, G, L. Instituto de Psicologia
- B, C, H. Usos diversos
- D. Instituto de Ciências Biomédicas - Anatomia
- E. Restaurante
- F. Gráfica da ECA
- I. Escola Politécnica - Serviços Gerais
- J. Museu de Anatomia e Centro Acadêmico
- K. Faculdade de Medicina
- M. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
- N. Instituto de Ciências Biomédicas - Manutenção
30. Escola Politécnica - Engenharia Elétrica
31. Escola Politécnica - Administração
32. CTH - Laboratório de Hidráulica
33. Escola Politécnica - Engenharia Mecânica e Naval
34. Escola Politécnica - Biênio e Engenharia de Produção
35. Escola Politécnica - Engenharia Civil
36. Escola Politécnica - Engenharia de Minas
37. Escola Politécnica - Eng. Metalúrgica e de Materiais
38. Centro de vivência da Eng. Metalúrgica
39. Almoarifado da USP
40. Subestação - Eletropaulo
41. FFLCH - História e Geografia
42. FFLCH - Filosofia e Ciências Sociais
43. FFLCH - Letras
44. Instituto de Geociências
45. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
46. Instituto de Matemática e Estatística
47. Instituto de Eletrotécnica e Energia
48. Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas
49. Restaurante - Clube dos Funcionários
50. I. de Química e F. de Ciências Farmacêuticas - Biblioteca
51. Instituto de Química
52. Faculdade de Ciências Farmacêuticas
53. Semi-Industrial
54. Escola Politécnica - Engenharia Química
55. FFLCH - Administração
56. Instituto Oceanográfico
57. Instituto de Física
58. Prefeitura da Cidade Universitária
59. Museu de Arqueologia e Etnologia
60. Instituto de Ciências Biomédicas
61. Instituto de Biociências
62. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
63. Faculdade de Odontologia
64. Faculdade de Medicina - Fono Físio Terapia Ocupacional
65. Instituto de Ciências Biomédicas
66. Hospital Universitário

Foi comentado o dimensionamento equivocado da Cidade Universitária do Butantã, que deveria ter "no mínimo um milhão de metros quadrados" mas que acabou com cerca de 598 hectares, dos quais 234 hectares cedidos a terceiros (grande parte ao Instituto de Energia Atômica, atual IPEN) ou invadidos. A escolha recaiu em um terreno cuja maior virtude era pertencer ao Estado, mas que apresentava desvantagens como uma grande extensão de áreas inundáveis, cursos d'água a serem canalizados para evitar enchentes, e uma parte com encostas.

A gleba destinada em 1941 à USP seria suficiente para acomodar os usos previstos, como o demonstrou o Plano de 1943, o mais sintético e estruturado dos planos elaborados para a Cidade Universitária, oferecendo condições físicas para a integração universitária e a convivência.

Mas resolveu-se ampliar a área destinada à Universidade, embora posteriormente tenha havido várias cessões de área a terceiros (como ao D.E.R.); este aumento de terreno parece desnecessário ao se verificar que usos não essenciais à Universidade, como uma pista para aviões, foram incluídos nos planos seguintes. O Plano de 1945-47, que teve como estrutura a grande praça onde estariam reunidos todos os edifícios principais da universidade, com os edifícios de apoio por trás (à semelhança do Plano de 1943), também era ajustado às questões de convivência e integração universitária, embora em menor grau que o plano anterior, pois as distâncias aumentaram.

Os três projetos para a Universidade do Brasil foram comentados porque Ernesto de Souza Campos lá estava em papel decisivo na recusa de dois deles, pura Arquitetura Moderna, que nem ele nem a maioria de seus contemporâneos no Brasil estava pronto para assimilar, e na aceitação de um terceiro projeto, o de Piacentini-Morpurgo, elaborado sob estreita orientação da comissão de professores, da qual fazia parte.

Demonstrou-se assim que o modelo físico desejado por alguns dos membros de comissões de execução da Cidade Universitária (tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo) era o de uma Cidade Universitária setorializada e polinucleada, sem uma estrutura comum que facilitasse a convivência.

255

A transposição de um modelo setorial semelhante ao de Piacentini-Morpurgo para a Cidade Universitária do Butantã - com uma extensão bem maior que a da Quinta da Boa Vista - só poderia agravar esta situação. Foi o que demonstrou o Plano de 1949-54. Além desta questão, há aspectos monumentais no Plano de 1949-54, como o *park-way* de 100 metros de largura, enquanto a Faculdade de Filosofia, eixo do modelo acadêmico que continuava oficial embora não implementado, permanecia dividida entre vários endereços.

Um grande problema gerado por este modelo físico polinucleado disperso em uma gleba extensa foi que deixou isolados os ocupantes dos primeiros edifícios construídos. A localização dos edifícios da Física Nuclear e da Botânica, à época pertencentes à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, demonstrou o descaso com esta faculdade, pois os edifícios citados foram construídos em áreas de encostas e distantes um do outro, comprometendo uma implantação mais apropriada para a F.F.C.L. Enquanto isto, atribuía-se cada vez mais área à Escola Politécnica, demonstrando-se o desequilíbrio de poder entre unidades da Universidade.

A implantação da Cidade Universitária da USP teve recuos e desistências. Desde vias já executadas que eram eliminadas porque não existiam no plano que sucedia à sua abertura, a inúmeros projetos de vias e edifícios não implementados.

Em 1956 houve a mudança de modelo da Universidade e a proposta de um *core* (que fazia parte de um sistema de convivência) para a Cidade Universitária. Aprovada pelo Conselho Universitário a existência de Institutos Básicos que integrariam setores do conhecimento, foram levantados todos os cursos semelhantes existentes nas faculdades da USP que puderam então ser reunidos nestes institutos. Os estatutos de 1962 consolidaram este modelo pedagógico, expressado pelo Plano 1961-63 (com as limitações representadas pelas construções e vias herdadas do Plano de 1949-54).

O Instituto Central de Ciências da Universidade de Brasília foi apresentado como um exemplo de máxima integração física, como seria adequado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

A alteração do modelo político trouxe graves prejuízos ao Plano de 1961-63 e mesmo à aplicação do novo modelo pedagógico. O Conjunto Residencial foi mutilado para recuperar-se em parte o Plano de 1949-54. A reunião do conjunto da Maria Antônia e arredores no Setor das Humanas da Cidade Universitária não foi executada, exceto dois edifícios; o *core* foi abandonado.

Anos depois veio a Reforma Universitária, alterando novamente o modelo da Universidade. Vieram os Estatutos de 1969 e a urgência de se transferirem faculdades para a Cidade Universitária, ainda que sem condições ideais. Ainda assim não foram executados prédios projetados e até estaqueados do Plano de 1961-63. A tentativa de resgate do *core* feita em 1975 não foi à frente.

Finalmente, mostrou-se a substituição dos princípios utilizados no Plano de 1961-63 por outro sistema de planejamento e de construção, que embora inspirado no que era utilizado nas universidades alemãs, não resultou no adensamento que estas e outras universidades européias do segundo após guerra apresentavam.

Mas recuperar a importância da convivência e o sentido de uma maior integração universitária ainda parece possível.



Foto 34 faixa 9-A – Fonte: BASE

CIDADE UNIVERSITÁRIA USP - 1994



CIDADE UNIVERSITÁRIA USP - 2000

Foto 40 e 42 faixa 17 09/12/00 - Fonte: BASE

Área construída na Cidade Universitária da USP na Capital – CUASO (m ²)					
Década de 50		Década de 60		Década de 70	
Até 1954	1955 a 1959	1960 a 1964	1965 a 1969	1970 a 1974	1975 a 1979
3.591	30.877	106.382	175.911 (a)	166.073 (b)	99.443 (b)
O governo estadual não confere prioridade à construção da Cidade Universitária.	Idem; em 1959, apesar do início do Plano de Ação do governo Carvalho Pinto (1959-62), aumenta pouco o total construído.	Plano de Ação do governo Carvalho Pinto; Jogos Panamericanos de 1963; crise política no final do período.	Recessão nacional até 1967; início do "milagre" econômico em 1968. Política do governo Abreu Sodré (1966-69) para o ensino do 3º grau: expansão de vagas.	Restante dos anos do "milagre" econômico (1968-1973). Período após Reforma Universitária.	Anos de recessão econômica. Jogos Panamericanos de 1975 (transferidos).
Total da década: 34.468 m ² . O ano com maior acréscimo de área foi 1958 (29.621m ²).		Total da década: 282.293 m ² (a) Deste total, 4.884 m ² correspondem à reforma do bloco "A" do CRUSP em 1968. Os anos com maior acréscimo de área foram 1961 (46.017m ² , embora 22.546 m ² fossem de obra do governo federal, transferida posteriormente à USP) e 1966 (62.750 m ²).		Total da década: 265.516 m ² . (b) Deste total, 19.787 m ² são de reformas: 8.000 m ² dos blocos "B" e "C" do CRUSP em 1972; 2.450 m ² do Restaurante Central em 1977; 4.172 m ² do bloco III do IP e lanchonetes em 1978; e 5.165 m ² do bloco "D" do CRUSP e lanchonete do IB, em 1979. Os anos com maior metragem construída / reformada foram 1972 (41.458m ²) e 1973 (49.369 m ²).	

Fonte das áreas construídas: SIMÕES, 1984, pp. 114 a 168. Não inclui áreas de quadras, raia olímpica e campos esportivos a céu aberto.

ÁREA EDIFICADA (m ²)	1988	1999	2002
CUASO	612.430	745.019	769.426
USP	1.030.420	1.371.876	1.436.984

Fonte: Anuário Estatístico da USP 1989, 2000 e 2003.

		1980	1990	2000	2002			1980	1990	2000	2002
C	ALUNOS GRADUAÇÃO		25.999	28.502	30.893	U	ALUNOS GRADUAÇÃO		35.919	39.326	42.554
	ALUNOS PÓS-GRADUAÇÃO		9.968	17.156	18.402		S	ALUNOS PÓS-GRADUAÇÃO		15.981	27.793
A	DOCENTES	2.816	3.364	2.754	2.829	P	DOCENTES	4.627	5.672	4.694	4.884
S	NÃO DOCENTES	5.286	11.072	8.851	9.289		NÃO DOCENTES	8.667	17.788	15.505	15.915
O	POPULAÇÃO TOTAL		50.403	57.263	61.413	POPULAÇÃO TOTAL		75.360	87.318	93.189	

FONTE: Anuário Estatístico da USP, 1987 a 1993 e 1999.

NOTAS:

Os dados populacionais relativos à CUASO foram desagregados na medida do possível, até passarem a ser apresentados em separado. Não foram lançados dados sobre pesquisadores.

BIBLIOGRAFIA E OUTRAS FONTES

AGACHE, Donat Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação, embelezamento*. Tradução de Francesca de Souza. Paris: Foyer brésilien, [1930].

ALBUQUERQUE, Roberto Portugal (coord.). *Caderno dos Riscos Originais: Projeto do Edifício da FAUUSP na Cidade Universitária*. São Paulo: FAAUSP, 1998.

AMARAL, Aracy. *Mário Pedrosa e a Cidade Universitária da USP*. 3 f. In: AMARAL, Aracy; SEGAWA, Hugo; DOURADO, Guilherme Mazza. *Mário Pedrosa e a Cidade Universitária da USP*. 15 f. Mimeografado. 2003.

AMERICANO, Jorge. *A Universidade de São Paulo: dados, problemas e planos*. São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1947.

ANELLI, Renato; GUERRA, Abílio; KON, Nelson. *Arquitetura e Cidades Rino Levi*. São Paulo: Romano Guerra, 2001.

ANTUNHA, Heladio Cesar Gonçalves. *Universidade de São Paulo: Fundação e Reforma*. São Paulo: Ministério da Educação e Cultura: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP: Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sudeste, Série I – Estudos e Documentos; Vol. 10, junho de 1974.

ARCHITECTURAL ASSOCIATION. *University Planning and Design*. London: Lund Humphries, 1967. Symposium edited by Michael Brawne.

ARTIGAS, Rosa (Org.). *Paulo Mendes da Rocha*. São Paulo: Cosac & Naify; Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais; Fundação Bienal de São Paulo, 2000.

ASSOCIAÇÃO dos Antigos Alunos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. *Escola Politécnica 100 Anos*. São Paulo: Expressão e Cultura, 1993.

BARATA, Mário. *Escola Politécnica do Largo São Francisco: berço da engenharia brasileira*. Rio de Janeiro: Associação dos Antigos Alunos da Politécnica; Clube de Engenharia, 1973.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.

BERNINI, Luciano. *Planejamento e Projeto de um Sistema Construtivo para a Universidade de São Paulo*. São Paulo: FUNDUSP, [197-].

BERNINI, Luciano. Palestra "Planejamento Físico de Campi Universitários e sua aplicação prática", proferida na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília. São Paulo: FUNDUSP, 1974.

BRASIL. MAIC. Diretoria Geral de Estatística. *Planta da Cidade do Rio de Janeiro extrahida da carta censitária do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: s.n., 1920.

BRAWNE, Michael. *University of Virginia, the Lawn: Thomas Jefferson*. London: Phaidon, 1994.

BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

- CABRAL, Neyde A. Joppert. *Arquitetura Moderna e o Alojamento Universitário*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1997.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. *Estudos sobre o Problema Universitário*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. *Educação Superior no Brasil*. [Rio de Janeiro]: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. *Instituições Culturais e de Educação Superior no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. *Universidades: Cidades Universitárias*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1945.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. *Temas Universitários*. São Paulo: USP, 1952.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 1954.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. *Cidade Universitária da Universidade de São Paulo: Aspectos Gerais do Planejamento e Execução*. São Paulo: Comissão da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo, 1954.
- CERÁVOLO, Ana Lúcia. *Paulo de Camargo e Almeida: Arquitetura Total na trajetória profissional de um arquiteto brasileiro*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, 2000.
- CONSULTEC, Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. *Federal University of Rio de Janeiro (formerly University of Brazil): Project of University Town of Rio de Janeiro – volume I (Text)*. S.l.: mimeo, 1966.
- COSTA, Lúcio. *Lúcio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade crítica: o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- CUNHA, Luiz A. Constant Rodrigues da. *A Universidade Reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Tese de concurso de Professor Titular de Sociologia da Educação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1985. Vol. 1 e 2.
- DUARTE, Hélio de Queiroz; MANGE, Ernesto R. de Carvalho. *Plano da Cidade Universitária de Santa Catarina*. São Paulo, s.n., 1956.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. *Uma política para o ensino superior brasileiro: diagnóstico e proposta*. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior USP, 1998. Documento de trabalho 1/98.
- FARIA, Antônio Augusto, BARROS, Edgard Luiz de. *Getúlio Vargas e sua época*. São Paulo: Global, 1982.
- FARIAS, Alberto A. de; ARANTES, Cláudio O.; BARRETO, Frederico F.B. *Histórico do Planejamento Físico do Campus Universitário Darcy Ribeiro*. Paranoá. Brasília: FAU-UnB, ano I, n. 1, jan. 2003.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Inep, 2000.

- FERRAZ, Marcelo Carvalho (Coord.). *Vilanova Artigas*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi: Fundação Vilanova Artigas, 1997.
- FICHER, Sylvia. Edifícios altos no Brasil. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo: ano XIV, n. 37, 61-76, 1994.
- FRAIHA, Silvia; LOBO, Tiza (Coord.). *Bairros do Rio – Centro*. Rio de Janeiro: Fraiha, 2000.
- FREITAS, Sônia Maria de. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993.
- FROTA, Lélia Coelho. *Alcides Rocha Miranda: caminho de um arquiteto*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.
- GIUDICE, Carlos Lobato. *Áreas recebidas e cedidas pela USP na formação da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira"*. 1994. 38 f. Mimeografado.
- GOROVITZ, Matheus. *Os Riscos do Projeto: Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1936*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP em 1989, primeiro volume e anexo.
- GOROVITZ, Matheus. *Os Riscos do Projeto: contribuição à análise do julzo estético na arquitetura*. São Paulo: Studio Nobel: Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- GRANDE Enciclopédia Larousse Cultural. S.l.: Nova Cultural, 1998. 24 v.
- GUERRA, Abílio (Coura.). *Rino Levi: arquitetura e cidade*. São Paulo: Romano Guerra, 2001.
- HARRIS, Elizabeth Davis. *Le Corbusier: Riscos Brasileiros*. São Paulo: Nobel, 1987.
- LEME, Ernesto de Moraes. *Relatório das atividades da Universidade de São Paulo no ano de 1952*. São Paulo: USP, 1953.
- LEME, Maria Cristina da Silva (Coura.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.
- LOPES, Sebastião de Oliveira. *Proposta de Coordenação Modular e Sistema Construtivo para um modelo universitário*. Belo Horizonte: MEC.DAU.UFMG, [197-].
- LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *História das Universidades*. São Paulo: Estrela Alfa, [1974?].
- LOURENÇO, Maria C. F. et alii. *Bens imóveis tombados ou em processo de tombamento da USP*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- MACEDO, Adilson Costa; NEIVA, Cláudio Cordeiro. *Universidade de Brasília: Plano de Desenvolvimento Físico*. Brasília: UnB, [1975?].
- MACEDO, Adilson Costa. O desenho do campus universitário. *Projeto n. 93*, pp. 96-98, nov. 1986.
- MACEDO, Sílvio Soares. *Parques Urbanos no Brasil*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- MACHADO, Luiz Toledo. *Formação do Brasil e unidade nacional*. São Paulo: IBRASA, 1980.
- MARTINS, Ana Luiza; BARBUY, Heloisa. *Arcadas: História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. São Paulo: Alternativa, 1998.

- MELLO, Eduardo Kneese de. *Arquitetura Brasileira: Palestras e Conferências*. São Paulo: FAU-USP, [197-?].
- MENDES, Josué Camargo. *Universidade de São Paulo: súmula da sua História*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia; Academia de Ciências do Estado de São Paulo, [1978?].
- MESQUITA FILHO, Julio de. *Política e Cultura*. São Paulo: Martins, 1969.
- MEYER, Regina Maria Prosperi. *Metrópole e Urbanismo: São Paulo Anos 50*. Tese de Doutorado apresentada à FAU-USP, 1991.
- MORAES, Dácio A. de. *A Architectura moderna em São Paulo*. Artigos publicados originalmente no jornal "Correio Paulistano", 1928.
- MUTHESIUS, Stefan. *The postwar university: utopianist campus and college*. London: Yale University, 2000.
- NOGUEIRA, Brenno C. *Documentos sobre o urbanista L.I.R. de Anhaia - I*. São Paulo: FAU-USP, 1986.
- OLIVA, Waldyr Muniz. *4 Anos de Reitoria 1978-1981*. São Paulo: CODAC - USP, [1981].
- ORLANDI, Savério A. F. *A determinante funcional na arquitetura contemporânea*. Tese apresentada ao concurso de livre docência da cadeira "Arquitetura", da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 1964.
- OTTONI, A. B. Dácio. *Introdução em Cidades-Jardins de Amanhã* (tradução da obra de Ebenezer Howard). São Paulo: Hucitec, 1996.
- PAIM, Antônio. *Por uma Universidade no Rio de Janeiro*. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.), *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982.
- PEDROSA, Mário. *Parecer sobre o core da cidade universitária*. 8 f. In: AMARAL, Aracy; SEGAWA, Hugo; DOURADO, Guilherme Mazza. *Mário Pedrosa e a Cidade Universitária da USP*. 15 f. Mimeografado.
- PENTEADO, Fábio. *Fábio Penteado: ensaios de arquitetura*. São Paulo: Empresa das Artes, 1998.
- PETERS, Paulhans. *Residencias colectivas*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.
- PORTAS, Nuno; BARATA, Júlio. *A Universidade na cidade: Problemas arquitetônicos e de inserção no espaço urbano*. Brasília: Universidade e Brasília, Instituto de Artes e Arquitetura, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, [197-]. 34 f. Mimeografado.
- PORTINHO, Carmen. *Por toda a minha vida: depoimento a Geraldo Edson de Andrade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- REALE, Miguel. *Perspectivas da Reforma Universitária*. São Paulo: USP, 1969.
- REALE, Miguel. *Quatro Anos de Reitoria*. São Paulo: USP, 1973.
- RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, 5ª edição.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (orgs.). *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- RIO DE JANEIRO. CIDADE. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E ESPORTES. *Rio de*

- Janeiro: uma cidade no tempo*. Rio de Janeiro: Diagraphic, 1992.
- ROCHA, Paulo Mendes da. *Mendes da Rocha*. Lisboa: Blau, 1996.
- SALMERON, Roberto A. *Universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (Coura.). *São Paulo: 1934-1938; Os Anos da Administração Fábio Prado*. São Paulo: USP/FAU, 1999.
- SANTOS, Cecilia et alii. *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo: Tessela: Projeto Editora, 1987.
- SANTOS, Paulo F. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981.
- SÃO PAULO. ESTADO. Departamento de Imprensa e Propaganda. *Depoimento dos fatos no terceiro ano de governo do interventor Fernando Costa*. São Paulo: Graf Siqueira, 1944.
- SÃO PAULO. ESTADO. *Plano de Ação do Governo 1959-1963*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1959.
- SÃO PAULO. ESTADO. Secretaria de Economia e Planejamento. Departamento de Estatística. *Ensino Superior em São Paulo 1972*. São Paulo: Secretaria Estadual de Economia e Planejamento, 1973.
- SÃO PAULO. ESTADO. Secretaria de Economia e Planejamento. Série Estudos e Pesquisas 6. *Ensino de 3º Grau 1975*. São Paulo: Secretaria Estadual de Economia e Planejamento, 1977.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Maria Helena Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon. Ensino superior no Brasil: tradição e modernidade. *Revista USP*. São Paulo: Coordenadoria de Comunicação Social da USP, n. 8, dez. / jan. / fev. 1990-91.
- SEGAWA, Hugo; DOURADO, Guilherme Mazza. *Oswaldo Arthur Bratke*. São Paulo: ProEditores, 1997.
- SEGAWA, Hugo. Hélio Duarte. *AU Arquitetura & Urbanismo*. São Paulo: Pini, ano 14, n. 80, out. / nov. 1998, pp. 59-65.
- SILVA, Mauricio Joppert da. *As Cidades Universitárias*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.
- SIMÕES, João Roberto Leme. *Arquitetura na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira: o espaço construído*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1984.
- SINGER, Paul. *A Crise do "milagre": interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SODRÉ, Roberto Costa de Abreu. *A Renovação do Ensino Superior: Diretrizes da Política Universitária do Governo do Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1967.
- SOMEKH, Nadia. *A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador*. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1997.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação e Universidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1988.
- TOGNON, Marcos. *Arquitetura italiana no Brasil: a obra de Marcello Piacentini (história, catálogos, documentos)*.

Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

TOLEDO, Benedito Lima de. *Prestes Maia e as Origens do Urbanismo Moderno em São Paulo*. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

UNIVERSIDADE DO BRASIL. Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil - ETUB. *Cidade Universitária da Universidade do Brasil*. S.l.: ETUB, 1952.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Assessoria de Planejamento. *UnB 30 anos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Conselho de Planejamento e Desenvolvimento. *UFMG Implantação do campus: projetos 1971*. Belo Horizonte, UFMG, 1970.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. *Cidade Universitária do Recife*. S.l.: Universidade, 19-?

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Coordenadoria de Atividades Culturais - CODAC. *Cinqüentenário Universidade de São Paulo 1934-1984*. São Paulo: USP, [1984].

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Comissão da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira". *Roteiro do Replanejamento da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira"*. São Paulo: USP, 1956.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. *100 Anos de Ensino de Arquitetura e Urbanismo em São Paulo*. Catálogo da Exposição. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1996.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Direito. *Faculdade de Direito*. São Paulo: USP, 1997 (livreto com 60 páginas).

264

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. F.F.C.L. *Manifesto da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*. São Paulo: USP, 1956.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Fundo para Construção da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira". *Relatório Geral 1959-1962*. São Paulo: F.C.C.U.A.S.O., jan. 1963.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Fundo de Construção da Universidade de São Paulo. *Sistemas Coordenados para Projeto e Construção Universitária*. São Paulo: FUNDUSP, 1977.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Prefeitura da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira". *O Espaço da USP: presente e futuro*. São Paulo: A Prefeitura, 1985.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Reitoria. *Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 1950.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Universidade de São Paulo*. S.l.: USP; Fundação Itaú América, [1972?].

UNIVERSITÄT STUTTGART. *Universität Stuttgart*. Stuttgart: Fachhochschule für Druck Stuttgart, 1972.

UNIVERSITÄT ULM. *Planung der Universität Ulm*. Ulm: Helmuth Abt-Buch, 1972. Planungsbericht des Universitätsbauamtes Ulm - 2.

VILLARES, Henrique Dumont. *A indústria em São Paulo (Estudo para a sua localização): Centro Industrial Jaguaré*. S.l.: s.n., 1939.

XAVIER, Alberto; LEMOS, Carlos; CORONA, Eduardo. *Arquitetura moderna paulistana*. São Paulo: Pini, 1983.

XAVIER, Marco Antônio. *Ocupação do Campus Butantã da Universidade de São Paulo (1934-1954): Representações de Poder no Espaço da Universidade*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

ZENTRALARCHIVS FÜR HOCHSCHULBAU. *Gesamtplanung Britischer Hochschulen*. Düsseldorf: Werner, 1967. Schriften des Zentralarchiv für Hochschulbau – 5.

Periódicos

ACRÓPOLE. São Paulo: Gruenwald, n. 79, nov. 1944.

ACRÓPOLE. São Paulo: Gruenwald, n. 81/ 82, jan. / fev. 1945.

ACRÓPOLE. São Paulo: Gruenwald, n. 299, set. 1963.

ACRÓPOLE. São Paulo: Gruenwald, ano 26, n. 303, fev. 1964.

ACRÓPOLE. São Paulo: Gruenwald, ano 28, n. 330, jul. 1966.

ACRÓPOLE. São Paulo: Gruenwald, ano 28, n. 334, nov. 1966.

ACRÓPOLE. São Paulo: Gruenwald, ano 29, n. 342, ago. 1967.

ACRÓPOLE. São Paulo: Gruenwald, ano 31, n. 369 / 370 jan. / fev. 1970 (Brasília).

AMÉRICA MAGAZINE. São Paulo: Varta, ano 7, n. 2, 1962.

ANAIS CIENTÍFICOS ano XXII, n. 75, 1966 – separata especial *Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" Universidade de São Paulo*.

ANAIS CIENTÍFICOS ano XXIII, vol. I, n. 76, jan. 1968 – separata *Brasil Universitário*.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO. São Paulo: Universidade de São Paulo.

ARCHITETTURA. Milão: Sindacato Nazionale Fascista Architetti: Fratelli Treves, ano XIV, número especial sobre a *Cidade Universitária de Roma*, 1935.

ARCHITETTURA. Milão: Sindacato Nazionale Fascista Architetti: Fratelli Treves, ano XVII, n. IX, set. 1938.

ARCHITECTURA NO BRASIL, números 1, 3, 21 e 27. (revista da Corporação de Arquitetos e Construtores do Rio de Janeiro, publicada entre 1921 e 1926).

L'ARCHITECTURE D'AUJOURD'HUI. Boulogne, FR: Groupe Expansion, n. 183, janv. / févr. 1976.

ARQUITECTURA. Lisboa: Iniciativas Culturais Arte e Técnica, ano XXVIII, 2ª série, n. 55-56, jan. / fev. 1956. *Cidades Universitárias*.

ARQUITETURA E URBANISMO. Rio de Janeiro: Instituto de Arquitetos do Brasil, ano I, n. 2, jul. / ago. 1936.

AU ARQUITETURA & URBANISMO. São Paulo: Pini, ano 16, n. 96, jun. / jul. 2001.

- CEPLAN. Brasília: UnB, ano I, n. 1, fev. 2002.
- CIDADE ano V, n. 5, jan. 1998 (revista do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo).
- CJ ARQUITETURA. Rio de Janeiro: Efecê, ano I, n. 4, fev. / mar. / abril 1973.
- A CONSTRUÇÃO EM SÃO PAULO. São Paulo: Pini, n. 1262, 17 de abril de 1972.
- HABITAT. São Paulo: [s.n.], n. 11, abr. / jun. 1953.
- HABITAT. São Paulo: [s.n.], n. 15, mar. / abr. 1954.
- HABITAT. São Paulo: [s.n.], n. 17, jun. / ago. 1954.
- HABITAT. São Paulo: [s.n.], n. 27, fev. 1956.
- HABITAT. São Paulo: [s.n.], n. 69, set. 1962.
- PROJETO E CONSTRUÇÃO. São Paulo: [s.n.], ano III, n. 26, jan. 1973.
- PROJETO E CONSTRUÇÃO. São Paulo: [s.n.], ano III, n. 31, jun. 1973.
- PROJETO DESIGN. São Paulo: Arco Editorial, n. 250, dez. 2000.
- REVISTA DE ARQUITETURA. Rio de Janeiro: Editora "O Construtor", ano X, n. 59, jan. / fev. 1944 (publicada a partir de 1934/35 pelo Diretório da Escola Nacional de Belas Artes).
- REVISTA DA DIRETORIA DE ENGENHARIA PDF. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, ano II, n. 8, jan. 1934.
- REVISTA DA DIRETORIA DE ENGENHARIA PDF. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, v. IV, n. 2, mar. de 1937.
- REVISTA DA DIRETORIA DE ENGENHARIA PDF. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, v. IV, n. 3, maio 1937. Projeto Lúcio Costa para a U.B.
- REVISTA DA DIRETORIA DE ENGENHARIA PDF. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, v. IV, n. 4, jul. 1937. Projeto Corbusier para a U.B.
- REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA PDF. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, v. IX, n. 4, jul. 1942.
- REVISTA PESQUISA FAPESP, Edição 49, 12/99.
- REVISTA USP. *Setenta Anos USP*. São Paulo: Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo, n. 60, dez. / fev. 2003-2004. Continuação de: Revista da Universidade de São Paulo.
- ZODIAC. Milan: L'association, n. 11, [1962?].

- O Estado de São Paulo – 31/ 12/ 1960: *Arquitetos estudam a reorganização da Cidade Universitária da USP.*
- O Estado de São Paulo – 26/ 03/ 1961: *A arquitetura valoriza o empreendimento.*
- O Estado de São Paulo – 28/ 05/ 1961: *Novos projetos incluídos no plano da Cidade Universitária de São Paulo.*
- Original (incompleto) de matéria da Associação dos Auxiliares de Ensino, de 19/ 09/ 1961, para publicação em O Estado de São Paulo de 20/ 09/ 1961: *Debatidos o planejamento e a construção da Cidade Universitária "Sales (sic) de Oliveira".*
- O Estado de São Paulo – 19/09/1961: *A transformação estrutural da Universidade.*
- O Estado de São Paulo – 17/ 03/ 1963: *A Cidade Universitária acolhe atletas das Américas.*
- O Estado de São Paulo – 03/ 08/ 1966: *USP muda a sua fisionomia.*
- O Estado de São Paulo – 06/ 08/ 1966: *Arquitetos esclarecem.*
- O Estado de São Paulo – 13/ 11/ 1966: *O coração da Cidade Universitária.*
- O Estado de São Paulo – 25/ 12/ 1966: *Autorizadas as obras da FAU.*
- O Estado de São Paulo – 08/ 03/ 1967: *USP muda a sua fisionomia.*
- O Estado de São Paulo – 14/ 03/ 1969: *Residências universitárias.*
- O Estado de São Paulo – 23/ 12/ 2003: *Orçamento prevê R\$ 48 milhões para USP Leste.*
- O Estado de São Paulo – 25/ 01/ 2004: *USP um sonho faz 70 anos. Caderno especial.*
- O Estado de São Paulo – 02/ 02/ 2004: *Capital abrigará novo campus da Unesp.*
- Folha de São Paulo – 22/ 08/ 1968: *Estudantes na Filosofia –USP contra concurso.*
- Folha de São Paulo – 06/ 09/ 1972: *Médici inaugura "campus" do Rio.*
- Folha de São Paulo – 20/12/2002: *USP estuda áreas para campus na zona leste.*
- Folha de São Paulo – 19 / 03 / 2003: *Estado quer apressar campus da USP para início de 2004.*
- Folha de São Paulo – 25 / 03 / 2003. STEINBRUCH, Benjamin. *A banheira de JK.*
- Folha de São Paulo (caderno Imóveis 1) – 13/ 04/ 2003: *Nova USP reaquece mercado na zona leste.*
- Folha de São Paulo – 11/ 09/ 2003: *Estação USP Leste.*
- Folha de São Paulo – 23/ 01/ 204: *USP 70 anos. Caderno especial.*
- Folha de São Paulo – 09 / 04 / 2004. SINGER, Paul. *Salário mínimo, a oportunidade.*

BIBLIOGRAFIA E ANEXOS

- *Jornal do Campus – 23 de maio a 5 de junho de 2003: USP Leste: faltam “apenas” os cursos.*
- *Jornal da Tarde – 12/ 03/ 2003: Nova USP será no Parque do Tietê.*
- *Jornal da USP – 1º a 7/7/2002: Um histórico passo à frente.*
- *Jornal da USP – 28/10 a 3/11/2002: As universidades paulistas de olho no futuro.*
- *Jornal da USP – 7 a 13/7/2003: A USP na zona leste.*
- *Jornal da USP – 24 a 30 / 03/ 2003: Mais espaço para ajudar a sociedade.*
- *Jornal da USP – 26/5 a 1º/ 6 /2003: “Priorizar é colocar recursos”.*
- *Jornal da USP – 9 a 15/ 6/ 2003: O espaço da arte, da ciência e da cultura.*
- *Jornal da USP – 18 a 24/ 08/ 2003: Em 2005, todos para a aula.*
- *Jornal da USP – 22 a 28/ 03/ 2004: Conhecimento mais completo.*
- *Jornal da USP – 24 a 30/ 05/ 2004: USP Leste já tem cursos definidos.*

Outras fontes

Arquivo da BASE Aerofotogrametria e Projetos S.A.

Arquivo do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer – CEPLAN, UnB.

— Arquivo da Coordenadoria do Espaço Físico da Universidade de São Paulo (acervo do Fundo de Construção da Universidade de São Paulo).

Arquivo do Departamento de História e Geografia / Laboratório de Aerofotogeografia e Sensoriamento Remoto / Universidade de São Paulo.

— Arquivo da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Arquivo Heloísa de Freitas Valle.

Arquivo do Instituto Geográfico e Cartográfico / Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Articulação e Planejamento Regional:

a) Aerofotos em ângulo de 45° realizadas em 1939 –1940 pela Empresa Nacional de Fotografias Aéreas – ENFA, que incorporou equipamentos remanescentes da empresa italiana SARA (Società Anonima di Rilevamento Aerofotogrammetria);

b) Fotos VASP/Cruzeiro do Sul de 1954 (vôo comemorativo do IV Centenário da Cidade de São Paulo).

Arquivo Joaquim Guedes Sobrinho.

Arquivo Paulo Mendes da Rocha.

Arquivo Pedro Paulo de Melo Saraiva.

Arquivo do Núcleo de Pesquisa e Documentação da FAU-UFRJ.

Arquivo da Reitoria da Universidade de São Paulo.

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Setor de Projetos.

Entrevistas com o arquiteto Sérgio Luiz de Assumpção e esclarecimentos com o arquiteto Gabriel Sister, da Coordenadoria do Espaço Físico da Universidade de São Paulo (que absorveu as funções do extinto Fundo de Construção da Universidade de São Paulo).

Entrevista em 17/03/2003 com o arquiteto e professor Pedro Paulo de Melo Saraiva.

Entrevista em 07/04/2003 com o arquiteto e professor Paulo Mendes da Rocha.

Entrevista em 19/08/2003 com o arquiteto e professor João Roberto Simões, que chefiou o Departamento de Projetos do Fundo de Construção da Universidade de São Paulo – FUNDUSP de 1969 a 1981.

Entrevista em 01/10/2003 com o arquiteto e professor Joaquim Guedes Sobrinho.

Entrevista em 03/10/2003 com o arquiteto Alberto Alves de Farias, diretor do Centro de Planejamento da Universidade de Brasília - CEPLAN.

Entrevista em 03/10/2003 com o arquiteto José Carlos Córdoba Coutinho, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

Entrevistas em 12/12/2003 e 20/02/04 com o engenheiro e professor Savério A. F. Orlandi, que participou do Plano de 1956 para a USP e do corpo técnico do Fundo de Construção da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira".

269

Caderno CRUESP *Expansão do Sistema Estadual Público de Ensino Superior*. São Paulo: Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas, 2001. Relatório aprovado na reunião do CRUESP de 20 de julho de 2001.

Folheto *Cidade Universitária: Apontamentos sobre as realizações da Comissão da Cidade Universitária*. São Paulo: USP, 1952.

Folheto sobre conclusão das obras do edifício da FAU-USP. Fundo de Construção da Cidade Universitária, USP, março de 1969.

Folheto Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT / Documentos-9. *Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: Instituto Oscar Freire*. Março de 1981. 9 f.

Folheto "Relatório Geral 1959-1962". Universidade de São Paulo. Fundo para Construção da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", jan. de 1963.

Folheto *Ruhr-Universität Bochum*, [1971?], 20 páginas.

Folheto *Subsídios para relatório da Universidade de São Paulo: Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira*. Fundo para Construção da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", maio de 1966.

Folheto *Universidade de São Paulo -1971/1975*. Relatório da gestão do Reitor Orlando Marques de Paiva. São Paulo: USP, [1971?].

Folheto *Universitarium Campus "Armando de Salles Oliveira"*, Touring Stat Departament. São Paulo, Capital, [1968?].

Folheto *USP Leste*. São Paulo: USP, [2003?].

Gráfico comparativo entre dotações do governo do Estado de São Paulo, obras construídas na Cidade Universitária e matrícula geral na Universidade de São Paulo. FUNDUSP, [1969].

Site do Centro de Documentação da Universidade de Brasília – CEDOC.

Site do Centro Universitário Maria Antônia, USP.

Site da Escola Politécnica da USP.

Site da Faculdade de Medicina da UFRJ.

Site da Faculdade de Medicina Veterinária da USP.

Site do Governo do Estado de São Paulo.

Site do IBGE.

Site do Museu de Zoologia da USP.

Site da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

270

Site Prossiga/ CNPq.

Site da Revista Fapesp (Revista Pesquisa Fapesp, edição 49, 12/99).

Site da Universidade de Campinas.

Site da Universidade Federal de Minas Gerais.

Site da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Site da Universidade Federal de São Carlos.

Site da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Site da Universidade de São Paulo (USP Leste).

Leis, Decretos, Estatutos e Portarias:

- Decreto federal 19.851, de 11 de abril de 1931, de organização das universidades brasileiras (estatutos, preferência ao sistema universitário para o ensino superior no Brasil e organização técnica e administrativa das universidades).
- Decreto federal 21.303 de 18/04/1932, que autorizou a criação da Universidade Técnica de São Paulo.

- Decreto estadual 6.283, de 25 de janeiro de 1934, de fundação da USP.
- Decreto federal 24.279 de 22 de maio de 1934, que regulamentou o funcionamento de universidades estaduais e livres.
- Lei federal 2.234, de 4 de dezembro de 1950, definindo o Sistema Federal de Ensino Superior.
- Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (Lei 4.024, de 20/12/1961).
- Decreto estadual 40.346, de 07/07/1962, que aprovou os estatutos da USP.
- Decreto-lei federal 53, de 18/11/1966, preliminar da Reforma Universitária.
- Decreto-lei federal 252, de 28/02/1967, preliminar da Reforma Universitária.
- Decreto 63.341, de 01/10/1968, critérios para a expansão do ensino superior.
- Parecer 848/68 da Câmara do Ensino Superior, sobre a instalação de cursos fora da sede da universidade.
- Lei federal 5.539, de 27/11/1968, Reforma Universitária.
- Lei federal 5.540, de 28/11/1968, Reforma Universitária.
- Partes vetadas das leis 5.539/68 e 5.540/68 (Mensagens 778 e 780).
- Decreto-lei 464, de 11/02/1969, Reforma Universitária.
- Decreto-lei 465, de 11/02/1969, Reforma Universitária.
- Estatutos de 01/01/1970 (Decreto 52.326 de 16/12/1969) e Portarias 1024/70, 1040/70, 1186/70, 1188/70, 1218/70 e 1696/72, que implantaram a Reforma Universitária na USP.
- Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Lei 9.394, de 20/12/1996).

271

Processos

USP. Reitoria. Processo 46.1.2178.1.7.
 USP. José de Freitas Valle Filho. Processo 50.1.5381.1.2.
 USP. Ernesto de Souza Campos. Processo 51.1.4400.1.4.
 USP. FFCL. Processo 56.1.6280.1.0.
 USP. FAU. Processo 66.1.20458.1.8.
 USP. FUNDUSP; IG. Processo 68.1.8599.51.2.
 USP. F.F.L.C.H. Processo 72.1.12588.51.6.

ANEXO I – CRONOLOGIA DA LEGISLAÇÃO SOBRE ENSINO SUPERIOR / RIO DE JANEIRO

1920 – Criação da Universidade do Rio de Janeiro pelo decreto nº 14.343, de 7 de setembro (denominada Universidade do Brasil a partir de 5 de julho de 1937), reunindo a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

1931 – Decreto nº 19.852 de 11 de abril, dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.

1934 – Criação da Universidade Técnica Federal, através do decreto nº 24.738, de 14 de julho, desmembrada da Universidade do Rio de Janeiro.

1935 – Criação da Universidade do Distrito Federal através do Decreto Municipal nº 5.513, de 4 de abril.

1935 – Portaria do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, de 19 de julho, nomeando uma comissão encarregada de estudar o problema da organização da Universidade do Brasil.

1937 – Lei nº 452 de 5 de julho organiza a Universidade do Brasil. A Universidade do Rio de Janeiro passa a denominar-se Universidade do Brasil e é extinta a Universidade Técnica Federal.

1939 – Extinção da Universidade do Distrito Federal através do Decreto-lei nº 1.190 de 4 de abril.

1945 – Decreto-Lei nº 8.393, de 17 de dezembro, assinado por José Linhares (presidente no governo de transição após a deposição de Vargas) e por Raul Leitão da Cunha (ministro da Educação), que o elaborou, concede à Universidade do Brasil em 17 de dezembro autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar.

1965 – A Universidade do Brasil passa a ser denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro, através da lei nº 4.831, de 5 de novembro.

2000 – A instituição recupera na Justiça em 30 de novembro o direito de utilizar o nome Universidade do Brasil.

272

ANEXO II – CRONOLOGIA DOS PROJETOS PARA A UNIVERSIDADE DO BRASIL

1935 – Em junho o Ministro da Educação e Saúde do governo provisório de Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, solicita do arquiteto romano Marcello Piacentini o estudo de realização no Rio de Janeiro de um empreendimento idêntico ao da Cidade Universitária de Roma (inaugurada neste mesmo ano, com concepção geral e direção de obra de Piacentini), o que gera protestos de entidades profissionais, como o Sindicato Nacional dos Engenheiros e o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, 5ª região, uma vez que desde o Decreto 23.569 de 11/12/1933 tais atividades estavam reservadas a profissionais habilitados brasileiros. A exceção foi o Clube de Engenharia, que aprovou o convite, entendendo-o como de consulta técnica especializada.

1935 – Em julho uma Portaria do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema nomeia uma comissão encarregada de estudar o problema da organização da Universidade do Brasil. Mais tarde, em setembro do mesmo ano, esta comissão foi acrescida de outros dois membros, professores da Universidade do Brasil. (CAMPOS, 1940, pp. 380 e 381).

1935 – É destacada dos membros da comissão de professores uma subcomissão encarregada de preparar os assuntos a serem debatidos em plenário. São organizados um Escritório do Plano da Universidade e várias comissões especializadas para estudo particular de cada uma das faculdades. Os relatores da subcomissão e diretores do Escritório do Plano da Universidade eram Inácio M. Azevedo do Amaral e Ernesto de Souza Campos (CAMPOS, 1940, p. 386).

Outra comissão, de profissionais de engenharia e arquitetura (selecionados por Capanema dentre os indicados pelas entidades representativas destas categorias), foi constituída para dirigir os trabalhos do plano da Cidade Universitária.

- 1935 – Piacentini permanece no Rio de Janeiro de 13 a 24 de agosto de 1935, visitando as áreas em estudo para implantação da Cidade Universitária e participando de reuniões com uma comissão de técnicos e professores designados por Gustavo Capanema.
- 1936 – Em fevereiro é escolhido o terreno junto à Quinta da Boa Vista, antigo palácio imperial, para a futura Cidade Universitária. (CAMPOS, 1940, p. 392)
- 1936 – Em 9 de maio é nomeada por Capanema uma comissão jurídica para examinar a questão das desapropriações necessárias para deixar livre o terreno da Cidade Universitária na Quinta da Boa Vista. (CAMPOS, 1940, p. 400)
- 1936 – Em junho a comissão de arquitetos brasileiros apresenta a idéia de instalar a Cidade Universitária sobre a lagoa Rodrigues de Freitas, não aprovada pela comissão de professores.
- 1936 – De 13 de julho a 10 de agosto Le Corbusier elabora, por ocasião de sua visita ao Brasil, um projeto para a Universidade do Brasil no terreno junto à Quinta da Boa Vista, com o apoio da equipe liderada por Lúcio Costa, que é recusado pela comissão de professores.
- 1936 / 1937 – Em outubro a equipe de Lúcio Costa apresenta um projeto para a Cidade Universitária no mesmo terreno, igualmente recusado pela comissão de professores em março de 1937.
- 1937 – Em 5 de julho a Universidade do Brasil é organizada pela lei n. 452. Em outubro de 1937 Capanema extingue formalmente a comissão de engenheiros e arquitetos.
- 1937 – Piacentini indica o engenheiro arquiteto romano Vittorio Morpurgo como o colaborador que poderia substituí-lo na vinda ao Brasil solicitada pelo governo brasileiro. Morpurgo permanece no Brasil por cerca de três meses, a partir de setembro, entre o Rio de Janeiro e São Paulo (para atender também a encomendas do Conde Francisco Matarazzo).
- 1938 – A partir de uns primeiros estudos e traçados feitos por Morpurgo ainda no Brasil, o projeto é concluído em maio por Piacentini e Morpurgo, em Roma.
- 1938 – No mês de julho é realizada uma exposição do projeto Piacentini-Morpurgo na Embaixada do Brasil em Roma, sendo divulgado pela imprensa italiana. O projeto é aprovado pela comissão de professores em 27 de setembro do mesmo ano, a partir de pranchas de desenho (as maquetes, uma geral, uma do complexo esportivo e outra da Reitoria, só chegariam ao Rio de Janeiro em novembro deste ano).
- 1938 – Em dezembro há a Exposição do Estado Novo no Rio de Janeiro e no pavilhão do Ministério da Educação e Saúde eram exibidos fotos, desenhos e maquetes do projeto Piacentini-Morpurgo.
- 1939 – Decreto-lei n° 1.075, de 26 de janeiro, assinado pelo presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro Gustavo Capanema, organiza a Comissão do Plano da Universidade do Brasil, para prosseguir com a elaboração dos projetos necessários à construção de todas as dependências da UB, dentro ou fora da sua cidade universitária, para a aquisição e preparação dos terrenos da cidade universitária e para a construção da UB. Estabelecia esta comissão com três membros, sendo um deles o Reitor da Universidade do Brasil e os outros dois professores catedráticos universitários, com ao menos um deles pertencente à UB. O decreto estabelecia dois serviços, um de Arquitetura e outro de Engenharia. Para a Seção de Arquitetura foram designados os arquitetos Carlos Leão, chefe, Jorge Moreira, Hélio Uchoa Cavalcanti e Atílio Corrêa Lima. (CAMPOS, 1940, pp. 401 e 402) Aparentemente esta nova comissão deveria implementar o projeto Piacentini-Morpurgo, mas são promovidos neste mesmo ano estudos sobre outras áreas para a Cidade Universitária, porque os terrenos da Quinta da Boa Vista seriam de difícil desapropriação.
- 1939 – Em agosto o projeto do bloco central do Hospital das Clínicas (haveria ainda um bloco menor com Obstetrícia e Puericultura e um pavilhão isolado para Psiquiatria), elaborado de acordo com os dados do trabalho *A orientação dos edifícios para a Cidade Universitária do Rio de Janeiro*, do engenheiro Paulo de Sá, foi apresentado ao Ministro da Educação pela Comissão do Plano da Universidade. (CAMPOS, 1940, pp. 403 e 404)
- 1940 – São publicadas a planta e fotos de maquetes do projeto Piacentini-Morpurgo no livro *Educação Superior no Brasil*, de autoria de Ernesto de Souza Campos. Neste mesmo ano abre-se concorrência para a construção da Cidade Universitária segundo o projeto dos arquitetos italianos.

1941- Capanema encomenda um novo estudo para o terreno da Cidade Universitária.

1944 - É transferida por decreto-lei de 8 de junho a localização da futura cidade universitária para a Vila Valqueire (antiga fazenda Valqueire).

1944 - Em 30 de dezembro deste ano é criado o Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil - ETU.

1945 - Por decreto-lei de 21 de maio de 1945 é transferida em definitivo a localização da Cidade Universitária para uma gleba formada pela interligação de nove ilhas, dentre elas a do Fundão. É iniciada a terraplenagem.

1947 - Com a mudança de governo, as obras sofreram um colapso, mas o novo Ministro da Educação, Clemente Mariani, nomeou uma Comissão que sob a presidência do Reitor, professor Ignácio M. Azevedo do Amaral, pronunciou-se a favor do aproveitamento das ilhas. As obras foram reiniciadas, e o Escritório Técnico, sob a direção do Engenheiro Horta Barboza, começou a elaborar os projetos de arruamento e edifícios.

ANEXO III - REITORES DA USP, COMISSÕES E ESCRITÓRIOS DE PLANEJAMENTO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DA USP NA CAPITAL

Reitores

1934-1938	Prof. Reynaldo Porchat FD
1938-1939	Prof. Lúcio Martins Rodrigues EP
1939-1941	Prof. Domingos Rubião Alves Meira FM
1941-1946	Prof. Jorge Americano FD
1946-1947	Prof. Antonio de Almeida Prado FM
1947-1949	Prof. Lineu Prestes FFeO
1949-1950	Prof. Miguel Reale FD
1950-1951	Prof. Luciano Gualberto FM
1951-1953	Prof. Ernesto de Moraes Leme FD
1954-1955	Prof. José de Mello Moraes ESALQ
1955-1957	Prof. Alípio Corrêa Neto FM
1957-1960	Prof. Gabriel Silvestre Teixeira de Carvalho FMV
1960-1963	Prof. Antonio Barros de Uihôa Cintra FM
1963-1967	Prof. Luiz Antonio da Gama e Silva FD
1967-1968	Prof. Mário Guimarães Ferri (Vice-Reitor em exercício) FFCL
1968-1969	Prof. Hélio Lourenço de Oliveira (Vice-Reitor em exercício) EMRP
1969	Prof. Alfredo Buzaid (Vice-Reitor em exercício) FD
1969-1973	Prof. Miguel Reale FD
1973-1977	Prof. Orlando Marques de Paiva FMVZ
1977	Prof. Josué Camargo Mendes (Vice-Reitor em exercício)
1978-1982	Prof. Waldyr Muniz Oliva IME
1982-1986	Prof. Antonio Hélio Guerra Vieira EP
1986-1990	Prof. José Goldemberg IF
1990-1993	Prof. Roberto Leal Lobo e Silva Filho IFQSC
1993-1997	Prof. Flávio Fava de Moraes ICB
1997-2001	Prof. Jacques Marcovitch FEA
2001-	Prof. Adolpho José Melfi ESALQ

Comissão nomeada em junho de 1935 pelo Interventor Armando de Salles Oliveira para estudar a localização da Cidade Universitária da USP:
Presidente da Comissão - o primeiro Reitor da USP, Reynaldo Porchat.

Ernesto de Moraes Leme, da Faculdade de Direito,
Alexandre de Albuquerque, da Escola Politécnica,
Ernesto de Souza Campos, da Faculdade de Medicina,
Fernando de Azevedo, do Instituto de Educação,
Afrânio Amaral, do Instituto Butantã, e
Mário de Andrade, do Departamento de Cultura.

Escritório Técnico do Plano da Universidade, constituído em 1936 e funcionando até 1937 (golpe de Estado)
Presidente - Professor Antonio de Almeida Prado, da Faculdade de Medicina,
Diretor geral - Professor Ernesto de Souza Campos,
Arquiteto chefe - engenheiro arquiteto Professor Hipólito Gustavo Pujol Júnior,
Arquitetos auxiliares - engenheiro arquiteto Ernesto Sampaio de Freitas e arquiteto João Serato,
Engenheiro civil Guilherme Lyra,
Desenhista Luiz Serato, e um servente.

Escritório Técnico de maio de 1945 a abril de 1947
José de Freitas Valle Filho – Engenheiro chefe
Djalma Lepage – Arquiteto
O Escritório Técnico era integrado também por dois desenhistas, uma auxiliar de desenhista, um topógrafo, uma secretária, um contínuo, um servente e seis operários.

Comissão da Cidade Universitária entre 14/04/1947 e 28/09/1948:

Prof. Henrique Jorge Guedes
Prof. Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello
Prof. José Maria da Silva Neves
Prof. Christiano Stockler das Neves
Prof. Ernesto de Souza Campos
Eng. Francisco Teixeira da Silva Teles
Eng. Arq. Eduardo Kneese de Mello
Eng. Arq. Elisario da Cunha Baiana
Eng. Frederico Brotero
Eng. José de Freitas Valle Filho.

Comissão da Cidade Universitária entre 03/11/1948 e 25/07/1950:
Instituída pela resolução nº 222, de 28/09/1948 do Governo do Estado de São Paulo, que definiu seus objetivos, e cujos membros foram designados por portaria do Reitor Lineu Prestes:

Prof. Ernesto de Souza Campos - Presidente
Prof. Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello
Prof. Adriano José Marchini
Prof. José Maria da Silva Neves
Prof. Christiano Stockler das Neves (dispensado a pedido em 21/04/1950 e substituído pelo Arquiteto Mário Henrique Pucci, por sua vez também dispensado a pedido em 26/06/1950)

Escritório Técnico
(existente, constituído por ocasião da Reitoria do Prof. Jorge Americano e incorporado à Comissão da Cidade Universitária por portaria do M. Reitor)
José de Freitas Valle Filho – Engenheiro Civil
Djalma Lepage – Arquiteto

Comissão do Plano e Execução da Cidade Universitária de 04/10/1950 a 04/04/1951

Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello - Presidente
Bruno Simões Magro – Membro
José Maria da Silva Neves - Membro
Zeferino Vaz – Membro
Adriano José Marchini - Membro

Escritório Técnico
Djalma Lepage - Diretor
Essa comissão funcionou com essa composição até 1951, quando houve troca de governador (assume Lucas Nogueira Garcez) e de reitor (Ernesto de Moraes Leme) e Luiz de Anhaia Mello colocou à disposição os cargos que exercia, de

Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Presidente da Comissão do Planejamento e Execução da Cidade Universitária.

Comissão da Cidade Universitária período 1951-1955

Ernesto de Souza Campos – Presidente

Adriano José Marchini – Eng. Civil

José Maria da Silva Neves – Eng. Arquiteto

Bruno Simões Magro – Eng. Arquiteto

Consultores

Hipólito Gustavo Pujol Junior – Engenheiro Arquiteto

Pedro Moacyr do Amaral Cruz – Eng. Eletricista

Leon Alexandr – Eng. Eletricista e Civil

Escritório Técnico

Administração

Djalma Lepage – Arquiteto, Diretor da Diretoria Administrativa

Edison Fadigas de Souza – Eng. Agrônomo

Waldemar Kassab – Contador

Engenharia

Cezar Coppos – Eng. Civil

Oscar Sampaio Arruda – Eng. Civil

Arquitetura

Oscar Gutierrez – Arquiteto

Cássio P. Gonçalves – Arquiteto

Vicente de Paula Collet e Silva – Arquiteto

Tácito Brito de Macedo

Esta Comissão era integrada ainda por dezenove profissionais auxiliares. Vários profissionais arquitetos e engenheiros cooperaram com a Comissão elaborando estudos, planos, projetos e levantamento topográfico.

Período 1955-1959

Comissão da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira"

Francisco Degni – Presidente

Paulo Ribeiro de Arruda – Secretário

Paulo Sawaya

João Soares Veiga

José Maria da Silva Neves

Escritório de Engenharia e Arquitetura

Arquiteto Hélio de Queiroz Duarte – Chefe

Arquiteto Paulo de Camargo e Almeida – Chefe da Seção de Projetos, contratado a partir de julho de 1957.

Engenheiro Savério A. F. Orlandi

Período 1960 -1966

Reitor Professor Antonio Barros de Uihôa Cintra (1960-1963)

Reitor Professor Luiz Antonio da Gama e Silva (1963-1967)

Fundo para Construção da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" – FCCUASO (criado através de decreto estadual em junho de 1960)

Primeiro Diretor do FCCUASO: Arquiteto Paulo de Camargo e Almeida, que permanece nesse cargo até 1966.

Período 1966-1969

Reitor Professor Luís Antonio da Gama e Silva

Diretor Executivo do FCCUASO: Adalberto Mendes dos Santos

Período 1970 a [1979]

Reitor Professor Miguel Reale (nov 1969 – nov 1973)

Reitor Professor Orlando Marques de Paiva (nov 1973 –nov 1977)

Reitor Waldyr Muniz Oliva (1978-1982)

Diretor Executivo do Fundo de Construção da Universidade de São Paulo: Arquiteto Luciano Bernini

ANEXO IV - Edificações na Cidade Universitária da USP no quadriênio 1959-1962

Setor 1 – Químicas

- Conjunto Químicas – área total 44.500m² (obra em duas etapas). Executado: 100% das fundações, 75% da estrutura e 25% do acabamento.

Setor 2 – Tecnológico

- Hidráulica – área total 10.080m² (obra iniciada antes de 1959): complementada a estrutura, até 85%, e metade do acabamento;
- Bloco A (Anfiteatro) do Biênio, Escola Politécnica – área total 1.500m² (só fundações executadas antes de 1959): concluído.
- Blocos B, C e D (Laboratórios) do Biênio, Escola Politécnica – áreas totais respectivamente 5.637m², 1.158m² e 2.332m² (estruturas executadas antes de 1959): concluídos.
- Obras novas totalmente concluídas: Bloco FG do Biênio, 4.471m²; Bloco H do Biênio, 2.369m²; Centro Social, 225m².
- Obras por concluir: Eletricidade, 16.000m², executado 80% da estrutura; Mecânica, 26.762m², executada metade da estrutura; Minas, Geologia e Metalurgia, 15.825m², feitas as fundações.
- Estava pronto o projeto do edifício de Construções Civas, 7.200m².

Setor 3 – Ciências Humanas e Sociais

- Os projetos para os edifícios das Letras, 21.131m²; História e Geografia, 16.000m²; Geologia, 20.227m²; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 17.667m²; Sociologia, 16.000m², e Matemática, 13.020m², estavam prontos, as fundações executadas (à exceção dos prédios das Letras e da Matemática). O prédio da História e Geografia tinha 70% de sua estrutura concluída.

Setor 4 – Eletrotécnica / Oceanográfico

- Na Eletrotécnica até 1959 existia, acabado, o prédio da Alta Tensão, 209,76m². Para o edifício Máquinas 1, com 812m², que em 1959 já tinha a estrutura concluída, foi feito todo o acabamento. O edifício Máquinas 2, com 812m², permaneceu na situação que tinha até 1959: só as fundações estavam executadas. Foi elaborado o projeto para o edifício Geral, com 25.986m².
- Foram elaborados os projetos arquitetônico e estrutural do edifício do Instituto Oceanográfico (convênio), previsto com 8.113m².

Setor 5 – Conjunto esportivo

- O projeto de arquitetura estava pronto e o de estrutura estava parcialmente calculado.

Setor 6 – Centro de Vivência

- Foi feito o acabamento no prédio da Reitoria, 13.613m², que estava com a estrutura executada em 1959.
- O Conjunto Residencial e restaurante, 47.100m², estavam em 1962 com 50% da estrutura e 30% do acabamento prontos, mas deveriam estar concluídos até 30 de março de 1963, a fim de alojar os atletas para os IV Jogos Panamericanos.
- O Centro Social (edifício principal, centro de saúde, hotel, posto de gasolina e marquises), 26.700m² tinha 20% das fundações executado em 1962.

Setor 7 – Biologia

- Neste setor havia três prédios prontos até 1959: Zoologia, Botânica e a caixa d'água. Até 1959 um prédio estava com as fundações prontas, o Anfiteatro da Biologia, 990m² e havia projeto para o Biotério, 1.290m². Esses dois últimos prédios estavam concluídos em 1962.
- Até 1962 foram construídos os seguintes prédios: Laboratório da Botânica, 1.045m², Passagem de nível, 443m², Centro Social, 840m², Casa de Comando e garagem, 360m², Pergolado, 160m², Estufas, 296m², Cabine e Abrigos, 71m².
- Em 1962 estavam prontos os projetos dos edifícios: Cirurgia Experimental, 2.122m², Histologia, 12.393m²,

Fisiologia, 15.232m², Anfiteatro, 4.583m², Anatomia, 7.737m².

Setor 8 – Física

- Neste setor havia os seguintes prédios prontos em 1959: Van der Graff, Betatron e Física Teórica, 6.100m². Até 1959 um prédio estava com a estrutura pronta: o Bloco A, que foi concluído até 1962.
- Até 1962 foram construídos os prédios: Blocos B, C, D e E, com respectivamente 660m², 550m², 750m² e 56m².

Setor 9 – Escola de Polícia (convênio)

- Foi elaborado projeto para o conjunto, com 45.681m² distribuídos em vários blocos e 2.500m² de piscinas externas. Em 1962 havia 32.740 m² com fundações prontas.

Setor 10 – Instituto Butantã (convênio)

- Foram elaborados projetos para cinco prédios, num total de 153.116m².

Setor 11 – Reator

- Em 1959 havia 8.800m² de área edificada e o plano prevê expansão de 21.200m², com total final de 30.000m².

Setores 12 – 13 – 14 – Áreas reservadas.

Setor 15 – Estação Abaixadora de Tensão

- Julgada a concorrência pública, prevê-se término até final de 1963.

Setor 16 – Pedagógico

- Área construída 22.600m², prevendo-se uma expansão de 17.500m², total 40.000m².

Setor 17 – Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

- Área construída 33.000m², prevendo-se uma expansão de 10.000m², total 43.000m².

278

ANEXO V – RELAÇÃO DOS EDIFÍCIOS EM UTILIZAÇÃO NA CIDADE UNIVERSITÁRIA “ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA” EM MARÇO DE 1967

Fonte: F.C.C.U.A.S.O.

Funcionavam na Cidade Universitária da USP no Butantã, em março de 1967:

Edifício do Betatron (F.F.C.L., instalado em 1948) e da Física Experimental (F.F.C.L., instalado em 1956);

Estufas da F.F.C.L. (instaladas de 1957 a 1964);

Dois prédios do Instituto de Eletrotécnica (instalados em 1951/1960);

Reservatório d'água (construído em 1952);

O edifício dos departamentos de Botânica e Genética (instalado em 1958, abrigava em 1967 salas de aula teóricas e laboratórios da F.F.C.L. e da Faculdade de Medicina Veterinária);

O edifício de Microbiologias e Parasitologias (atual Zoologia, instalado em 1958, abrigava em 1967 a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; a Faculdade de Medicina Veterinária; o Instituto de Biologia Marinha e o Instituto de Pré-História);

A Hidráulica e Saneamento (1ª etapa instalada de 1958 a 1960);

Bomba de Césio – F.F.C.L. (instalada em 1959);

- ✓ O Curso Fundamental da Escola Politécnica (instalado de 1960 a 1962);
 - ✓ Administração Geral da Universidade (edifício da Reitoria inaugurado em 1961, e no qual estavam alojados em 1967 além da própria Reitoria, as instalações da Escola de Comunicações e Artes, estúdio da TV Educativa e o Departamento de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras);
 - O Escritório Técnico e Administrativo do Fundo para Construção da Cidade Universitária (instalado em 1961, atual Administração do Instituto de Biociências);
 - Edifício dos Anfiteatros (instalado em 1961, abrigava em 1967 salas de aulas teóricas da F.F.C.L. e da Faculdade de Medicina Veterinária);
 - ✓ Física Teórica (F.F.C.L., instalado em 1961);
 - Serviços de Utilidade Pública – Garagem (F.C.C.U.A.S.O., construída em 1961);
 - Os pavilhões no Setor Tecnológico para Oficinas, Almoxarifado, Depósito de Inflamáveis do Fundo para Construção da Cidade Universitária (os primeiros instalados em 1961 e o Dep. de Inflamáveis em novembro de 1966), IBECC (1961), Laboratório provisório de Depto de Mecânica da Escola Politécnica (1961) e instalações provisórias da Faculdade de Odontologia em três pavilhões;
 - Conjunto Residencial – 6 blocos de habitação estudantil, Restaurante e Centro Social (entregues em 1963); o bloco "G" estava em fase de acabamento e restavam ainda quatro blocos na estrutura;
 - Laboratório de Estudos da Ionosfera (F.F.C.L., instalado em 1963);
 - Laboratórios de Botânica da F.F.C.L. (instalados em 1964);
 - ✓ Gerador van der Graaff (Física - F.F.C.L, instalado em 1964);
 - ✓ O edifício da Mecânica, Produção e Engenharia Naval (1ª etapa blocos "A" e "E", instalado em março de 1965);
 - ✓ A Eletricidade e Eletrônica (instalada em março de 1965);
 - ✓ As Químicas Básicas e Tecnológicas (conjunto inaugurado em janeiro de 1966);
 - ✓ O prédio dos Deptos de História e Geografia da F.F.C.L. (inaugurado em abril de 1966, abrigava também o Instituto de Geografia, o Instituto de Estudos Brasileiros, o Museu de Arte e Arqueologia);
 - ✓ A Metalurgia (entregue em fevereiro de 1967);
 - ✓ Piscina e conjunto de vestiários e sanitários, campo de futebol e quadras esportivas (instalações esportivas provisórias que ladeavam o CRUSP);
 - Residências de funcionários do Fundo para Construção e da USP, em aproximadamente 75 casas de alvenaria e 61 em casas em mau estado de conservação (alojamento provisório) na Cidade Universitária;
 - Biotério provisório da Faculdade de Medicina Veterinária (obra concluída em parte).
 - Instituto Butantã – Residências de funcionários;
 - Instituto Butantã – Anfiteatro e Museu;
 - 16º Batalhão Policial da Força Pública do Estado de São Paulo;
 - ✓ Instituto de Energia Atômica – Reator e Laboratórios (instalados em 1956);
 - ✓ Instituto de Energia Atômica – Metalurgia Nuclear (inaugurada em setembro de 1965);
 - Instituto de Energia Atômica – Engenharia Química;
 - Centro Regional de Pesquisas Educacionais (Ministério de Educação e Cultura e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras).
- Notas:
 Havia outros edifícios do Instituto Butantã, além dos relacionados.
 O prédio do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação, estava em obras de reforço das

fundações, sob fiscalização do Fundo para Construção da Cidade Universitária, devido a um problema de recalque.

ANEXO VI – RELAÇÃO DOS EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES ESPORTIVAS EXECUTADOS NO PERÍODO DE NOVEMBRO DE 1969 A NOVEMBRO DE 1973 NA CIDADE UNIVERSITÁRIA DA CAPITAL
Fontes: REALE, 1973, pp. 42 a 44.

Instituto Oceanográfico
Instituto de Física – Pelletron
Instituto de Física – Centro de Vivência
Instituto de Física – Laboratório Didático
Instituto de Física – Anfiteatro do Laboratório Didático
Instituto de Física – Laboratório Auxiliar do Acelerador Linear
Instituto de Ciências Biomédicas – edifício I
Almoxarifado e Biotério das Químicas
Escola de Comunicações e Artes
Faculdade de Economia e Administração
CEPEUSP – Garagem de Barcos
CEPEUSP – Quadras de Tênis
CEPEUSP – Quadras de Basquete
CEPEUSP – Raia Olímpica
CEPEUSP – Pista de Atletismo
CEPEUSP – Vestiários e Portaria
Escola Politécnica – Engenharia Hidráulica 2ª. etapa
Escola Politécnica – Engenharia Civil
Escola Politécnica – Laboratório de Mecânica 1ª. etapa
Unidades para Cursos Básicos (Colméias)
Reitoria – Órgãos Centrais
Reitoria – Órgãos Centrais da Reitoria
Reitoria – Anfiteatro de Convenções
Reitoria – Centro de Vivência
Centro de Informações
Subestação Elétrica
Centro Telefônico P.A.B.X.
Torre Universitária

Além destas obras, foram reformados os blocos "B" e "C" do CRUSP para instalação de cursos básicos da F.F.L.C.H. e foi elaborado o projeto da Escola de Educação Física.

ANEXO VII – RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES ESPORTIVAS EXECUTADOS NA CIDADE UNIVERSITÁRIA DA CAPITAL NO TRIÊNIO DE 1975 a 1977¹
Fonte: FUNDUSP

¹ Além das obras supramencionadas na Cidade Universitária, foram executadas também as seguintes: Velório (Faculdade de Medicina, São Paulo, 1975); Estação de Tratamento de Água - 1ª. etapa (ESALQ, Piracicaba, 1975); Edifício dos Serviços Auxiliares; e Biotério (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, 1975); Usina de Laticínios (CIZIP, Pirassununga, 1975); edifício Pós-Graduação – estrutura dos blocos A,B,C (Faculdade de Odontologia, Bauru, 1975); Refeitório e Biblioteca (Cebimar, São Sebastião, 1975); Aviário; Reforma da Fábrica de Rações; Curral de Nelore; Reforma do Edifício de Laticínios (CIZIP, Pirassununga, 1976); Serraria; Zoologia (ESALQ, Piracicaba, 1976); Ginásio de Esportes – fundações e estrutura (Faculdade de Odontologia, Bauru, 1976); Quadras do Setor Esportivo (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, 1976); Faculdade de Farmácia e Odontologia (Ribeirão Preto, 1976); Instituto de Física e Química de São Carlos-1ª. etapa (1977); Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos- estrutura (1977); Grupo Civil de São Carlos – acabamentos (1977); Ciências Médicas e Laboratório de Unidades Intermediárias – estrutura; Restaurante do campus; Quadras

1975

1. Instituto de Geociências- 1ª. etapa
2. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – 1ª. etapa;
3. Centro de Práticas Esportivas – Estação de Tratamento de Água na Raia Olímpica;
4. Centro de Práticas Esportivas – Tanque de Saltos;

1976

1. Centro de Práticas Esportivas – Estádio Olímpico – 1ª. etapa – módulos M09 a M15;
2. Centro de Práticas Esportivas – Estádio Olímpico – 2ª. etapa – módulos M16 a M19;
3. Centro de Práticas Esportivas – Estádio Olímpico – 3ª. etapa – módulos M20 e M21;
4. Centro de Práticas Esportivas – Estádio Poliesportivo (Velódromo);
5. Centro de Práticas Esportivas – Quadras Cobertas;
6. Instituto de Matemática e Estatística – Estrutura do Bloco "B";
7. Instituto de Física – Edifício Principal – 1ª. etapa;
8. Instituto de Eletrotécnica – Pavilhão de Fotometria – estrutura;
9. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia - Garagem;
10. Hospital Universitário –fundações e estrutura;
11. Edifício do Semi-Industrial – 1ª. etapa;
12. Escola de Comunicações e Artes – blocos "A", "B", "C" - fundações e estrutura;
13. Bloco "G" do antigo Conjunto Residencial - reforço da estrutura;
14. Instituto de Química – Centro de Convivência;

1977

1. Centro de Práticas Esportivas – Estádio Olímpico – 4ª. etapa – módulos M22 e M23;
2. Centro de Práticas Esportivas – Estádio Olímpico – 5ª. etapa – módulos M24 e M25;
3. Centro de Práticas Esportivas – Estádio Olímpico – 6ª. etapa – módulos M01 a M04;
4. Centro de Práticas Esportivas – Estádio Olímpico – 7ª. etapa – módulos M05 a M08;
5. Centro de Práticas Esportivas – Estádio Olímpico – 8ª. etapa – módulos C,D,E,F,G, e H;
6. Centro de Práticas Esportivas – Estádio Olímpico – Vestiários e Sanitários;
7. Instituto de Física – Edifício Principal – acabamentos gerais;
8. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia – 1ª etapa;
9. Faculdade de Odontologia – 1ª. etapa – estrutura;
10. Escola de Comunicações e Artes – blocos "A", "B", "C" - acabamentos;
11. Instituto de Geociências – 2ª. etapa;
12. Escola Politécnica- Departamento de Engenharia Mecânica – Anfiteatro;
13. Hospital Universitário – Unidade de Ensino e Pesquisa;
13. Centro de Práticas Esportivas – Piscinas Múltiplas, Casa de Máquinas e Vestiário;
14. Biomédicas II – Edifício de Pesquisa – pavimento térreo;
15. Centro de Práticas Esportivas – Quadras abertas – acabamentos;
16. Escola de Educação Física – Bloco "C" – complementação da estrutura do trecho II;
17. Coordenadoria da Saúde e Assistência Social – Restaurante (Reforma);
18. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – 2ª etapa;
19. Centro de Convivência Setorial do Conjunto das Químicas.

ANEXO VIII – A PROPOSTA DE COORDENAÇÃO MODULAR E SISTEMA CONSTRUTIVO DA UFMG²

Em 1968 a Reforma Universitária impôs profunda alteração à organização interna da UFMG. O Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Minas Gerais, aprovado pelo Decreto Lei nº 62.317, de 28 de fevereiro de 1968, organizou a Universidade em dois grandes sistemas de ensino: o sistema básico e o sistema profissional, e desmembrou, agrupou e criou unidades³ (UFMG, 1970).

Desta reforma resultou o desdobramento da antiga Faculdade de Filosofia em várias faculdades e institutos. Surgiram, assim, a atual Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, o Instituto de Ciências Biológicas, o Instituto de Ciências Exatas e seus respectivos ciclos básicos, o Instituto de Geociências e as faculdades de Letras e de Educação⁴ (site da UFMG, 2002).

Como em outras universidades brasileiras, apesar das vagas de graduação na UFMG terem crescido entre 1960 e 1970, a relação de inscritos crescia ainda mais. Em 1960 havia 1.340 vagas e 3.546 inscritos (relação de 2,6 inscritos por vaga) e em 1970 o número de vagas era 2.721 e o de inscritos 9.571 (3,5 inscritos/vaga) (UFMG, 1970).

Em fevereiro de 1969, após a aprovação do Plano Diretor do Campus da Universidade de Minas Gerais pelo seu Conselho Universitário, foi iniciado um processo de pesquisa de uma coordenação modular e de um sistema construtivo para o espaço universitário. Foi uma experiência semelhante à de construção modular da Universidade de São Paulo na década de 70.

Em 1970 havia no campus da Pampulha da UFMG oito edifícios construídos, totalizando 40.377m² e estavam em construção treze edifícios, totalizando 103.168m²; notam-se na planta do campus os prédios em sistema construtivo modular, pois apresentam trechos em cruz, com pátios centrais, como é o caso do Instituto de Ciências Biológicas.

Esta experiência construtiva foi explanada em uma publicação da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento (DIPLAN) da Universidade Federal de Minas Gerais e do Núcleo de Assistência Técnica (NAT-02) do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura (MEC. DAU), de autoria do arquiteto Sebastião de Oliveira Lopes, técnico da DIPLAN / UFMG e do NAT-02, sem indicação de data, mas de 1974 ou um pouco mais, pois tabela de custos incluída na publicação traz esta data.

Na bibliografia desta publicação constam os sistemas construtivos de diversas universidades: Zurich – Suíça; St.

² Em 1927 foi fundada a Universidade de Minas Gerais (UMG), instituição privada subsidiada pelo Estado, a partir da união das quatro escolas de nível superior então existentes em Belo Horizonte: a Faculdade de Direito (criada em 1892 em Ouro Preto e transferida para Belo Horizonte com a mudança da capital em 1898), a Escola Livre de Odontologia (1907), a Faculdade de Medicina (1911) e a Escola de Engenharia (1911). Havia também o curso de Farmácia (1911), anexo à Escola Livre de Odontologia. A UMG permaneceu na esfera estadual até 1949, quando foi federalizada. Ainda na década de 40 foi incorporada ao patrimônio da Universidade uma extensa área na região da Pampulha para a construção da Cidade Universitária.² Os primeiros prédios construídos foram o do Instituto de Mecânica (atual Colégio Técnico) e o da Reitoria, mas o campus só começou a ser efetivamente ocupado nos anos 60², com a construção dos edifícios que hoje abrigam a maioria das unidades acadêmicas. O nome atual – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) só foi adotado em 1965. À época da federalização já estavam integradas à UFMG a Escola de Arquitetura (1944) e as faculdades de Filosofia (1948) e de Ciências Econômicas (1948). Depois a Universidade incorporou e criou novas unidades e cursos. (site da UFMG, 2002). Atualmente a UFMG tem dois campi em Belo Horizonte: o campus Pampulha e o campus Saúde. No campus Pampulha estão as escolas de Belas Artes, Ciência da Informação (antiga Biblioteconomia), Educação Física, Música, Veterinária, as faculdades de Educação, Filosofia e Ciências Humanas, Letras, e Odontologia, o Instituto de Ciências Biológicas, o Instituto de Ciências Exatas e o Instituto de Geociências. O campus Saúde, no centro de Belo Horizonte, abriga a Faculdade de Medicina, a Escola de Enfermagem e o Hospital das Clínicas. Fora dos campi Pampulha e Saúde estão as escolas de Arquitetura e de Engenharia e as faculdades de Direito, de Farmácia e de Ciências Econômicas. (site da UFMG, 2002).

³ O Sistema Básico era constituído pela Escola de Belas Artes, pelos Institutos de Ciências Biológicas, Ciências Exatas, e Geociências, pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e pela Faculdade de Letras. O Sistema Profissional era integrado pelas escolas de Arquitetura, Biblioteconomia, Educação Física, Enfermagem, Engenharia, e Veterinária e pelas faculdades de Ciências Econômicas, Direito, Educação, Farmácia e Bioquímica, Medicina, e Odontologia, além do Conservatório de Música e do Instituto de Pesquisas Radioativas. (UFMG, 1970).

⁴ Esta nova estrutura adotada na UFMG era semelhante à da USP (Capital) por esta mesma época, tendo a mesma origem, a Reforma Universitária.

John - College Ville - Minnesota, EUA; Marburg - Alemanha; Odense - Dinamarca; Bath, East Anglia, Loughborough, Sussex - Inglaterra.

Das análises dos projetos já construídos no campus extraíram-se os seguintes dados para informar a coordenação modular: a adoção da malha ortogonal devido às facilidades construtivas que ela apresenta, e a necessidade de se ter uma família de múltiplos e sub-múltiplos, podendo ser usados num mesmo projeto.

Outros aspectos que caracterizariam a coordenação modular: a capacidade de acoplamento dos módulos quer na horizontal, quer na vertical; a posição dos pilares nos vértices dos módulos; a necessidade de orientar o crescimento futuro e a necessidade de dar flexibilidade às instalações nas lajes de térreo.

O sistema construtivo modular da UFMG seria utilizado nos prédios das áreas de Ciências Exatas (Ciclo Básico), Ciências Sociais e Ciências Humanas, perfazendo um total de 90.000 m² de área construída e englobando os departamentos de Física, Matemática, Computação e Estatística, História, Filosofia, Psicologia, Ciências Sociais, e Ciências Políticas, o Centro de Computação e as faculdades de Direito, Educação, Ciências Econômicas, e Letras.

A coordenação modular utilizada na UFMG teria como base o módulo mínimo de 90 centímetros e três módulos estruturais derivados do mesmo: 9,9 metros x 9,9 metros (11 x 11 vezes o módulo mínimo; provavelmente o de maior uso, por isso denominado módulo base); 9,9 m x 4,5 m e 4,5 x 4,5 m.

A análise da coordenação modular de outras universidades feita pela UFMG levou à conclusão que existia uma grande diferença na abordagem em países com uma indústria de construção civil já avançada e em países com sua indústria em desenvolvimento. A mão de obra sendo de baixo custo em comparação com a dos países desenvolvidos, o mercado de construção se acomoda e utiliza cada vez mais os processos artesanais tradicionais.

Outra conclusão foi que ao assumir a criação de uma coordenação modular a Universidade começa a interferir no processo da indústria da construção civil, enquanto questiona o que existe e propõe soluções novas e possíveis de serem assimiladas e apropriadas pelo mercado local.

A proposta de coordenação modular da UFMG era composta de três malhas acopladas: estrutura, vedações e instalações. Com a finalidade de controlar o crescimento horizontal externo ao prédio e a disposição de obras complementares tais como galerias de águas pluviais, lança-se a malha de estrutura (pilares) e a malha de instalações (canaletas) no terreno a ser planejado. Assim, ficam garantidos o desenvolvimento inicial do projeto e a sua capacidade de crescimento futuro (previsto e imprevisto).

O que a UFMG observou é que quanto maior o grau de flexibilidade de uma obra, maior era o custo inicial; porém quanto menor a flexibilidade, maior o custo de reformas e adaptações futuras. Deveria ser encontrado o grau ótimo entre a curva de custos iniciais e a curva de custos de reformas.

Num edifício o grau de flexibilidade da estrutura é baixo, das vedações é médio e das instalações é alto. "Tais graus querem explicitar que as instalações (elétricas, hidráulicas, etc.) necessitam ter grande capacidade de reformas e adaptações; que as vedações (alvenarias, forros, esquadrias, etc.) necessitam ter capacidade média de reformas e adaptações; e que a estrutura (pilares, vigas, escadas, etc.) necessita ter somente a flexibilidade de acoplamento com outros módulos, não necessitando ter, portanto, nenhuma capacidade de reformas. (Estas conclusões são conseqüências de uma análise percentual de custo para cada item)" (LOPES, 197[?], p. 49).

Para a estrutura da construção modular foi selecionado o material concreto armado, com execução em processo tradicional de concretagem "in loco", devido aos seus custos satisfatórios no mercado local de construção (o uso de estrutura metálica se mostrou inviável devido ao seu alto custo).

A pré-fabricação foi descartada devido ao índice percentual do custo inicial de uma usinagem sobre o valor total da obra ter-se apresentado muito alto frente ao montante das inversões em obras da UFMG. O retorno do investimento, conseqüência normal do uso da pré-fabricação, seria em longo prazo, exigindo altos custos iniciais.

O alto grau de flexibilidade construtiva desejado para o modelo definiu em quatro o limite máximo de pavimentos. Deveriam ser definidos previamente quais os pilares (e fundações) que receberiam crescimento vertical e

horizontal, pois seriam calculados também para receber esta carga futura. Tal fato onera o custo inicial da obra e como estratégia para redução de custos deveria ser previsto crescimento somente onde o projeto admitir e o terreno oferecer condições.

ANEXO IX – ENTREVISTAS

Entrevista com o arquiteto Alberto Alves de Farias, Diretor do Centro de Planejamento da Universidade de Brasília em 03 de Outubro de 2003

Nota: estava presente o arquiteto Cláudio Oliveira Arantes, também do CEPLAN - UnB, que complementou algumas das respostas da entrevista.

Questões enviadas antes da entrevista:

O modelo pedagógico da UnB foi implantado, isto é, foram criados cursos básicos comuns que todos os alunos freqüentariam nos dois anos iniciais de estudo? Em caso afirmativo, até quando esta situação perdurou e onde estavam instalados?

Como é a situação atual: há algum nível de integração universitária, isto é, existem cursos ministrados a alunos de diferentes faculdades? Em caso afirmativo, citar exemplos.

Como o espaço do edifício Instituto Central de Ciências, o popularmente conhecido "Minhocão", é usado atualmente? Houve alguma alteração no uso deste edifício desde que foi construído?

Há fotos registrando a construção e a utilização do ICC? Se o sistema era pré-fabricado, porque demorou quase uma década a sua construção? Foi sendo executado na medida da ampliação das matrículas?

(Estou aqui com o Arquiteto Alberto Alves de Farias, Diretor do Centro de Planejamento da Universidade – CEPLAN-UnB, que tem o nome de "Centro de Planejamento Oscar Niemeyer")

AF - Então, essa primeira pergunta... Você já conversou com o pessoal ou não, alguma coisa sobre o modelo pedagógico?

(Não, não, esse eu tenho de leituras, de livros do Anísio Teixeira e do Darcy Ribeiro também... mas quem poderia me auxiliar nessa parte acadêmica? Porque me indicaram o professor Coutinho, pelo testemunho dele, por estar a muitos anos...)

AF – É, o Coutinho tem uma vivência grande com relação... Ele pode falar mais a respeito disso aqui.

(Certo, do modelo acadêmico)

AF - Do modelo pedagógico da UnB como um todo, ou só da Faculdade de Arquitetura?

(Como um todo; eu peguei como exemplo a Faculdade de Arquitetura pela afinidade)

AF – Na realidade eu acho que valeria a pena você conversar mais com o professor Coutinho; essa [outra] pergunta aqui eu posso te passar algumas informações.

Se der tempo de ver algum material, documentação antiga, e você tiver tempo de ir à Biblioteca [Central], talvez você localize o Plano Diretor inicial, Institucional... Eu tinha um exemplar disso aqui, mas não sei onde foi parar. Cláudio, você achou aquele livro que tinha o plano diretor do Adilson [Macedo]?

CA - Eu tenho uma cópia aqui [trecho não distinguível].

AF - Mas ele não tem aquela visão inicial de Universidade, não é? Tem o outro [trecho não distinguível]. O plano original. É capaz de você achar; um dia houve uma divisão: Instituto Central de Artes, Instituto Central de Ciências. Esses dois Institutos, eles congregavam vários cursos e havia previsão de algumas Faculdades, mas aí, eu acho melhor você consultar uma fonte correta... Para não ter muita...

(Tem algum autor do plano original? Como é que se chama o plano original?)

CA - Ele é institucional, não tem como [trecho não distinguível].

AF - Eu acho que é Plano UnB, Plano Diretor. E lá no Cadastro pode ser que ache. Item dois, aqui: *Como é a situação atual do nível da integração Universitária? Existem cursos ministrados a alunos de diferentes faculdades? Em caso afirmativo citar exemplos.* Eu acredito que exista algum nível de integração, mas essa questão de cursos ministrados a alunos de diferentes Faculdades, vem diminuindo e muito. Quando eu fiz aqui, a mais de 20 anos atrás...

(Você fez Arquitetura, aqui)

Fiz Arquitetura aqui...

(E como é que era?)

A gente fazia Desenho Técnico na Faculdade de Tecnologia, a gente fazia Estrutura no Departamento de Engenharia... Depois foi virando assim... Cada Faculdade tende aqui a criar a sua área e chamar profissionais por aí. Então, você tem hoje Estrutura I e II, por exemplo, que é dada na Faculdade de Arquitetura, mesmo você tendo um curso de estrutura na Faculdade de Tecnologia. Então hoje o que existe é muito mais uma visão mais corporativa de cada área do que propriamente uma integração.

(E qual foi os anos da sua formação, aqui?)

AF - De 77 a 81.

(Então até 81 seguramente ainda havia esse sistema?)

Havia, a gente saía da Faculdade para fazer curso em outros departamentos. Quando você fez, ainda era mais... não é, Cláudio, porque era o Instituto Central.

CA - E inclusive quando comecei o ensino básico eram dois anos, depois passou a ser um ano só.

(Então na sua época ainda tinha o ciclo básico. E qual foi seu período escolar aqui?)

CA - Foi de 68 a 73.

(Até 73, tinha os ciclos básicos [ao menos até 1969])

AF - Existiam os Institutos Centrais, depois trocaram os nomes. Aí, realmente você deve pegar como foi diluindo. E hoje é bem... muito menos.

CA - É, houve um regresso, hoje a Faculdade de Arquitetura faz exame específico no Vestibular, como se alguém tivesse que ser Arquiteto para entrar na escola de Arquitetura...

AF - E não é só Arquitetura, Música também faz e a tendência é você ter esses exames específicos, mas é muito menos na direção da integração, do que na direção oposta. Ao meu ver hoje há até uma resistência, assim... não me lembro de nenhum caso recente, não. Você acha que tem Cláudio? Disciplina que é ministrada por outra Faculdade?

CA - O básico ainda é feito; básico de Química no Instituto de Química.

AF - O básico, mas [se] você fala assim Computação, cada unidade na Universidade tem uma visão de computação.

CA - É que hoje está tão disseminado.

AF - Não, eu sei, mas cada um tem seu laboratório de computação. E não é gerido pelo curso de Ciências da Computação.

CA - Sabe o Geoprocessamento hoje, todos mexem com Geoprocessamento; [tem na] Geologia, tem na Geografia, tem na...

AF - Não, mas eu estou falando do básico. Você não vai aprender Word hoje no geral, você aprende [em cada] na Faculdade.

CA - Você tem um Laboratório de Informática que dá aula para todo mundo.

AF - Mesmo a biblioteca que é central, a tendência é cada um querer criar uma biblioteca setorial. A própria FAU criou o CEDIART e é exatamente nessa direção, a gente deu um cantinho, deu um...

(E as outras Faculdades estão tendo também bibliotecas setoriais?)

AF - Fazem a mesma força. Elas sempre tentam.

CA - Não formalmente. Através de convênios na parte de periódicos, o pessoal já tem suas coleções particulares.

AF - Então você tem, por exemplo, a Medicina Tropical não desceu a biblioteca dela para a Biblioteca Central, está lá. Então, a tendência não é na direção da integração.

(E isso reflete de alguma forma aqui no planejamento do campus?)

AF - O que reflete aqui no planejamento do campus, na realidade é uma ausência de Planejamento Institucional, a gente não tem Planejamento Institucional nesse sentido, assim de você... se você perguntar assim: Qual é a direção da Universidade? Não sabemos, em termos Acadêmicos. Aqui se cria curso assim: na medida em que o reitor acha interessante, cria e você corre atrás. O professor Todorov criou um curso de Veterinária que ainda hoje corre atrás de espaço. Foi improvisada a primeira área dele dentro do antigo biotério, que foi desativado. Esse biotério foi ampliado e reformado, está consolidando um uso fora do que seria a área acadêmica, porque a Faculdade está indo para lá, e o próprio curso não tem instalação adequada. Então, há uma ... pelo menos o que a gente resente mais aqui é essa ausência de Planejamento Institucional. E o Planejamento Físico, ele até dá mais suporte a essas ações e a gente tenta pelo menos evitar algumas impropriedades desse tipo, [mas] nem sempre... quando você vê já foi, e aí você tem que lidar com uma questão mais cultural... Mas eu acho que há mais uma ausência.

Há um esforço hoje em função de que o MEC estabeleceu para que a gente obtenha recursos você tem que ter um Plano de Desenvolvimento Institucional, está se recuperando essa idéia e já foi aprovado um primeiro documento chamado PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), que passa a ser a partir de agora até 2006 a estrutura que organiza as ações dentro da Universidade. Então, ali, estão previstas algumas ações no plano físico, que a gente imagina que não devam ser mexidas. Mas, isso culturalmente não é aceito assim como eu estou falando. Se um diretor de Faculdade assumir e achar que precisa criar um anexo para fazer não sei o quê, de não sei o quê, isso tem força para criar um fato, de criar um outro setor aqui dentro.

Então, essa integração universitária, essa coisa eu acho que não há muito não. Eu acho que tem muito mais gente, tem muito mais carência de planejar; por exemplo, a gente tinha um trabalho aqui, um esforço para fazer um acompanhamento da questão das salas de aula, mas a cada período que você organiza a distribuição das disciplinas nos espaços que existem, um conjunto de salas de aula é suprimido para dar lugar a espaço administrativo. Então, você tem uma eterna demanda por espaço e uma eterna carência por espaço, que na realidade ela não é, vamos dizer assim, ela é alterada o tempo inteiro [à margem] da sua decisão. Então, alguém sobe a rampa [refere-se ao local de decisão], chegou o dinheiro, chegou máquina, chegou não sei o quê, não tem onde instalar; o que é mais fácil de sumir? Sala de aula. Então, some, joga para frente e aí, existem esses dois pavilhões que foram criados exclusivamente para salas de aula.

(Na ponta de lá, [perto da] da ala Norte [do ICC]?)

AF - Isso, da ala Norte. [De autoria] Do Cláudio Queiroz. Então, são dois edifícios assim, exclusivamente para sala de aula.

(Então tem havido uma grande renovação dos espaços do "Minhocão")

AF - Bastante, bastante. O ICC é um edifício assim: a cada momento tem uma ocupação. Quando o professor Cristovam [Buarque] assumiu, que foi em 86, ele ainda estava talvez uns 40 por cento sem nada embaixo, sem nada mesmo, tinha lugar vazio, era só terra e as fundações... Então, da época dele para cá, isso veio sendo ocupado, consumido, reocupado, reformado, o tempo inteiro e tem coisas lá que já estão assim, transbordando... aquelas áreas de serviço, não sei se você

passou nas entradas. Ali no *hall* de entrada, você viu que tem um monte de lanchonetezinhas e coisinhas?... esses espaços foram primeiro transformados em salas de aula e eles foram levados para lá, depois esses aqui foram transformados em espaços administrativos, então a dinâmica de ocupação dele é muito grande.

(Mas em 86, essa data que você citou, a parte de baixo ainda estava relativamente vazia)

AF - Muitas daquelas áreas centrais eram...

(A parte de baixo que a gente está falando é o subsolo...)

AF - É o subsolo... O próprio subsolo, ele não é uma coisa intencional do projeto, para você fazer escavação, para você colocar aquele sistema rotativo, aquela [trecho não distinguível], fez com que fosse necessário um grande aterro. A fundação surgiu aquele espaço. Elas não são estacas. São uma grande sapata corrida e para cavar aquilo e fazer cortina e conter a terra,

(E não era assim no projeto original?)

AF - Não existia subsolo no projeto original.

(Mas já tinha rua de serviço, não tinha?)

AF - Mas era... era uma... ela surgiu depois também. Não no projeto nos primeiros esboços, a gente achou vários desenhos indicando assim n alternativas para aquilo ali, porque foi realmente um espaço que sobrou, o pessoal ia encher de terra depois viu que era muita área e aí, aquilo veio sendo ocupado. Existe um projeto do Oscar de fazer tipo um alojamento. Então de 86 para cá é que começa o grande esforço de ocupação do ICC, antes disso havia alguns estudos feitos pela equipe do Adilson que trabalhou aqui no CEPLAN⁵, Adilson [Costa] Macedo, que ele fez uma reordenação do ICC, uma previsão de ocupação, criou algumas diretrizes, deixou algumas..., mas havia ainda também muito espaço para ser ocupado... a Universidade era muito grande. Essas diretrizes, elas se sustentaram mais ou menos até onde deu, depois...

(Mas houve um crescimento muito grande no número de matrículas, você poderia me explicar, se houve?)

Houve, hoje a universidade tem mais ou menos 18 mil alunos, naquela época tinha... Pega esse volume, esse anuário estatístico aqui... Em 97 eram 15 mil alunos de graduação, hoje são 20 mil. No tempo em que o número de docentes se mantém e o de técnicos diminui, então são crescimentos.

(Relativo ao ICC, tem algum documento desses estudos de transformação, ou mesmo da construção?)

AF - Não... Tem esse plano do Adilson que eu acho que era de 77⁶, alguma coisa assim; em 88 foi feita uma revisão desse plano pelo professor Cláudio Queiroz; ele fez uma proposta de conclusão do ICC, onde, além de ocupar o espaço que existia livre, se começou a fechar um trecho do mezanino. Você viu que já na FAU tem um mezanino? Aquele mezanino na ponta Sul está fechado, porque ele...

(Tem uma parte com o pé direito duplo. Isso...)

AF - Essa parte no trecho sul foi fechada, a gente colocou para ocupar isso aqui também, porque [o pé direito duplo] gerava um problema, gera um problema de falta de área também. Então, de 88 para cá vêm sendo ocupadas essas áreas, vem sendo remanejado, criando salas e ocupando tudo isso.

(E aí, você soma um projeto que foi feito pelo professor [Queiroz] de ocupação daquela área de pé direito duplo, fazendo dois pavimentos ali)

AF - Isso. Aquilo ali dá um problema de acústica, dá problema de... dá sempre problema.

(A situação anterior, não a posterior que dividiu?)

⁵ Na época o órgão de Planejamento Físico da UnB era o Laboratório Experimental de Arquitetura e Urbanismo - LEAU.

⁶ O Plano em referência foi elaborado em 1975.

AF - É...

(Foi por isso que o professor Gabriel [Dorfman, atual Diretor da FAU-UnB] falou que embora eles tentem preservar aquela área como inclusive um documento de como que era e tudo mais, eles penam um pouco com essa história da acústica.)

AF - É, ali na FAU tem um negócio engraçado, por exemplo, ali já teve um projeto de criação de salas de professores que privatizava aquele espaço onde é o CEDIART, você andou onde é o CEDIART? Aquele espaço, ele é meio público. Ali tem licitada e impediram e não deixaram ocupar aquilo ali.

(Privatizar no sentido de cada...).

AF - De cada um ter sua sala de professores... privatizar nesse sentido... então é uma... A ocupação do ICC ocorre muito nessa condição de tentar resolver problemas emergenciais, nunca foi feita assim uma ação global, integrada, os remanejamentos são muito complicados, muito difíceis... Então ele atualmente tem um uso muito diversificado. Você tem lá Institutos, você tem lá Faculdades, você tem Centros Acadêmicos, tem pequeno comércio, que ocorre ali dentro... você tem setores administrativos, meramente administrativos, que existem ali.

(Mas do próprio ICC... de administração do ICC... ou administração geral da Universidade?)

AF - Administração geral da UnB, alguns programas são ligados à vice-Reitoria, como o programa de acessibilidade; esse órgão funciona no ICC e não tem nada haver com o ICC. Um pedaço do decanato de assuntos comunitários funciona lá também; todas as secretarias têm um trecho que é da Diretoria Acadêmica que a gente chama de D.A., funciona lá também. Então, ele é um edifício assim... Ele tem essa ocupação em 94, daqui para cá ele veio com essa coisa de ocupação, até 93 ou 94 não existia curso noturno e nessa época passou a ser implantado o curso noturno e então o ICC teve que ser programado para funcionar à noite. Porque ele não tinha estrutura para funcionar à noite. Então, o curso noturno também trouxe outras condições de necessidades para o edifício. Como ele se estrutura dentro do campus de uma forma muito marcante, e ele é eixo de passagem, surgiram também por essa época as questões ligadas à segurança e começaram a ter uma preponderância grande aqui. Você tinha festas realizadas dentro do ICC que praticamente destruíam tudo que tinha lá, ocorria uma série de furtos de vídeo cassete, computador, essa coisa toda. Passou a ser discutido o fechamento do ICC, isso também provocou uma reação da comunidade, grande.

(Imagino [que sejam] essas portas aqui)

AF - Na realidade aquele projeto... Já havia outros projetos... Aquele projeto, ele foi o que acirrou mais, porque os projetos anteriores, eles fechavam o ICC nesse sentido aqui [longitudinal] e deixavam essa passagem livre e aquele projeto lá quis fechar assim [sentido transversal]. Então você ia ter que fazer uma grande volta pra chegar aqui e na realidade isso foi o que acirrou muito mais essa reação contrária. De qualquer forma ele continua com problemas de segurança, porque você não tem hoje condições de dar a menor...

(Esses problemas de segurança, eles são diurnos ou apenas noturnos?)

AF - Olha, não dá para saber muito não, porque...

(Está certo, mas a festa é sempre no período noturno)

AF - A festa... Depois de se esgotarem todas as possibilidades, a Universidade construiu um centro comunitário, que é um trecho lá em baixo, que é uma lona. Não sei se você chegou a ir lá, que é para onde foram transferidas as festas, formaturas e tal. Então, hoje festa no ICC... Já tem um ato do Reitor que proíbe... já tinham outros atos que proibiam, mas como não havia uma penalidade, também não... Mas hoje já tem um local, se alguém quiser fazer festa já vai para lá.

(Mas me parece que uma parte dos problemas de espaço no ICC é porque ele está servindo como uma espécie de extensão da Reitoria, não é isso? Ocupações que parecem mais ligadas aos órgãos Centrais Administrativos, que foram se instalando também no ICC)

AF - Em parte. Uma outra parte é devida mesmo a uma ocupação não planejada, quer dizer a ocupação dele nunca foi planejada. A construção dele é... Ela se iniciou mais ou menos em 63 e ela foi até 75, não é, Cláudio? 73 o ICC... até 73

ainda estava meio que colocando coisas nele, não estava? Ele levou mais de uma década para ser concluído. Então a primeira...

(Ele foi feito do sul para norte?)

AF - É, do sul para o norte. O primeiro trecho sul quando acabou, entrou o pessoal da Biologia, da Medicina, toda a área da Química...
Fora Educação e Arte, todo mundo um dia já veio seguindo e até hoje metade dos Institutos, das Faculdades, metade dos Departamentos e metade dos alunos ainda assistem aulas nos Institutos.
É o grande lugar de sala de aula. Então, por exemplo, essa ocupação aqui, laboratórios ocuparam isso aqui de forma muito intensa e pesada, quer dizer, para você tirar um laboratório de lugar é complicado.

(É complicado; mas isso é no térreo ou no subsolo?)

AF - No térreo. Primeiro no térreo, depois na sobreloja e por último no subsolo. Então, hoje...

(Ainda contêm laboratórios nos três níveis?)

Tem, tem laboratórios nos três níveis, tem laboratório que você não dá conta de tirar, porque demanda negociar com esse, com aquele, com aquele outro, para poder fazer. Então essa ocupação ela vem do Sul para o Norte e à medida que vai sendo completado [o edifício], o povo vai entrando, e como ela não pode ser planejada não se exploraram as potencialidades do edifício porque esse pé direito duplo não é ruim para determinadas áreas, mas não é bom para outras. Então, não foi possível trabalhar com a ocupação dele no sentido transversal. Que cada departamento tivesse variadas possibilidades. Já teve casos aonde a gente precisou... Do mesmo jeito que já teve caso que a gente fechou o pé direito duplo, teve casos que a gente tirou viga de onde tinha, para poder botar uma máquina no departamento. Então, tendo espaço no pé direito duplo a gente faz uma obra para... Outra parte dele que sofreu uma alteração importante ainda é a questão dos auditórios. Mas ele foi projetado, ele foi pensado para auditórios... Grandes turmas... o auditório tem em média 250 lugares mais ou menos.

CA - É, tem dois que cabem 400.

AF - Então, são grandes auditórios e ao longo desses períodos a evolução das turmas caminhou para turmas de no máximo 70 pessoas, boa parte delas hoje, acho que mais de 60% é até 50, não é, Cláudio, 50 lugares, mais ou menos 60% das turmas, o tamanho das turmas...

CA - É, mas isso é meio sanfona. Quando falta professor, o pessoal junta a turma e faz... Aí, quando a Universidade contrata...

AF - É, mas em geral... Quer dizer, elas não passam muito de 50 lugares. Então, nós já tivemos a possibilidade de pegamos dois daqueles auditórios e transformar em salas de aulas, aí coloca um piso aqui, coloca um negócio metálico. Foi feito isso nos dois das extremidades e volta e meia a gente tem vontade de fazer... nos demais ali, para poder suprir um pouco essa carência de salas de aula e... você vê por outro lado também. Tem que tomar um certo cuidado, [levar] em conta isso que o Cláudio falou. Você também não maneja muito isso, com essa determinação toda... e pode ser que, sempre é necessário um auditório maior, alguma coisa aí... E aí funciona cinema ao meio dia num deles, programas culturais...
Na parte estrutural, ele hoje já requer uma recuperação de trechos da estrutura. Tem trechos onde a estrutura está sendo corroída, a parte de concreto está indo embora, a parte de aço está indo embora, sem uma avaliação muito precisa do que causa isso. Alguns relatórios [mostraram que era porque] se usava grama em cima de algumas coisas. Um relatório de um professor mostrou que as raízes das plantas iam atrás dos elementos, dos nutrientes do concreto e isso expunha a ferrugem. Então, parou de se usar isso. Tem uma outra coisa que é relativa à decomposição, uma presença maior de amônia, que é no trecho sul e a amônia também decompõe alguns componentes do concreto. Então, ele não tem assim um problema... não está em risco, mas é uma estrutura que requer já recuperação. Aquela laje do mezanino... do mezanino não, aquela laje do hall de entrada, houve uma assembléia onde o pessoal montou ali. E aquilo cedeu quase 20 cm e teve que ser macaqueado. Então, isso aqui é um... ele tem aí os seus problemas, mas sempre quando a gente coloca isso aqui num contexto é um recurso muito grande. Então vem sendo feito...

(Ainda mais pela extensão do prédio)

Pela extensão do prédio. Então vem sendo feito aos poucos. Na questão da linguagem, aqui a gente trabalhava assim, com

algumas restrições que hoje a gente não faz mais, por exemplo, a partir de uma determinada época dessas aqui, 90 ou 92, passou a pintar os tetos de branco, que era tudo da cor do concreto, dificultava a iluminação... e já se tentou fazer uma limpeza dos concretos, para tentar dar uma aparência melhor... fazer um tratamento também daquilo ali, ele tem muito problema de infiltração porque o sistema construtivo dele tem umas vigas... estou desenhando para mim, faz isso aqui, faz isso aqui, aqui tem uma peça por onde correm as luminárias e isso aqui é coberto e tem umas placas de concreto aqui. Então, isso aqui infiltra e é um problema, a parede está aqui e a pessoa está aqui. Então, quando infiltra isso aqui, não tem jeito. Isso também é caro, muito caro fazer esse reparo, mas ele é... tem os jardins também, onde é feita uma manutenção, uns testes, teve um projeto de paisagismo feito pelo professor [Fernando] Chacel, que mais ou menos em alguns trechos ali permanece, mas vem sendo adaptado em função da manutenção, dessa coisa toda. Então, essa coisa do edifício assim, essa história do edifício, muito resumidamente é meio por aí. Em termos de áreas: ele tem 118 mil metros quadrados de área construída e 60 mil metros quadrados de área útil. Esse é um fator que preocupa...

(Mas, isso aqui seria... incluiria a área de jardins internos?)

AF - Incluiria tudo, jardins, aquelas circulações, aquelas áreas todas... eu particularmente não acho um edifício ruim, mas ele é muito complicado para se gerenciar, nunca houve um gerenciamento dele... uma gestão, para dizer um termo mais contemporâneo, mais assim. É na totalidade dele, você tem ali territórios e coisas que não se comunicam de maneira nenhuma ... Ele tem...

CA - Ali é terra de ninguém, eles usam como se fossem donos dos prédios, o pessoal cuida da porta para dentro; da porta para fora é simplesmente muito problemático [trecho não distinguível] que em nível urbano... rua tem que ter olho. Então, a gente percebe isso, que é só para os amigos, que tem interno e mais...

(Na verdade é um grande condomínio horizontal).

AF - É, mas condomínio ainda tem algumas regras, você consegue pelo menos botar no papel, ali é realmente muito complicado. E com relação a isso aqui: *Houve alguma alteração no uso desse edifício desde que foi construído?* - é o que Heráclito⁷ já disse, a única coisa permanente no ICC é a mudança. Nada do que está ali é igual ao que estava há dois anos atrás. E daqui a dois anos vai ser diferente porque a gente tem uma ação de planejamento que vai retirar dali alguns Institutos e vai vagar área ali. Então a gente vai fazer uma grande mexida.

(Mesmo a [Faculdade de] Arquitetura, ela não é original?)

AF - Não, a Arquitetura ali... A Arquitetura foi para lá quando, Cláudio?

CA - Foi em 71.

AF - 71. Ela está mais ou menos na mesma posição... Crescendo, ocupando subsolo, ela não ocupava subsolo, passou a ocupar o subsolo, ela ocupava só o térreo ali em cima, ela não ia até aonde ela vai hoje, ela avançou para lá um pouquinho.

(Avançou em direção à ala norte)

AF - É. Essa coisa do território é tão..., assim interessante. Nós fizemos um estudo uma vez e... até foi o Cláudio quem fez. A gente olhando... você reparou que ali tem umas circulações. Aquela circulação grande que passa onde tem o jardim. Nós fizemos um estudo para quantificar quantas salas de aula eram voltadas para dentro e que, com uma mudança de porta, poderiam ser utilizadas por todo o sistema, e essas salas tinham uma ocupação baixa, perto de 20%. Nenhum departamento que tinha a sala voltada para dentro aceitou colocar essa sala no sistema, colocá-las no que a gente chama assim de *pool*, de sala de aula que serve para todo mundo. E isso seria feito com uma mudança de porta, trocar essa divisória por essa porta, não mudava nada, não mudava nem a posição do quadro, mas o pessoal assim: não, essa sala é nossa, essa sala é nossa, porque nós usamos, nós utilizamos isso até não sei que horas, até não sei quando... etc., etc. A gente tem procurado também manter mais ou menos essa condição assim, de térreo para as coisas mais públicas e o mezanino para coisas mais reservadas, quando é possível... Outra questão interessante são os banheiros.

(Então, não há salas em *pool*?)

⁷ Heráclito de Éfeso (c. 550 - c. 480 a.C.), filósofo grego segundo o qual o universo é uma eterna transformação, onde os contrários se equilibram.

AF - Tem, tem mais ou menos umas... Bom o último levantamento tinha umas cem, não é, Cláudio? Cento e três... Ou era no campus inteiro?

CA - Não, retiraram cento e trinta e três que tinham e contaram trinta e seis. Daquele último trabalho.

(E os sanitários?)

AF - Os banheiros, eles eram públicos e abertos, todos. Aí, os do mezanino a gente fechou... fechou assim, deu para a Unidade. E de fato, a Unidade que dava um charme e tal e são os que estão mais conservados e banheiro é só reformar ICC, com algumas quantidades, algumas coisas. Tem algumas fotos, mas a gente teria que dar uma procurada aqui [trecho não distinguível] foi aproveitado porque demorou quase uma década para sua construção. Demorou porque sempre que tinha dinheiro, fazia, quando não tinha, não fazia.

CA - Não há um metro quadrado dele que esteja completamente construído.

AF - É, não tem assim... você não pode dizer que o prédio está acabado. Aquelas esperas ali em cima, a idéia é que talvez tivesse alguma cobertura, isso só existe em croquis do Oscar Niemeyer. Já foram feitos alguns estudos técnicos para se cobrir aquilo. Aí o pessoal que é mais ligado ao Oscar Niemeyer acha que isso é uma baita de uma laje assim, de concreto, curvo, e foi feita uma conta, isso era caríssimo. Já foi tentada uma estrutura espacial, mas aí o pessoal não... então, foi tentado com vigas curvas planas de aço, também. Então há uma necessidade, assim, de concluir o prédio, mas isso demanda um pouquinho...

Hoje, o que está se fazendo aqui no campus é exatamente a estrutura toda do ICC, na parte da Biologia e da Química, ela acabou comprometida. Então a gente está fazendo um esforço para construir, fora do ICC, prédios do Instituto de Química e do Instituto de Biologia e na parte norte o Departamento de Economia e Contabilidade e retirar também algumas áreas administrativas. Esses são os projetos que estão em andamento, que estão sendo feitos aí, o chamado Plano de Obras da UnB 21 que a gente está concluindo agora os projetos nesse final de ano, para fazer as licitações e as obras e vai liberar no ICC aproximadamente 20 mil metros quadrados e aí a gente está querendo trazer tudo que é Acadêmico que está fora do ICC hoje para dentro, e deslocar o que não é, na medida do possível, para outro lugar.

291

(Por que a Química e a Biologia deram problemas? Por questão de capela?).

AF - O uso deles, o uso deles, a Universidade já sofreu várias notificações dos órgãos aí, de vigilância sanitária e de inspeção e segurança do trabalho que... Eles atestam que é ruim, agora... os professores também querem novos espaços, eu não sei até que ponto... uma das denúncias até foi o próprio professor de Química que levou lá e fez assim meio terrorismo: olha, se apertar esse interruptor aqui isso vai explodir tudo, isso vai pelos ares. Quer dizer, criou-se também um clima, mas é a área mais degradada e de qualquer forma, quem mexe com laboratório é aonde tem... eles furam a laje, eles mexem lá, arrebentam tudo... Então de qualquer forma é onde tem a parte... onde a estrutura está mais prejudicada mesmo. Então há algum problema ali e possivelmente é por conta também dessa presença, desses Institutos lá. Então, a grande...

(Então a parte sul é a mais prejudicada)

AF - É a mais prejudicada. Então, a grande ação de planejamento é essa. Eu vou te dar uma resolução que estabelece algumas normas de construção, aqui para dentro do campus que é onde a gente se apóia para poder trabalhar, tem também a estrutura do CEPLAN, como é que funciona. E esse PDI, que é o Plano de Desenvolvimento Institucional. Tem o plano de obras UnB 21, que é essa mexida grande aqui. E o PDI, ele estabelece as reformas que têm que ser feitas e algumas áreas de ampliação que vão ser discutidas. Então, são os dois instrumentos... esse aqui já tenta dar uma característica institucional de planejamento, nem sempre... é por isso que estou falando. Não o sei se lá [na USP] é a mesma coisa. De repente, se o cara gritar... Está com o plano diretor aí, Cláudio? Esse aqui é um esforço de fazer um plano físico. É o último, que consolida uma série de ações que foram feitas e dele a gente tirou a parte da resolução que foi conseguida [trecho não distinguível] atividade essa...

(O ICC, ele é o grande espaço de convivência aqui do Campus, pode-se dizer?)

AF - Olha, já foi, eu acho que hoje não é mais o único, não. Ele divide com vários outros. É um grande pólo, não é, Cláudio? Mas, não é o único mais não, já foi.

CA - Inclusive aquela entrada norte ali, ela é muito barulhenta, e congrega toda aquela central de comércio que tem ali, ela era muito espalhada pelas [áreas de] sala de aula. Então, houve uma crise nas salas de aula, e resolveu-se tirar as salas de aula de baixo e ceder para o comércio. Só que ficou muito maior do que a gente imaginava e hoje ninguém gosta de dar aula lá está cheio de gente.

(Mas, é provisório?)

AF - É... tudo que tem ali é provisório. O "Ceubinho"⁸ é um grande espaço de convivência hoje, só que é muito maior do que a gente imaginava...

Isso aqui é um texto que foi feito, que tem essa resolução, que é de 2000, que trata, que estabelece como que é hoje o uso do solo disso aqui e que tem mais ou menos a grande setorização que saiu daqui. Isso aqui também foi uma estratégia assumiu e botamos algumas coisas. O Reitor não gostou. Achou que estava... E aí a gente sabia que corria o risco assim, se você faz um documento desse e pára tudo, [então] a gente tirou pelo menos uma resolução, que era mais objetiva, que estruturou um pouquinho. Se não a gente estava até hoje discutindo isso aqui, por exemplo, de dados das Faculdades.

(Então, não chegou a ser...)

AF - Esse plano não chegou a ser aprovado... mas a resolução que criou a setorização, algumas normas e algumas condições, passou. Ele se referencia às condições que a gente estudou aqui e o tempo inteiro a gente procura observar isso aí, obviamente isso também já é de 98 e daqui a pouco está precisando fazer uma mexida.

(Onde seriam os outros espaços de convivência que hoje estão complementando isso aqui)

AF - Hoje, você tem... isso aqui também é um outro material, não sei se já te deram isso aqui, isso é o campus hoje... então você tem assim, por exemplo, o grande espaço de convivência do ICC hoje, são aqui nestas entradas, mas [com] o restaurante, ele perdeu um pouco da força; agora esses espaços entre os edifícios, eles estão acumulando uma série de comércios, que a gente tem até um projeto pra regularizar isso, e transformar isso em um...

(Nas duas pontas do ICC...)

AF - Nas duas extremidades. Porque, você já tem o bloco de sala de aula para cá, essa Faculdade vai ter uma ampliação pra cá, os institutos estão aqui, os Institutos de Química e Biologia. Então isso aqui...

(Os que estão em projeto)

AF - Os que estão em projeto. Então, isso aqui vai tender a ser a desocupação. O pessoal que tem aqui, na área de Educação, eles meio que ficam por aqui.

Entrevista com o arquiteto e professor da FAU-UnB José Carlos Córdoba Coutinho 03/10/2003

(O que o senhor dizia sobre o ICC, o Instituto Central de Ciências?)

Eu dizia o seguinte: aqueles prédios estão aqui, nessa parte aqui, que corresponderia ao projeto... é o "Minhocão", que era o antigo Instituto Central de Ciências... e que se vê a espinha dorsal da concepção do Lúcio Costa. Ele fez o plano diretor [do campus da UnB] sem colocar os edifícios, e o Niemeyer é que deu forma à idéia do Lúcio Costa. Então, o "Minhocão" era primeiro para conter laboratórios especiais. Essas coberturas, que saiam do padrão do pé direito normal, essas não foram feitas e foram substituídas pelo jardim; isso acabou sendo uma obra gigantesca, com cerca de 120 mil metros quadrados e

⁸ O CEUB é uma Universidade particular não muito conceituada em Brasília; o espaço ganhou este apelido porque seus usuários não estariam fazendo nada de útil.

não havia Ciência suficiente para preencher isso. Enquanto isso, os outros departamentos iam crescendo, precisando de área, aí se resolveu trazer todos para cá. Naquela ponta de lá, ficou a Medicina, Biologia, Psicologia, e só. Mas na ponta de cá, que foi a última a ficar pronta porque a construção deu-se de lá para cá...

(Do sul para o norte...)

É, levou anos. É uma construção pré-moldada, com trilho correndo no centro e as vigas eram pescadas lá de fora, onde departamentos de Ciências tinham sido alojados na outra parte. Então, resolveram trazer pra cá a Arquitetura, que estava constringida no prédio, a Comunicação, História e Ciências Sociais, que passaram a ocupar isso aqui. Hoje o Instituto Central de Ciências é uma sigla. E na verdade não significa o seu conteúdo real. Então, é o "Minhocão", que todo mundo conhece, e aqui vem culminar uma boa parte da Universidade. Aqui chegou a estar, acho que uns 70 a 80 por cento da Universidade. Nessa época, ainda se tinha a ilusão de completar esse conjunto, mesmo modificando a concepção original. E naquela época tinha muito debate político, nos anos 70. Foi quando nós chegamos aqui, em 68 para criar... Você conhece a história, que tem da FAU [UnB].

(Pode falar, por favor)

Ela foi fechada pelos alunos [alguns anos] depois daquela grande demissão de 65, quando praticamente 90 por cento dos professores foram demitidos e abriu um vácuo, principalmente na Arquitetura, que liderou esse movimento. E este vácuo, para não fechar [a Faculdade], foi preenchido por professores sem participação, oportunistas, e até alguns bons. E os alunos foram suportando, suportando, até que em 67 ou 68 eles simplesmente fecharam, lacraram as portas e disseram que não voltariam se não fizessem uma limpeza geral, trocando todos os professores. E em 68 então houve uma série de trâmites da equipe que participou e ficou, e [que] montou um esquema de reabertura trazendo professores de São Paulo e do Rio Grande do Sul, principalmente.

(O sr. estava à frente do IAB nessa época?)

Não, foi depois, nessa época era o Miguel Pereira que cuidava do IAB, Edson Braga que fez parte da missão, o Paulo Mendes da Rocha, o Paulo Bastos, o Ideraldo de Castro, eram principalmente pessoas do Rio Grande do Sul, São Paulo e Ceará. É que aquelas escolas tinham feito reformas de ensino, então o IAB que tinha se incumbido dessa missão convocou os professores dessas três escolas p'ra lecionar.

(Foi o IAB Nacional?)

É, o IAB Nacional. E para Música, Artes Plásticas, aí veio gente do Rio, veio gente da Bahia e os critérios eram outros para seleção. Então nessa época foi que deu início [trecho não distinguível].

(O sr. é originário do Rio Grande do Sul?)

Sou, eu acabei vindo e estou aqui até hoje. Só que essa época foi às vésperas do AI-5, a gente veio para cá em agosto de 68, se eu não me engano [trecho não distinguível], de agosto até novembro foram feitos os contratos dos novos professores, e em dezembro estoura o AI-5. Então apesar da situação crítica, [os professores] tinham grandes ilusões e também tinham encarado aquilo como uma missão politizada, eram todos da oposição à ditadura... a maioria de esquerda, então [ficaram] aceitando as condições, mas com aquele ideal de superar o que parecia ser uma coisa passageira, então se trabalhou arduamente aqui pela reconstrução do curso, do CEPLAN. Nesta época, estava aqui o Paulo Saraiva, o Cláudio Gomes... se bem que o Cláudio Gomes não chegou a vir aqui nesse sentido, ele veio e participou... O Nestor Goulart veio dar uma mão aqui, também temporariamente, mas... o Leo Bonfim e o Pedro Paulo, esses vieram e ficaram.

(Deram aula?)

Deram aula, e o Pedro Paulo era o coordenador do CEPLAN na época. Ele chefiou um grupo para completar a Praça Maior... você conhece o professor Pedro Paulo?

(Saraiva? Conheço.)

Então ele liderou o grupo que tinha como idéia valorizar a Praça Maior. Como a Universidade estava toda se alojando no campus, foi quando o pessoal [trecho não distinguível] esse povo aqui precisa de instalações comunitárias, a começar pelo

restaurante que funcionava em condições precaríssimas...

(Mas dentro do "Minhocão"?)

Não no "Minhocão", fora do "Minhocão", era aqui nos Serviços Gerais; [esse povo] precisa de um restaurante definitivo, precisa de clube de professores, estudantes, acadêmicos, farmácia, livraria, etc., então todo equipamento comunitário, a idéia era concentrar nesse grande edifício forçando a descida desse povo atravessando a Praça Maior, povoando a Praça Maior e aqui são aberturas, está vendo?

(Estou vendo... várias passagens por baixo... então aqui [ficaria] toda essa parte de equipamentos de apoio).
Ficaria nesse prédio semi-enterrado [trecho não distinguível] e ao lado, sem interferir na linguagem da Praça...

(E de quem é esse projeto?)

Desse grupo liderado pelo Pedro Paulo [Saraiva]... Tinha quase todos os professores que tinham parte na época.

(Participantes dentro do CEPLAN?).

É, mas a marca final acabou sendo do Pedro Paulo, ele era mais experiente. Ele era um cara mais positivo, então ele deu a forma final ao prédio, que pode ser considerado dele, apesar de ter uma participação coletiva. E era uma idéia muito bonita... essa de... já tinha a Biblioteca, que era um grande "atrator" de movimento, que produzia um fluxo e esse povo saía daqui, se espalhava pela Praça, etc.

Mas infelizmente o pessoal da ditadura não gostou da idéia, era o oposto do que ela queria; o prédio da Reitoria já estava sendo cogitado... que também funcionava naquele prédio [trecho não distinguível], mas seria feito um prédio pra ela aqui, então nessa época a Universidade tinha como reitor um militar, um oficial de mar e guerra, um oficial da Marinha, que era o ditador da Universidade, o famoso, malfadado Azevedo, e eles se opunham... congelaram o projeto, e o restaurante acabou sendo feito aqui, do lado oposto do "Minhocão". O interesse deles era afastar o movimento dos estudantes de perto da Reitoria... para onde convergiam as passeatas, movimentos e reivindicações, etc. Então a última coisa que eles desejariam era a Praça cheia de gente, o Restaurante acabou desse lado aqui. Aí o movimento voltou-se para o lado oposto. O prédio da Reitoria mais tarde foi projetado pelo Paulo Zimbres, que eu acho que é o melhor prédio aqui no Campus.

294

([Mesmo] em relação ao ICC?)

Bom, o ICC é fora de série, eu acho uma concepção genial, embora a realização tenha deixado a desejar, mas a concepção do ICC eu acho genial. E o prédio da Reitoria lembra muito a FAU [USP]. E isso tem uma explicação, o Zimbres que trabalhou em São Paulo, em contato com o Artigas, trabalhou com o Jorge [Wilheim?] e Miguel Juliano, esse pessoal. Então absorveu aquele conceito de Arquitetura... ele de jeito nenhum pode ser considerado um plágio, mas é uma influência perceptível, uma releitura. [trecho não distinguível] aquilo lá até hoje não foi feito. Ficou isso aqui sozinho, junto com isso e o Restaurante do lado de cá. E o Museu que poderia ter sido feito, acabou adiado o projeto; o Matheus Gorovitz (que é de São Paulo também) projetou um museu que na verdade é um centro de convenções... onde haveria vários auditórios, um edifício para congressos e grandes conclaves. Então a idéia dele é que o fluxo passasse por baixo e se espalhasse por dentro do Museu em direção à Reitoria...

E o Restaurante foi o José Galbinski que projetou, ficou ali... então isso aqui nunca foi feito, o aspecto do campus hoje é esse, dominado pelo "Minhocão"; agora é uma coisa interessante... bem, está mais ou menos dentro daquele que é o teu roteiro, que te interessa. Em um primeiro momento houve esse movimento migratório em direção ao ICC, isso foi preenchido, adaptado às necessidades das mais variadas, mal adaptadas inclusive, às vezes o próprio espaço não se prestava às necessidades específicas de salas pequenas, etc., porque você viu o pé direito lá, é enorme e muito difícil de adaptar. Mas ele tem essa qualidade gregária, de atrair as pessoas para este grande corredor... isso é uma rua, na verdade, um calçadão...

É muito agradável transitar por ali, isso aqui na verdade tem quase um quilômetro de comprimento, são 720 metros, tem duas entradas e nessas entradas se formam nós para onde converge o movimento. Bom, o segundo passo foi que aqueles departamentos e aquelas pessoas que não estavam satisfeitas nas condições de conforto, de adaptação, começaram a pleitear os seus próprios edifícios. Aí a própria proposta de Universidade já estava recuando...

(Como era essa época?... eu estou tentando amarrar)

Pois é... inicialmente era a proposta do Darcy Ribeiro e do Anísio Teixeira que aliás, diga-se de passagem, que o Anísio

Teixeira eu acho que é o grande injustiçado disso, parece que a Universidade é só do Darcy Ribeiro, mas o cérebro, a cabeça pensante pedagógica era o Anísio Teixeira. Todo aquele esquema da Universidade departamental, por créditos, baseada no reaproveitamento dos ex-alunos como monitores, instrutores, era uma idéia moderna de Universidade bastante avançada e copiava essa coisa das universidades americanas, um pouco das européias, mas era um modelo novo de universidade... O projeto foi feito para essa universidade, então essa estrutura departamental de currículos organizados por créditos encontrava a sua expressão melhor exatamente aqui... trazia-se o aluno aqui para dentro [do ICC] e ele percorria de um lado ao outro, aqui, em busca daquelas disciplinas que ele necessitava para compor o seu currículo, os créditos que ele necessitava.

Então isso funcionava admiravelmente dentro dessa idéia, havia um ciclo básico com Institutos, Faculdades. Depois eu posso te detalhar um pouco melhor isso, mas em 1971... 72 o governo resolveu fazer uma Reforma Universitária geral no país. Toma como modelo inicial a Universidade de Brasília, mas empobrece esse modelo. Adota a estrutura departamental, créditos, semestre como módulo didático... mas nivela todas as universidades. Aí se acaba o ciclo básico, a idéia de Institutos e Faculdades, então começa a se voltar à idéia da Faculdade, a velha Faculdade. A cátedra, felizmente ninguém pensou mais nisso... Mas a velha Faculdade, autônoma...

Então houve uma tentativa de deixar... é uma questão de espaço inclusive... Alguns departamentos de Faculdades tradicionais não recebiam bem essa idéia de viver comunitariamente dentro do mesmo campus. Tinha Faculdade de Ciências da Saúde, não era Faculdade de Medicina. Tinha Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas... incluía o Direito, Ciências Políticas, Contabilidade, Administração, etc.; e Direito, a velha Faculdade de Direito, tinha sumido. Então houve uma tentativa de retorno a esses modelos tradicionais, um desejo da casa própria. Medicina alegava um milhão de razões pra não permanecer no local porque os laboratórios não eram satisfatórios, o espaço, etc., etc. Construiu-se então naquela extremidade um conjunto grande para a Faculdade de Ciências da Saúde, que hoje voltou a ser a Faculdade de Medicina. Na ponta de cá, isso aí ainda de acordo com Plano Diretor [para a UnB] do Lúcio Costa na ponta de cá, [construiu-se] a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, que abrigava o Departamento de Direito, que também é um projeto do Matheus Gorovitz muito interessante e que voltou a ser Faculdade de Direito. Há aqui a Tecnologia, por exemplo, a Faculdade de Tecnologia tem uma grande área de um grande conjunto também com todas as engenharias.

(Só está faltando voltar a se chamar Escola de Engenharia)

É, "Politec" (riso).

Então é a Faculdade de Tecnologia... essa até que ficou dentro da FT, Faculdade de Tecnologia, com todas as Engenharias... Mecânica, Elétrica, Civil e aí começou a sobrar lugar de novo no "Minhocão". Essas faculdades foram se retirando e começou a liberar espaço no "Minhocão". Então hoje o "Minhocão" tem uma relativa folga de espaço. Sempre há quem se queixe que não tem espaço, todo mundo quer sempre mais e mais espaço...

Mas ele está sem grandes crises, grandes problemas de espaço. Mas ficaram aqui aquelas faculdades menores, a Faculdade de Comunicação, que também voltou a ser uma faculdade, a própria Arquitetura que era Instituto Central de Artes. A Faculdade de Arquitetura separou-se do Instituto e voltou a ser a velha Faculdade de Arquitetura e Urbanismo... Então, quer dizer, a tendência foi de retorno a uma estrutura convencional. E não chega a ser chocante isso porque parece que o ensino, de um modo geral, não avançou muito no país, o ensino universitário, e ele hoje se identifica com esses modelos convencionais, o que se faz no país comandado pelo MEC e mais ou menos em torno dessa idéia de autonomia das Instituições. E ainda considerando que essas faculdades, as universidades públicas diminuíram seu papel no ensino do terceiro grau... hoje 70 por cento do ensino do terceiro grau, por baixo, está nas mãos de particulares, que também se estruturam a partir de Faculdades; o que são as universidades particulares tradicionais? São faculdades que vão se criando disso e daquilo, depois se juntam, formam uma instituição de ensino superior. Então fica um Instituto de Estudos Superiores e tal, até que, de repente, é autorizado, vira Universidade, mas é uma reunião de faculdades... Então a idéia original da UnB era exatamente uma universidade moderna, integradora, produtora de conhecimento novo, baseada na pesquisa, na extensão Universitária. Então era uma idéia muito avançada pra época. O Darcy sem dúvida foi o grande comandante na realização disso, embora eu ache que a cabeça pensante na época tenha sido o Anísio Teixeira.

(Eu vou fazer umas perguntas complementares, para ver se eu entendi direito algumas passagens; uma delas é a seguinte: o Instituto Central de Ciências, na origem, na concepção de Oscar Niemeyer, ele também abrigaria as Faculdades ou apenas os Institutos? Porque a Universidade de Brasília foi criada com Institutos, com Faculdades e com Órgãos Complementares)

Na concepção original o campus, que é muito grande, aliás, estava zoneado pelo Lúcio Costa em manchas. Então havia um zoneamento, onde nesse trecho aqui [indicando o Plano de Lúcio Costa para o campus da UnB], ficariam concentradas as Ciências; aqui são os Serviços Gerais, núcleo original, aqui parece que eram as Ciências Sociais... tudo discriminado aí... Então o que o Oscar fez foi, quando projetou o "Minhocão", foi juntar essas manchas aqui nessa grande estrutura que seria o Instituto Central de Ciências. Todas as Ciências ficariam reunidas num Instituto. Então os departamentos de Biologia, de Física, de Matemática, de Química, etc., se comporiam no Instituto Central de Ciências e seriam abrigados aqui com seus

laboratórios.

Bom, é preciso reconhecer que havia uma certa dose de improvisação nesses projetos. Os programas não estavam definidos com precisão, havia pressa em fazer esses projetos. E você conhece o modo de trabalhar dos nossos mestres, é um pouco intuitivo. O Oscar, com todo o seu talento, ele dispensa uma série de etapas de pesquisas, detalhamento de programa, etc. Então essas coisas foram feitas com base nas informações disponíveis na época, resultou no "Minhocão", essa grande estrutura, mas cuja área não era expressão exatas das necessidades do momento. Era aquela coisa, faz isso que pode ser necessário no futuro e mesmo porque é impossível você prever com 15, 20 anos de antecipação; uma Universidade sofre muitas transformações. Foi o que aconteceu aqui, então uma reforma de ensino, uma reforma de currículo, tudo isso altera substancialmente o uso do espaço.

(Quando o Sr. veio participar da "refundação" da Universidade de Brasília em 68, havia essa preocupação que o Instituto Central de Ciências voltasse a funcionar como na concepção original, isto é, existiam ciclos básicos no Instituto Central de Ciências?)

Existiam, depois do AI-5 [é] que se tornou a grande incerteza... demissões de professores, toda aquela equipe reunida pelo Darcy Ribeiro, tinha a nata do saber pensante [[trecho não distinguível], principalmente da comunidade de Física, na verdade a de Ciências conseguiu atrair gente notável, esse professores saíram, se demitiram coletivamente em 68, então tudo aquilo era uma grande incerteza, a própria Universidade de Brasília estava ameaçada, a sua existência. E o trabalho desses que vieram depois era de resgatar o projeto inicial. Então se trabalhou muito no sentido da preservação do projeto inicial, mas também com a consciência de que muita coisa havia se modificado e que esse projeto deveria ser retomado, mas em um outro patamar... seria talvez fidelíssima ao modelo original, [mas] teria que se aceitar o processo de mudança que estava vindo ao país no ensino. Então a idéia básica da universidade, eu acho que foi preservada, mas como eu te dizia, em 72 houve uma Reforma do ensino na Universidade, mudou-se todo o sistema de pós-graduação, foi implantado um ensino de pós-graduação [trecho não distinguível] e a Universidade ela tem que no seu arcabouço físico, ela tem refletir essas mudanças.

Então o que já está construído, como é o caso do "Minhocão", não pode ser alterado, só pode ser adaptado. Onde estava previsto o laboratório de Biologia, hoje tem um estúdio de rádio da Faculdade de Comunicação, digamos; embaixo tem uma rua que atravessa de ponta a ponta, entendeu, ali tinha um depósito, laboratórios, aquilo ali tem condições muito precárias, sofríveis, de ventilação, de iluminação, teve que ser adaptado para sala de aula e pra outros laboratórios. São adaptações sempre insatisfatórias. É preciso que se diga que o "Minhocão", ele não é adorado pelos seus usuários não, muito pelo contrário, num certo momento era o mais alto grau de insatisfação dos usuários em relação ao seu ambiente de trabalho, e às vezes até injustamente porque ele nunca sofreu acabamentos, foi imediatamente habitado, concluíram a estrutura e ele foi ocupado. Então os auditórios não tinham acabamento acústico, eram horrorosos para se dar uma aula, e os laboratórios não tinham equipamentos de exaustão, o pessoal fechava a galeria respirando gases tóxicos. Então havia um grau de insatisfação muito alto, que contribuiu para a saída de alguns logo que puderam. A Medicina quando pôde construiu logo seu prédio e aí foram... então, entra naquele jogo político... quem tem mais prestígio, quem tem mais força consegue, os outros têm que ficar. A Arquitetura veio para o "Minhocão" e também não estava previsto que fosse aí.

(E onde seria Arquitetura?)

Seria... ela apenas estava funcionando nesses prédios [dos Serviços] gerais e começou a crescer, e se viu na contingência de ampliar o seu espaço. Não tinha nenhum projeto próprio...

(O sr. tem idéia de quando ela se mudou para o "Minhocão"?)

Foi por volta de 1971 que saiu dos Serviços Gerais e foi para lá. E havia até uma idéia de que a Arquitetura poderia, se instalando no "Minhocão", poderia ajudar a fazer entender o "Minhocão", o espaço do "Minhocão". Então o espaço mais bem entendido, mais bem preservado na sua totalidade foi o da Arquitetura, porque os outros procederam daquela forma convencional de repartir as salas, espaços, colocaram tetos falsos e em alguns lugares ficou lamentável... pé direito alto, pé direito duplo... o da Comunicação, por exemplo, eles só dividiram o pavimento térreo, fizeram tabique até uma certa altura, dois metros e meio, que é o pé direito normal, e dali p'ra frente ficou aberto, sem utilização, desperdício muito grande. No caso lá da Psicologia, muito depois teve um arranjo melhor, então aquele pé direito [duplo] foi anulado, mas pela expansão da laje do mezanino, com peças pré-moldadas, um professor colega nosso que fez, e ele então projetou aquele interior deixando alguns vãos vazios, outros... criando em cima...

(Quem é esse?)

É o Cláudio Queiroz, fez o IA, Instituto de Artes, e o Cláudio é um bom arquiteto, arquiteto experiente de prancheta, gosta

de fazer planta, ele fez esse projeto lá e foi até hoje a melhor adaptação de projeto no "Minhocão"... de resto entrou em choque... então a Arquitetura, ela aproveitou aquele espaço total, pé direito, aquelas escadinhas [trecho não distinguível], ficou um espaço interessante... Agora, o problema excede também para muitos... você bota numa prancheta de desenho em um pé direito daqueles, a iluminação fica lá em cima, se queixavam muito que a prancheta era mal iluminada. Não havia uma satisfação, o grau de ruído é muito grande também, porque o espaço é aberto. Todo mundo grita, fala e arrasta móvel... Até lá na FAU de São Paulo tem esse problema. Os meninos contavam que quando caía uma colherinha na cantina todo mundo corria no último ateliê... é um certo exagero, mas é um inconveniente do espaço aberto que funciona para algumas coisas e é ruim para outras. Isso que levou o Jorge Moreira lá no Fundão a fazer aqueles compartimentos quase individuais. Os pequenos são ateliês para seis pessoas... espaço controlado por um grupo pequeno. Esse aí [da FAU-UnB] saiu fora do controle, completamente fora do controle, eu mesmo me exaspero na sala de aula ou no ateliê, tem que dar aula, fazer um seminário, e não consigo. Às vezes o nível de ruído é tão alto lá fora que interfere na sala de aula.

(Mas hoje em dia o "Minhocão", ele ainda é um grande espaço de convivência, sendo que não foi feita aquela proposta linear [Centro de Vivência] ali embaixo?)

Ainda é, porque é inevitável aquele fluxo que ele proporciona, de encontro, de roça-roça...

(No fluxo transversal?)

Longitudinal. Transversal já é menor porque [tem] a travessia do jardim...

(Só em direção à Biblioteca Central, talvez...).

É, mas o fluxo longitudinal ainda existe. É curioso porque no sentido transversal o jardim poderia ser um fator integrador e ele é mais separador do que integrador, curioso.

(Mas por quê as pessoas ficariam transitando longitudinalmente agora? Isso é, existiria fluxo quando estavam instalados os ciclos básicos e as pessoas estariam se deslocando para um lado e para o outro, não é?)

Sim, mas em função dos próprios acessos, que são nas extremidades [do ICC], e dois acessos centrais. Então [trecho não distinguível] têm que entrar por um deles, aí se deslocam em busca dos seus locais de aula.

(Então é uma questão de chegada e de distribuição em termos de que depois que a pessoa deixa o automóvel...)

Isso aí é interessante analisar e saber até que ponto isso decorre da sua própria estrutura, do seu próprio partido, e até que ponto decorre da maneira de administrar esse espaço, porque houve muita perda no plano administrativo e no comportamento individual das pessoas, eu acredito que [trecho não distinguível] houve uma mudança substancial no sentido de um maior individualismo, os próprios alunos que eram altamente politizados nessa época no estado que se encontravam, que havia até necessidade de se manterem unidos para poder resistir. A faculdade foi invadida várias vezes pela polícia, então eles tinham que se manter mais coesos, mais unidos.

Hoje predomina o individualismo, cada um chega no seu carro próprio, subiu muito o nível econômico, isso contribui, acentua ainda mais esse traço da concepção individual. Outro chega no seu carro, não fala, vai para sala de aula, saindo dali, vai... Então essa coesão desapareceu, ela existia em função dos movimentos estudantis, das lutas. Hoje a própria política, ela interage de uma outra maneira.

Naquela época havia apenas dois lados: o lado da ditadura e o lado da oposição, e no momento em que se derubou a ditadura e expulsou esse reitor que na verdade era um interventor, o lado democrático, digamos assim, se fracionou em várias tendências, que passaram a disputar entre si, disputar eleição de reitor, de departamento... então essa união que havia contra um inimigo comum desapareceu. Isso era o fator integrador. Entre os estudantes a mesma coisa, hoje [o aluno] pertence a vários partidos diferentes, quando pertence, porque a maioria não está nem preocupada com isso, e a preocupação em fazer seu curso, terminar, pegar o seu diploma e ir embora. Então mudou muito a cabeça deles, e a Universidade [trecho não distinguível] 35 anos, eu sinto que houve uma desagregação. As pessoas não se conhecem mais, os velhos professores se aposentaram, há uma renovação muito grande de quadros humanos que contribui para esse anonimato também, cada qual trata de cumprir as suas obrigações, seus projetos individuais, sem a preocupação de ligar muito para os demais.

(É por isso que eu estava tentando rastrear a questão da convivência com base na outra questão, a da integração universitária, quer dizer, dos ciclos básicos: do convívio comum pelo menos durante uns dois anos, que de certa forma daria essa coesão)

O ciclo básico, você sabe como é que funcionava... a idéia original, modelo de uma universidade, [trecho não distinguível] ciclo básico que abrangeria uma área de conhecimento. Então aquilo era representado pelos institutos e os institutos eram os de Artes, Ciências, Ciências Sociais, Ciências Humanas, então o aluno, ele não fazia vestibular para uma faculdade, ele fazia vestibular para uma área, ele entrava para o ciclo básico. No caso da Arquitetura, por exemplo, entravam para o Instituto de Artes todos os alunos que tinham se decidido apenas pelo campo das Artes... então ali eles faziam disciplinas de artes cênicas, de desenho, de história da arte, era desvendado esse universo de conhecimento comum a cada uma das carreiras que pudesse se originar dali. Então, se depois alguém se definisse por Arquitetura, ele depois de passar quatro semestres convivendo com os demais alunos, ele se dirigiria pra Faculdade de Arquitetura. Seria então a carreira profissional, outros iriam ser atores, outros, artistas plásticos, outros, músicos, mas todos teriam convivido dois anos, fazendo disciplinas comuns... É uma idéia muito bonita... muito bonita, é uma idéia integradora, isso também no sentido de ampliar esse horizonte do conhecimento. Então o músico conheceria algumas coisas das artes plásticas, um arquiteto fazer disciplinas na música era muito comum isso, porque eram disciplinas de créditos complementares ao total dos que eles precisavam.

Era um verdadeiro passeio por essas áreas todas, mas houve uma mudança de mentalidade e de repente os próprios alunos começaram a cobrar esses dois anos como sendo um desperdício. Porque todo o ensino de primeiro e segundo grau dirige já pra a escolha de uma carreira e quando eles chegavam à porta da Universidade eles mais ou menos já sabiam o que queriam cursar. Então para que eu vou ficar dois anos marcando passo? Eu quero é fazer Arquitetura... eu quero saber logo tudo que diz respeito ao projeto, à construção. Por quê eu tenho que ficar fazendo oficina básica de Música? Por quê eu tenho que estar aprendendo artes gráficas? Eu quero conhecer aquilo que vai me ser útil, e tirando esses dois anos eu reduzo o curso. Eu estou prejudicando a densidade dos conteúdos que me interessam. Isso foi tomando corpo, a ponto de acabarem com o ciclo básico. Realmente o aluno que entra não quer passear por esses outros campos, ele já quer se dirigir...

(Então não consta uma imposição de cima pra baixo pra acabar com o ciclo básico?)

É, isso foi resolvido, claro, nos órgãos administrativos, mas foi-se criando um clima favorável, tanto que ninguém protestou quando acabou o ciclo básico, ninguém protestou...

298

(O senhor lembra qual foi esse ano mais ou menos? O senhor estava aqui em 68, ainda tinha [ciclo básico em] 69)

Isso aí foi bastante depois, tenho a impressão que foi lá pelos anos 80.

(O Sr. estava falando da questão da extinção do ciclo básico... o senhor estava estimando... foi com certeza depois da Reforma Universitária...)

Porque o ciclo básico ele se apoiava numa idéia de uma Universidade mais humanística, mais culta, mais generalista, onde as pessoas deveriam conhecer não apenas o núcleo da sua carreira, mas aquilo que estava em volta, também, que era comum a outras carreiras. Com o tempo, a sociedade foi se tornando mais pragmática, queria resultados mais imediatos, então ela não estava interessada em estudar introdução à Literatura, introdução à Antropologia, que eram as introduções ministradas em vários destes Institutos. E como o aluno era obrigado a fazer créditos complementares e disciplinas optativas, ele forçosamente tinha que se matricular em outros Institutos, fazendo essas introduções. Isso dava uma abertura muito interessante no sentido da cultura geral, da visão mais ampla do conhecimento universitário. Mas o pragmatismo leva ao contrário, é a utilidade do conhecimento. Ninguém quer perder tempo com conhecimentos que pode ser adomados intelectuais... pão, pão, queijo, queijo... para que eu vou usar isso? Então isso me interessa, isso não interessa. E hoje há uma certa... eu não vou dizer pressão porque nunca chegou a se organizar, mas houve um sentimento nessa direção de que deveria se tomar um ensino mais prático e mais útil.

(Principalmente por parte dos alunos)

Por parte dos alunos e dos professores. E a administração da Universidade acabou concordando, cedendo e baixando então normas que levaram a abolição do ciclo básico...

(E isso seria por volta do início dos anos 80, talvez)

Eu não posso jurar, mas eu estou tentando reconstituir isso... é porque em 85 acaba a ditadura, é eleito o primeiro Reitor... eu imagino que seja por volta do início dos anos 80, primeira metade dos anos 80.

(Durou bastante...)

Durou sim, e hoje ninguém reclama, você vê que se fosse uma coisa forçada, haveria uma resistência à implantação, e talvez até um movimento de recuperação desse valor perdido, mas ninguém considera que isso tenha sido um valor...

(Foi muito esclarecedor [o depoimento], eu tinha várias dúvidas sobre o uso do "Minhocão")

Sabe que a Universidade de Brasília, ela é a retomada de um velho projeto do Anísio Teixeira...

(A Universidade de Distrito Federal)

Do Distrito Federal, que foi abortada...

(Tem aquele livro do professor Salmeron, "Universidade Interrompida").

Eu assisti à palestra dele aqui na SBPC em que ele contava essa história. Porque a Universidade do Distrito Federal, ela chegou a merecer um projeto muito bonito, seria uma Universidade modelo no Brasil, mas era uma Universidade Estadual, e exatamente no momento em que é criado o Ministério da Educação [e Saúde] no governo Vargas, nos anos 30. Dizem que aí interferiram algumas vaidades também, que o Capanema teria chamado à responsabilidade do poder central a criação de qualquer Universidade e, portanto a Universidade do Distrito Federal teria que se submeter a essa unidade federal. E aí o projeto foi abandonado. O Capanema cria a Universidade do Brasil como sendo o padrão universitário brasileiro... todas as demais deveriam seguir o padrão da Universidade do Brasil.

(Obrigada, eu vou interromper).

299

Entrevista com o arquiteto e professor Pedro Paulo de Melo Saraiva

17/03/2003

Esse meu projeto [1ª versão] foi baseado numa estrutura, num sistema estrutural, que é basicamente um conjunto de vigas vierendeel. E essa viga, que permitiria, com certa folga, vencer estes vãos propostos, levou o Zuccolo, Roberto Rossi Zuccolo, que era professor do Mackenzie, também foi meu calculista durante muito tempo, ele chegou à conclusão de... ele não quis usar a viga vierendeel. Porque ele alegou que uma ponte ferroviária na Alemanha tinha caído uma hora depois de o trem passar... que ela é uma viga de comportamento... no Brasil tinha muito poucas, e ele tinha feito uma na Consolação em uma garagem, mas como uma estrutura de cobertura, assim como "shed" de cobertura. Aí eu abandonei esse projeto e por isso mesmo a gente perdeu muito tempo, porque teve que fazer uma revisão completa do projeto, e com isso a gente de uma certa maneira perdeu um pouco o "timing". Isso aconteceu também com o Paulo [Mendes da Rocha], também por problemas estruturais, ele queria refinar também a estrutura, e acabei fazendo um outro.

Então nós temos aqui um conjunto que é o anteprojeto original, e tem as plantas de execução do projeto final, que foi uma revisão, um projeto muito elaborado mas... eu não sei se eles [o FUNDUSP] acharam que era muito caro, ou o que houve, porque... A gente naquela época ficava com os originais e entregava cópias transparentes, e esses aqui são os originais. Tanto que estão aqui o anteprojeto e o projeto executivo. Então precisa ver o que você tem, qual é o seu interesse, o fato é que os dois [anteprojeto e projeto executivo] obedecem a essa coisa, está vendo essa passagem aqui? Aqui havia se não me engano, fica o projeto do Millan. Isso aqui é a rua da Poli, e aqui eu não sei se é o projeto do Artigas, ou é do Paulo [Mendes da Rocha]. Acho que é o do Paulo. Depois é que vem o do Artigas. Então veja a proposta: fazer uma via que articulasse aqui, uma outra que você articulava aqui, tinha um passeio aqui, na frente. Lá era a avenida principal.

(Mas isso é para carro, não é para pedestre? Ou esse é para pedestre?)

Esse é para pedestre... tem aquela escada...

(E esse aqui é para carro?)

É... a gente fez muito junto... o Paulo Mendes da Rocha...

[Mostrando as plantas] Nesse projeto aqui era quarenta [metros] o vão, porque dez..., está vendo esta salinha aqui? Eu tenho quase certeza que este módulo é dez [metros], porque dez era a sala de aula. Tinha [módulo de] quinze, e dez e quarenta, eu acho. [seu filho, medindo na planta: quarenta e dois]. Quarenta e dois de vão? Tinha uns pilares intermediários aqui, porque nem todos ... mas acho que a cobertura ia...

(Nem todos [os pilares] iam até o fim. Então teria uma calçada assim?)

É... isso que eu tinha proposto, para ligar... fazer uma passagem por dentro do prédio, com o ponto de ônibus aqui fora. Então aqui está a História e Geografia, aqui o Conjunto das Químicas, aqui o projeto... onde estão aqueles recortes de jornal? Aqui a História e Geografia, aqui era o projeto do Millan, aqui é o meu, esse é do Paulo, e esse aqui é a FAU, a FAU fica em frente... e aqui era a Matemática...

(Então o que a gente viu lá era um acesso de carro, certo? E teria sua proposta ali. Mas eu nunca achei nenhuma proposta de acesso de pedestres)

Era essa a idéia, você vê que aí tinha uma marcação... e confunde com o carro... o carro não atravessa, então... entre ... lá tinha carro também, por traz tinha uma linha de pedestre que ia até a ... passava por baixo do meu [prédio]. Passava em nível com o do Paulo. Então era isso. Aqui depois tinha o projeto do Instituto Oceanográfico aqui em frente. Agora esses conjuntos aqui não foram feitos. Aqui tinha os doze prédios do CRUSP, tiraram um, esse aqui tiraram... No projeto original [Plano 1949-54] tinha uma avenida aqui que acabava na Reitoria, nós é que mexemos nisso aqui, fizemos um replanejamento. Fizeram até uma maquete disso, de papelão, tal...

(Como é que foi a sua entrada no grupo de arquitetos [que projetou edifícios para a cidade Universitária]?)

Foi um convite, quem me convidou foi o Paulo Camargo de Almeida, eu conheci o Paulo quando ele fez o projeto de Brasília e eu também fiz o projeto de Brasília, o concurso. Então eu conhecia... ele fez com o Artigas...e então foi isso.

(E os trabalhos, como é que se organizaram?)

Cada um, cada projeto foi feito em um escritório particular, não houve assim nenhum tipo de... Você tem o projeto do Paulo, aqui? Você conseguiu?

(Eu consegui, mas o anteprojeto.)

É, o meu está completo... Esse aqui é anteprojeto, tem todas as plantas aqui. Aquilo que eu estava te falando, da vierendeel está aí na pasta "Projeto Final", folha seis. Então ele tinha essa estrutura que criava... a idéia era criar um grande museu de paleontologia. Este teto, esta estrutura tinha outros pilares lá, a idéia era pegar os pilares de baixo e esse vão aqui era livre. Então tem aquela passagem que cruzava... Iluminação zenital, e aqui o corpo... O erro conceitual da estrutura é que o vazado da vierendeel tem que ser um pouco menor do que o cheio. E aí está o contrário. Tem mais vazado do que cheio. De fato essa estrutura não tem muita consistência, deveriam ser muito mais grossos os planos e o vazado uma coisa menor. Aí tudo bem. Pelas plantas, eu tenho a impressão de que eu não podia fazer isso, porque eram as plantas das salas de aula... Algumas não tinha problema nenhum e outras talvez desse para resolver porque com uns dez metros dá para ter uma boa sala de aula. Eram salas de aula com preparo, tal e coisa... sala de professores do lado, sanitários. Era um projeto muito rico. Era maior que a FAU. Aqui tem anfiteatros maiores...

(Mas o projeto executivo trouxe muitas mudanças?)

A mudança que teve... mudou radicalmente esse projeto... Eu entreguei esse projeto no início de 62...

(O anteprojeto?)

Não, esse foi em 61. O executivo... não sei se você notou o carimbo lateral? O carimbo não era a gente que fazia, era um carimbo padrão, tal...

(61, outubro de 1961)

Aqui eu mudei a estrutura, era tipo... mas ainda tem aquele princípio que foi usado, está vendo? Um projeto mais simplificado, as estruturas pesadas, todos os anfiteatros... Esse corte mostra...[trecho não distinguível]. Escadas, tinha as

passarelas protendidas, tinha iluminação... Ele estava calculado direitinho, o concreto, fizemos tudo. Eles não quiseram fazer porque não quiseram.

(Chegou a ser estaqueado?⁹)

Não... e ele tinha rótulas metálicas, puxadeiras metálicas...

... está um pouco rabiscado... ah, isso aí é coisa... isso é marca para impressão... é, tem uns croquis aí em cima...

(Mas houve alguma reunião? Você tinha falado de reunião na casa do Millan)

Não, no escritório do Millan. Era por isso que eu queria ver o recorte. Aqui é aquela planta que tem [trecho não distinguível] o acerto do terreno... essa rua que desce aqui, está vendo?

(Aqui é passagem de pedestres?)

É...

[Interrupção]

(Quer dizer que havia reuniões no escritório do Millan?)

É, houve várias reuniões lá, para acertar...

O projeto basicamente era para refazer o Plano Diretor, o Plano Viário que era extremamente acadêmico, cheio de erros e tal, e a gente fez uma coisa mais de acordo com a topografia.

(Então as reuniões foram mais para... não foi combinado nada sobre os prédios?)

Tinha era uma vontade de ligar, fazer uma circulação para as Humanas, e a arquitetura entrava no meio, ali. Tem um recorte de jornal com a Universidade de São Paulo. Esse artigo é interessante, é um recorte do Estadão daquela época e marca direitinho as pessoas que estavam, tem o nome dos participantes.

(Eu queria saber mais do processo, mesmo)

Esse recorte, eu não sei se está descrito... quem é o autor de quê, mas estava... era um grupo, que não era um grupo de todos não, eram alguns só que faziam parte dessa comissão de decisão do Plano.

(Por exemplo a Matemática, ela já estava incluída neste grupo?)

Foi logo depois...

(Mas depois... de se fazer o Plano?)

Depois entrou o Hospital Universitário, não era do primeiro grupo... mas o Guedes entrou logo em seguida.

(Ele participou do Plano também?)

Não.

Era um plano de massas que foi dado como sugestão para o Paulo Camargo, e o Paulo colocou aquilo funcionando dentro da estrutura que ele tinha lá de planejamento...

(Ele [o FUNDUSP] fez o executivo daquele desenho?)

É, ele transformou aquilo em um... Mas esse aqui [a 2ª versão do projeto] já tinha sido calculado pelo Zuccolo, e isso é executivo mesmo. Essa estrutura toda, repare que é uma estrutura dupla de um metro de largura... é uma estrutura pesada, não é uma estruturinha leve não. É uma estrutura para essa escala... O Zuccolo nesse projeto, ele ficou com muito medo da questão lá da vierendeel lá da Alemanha, e criou uma ojeriza pelo projeto. Então eu percebi o seguinte: ou eu mudava o

⁹ O prédio foi estaqueado, como foi verificado posteriormente à entrevista.

projeto, ou eu perdia o projeto. Acabei mudando e perdendo. Porque demorou tanto essa revisão, e tal ... aqui por exemplo não está detalhado, estão só as plantas baixas...
É, não tem os banheiros, esse detalhamento todo não tem...

(Mas a planta é tão clara... Bom, aí houve a entrega, e o Paulo Camargo saiu logo depois?¹⁰)

É, logo depois ele saiu. Quando nós fomos para Moscou, em 62, o Paulo Camargo foi junto, um grupo de arquitetos, um pequeno grupo que tinha feito uns trabalhos aí... Paisani... O [Alfredo] Paisani fez a parte esportiva, junto com o Ícaro [de Castro Mello]. Também nessa viagem foi o Paulo, foi o Jorge Wilhelm, mas o Jorge não fez nada na Cidade Universitária¹¹. O Jorge, não sei porque cargas d'água, a Universidade nunca engoliu muito ele. Não sei por que razão, mas o fato...esse é um fato real, ele nunca foi convidado para dar aula, nunca foi... No entanto ele tem uma obra escrita, no campo do urbanismo ele tem uma contribuição razoável. O Plano de Curitiba... ele deu início ao processo de planejamento, era o plano dele com a SERETE, que era uma firma de planejamento que tinha ali perto da KODAC. Eu sei que o Jorge foi meio podado. Ele não entrou nessa...

(Você falava da viagem a Moscou)

É, e naquela viagem foram alguns...

(O IAB que promoveu, não foi?)

Não, os arquitetos foram convidados dentro de um grupo de muitas personalidades, foi a Lígia Freitas Vale, o [nome não identificado], o Moisés (pai daquele menino, o André Weiner), o Samuel Andreotti.

(A Lígia Freitas Vale é parente do José de Freitas Valle Filho, que fez um plano para a USP?)

Não. A Lígia é filha do embaixador Freitas Vale, embaixador de carreira, do Itamarati, e foi casada com o [nome não identificado] Jordan que foi quando garoto campeão de natação, ele era dono do Leite Vigor. Foi mais gente, foi o Lúcio Costa, o Fábio [nome não identificado] foi também. O Fábio não tinha nenhum projeto aí [na USP], engraçado que ele não foi convidado...

(O Kneese foi?)

O Kneese não foi.

(O Kneese ficou com o CRUSP, não é? Ele também participou dessa modificação do Plano?)

Não. Ele entrou já meio... mesmo que o grupo tivesse sido todo convidado, o grupo que fez a revisão era um grupo menor.

(Qual era o grupo menor?)

Esse grupo menor é o que eu queria pelo recorte... eu vou achar... tem que achar esse recorte, que está guardado, ou está lá em casa ou está aqui.

(Agora você, o Paulo, o Artigas...)

Não sei se o Paulo estava... Millan... Mas o Corona não estava, eu acho... O importante é que é um recorte oficial do Estadão, circunstanciado, tal, ele pode estar aí... Você vê, esses arquivos [dos projetos para a USP], eu descobri o que era, eles estavam aqui. Eu não sabia, porque quem fez esse trabalho foi uma estagiária que ficou aqui durante quase um ano. Só mexendo, abrindo, pó, e tal. E não resolveu essa parte de cópias.
Esse projeto já tem todas essas bossas, fosse inglês...

(Alguém em algum tempo depois da entrega desse projeto falou em custo de execução?)

¹⁰ O arquiteto Paulo de Camargo e Almeida permaneceu no FUNDUSP até 1966, como foi verificado posteriormente à entrevista.
¹¹ Conforme a edição especial n° 2 da revista *América Magazine*, 1962, dedicada à Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", o arquiteto Jorge Wilhelm elaborou a urbanização do Setor Biológico; foi publicada também a perspectiva de edifício de autoria de Jorge Wilhelm para Anfiteatros e Biblioteca deste setor.

Olha esses projetos [do setor de Humanas], eles tinham preços altos na estrutura, [mas] os acabamentos eram muito simples... as estruturas eram muito despojadas. Você vê o preço do metro quadrado dessas obras, o que custou a FAU, é uma brincadeira perto dos prédios oficiais, etc. Então nessa estrutura aqui, sairia muito mais caro a estrutura, o resto não, porque o resto é de uma simplicidade, calxinhos de ferro, eram todos de chapa dobrada, como a FAU e tinha poucas aberturas, poucas vedações, aliás quase nenhuma vedação, era tudo aberto, meio como a FAU; na verdade a gente recebeu uma influência grande do Artigas, os projetos têm uma certa... o projeto do Paulo [Mendes da Rocha] também era assim.

Tinha essa questão, por exemplo essas grandes passarelas ali, que eram essas vigas... era porque parte era um modelo para montar... estaria na moda agora, montar [...] ptecos, montar os grandes... ou modelos ou coisa... uma curiosidade, para fazer visita de estudante, pé direito triplo, passarela para ter uma boa idéia, passar no meio das coisas... [trecho não distinguível] espaço para ver de cima... podia ter um animal que tivesse um rabo passando para cima, era meio... era um pouco educativo e lúdico... olha aqui... tem auditório, um vazio, a passagem.

(Essa passagem que a gente está discutindo...)

Virou rampa... rampa e escada, botei as duas coisas.

[trecho não distinguível] Aqui subia e aqui descia. Depois têm essas escadas que eram circulações rápidas entre setores... botei... cada sala de aula tem uma escada particular, para cada sala de aula. Então eram todas em anfiteatro. Depois o Artigas fez, no projeto original do Artigas não tinha anfiteatro, era tudo plano, depois eles botaram estrutura de madeira lá. Aliás as salas de aula do Artigas são menores do que essas, têm onze metros se não me engano. E tem uma sala que tem onze por vinte e dois e as outras têm onze por oito. O módulo do Artigas é onze, o meu é quinze... ou é quatorze? Quinze... aqui é a projeção das passarelas... está vendo esse espaço... o que está escrito?... vazio museu, e aqui...vazio sala, vazio jardins.

Era uma arquitetura generosa que hoje em dia nem se cogita...

(E quando que veio a palavra final de que não seria construído?)

Não houve nem essa conversa.

[trecho não distinguível] composição de sanitários, tinha mais de homem do que de mulher, engraçado, mas depois no projeto final, no detalhamento, eu criei uma coisa, eu tinha ido à Inglaterra, e tinha visto lá uma reforma [trecho não distinguível] em que fizeram uma parede dupla, em que o sujeito entrava dentro. Então você botava parede de divisa para separação de sexo e entrava por duas portas e tinha uma parede móvel no meio, então essa relação...

(Dava para mudar ao longo do tempo essa composição)

É, se por exemplo mudasse a composição da escola, aqui obedecia mais ou menos ao... era tão generoso... então essa parede aqui poderia mudar porque aqui é um laboratório, sanitário, e aqui a parede era dupla, sempre que tinha sanitário tinha parede dupla para se poder acessar os tubos sempre que se quisesse por um compartimento que tinha um metro de largura, era para perder em espaço, mas para ganhar em essência e em manutenção. Isso não foi feito. O detalhe: isso aqui poderia caminhar...

(Você teve a idéia que essa parede aqui pudesse correr de módulo na janela, era isso?)

É... ele podia andar, o módulo da janela era o módulo do...

(Da cabine)

Então era interessante: esse laboratório de didática, tinha a sala de aula, tinha a sala [trecho não distinguível], porque é muito específico... Isso eram na verdade quatro departamentos da Filosofia: departamentos de Mineralogia e Petrologia, departamentos de Geologia e Paleontologia. Engraçado é que a Geologia era junto com a Paleontologia, e a Mineralogia com... Isso está certo...mas o outro não tem muito sentido, não é? Acho que é porque na Geologia acontece que tem muito daqueles peixes no meio das pedras, e tudo isso faz parte da Paleontologia. Mas o detalhe desse projeto, ele deve ter... [comentário do filho: esse cone é bem interessante também dentro do espaço que nós vimos aí]... era um cone que tinha uma correção acústica, porque naquela época a gente usava sempre consultoria de...

(Empresa de consultoria de acústica)

Isso aqui foi o Leiver Ceberneti [?]. Na época Leiver era pau para tudo.
Tem mais coisas dentro desta pasta...

Entrevista com o arquiteto e professor Paulo Mendes da Rocha

Nota: entrevista editada, restringindo-se aos trechos enfocados na pesquisa.

07/04/2003

(O calculista do seu projeto para o edifício da Filosofia foi Shigeru Mitsutami, não é?)

Sim. Shigeru também calculou outros projetos que fiz, como o Pavilhão do Brasil em Osaka e a capela de São Pedro em Campos do Jordão.

A Arquitetura é eminentemente uma disposição espacial ideal. A FAU é um belo exemplo disso: como colocar ateliês aqui, uma biblioteca ali, que veja uma praça aqui; não é como muita gente pensa, uma figurinha pronta, [mas] é a visão que você pode desenvolver na mente. Aquela escola é um exemplo muito claro disso. Por quê essas estruturas? O pessoal que conversa sobre Arquitetura tende muito a degenerar tudo isso: é concreto, é concreto bruto, é super estrutura, é mega não sei o quê... tudo isso é uma besteira que não tem tamanho, na minha opinião são disposições espaciais.

Eu acho muito interessante esse edifício da Filosofia que eu fiz, tem muito a ver com isso, porque o raciocínio é assim: receber pessoas, auditório, movimentação, cantina... é um dos aspectos, é mais ou menos a festa da coisa... E a grande introspecção daqueles professores que retiram cinco, seis livrinhos para fazer sua tese, tem salinhas especiais, coisas que a gente abomina na FAU, por exemplo, numa FAU, laboratórios, experimentação, convivência entre as disciplinas. Numa Faculdade de Filosofia, de Antropologia, a direção filosófica da questão exige um pouco de introspecção, portanto aquelas salinhas que ficam nas varandas, depois o miolo, com essa parte, etc. E o aspecto que a FAU tem muito... porque nós fizemos esses projetos ao mesmo tempo, portanto não há muita influência de um projeto especificamente sobre o outro, mas um pensamento que se poderia dizer paulista.

Não tem nada que ver com essa idéia de Escola Paulista do ponto de vista formal, isso também é outra degenerescência de idéias consistentes, como quem diz: o maior representante da Escola Paulista, pondo essa idéia de escola paulista como uma questão então que em vez de negar eu prefiro afirmar, está bem: há, mas uma das melhores expressões é Affonso Eduardo Reidy... não tem nada que ver se o cara é de Botucatu... é uma questão de mentalidade, de conceito de arquitetura, muito interessante, e que aqui se desenvolve até hoje, até hoje há a nossa FAU, e certas reflexões que se amparam nessa idéia, não como dogma, mas a partir daí, tudo que há de vir de novo deve se ver também a partir daí.

(Mas vocês chegaram a se reunir com o Paulo Camargo?)

Nós nos reunimos muito para a questão do plano geral, mas ninguém dizia ao outro como estava fazendo [o seu projeto].

(O plano geral da USP ou do setor de Humanas?)

Da USP. Reuníamos na FAU, sob a direção do gentil diretor da época, Anhaia Mello, que uma vez disse às quatro da tarde, numa reunião: "seria interessante levar para o Reitor uma maquetinha amanhã". A reunião com o Reitor seria as nove da manhã do dia seguinte. Eu e o Carlos Millan passamos a noite em claro no meu apartamento na Rua Lisboa, fazendo a tal maquetinha, naturalmente de papelão, papel, mas você pode imaginar a graça dessa maquete feita pelo Millan e eu ajudando. E levamos no dia seguinte na reunião com o Reitor. Nesta maquete havia o centro de convívio social, depois projetado pelo Rino Levi, e que era uma idéia nossa... essa sim, era a parte mais coletiva do projeto: a praça central. Depois até eu posso dizer com todo respeito, o Rino Levi parcelou um pouco esse projeto, porque era mais consistente. Era a idéia de uma grande esplanada que saía do nível da avenida para o lado do rio, horizontal... portanto ia-se cavando algo por baixo, vazio na medida em que aquilo... E lá em baixo seria a praça e aqui nessa frente toda, com a largura toda da praça, em relação ao eixo ao longo do rio, seja o rio uma referência lá longe. Havia livrarias, cafés, etc. ... e duas cozinhas, uma era hotel para professores visitantes, coisas assim... enfim, era a cidadela do lugar.

(Onde ficou isso, havia algum desenho?)

Não, nós fizemos até maquete... essa parte foi a mais interessante porque como não era de ninguém ainda, nós fizemos diretamente o projeto como um "envisagement"¹², volumétrico só, mas todo mundo estava de acordo. E em frente a uma parte dessa longa esplanada, longa e estreita, havia o prédio que o Millan estava ele mesmo projetando, que era a parte de Letras. E você pode imaginar, pra adiante deste lugar, logo em frente, havia o teatro ao ar livre como anexo do teatro de Letras do prédio do Millan. E a Biblioteca Central, e tudo isso. E parcelaram tudo.

(Esse teatro auxiliar já estava na praça central?)

Já na praça central.

(E não sobrou nada disso, nenhum desenho?)

Sobraram as nossas memórias, é uma coisa interessante para a FAU recuperar, se bem que uma parte já foi feita com este livro [*O Espaço da USP: presente e futuro*; um exemplar havia sido levado para a entrevista]. Mas o que eu acho interessante considerar é que nada degenerou como uma fruta que apodrece; isso foi banido e enfrentado, e confrontado e negado, todo esse grande ideal, este ideário antes de mais nada, que a FAU possuía particularmente dentro da USP. Porque se tratava de Arquitetura, estávamos no comando, vamos dizer, dando uma espécie de uma opinião geral sobre toda a USP [a Cidade Universitária], o Urbanismo e a Arquitetura, um momento muito interessante da Escola, ensaiando ao mesmo tempo, ninguém fazia isso com prepotência. Esse ideal todo foi contrariado pela ditadura militar, foi destruído a marreta, atingindo a parte que foi feita com mais consistência talvez, além da nossa FAU: a parte habitacional. Demoliram dois prédios¹³. Portanto não é que tenha degenerado, foi meticulosamente destruído. Você faz de um prédio uma bomba, como fizeram aqueles cogumelos, aqueles negócios que eles chamam "Colméia", são construções para destruir a outra [o CRUSP], porque arrebatam a espacialidade da implantação daquele conjunto todo... se você introduz a desordem, você introduz uma cunha de dominação.

(Esta planta [de *O Espaço da USP*] já está com a implantação do Rino Levi, a gente vê que tem um estacionamento aqui, então não teria essa ligação com uma grande praça aqui no nível da avenida)

305

É como se fosse uma praça assim, porque a esplanada vai descendo, então faz aqui embaixo, algo de... aqui tem uns trezentos metros de frente. Então aqui são livrarias, etc., e com a graça de que há, como é fácil imaginar, algumas descidas... é uma espécie de momento extraordinário do edifício, da construção, que você não sabe se é praça, cidade, é o que você encontra na estação rodoviária em Brasília, enquanto o outro [Niemeyer] fez tanto palacinho, o Lúcio Costa resolveu tudo, parece que sai dos viadutos, dos traçados, não é? Esse é um momento muito interessante da construção, e é engraçado que tem um valor de realização dos altos ideais da cidade, esse tipo de enfrentamento, que é justamente aí que se começa a sacar que... (aqui em São Paulo é fácil você ver como se destrói o Anhangabaú, como se destrói a passagem do Viaduto do Chá a partir da Praça do Patriarca, tudo aquilo se transforma e entrega para o MASP fazer um salão subterrâneo, e o que eram espacialidades...). Ou seja, você vai editando sugestões que são belíssimas e aceita esses prédios que saem de uma rua e o elevador chega na outra rua lá embaixo...

(São passagens...)

É, passagem... a cidade vai se transformando nessa idéia de cidade para todos, essa idéia da imprevisibilidade da vida, do comportamento, estando enfim espaço oportuno, como se fosse em vez da topografia e da geografia natural, fazem-se construções com virtudes análogas; em vez da picada que sobe o morro, é o elevador.

(Então não sobrou nada dessa tentativa?..)

¹² *Envisager*, verbo da língua francesa, tem significado de encarar, examinar, considerar. No caso (comentado mais adiante) está aplicado com o sentido de cenário, panorama.

¹³ A desmontagem da estrutura do bloco "J" do CRUSP se deu por volta de 1967 e os blocos "H" e "I" foram desmontados muito depois, entre 1984 e 1994 (provavelmente em 1985).

Não sobrou nada, e ali surgia isso... agora você imagina que graça um predinho ainda sobre pilotis, pode ter um embasamento, e hotel dos visitantes, mas o elevador vai até lá embaixo e aqui sai assim como uma variante, porque aqui havia uma alameda que faz assim, o teatro ao ar livre... e aqui passa pra Filosofia do Millan.

(Tinha passagem subterrânea por baixo da rua?)

Eu não sei se tinha; não, era por cima, veja, eu já estou fazendo o projeto...

(Por acaso essa maquete que vocês entregaram para o Reitor era parecida com esse plano? [o publicado em *O Espaço da USP*])

Menos isso... não, não, acho que aqui já há muita deformação...

(Houve algum estudo de calçada unindo os prédios das Humanas? Chegou a se desenhar isso ou ficou no plano das idéias?)

Sempre se falou que esses térreos deveriam se comunicar como um contínuo. Era uma coisa que se discutiu bastante, a FAU realizou muito bem, e o primeiro prédio aqui feito pelo Corona, da História e Geografia, em parte também. Lá tem a cantina... E esse meu também... depois... você sabe que desse meu prédio, digamos assim, meu prédio, há fundações cravadas lá...

(Mas não chegou a ser desenhada essa calçada, ficou na combinação?)

Você quer dizer um caminhozinho assim meio ajardinado a la Burle Marx, que liga tudo, eu nunca vi de fato...

(Mas haveria essa intenção de que os pedestres passassem de cantina a cantina, não é, ou que pudessem fazer isso?)

Você vê que interessante, o Niemeyer fez lá o Instituto Central de Ciências, eu acho uma maravilha aquilo, eu teria coragem de dizer, que nós não tínhamos condição, digamos política, não éramos politizados, havia muitas correntes, um pessoal mais de esquerda, o pessoal um tanto reacionário, seria impossível fazer um projeto com essa unidade, que sou muito favorável, uma visão de Instituto Central de Ciências de Brasília. Nós fizemos uma aproximação, cada um fez o seu, então porque a melhor maneira... isso não foi muito conversado... são coisas que se desencadearam, eu que estou filtrando hoje, analisando, talvez tenha sido isso... comandar as coisas para não ficar uma colcha de retalhos, digamos... então era um princípio que os térreos fossem isso, mas podia acontecer como mais ou menos uma imagem que se pudesse fazer, a Avenida Paulista e o Conjunto Nacional, o Centro da Caixa Econômica, depois o embasamento do MASP, ao longo de uma Avenida, você não precisaria um caminhozinho... Eu também não sei se o ideal era fazer um centro como o Instituto Central de Ciências: um grande edifício único, tão extraordinário, que não é uma questão de grande. Aquilo não é simplesmente grande, é uma invenção, o Instituto Central de Ciências... há até um engano quanto a isso... Não é um edifício imenso, é um tipo de instalação que se organiza, mas não se pode chamar de um mega edifício, como querem dizer, essas expressões todas são muito violentas, não é?

A idéia talvez seja mais consistente do que eu estou conseguindo dizer, era fazer mesmo assim, separados, entretanto com essa qualidade no seu embasamento e você frequenta uma avenida e encontra n vezes essas escolas... é... não se trata de opor uma coisa à outra, é inevitável você fazer isso ou aquilo... São Paulo... o momento, a condição, vários arquitetos então, digamos, cada um faz um projeto desde que se discuta princípios em comum, coisas assim, não é?

(Agora o plano... é evidente que a idéia não era mais levar uma grande avenida até o centro do poder que seria o prédio da Reitoria, não é?)

Não era.

(O que vocês discutiram em termos do plano, como é que ele deveria ser, tinha alguns princípios?)

Os princípios eram mais ou menos o que está possível de se ler por aqui, é... de estabelecer efetivos estímulos à convivência, o mais possível. Porque você pode também dizer – isso não foi muito discutido no nosso tempo, mas eu hoje vejo assim – a própria existência da Cidade Universitária é uma manifestação de malignidade, porque você se quer cidade, deixa onde está... a Faculdade de Medicina está onde está, a Faculdade de Direito... a Escola Politécnica, você viu que desativaram um presídio em frente, fizeram n besteiras, podia ser toda a Politécnica, os meninos continuarem a remar no Tietê, não deixar poluir o rio, essa seria a Cidade. Porque uma cidade não tem que carregar como uma prebenda o fazer o

seu centro universitário, ao contrário, a história diz que se funda uma cidade a partir do núcleo universitário. Você vê que são troços do idealismo tolo, por quê não dizer da burguesia...

(Vocês achavam a Cidade Universitária distante ou irreversível? Grande demais?)

Achávamos que era o que tínhamos que enfrentar, bom, você sabe como que é a vida, não é? Quando você está contra e não tem nada a ver com aquilo, você faz passeata contra, quando você está dentro daquilo, você toma uma atitude um tanto estóica ao dizer: "então vamos concertar o melhor que pudermos". Porque a visão de abrir isso lá pelas tantas já existia entre nós. O trem sempre esteve do outro lado... porque aqui, antes de mais nada, ao se pensar em uma Cidade Universitária, o que é uma bobagem, fica a questão mais uma vez da escolha do terreno. Estou dizendo isso a título de escamecer a idéia: "o terreno". Então você tem que arranjar um território "a la" portuguesa colonial, também; que vai até o rio, do rio vai até o morrinho... porque... mesmo que fosse mais ou menos por aí, a Universidade, o rio deveria cruzar a Universidade, e não isolar uma área... então tudo isso é carregado de bobagem...

(Mas vocês não chegaram a discutir o fato do terreno ser enorme e ter algumas instalações no meio do nada aqui, nessa parte de cima da colina?)

Não chegamos... [bem,] com certeza isso foi discutido, mas o que eu posso te dizer agora é que se não há lembrança muita, é porque era de consenso que seria mais uma forma ainda de instalar a grande fazenda, que o melhor era pegar essa frente e concentrar, como se dissesse lá pelas tantas que podiam abandonar tudo isso, e a Universidade passa para o outro lado em parte... nós tínhamos um sonho de transformação: já que a coisa estava lá, vamos corrigir o mais possível... mais ou menos por aí a idéia. Corrigir em relação à idéia original que seria bem que a Universidade estivesse no core da cidade. Então essa frente, talvez mais lá para adiante, o outro lado, fosse sempre o nosso sonho.

(Na sua proposta para o MAC em 1975 você chega a colocar uma passagem de pedestres sobre o Rio Pinheiros)

Sim, porque você vê, outro aspecto insidioso, se você quiser dizer assim, da instalação da USP no retiro – na internada, como a gente dizia... manda os meninos para a internada, como se fosse uma bezerrada – é... que sendo pública e grátis, entretanto quem não possui um automóvel não pode estudar com conforto aí. Nunca puseram transporte público, apesar de o trem estar para lá e para cá, do outro lado, pronto. Uma das questões, portanto, que nós insistíamos, era logo estabelecer o trem dos estudantes, e as pontes de ligação.

(Foi esta a discussão que vocês tiveram?)

Ah sim, por isso que está tudo por aqui... ou concentrado o mais possível por aqui. O Centro Esportivo inclusive. A idéia era essa...

(Mas vocês chegaram a propor algum cruzamento aqui sobre o rio?)

Não na ocasião. Porque também nós temíamos aqueles que tinham feito isso, que mais ou menos estavam por ali. Se você fizesse muito... é como... recuperar convaléscente: uma canjinha, depois um pouquinho de massinha, pouco a pouco...

(Quem o convidou para participar dessa equipe?)

Bem, eu não saberia dizer, porque é como se dissesse: "tínhamos que ser nós". Quem? Os professores da FAU.

Eu tenho a impressão que era ... eu não sei disso ... nem sei que relação... eu por exemplo, nunca tinha visto o Paulo Camargo, como se costuma dizer na minha terra, mais gordo. Para mim não é isso, era a FAU. O Pedro Paulo era assistente do Artigas tanto quanto eu, e o Millan... E Rino Levi na ocasião não estava dando aula, mas era um professor da FAU para todos os efeitos... Provavelmente não era só isso também, como alguma coisa que excluísse... o Ícaro Castro Melo que foi encarregado da parte esportiva, era um arquiteto com muito prestígio nessa área, tinha feito alguns projetos e já tinha feito uma primeira proposta. Havia aberturas desse tipo, não era nada exclusivo. Mas a grande parte, o próprio coordenador que era o Anhaia Mello, etc... eu tenho impressão de que o Reitor incumbiu a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de dizer como que se faria isso. E resolveram fazer assim. É uma reflexão minha e não memória da época: alguns É preciso também notar uma coisa que eu digo hoje, posso dizer, não estávamos lá apadrinhados simplesmente porque éramos da FAU, talvez não bastasse isso. Eram arquitetos que tinha já se distinguido muito; o Pedro Paulo tinha ganhado alguns concursos de arquitetura, eu tinha ganhado um concurso. Porque não é questão de ganhar concurso, mas

tinha apresentado de modo público e submetido a julgamento, e inclusive construído, o Ginásio do Clube Atlético Paulistano, que digamos, tinha muita importância, teve muita importância na época. O júri do concurso era Rino Levi, Plínio Croce, portanto, um concurso julgado de modo extraordinário, eu pus – que na ocasião havia essa condição - esse projeto na VI Bienal de São Paulo, não de arquitetura, Bienal de Arte, havia uma seção de arquitetura, mas para me por melhor junto ao clube, porque o projeto estava em fase final de obras, e eu tinha medo que mexessem naquilo... então para me prestigiar, eu falei: "quem sabe eu consiga expor isso na Bienal" – porque tinha que mandar uma fotos prévias para ser aceito na exposição com um determinado projeto, e eu pus o Paulistano. Tanto que eu me lembro que quando eu recebi um telegrama da Fundação que o projeto tinha sido aceito para ser exposto, eu fui exibir lá no clube para a diretoria, para me amparar e para terminar a obra como eu queria. Essas coisas existiam entre nós. Havia uma arquitetura que teria que às vezes se impor contra o senso comum daqueles que pagavam as coisas, como até hoje, como sempre. E esse projeto ganhou o grande premio internacional Presidência da República pelas mãos de Affonso Eduardo Reidy, no júri, Julien Ferris o Venezuela, um arquiteto muito importante, ou seja, é um projeto que foi julgado, não sou eu que digo que tinha uma certa importância no nosso meio¹⁴. Foi por essas virtudes que esses arquitetos inclusive Pedro Paulo, por exemplo, eu, Carlos Millan, estávamos na FAU porque eram professores muito jovens, que só entravam lá convidados pelos mais velhos. Eu fui literalmente convidado para dar aula na FAU pelo Artigas.

(Quanto ao papel do FUNDUSP: vocês prepararam essa maquete, o Reitor viu essa maquete, e aí, o Paulo Camargo estava nessa reunião?)

Bem, é preciso também entender bem uma questão... algo sobre o que eu faria muita questão de deixar bem claro: levar maquete para reunião no dia seguinte, como algo indispensável, de todos eles, de todos nós, com o Reitor, inclusive o diretor da FAU que estava na primeira reunião do dia anterior, e disse: "seria bom levar uma maquetinha", era o Anhaia Mello, não era uma coisa assim, infantil. Não era uma idéia de seduzir o cliente, não é isso, era uma forma mais límpida e clara de explicar a idéia geral de todos. Alguém estaria encarregado de mostrar, e o Reitor podia ver aquele modelo. A idéia era essa. A maquete era até um tanto grandalhona, para poder expor aquilo numa reunião ampla. A idéia era essa... o Reitor não teria que se convencer propriamente, ele tinha nos incumbido daquilo. O Reitor teria que ver, e teríamos que seduzi-lo para continuar o entusiasmo que havia em torno de tudo isso.

É preciso também compreender que o conjunto habitacional tinha entre outras virtudes a beleza de ser pré-fabricado. Cada prédio daquele se montava em sete dias. Portanto desmantelar aquilo era escarnecer da técnica, das virtudes da técnica. Os meninos estudantes, muito inteligentes... Puseram uma grua para desmontar o prédio, não foi implodido; já que era pré-fabricado, foi desmontado peça a peça, o que é mais doloroso ainda, porque a virtude se volta contra você: "Ah, você fez pré-fabricado, então é fácil: gente tira peça por peça, e joga no rio Pinheiros", qualquer coisa assim. [Os meninos estudantes] Apelidaram a grua, porque era amarela, de submarino amarelo...

(O primeiro a ser desmontado - porque os outros dois só na década de oitenta que foram desmontados - foi utilizado para construir a Administração da Filosofia, aqui perto da FAU)

É, nem sabia detalhes, eu fui cassado pelo AI-5, me afastei de tudo isso... muito menos afastado pelo Ato em si, quanto pelo desgosto, desgaste grande... nós abandonamos aquilo tudo, necessariamente. O Artigas foi para o Uruguai, se refugiou lá... passamos grandes momentos [auxiliando pessoas na clandestinidade]. Eu fiz isso, acho que o Pedro Paulo Saraiva também fez, muitos amigos fizeram. Inclusive nem todos eram do Partido Comunista necessariamente. Eu mesmo acho que não era membro do Partido Comunista, na ocasião. Acho que nunca fui, fiz algumas tentativas mas nunca fui. Mas só para você saber como nós vivíamos naquela época...

(Eu até me surpreendi de saber que você foi convidado em 1975 para fazer o Museu de Arte Contemporânea, o MAC. Como isso aconteceu? A situação era muito ruim, ainda...)

O que eu sei: houve uma reunião do Conselho do MAC que era... tanto que o [crítico de arte francês] Pierre Restani fazia parte do Conselho, com certeza ele não viria a todas as reuniões, mas nesta reunião ele inclusive estava no Brasil e participou da reunião, e havia a hipótese, essa reunião discutia inclusive essa questão, de contratar com o arquiteto Jorge Wilhelm o projeto do MAC. E um dos membros do Conselho era o Flávio Motta, e o Flávio Motta sendo quem é, não fez outra coisa senão dizer: "ah, mas isso quem deveria projetar era o Paulo Mendes da Rocha". Ele era um amor, e em pleno tiroteio, mas já estava a coisa um pouco mais apaziguada nessa ocasião. E diante disso, que o Conselho aprovou e disse: "é uma bela idéia..." sem negar naturalmente a legitimidade do Jorge Wilhelm.

¹⁴ O júri da VI Bienal, de 1961, era integrado por Julien Ferris, Eduardo Corona, Zenon Lotufo, Affonso Reidy, e Maurício Roberto (site www.luxalon.com.br).

O que fizemos? Uma associação, o Jorge me procurou, eu não estava sabendo de nada disso, que o Flávio não é de combinata... eu não estava sabendo, de coisa alguma, eu soube lá quando o Jorge me procurou e disse: "se encaminharmos assim, nos associamos", porque isso os arquitetos fazem muito, como todo mundo sabe... associações não comerciais (essa parte se vê depois), de caráter intelectual, sobre algum problema, fazem juntos. Cumbica nós fizemos Fábio Pentead, Artigas e eu, por convite do Artigas, é claro. Quando o projeto é suficientemente intrigante, para uma reflexão mais ampla, alguns arquitetos podem fazer em parceria. E assim foi feito o MAC.

(Tem outros volumes propostos na praça, talvez fosse um pouco aquela esplanada)

Sem dúvida que é.

(Estes volumes são propostas suas? Esta aqui é a Biblioteca Central?)

A idéia é a seguinte, também muito vaga, porque se tratava de estudar isto aqui [o museu]; o francês chama isto aqui de "envisagement". Eu fiz um concurso para o Beaubourg, foi o único concurso internacional que eu fiz, e tive um prêmio. A regra do concurso era escolher 30 premiados, que recebiam cada um dez mil francos e destes 30 se escolhia o que seria construído. Eu fui um dos 30, dentre 400 e tantos projetos do mundo inteiro. E o júri era extraordinário: diretor da Biblioteca Real de Londres, diretores de vários museus do mundo inteiro, o diabo. E lá também se pedia, para fazer... aí que eu aprendi o "envisagement" dos quarteirões... muito interessante. Então eu me dei o direito de sem estudar muito, aliás, estudando muito, mas sem entrar em detalhes, propor o grande auditório, porque imaginava cinco mil estudantes do mundo inteiro... congressos, coisas do tipo... A Biblioteca Central que é muito intrigante como tema... porque surge logo a idéia de tamanho das coisas, gigantismos... nada, ao contrário: já com os horizontes da informática, aqui você podia consultar o que quisesse, para saber em que biblioteca de fato teria que ir para encontrar aquele... fosse um determinado livro, fosse uma determinada pesquisa. Portanto a idéia de biblioteca central não só é totalmente viável, hoje principalmente, como é altamente desejável... Você quer se aproximar da Universidade, sem saber imediatamente o endereço mais apropriado, seja para obter livros numa específica biblioteca dos respectivos Institutos, Escolas, etc.

E esta oficina central de museu, que eu achava o seguinte: a idéia que agora surgiu de tirar o MAC da USP é infeliz, porque é uma forma de não enfrentar a questão que eu acho muito linda, digamos assim, da existência das artes junto das ciências exatas; é uma espécie de incumbência para um novo discurso do ponto de vista museológico. Não é mais fazer um museuzinho como os outros, para disputar quem tem a fila mais comprida para ver a exposição, não é nada disso. É um museu intrigante de reflexão entre arte, ciência e técnica, que é a chave de tudo isso... portanto as oficinas deste museu de restauro, coisas do tipo, que todo museu tem, podiam estimular a construção de um grande centro de pesquisa. Tanto faz você fazer análise de carbono, tanto faz examinar a origem de uma tela, de um maxilar ancestral, paleontológico, qualquer coisa dessas. Porque esses instrumentos inclusive, capazes de executar essas perícias, são muito dispendiosos, e isso sim, seria interessante, cada escola se fosse o caso, ter o seu pequeno museu, mas essa parte de alta tecnologia, microscópios eletrônicos, análises espectrográficas, coisas do tipo, podiam ser em uma oficina comum, que é nesse anexo aqui, que nós fizemos de material pré-fabricado, prendendo, digamos assim, confinando esse jardimzinho interno do museu, com essa passagem que eu achava muito bonitinha, porque faz com que aqui embaixo da esplanada, em relação ao nível dessa aguinha caiba um subsolo estreito, e a cantina do museu, como quem diz: "os meninos podem de manhã ir tomar café na cantina do museu" e coisas assim.

É você dar dimensões de cidade através da disposição espacial adequada entre prédios, e mesmo dentro do prédio umas circunstâncias, como os nossos térreos... então tudo isso é muito lindo; a parte ao ar livre, que para a escultura é importante, a exemplaridade de um pequeno jardim, porque essas extensões [da praça] não é para ter propriamente jardins, você tem que estudar um tipo quase de reflorestamento, grandes massas arbóreas, eu imagino. Mas prender uma amostragem Burle Marx, esse jardimzinho arabescado, com aguinha, para por escultura, é muito lindinho. Então você entra pelo tunelzinho que passa no subterrâneo e a cantina e o acesso do torreão que está lá em cima, passa esse jardimzinho prisioneiro. Ao mesmo tempo dá por essa viela, que devia estar sempre livre como passagem, por baixo assim do museu - ali tem uma maquete, posso mostrar depois - um caminhezinho Rue des Arts em Paris, Rue Jacob, Pont des Arts, essas coisas que a história mostrou que são atraentes... porque não foram feitas propriamente para isso... foram se instalando e resultaram nisso, você pode copiar, ensaiar, reproduzir esses momentos de encontro, etc. E ao mesmo tempo a autonomia, a cantina e auditórios do museu que estão logo aqui. Isso que eu quis dizer. O cinema, no inverso, pode ir até as três da manhã, um festival, uma audição. Três auditórios: um grande e dois pequenininhos. A cantina tem autonomia para aquilo que está em cima.

(Ou seja, funciona como uma cidade...)

Uma cidadela. Quer ver, eu mesmo que fiz essa maquete. Então aqui está o conjunto habitacional, o rio Pinheiros está aqui.

essas são as oficinas. Esse é o jardinzinho que já empalideceu aí, desbotou a cor do papel... Você entra aqui nesta viela rebaixada. Encontra aqui o teatro, a cantina toda, uma parte da administração, e aqui uma outra via, uma alameda que dá para o jardim, com os auditórios a ré e depois as oficinas. Aí você sobe e o museu está num castelo.

(Uma última pergunta, em algum momento alguém alegou problemas de custos para a execução da obra?)

Nós tínhamos absoluta convicção, e eu tenho até hoje, que não há essa questão em Arquitetura. Nunca houve, digamos... as coisas que têm que ser feitas custam todas a mesma coisa. Porque do ponto de vista técnico inclusive há muito engano. Você vê, neste caso, não são justificativas, são comentários diante do que você indagou. Mas por exemplo, então, certos aspectos, fundamentalmente até técnicos, esse território é difícil para fundações, tençol freático alto, se você se põe a fazer um prédio térreo você tem que impermeabilizar as lajes, rebaixar lençol; levantar um prédio é o que custa mais barato, porque a laje já está livre destes miasmas do chão... e os pilares não custam nada. Um fuste de pilar não custa nada. O peso da construção é o mesmo. Vai a fundação; nesses caso também concentrar as fundações é interessante, porque você aplica conhecimento objetivo sobre aquilo em território frouxo, fundação com menos de 300, 150 toneladas, não merece atenção, não sabe nem o que fazer porque acaba trincando tudo. Você tem que, dizer assim, vamos esperar essa gripe transformar-se em uma bela pneumonia, eu já receito um antibiótico, porque esse vai, não vai, não dá para fazer nada na construção. Então se cravam as estacas, consolida, rebaixa, etc., tubulão pneumático, tudo isso são questões da técnica contemporânea, é mais barato fazer um prédio de doze andares do que doze casinhas no chão, até se você considerar a extensão da rua, o comprimento das redes de esgoto. Agora porque não se usa tanto esse tipo de argumento é porque não é por causa disso que se faz prédio, é muito... uma totalidade da condição do estado em que estamos nessa passagem da natureza, incluídos nós, com a nossa inteligência. O prédio é uma maravilha como realização, e serve de instrumento também de desastre.

(Esta última pergunta, eu entendi que você respondeu para o museu, mas era sobre o Setor de Humanas. Em algum momento alguém chegou a conversar, explicou porque que não seriam construídos estes prédios?)

Usa-se esse argumento de uma construção mais barata, mais econômica, fazem-se estes pequenos galpões... mas é muito estranho você imaginar em uma Universidade, como a da Amazônia... há arquitetos que cometem esse engano, alguns inclusive lindíssimos como figuras, capazes de engendrar formas que têm uma certa relação, podemos dizer, lírica da coisa, é madeira, palha. Mas você vai fazer uma Universidade da Amazônia, vai por um microscópio eletrônico em baixo de algo de sapê. É uma coisa idiota, então chama os índios que eles sabem fazer melhor. Mas tem que ficar nu embaixo, porque a goteira não pode estragar o smoking. Então não pode ter microscópio eletrônico em baixo de um... então isso são ilusões, a melhor construção para a Amazônia, para enfrentar uma questão amazônica, quase intocável, são três prédios, a universidade acabou: um porto, atraca o navio; um heliporto em cima, desce o avião, acabou. O resto é continuar o desastre: abrir picada, queimar mata, etc. É uma ilusão... Tanto que estão fazendo isto com o turismo: entrando nos igarapés... desde que eles façam chalés, acham que não está ofendendo. É uma desgraça.

(Foi feita uma publicação do FUNDUSP sobre a construção da FAU dizendo que ela tinha sido muito barata por metro quadrado)

Mas é.

(Porque não tem muito além da estrutura; é o que você estava falando do seu próprio prédio)

A FAU é uma invenção maravilhosa, sem ofender os desejos, uma "trovata", a questão da arquitetura como forma de conhecimento. Então, como fazer isso? Ateliês, estúdios... ela não tem caixilhos. Aquelas pedras de cristal, que deviam ser de cristal, não aquela panela de fibra, aquilo foi provisório, sem arremate uma com a outra, aquelas vigas em "v" que são a própria calha, aquilo tudo faz um prédio... Se você comparar com esses edifícios tolos que as empresas que só visam o lucro gastam para si (para você ver que a questão da imagem é tão importante), o prédio da FAU não custa nada perto de um prédio de cortina de vidro, e não sei o que, etc. É muito simples, e é uma maravilha, inclusive considerando a idéia de escola, que é fundamentalmente a idéia do Artigas. Porque os meninos saem de casa, saem da miséria total... da discussão da vida doméstica burguesa; do ponto de vista da formação, eles saem muito mal ajambrados. Essas crianças - de um modo geral, no mundo inteiro - [têm] escolas opressivas, e disciplina, falta de transporte, rede de escola... uma desgraça. Então você abrir os espaços, com novos horizontes de liberdade: a oficina, a introspecção, aqui a biblioteca, o elogio da biblioteca como anexo do Salão Caramelo, pra dentro aquele envidraçado... é muito lindo. Para um menino que saiu de uma casinha... um sadio espanto... estímulo, um espanto estimulante.

(Obrigada).

Entrevista com o arquiteto e professor Joaquim Guedes Sobrinho

Nota: entrevista editada, restringindo-se aos trechos enfocados na pesquisa.

01/10/2003

As perguntas referem-se ao conjunto das faculdades e institutos projetados para o "Setor das Humanas" da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira" em 1961 e 1962 e foram apresentadas antes do dia da entrevista.

a) Por quê a denominação de "Setor de Humanas", se haveria o edifício da Geologia além do edifício da Matemática neste conjunto? A História e Geografia; Letras; Geologia; Ciências Sociais e Matemática ainda eram Secções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras? Como foi pensada a inclusão da FAU neste conjunto?

A sua primeira pergunta, sobre a denominação do "Setor das Humanas", se haveria o edifício da Geologia, além do edifício da Matemática neste conjunto... bem, nós não tínhamos muita noção do que era cada um dos conjuntos da Filosofia. Havia Filosofia em geral. E foi um corpo estranho querer colocar ali o Instituto da Matemática, já que imagino que o Departamento de Matemática inevitavelmente deveria estar ao lado das outras faculdades de Filosofia. De outros departamentos de Filosofia, não é? Porque a Faculdade é uma só, com diversos departamentos. E aí, nesse momento, surgiu a idéia, eu já disse a você que foi idéia minha... Aí eu disse para o Paulo [de Camargo e Almeida, Diretor do Fundo de Construção da Cidade Universitária]: "mas o quê que você vai dar para o Artigas fazer?" E ele disse "já está tudo dado" e eu falei "dá a Faculdade de Arquitetura para ele fazer", e foi então que a Faculdade de Arquitetura, que vinha da Poli, era até o Percílio, da Poli, que dirigia a FAU, sintonizou com Ciências Humanas voltando as costas para as Técnicas, que estavam do outro lado [da avenida], e dizendo que faríamos aqui, inclusive, uma praça das Humanas em frente a FAU, naquele início de subida da Rua do Matão. Então, eu entendo, que um pouco... Na distância do tempo, é o que eu me lembro. Mesmo porque, eu não tenho certeza, isso não é de... [sobre uma planta da Cidade Universitária com data de 1961 publicada em "O Espaço da USP"].

(Isto é uma planta do Fundo de Construção)

Não sei quem fez esta planta, já posterior à minha inserção. Eu que inseri a FAU e eu não sei quem fez isso. Pode ser uma outra coisa superposta. [frase não identificada]. Então foi a primeira vez que a FAU se aproximou claramente das Humanas. Isso é uma atividade cultural, isso aqui é uma instituição ligada às Humanas e ligada às Técnicas. Então o Artigas ficou ao meu lado, inserido aqui, ligado a isso, ligado a Poli, via um vetor do campus. É suficiente?

(Podemos passar para a pergunta "b")

O edifício de Matemática foi colocado aqui porque o Departamento de Matemática e Filosofia tinha que ficar aqui. Então, como o Instituto é muito ligado a Poli, foi esse o momento em que a Reitoria resolveu cortar a Matemática da Poli e colocar em um ponto central.

(Mas essa Matemática fazia parte da Filosofia, Ciências e Letras ou ela seria ligada à Politécnica, ainda?)

O Departamento de Matemática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras existia, agora a Poli como já tinha quase cem anos, ela tinha o seu próprio Setor de Matemática, era famoso, e ela nunca abriu mão disso. Nunca permitiu que Filosofia, ela nunca abriu mão disso. Nunca permitiu que Filosofia, era famoso, e ela nunca abriu mão disso. Nunca permitiu que Filosofia, criada trinta anos depois, ou quase quarenta, interferisse lá. E até havia um certo "esses Matemáticos formados em três anos, é muito menos do que a gente". E eles eram todos assim. O Instituto tinha sido fundado lá. Na Politécnica. Aí quando eles viram essa manobra de tirar o Instituto de lá e colocar do outro lado, a Faculdade não tinha como entrar na Politécnica. Eles não tinham muita entrada. Tinham que entrar pela porta da frente, pedir licença, era algo assim. Muito bem, na minha opinião, o Reitor Ulhôa Cintra resolveu com o Conselho fazer uma inserção mais clara do Instituto no sistema, então ela foi colocada do outro lado. Aí os Politécnicos ficaram "uma arara", a tal ponto que eles não queriam que os da Faculdade de Filosofia, do Departamento da Filosofia, entrassem pelo fundo da Matemática. Tinham que sair do prédio e entrar pela avenida, do outro lado, como eles também. Entendeu? Eles tinham que sair da Poli e vir para cá. Também os da Filosofia. A tal ponto que a conciliação exigiu de mim um muro de concreto separando indiscutivelmente as duas escolas. Numa certa medida eu entendo, porque é difícil colocar lá e fazer entrar aqui pela frente, tem que sair na rua e tal. Mas era o que eles queriam e eu consegui isso. Com esse edifício complicado que você vê.

b) Como foi formado o conjunto de arquitetos que elaborou os projetos para o Setor de Humanas? Como foi sua inclusão neste grupo?

Foi pura escolha do Paulo Camargo e aprovado pelo pessoal do Conselho Universitário. Que argumento ele usou eu não

sei, eu sei que fomos convidados apenas Millan, Pedro Paulo, Paulinho [Mendes da Rocha] e eu. E ninguém mais. E do outro lado, mostrando uma cisão, quem estava lá? O Politécnico [Caro de Castro Melo fazendo o CEPEU(SP), o Rino Levi que era muito ligado aos engenheiros, era uma cabeça romana, não é? Fez Escola de Arquitetura de Roma. Muito técnico. César, que era Politécnico também. E havia o Eduardo Kneese de Mello, que não era Politécnico, eles eram arquitetos da mesma idade, criador do Instituto de Arquitetos [Departamento de São Paulo], arquiteto sócio número um do IAB, [e que] foi agregado, e finalmente o [Oswaldo] Bratke, do Mackenzie, pegando lá o Departamento de Hidráulica da Poli. Então foram quatro e quatro, que o Paulo escolheu. E aí é que eu me senti, eu me sentiria indigno de aceitar o convite, sem que o Artigas fosse chamado, era impossível ignorar que o Artigas tinha sido excluído. Aí nós fomos falar com o Paulo, convidei o Millan e o Pedro Paulo para irem comigo, eu não conhecia o Paulinho e fomos lá. Quando então, como eu disse a você, o Paulo teve um momento de irritação e disse "Não, se o Artigas entrar por aquela porta eu mato ele, eu mato ele, se eu tiver um revólver eu mato ele" e foi difícil começar a conversa assim, até que depois, com ele irreduzível, eu disse "Paulo, se você não puder rever isso aí nós não aceitamos o convite, eu e os demais. Eu não posso me conformar, ele é uma pessoa respeitada, que merece toda a nossa atenção, eu não posso aceitar o contrato sem ele". Aí ele perguntou "Mas se nem tem o que fazer?", aí eu disse "Não, dá a Faculdade de Arquitetura pra ele, é natural que ele faça isso", "Mas onde?", foi aí que eu desenhei o lugar da FAU, aí que ele ficou designado ao meu lado, não é? Eu tive que inserir o meu projeto aqui nesta ponta e fazer pra ele ficar integrado a isso. E esse desenho que eu pensei que tivesse feito, porque eu não tinha, não havia desenho do meu projeto p'ra isso tudo. Então nós fizemos um estudo e é possível até que aquele desenho que eu mostrei a você fosse o primeiro esboço e depois eu tivesse mandado um outro original pra ele. O original para ele, não é? Mas eu precisei dessa história, que é relativamente desimportante, eu acho. A verdade é que o meu projeto, ainda ninguém tinha desenhado, certo? Como foi a [minha] inclusão, é esta [pergunta], não é?

(Mas foi por causa do projeto do concurso de Brasília? De onde o senhor conhecia o Paulo de Camargo?)

Eu não conhecia o Paulo de Camargo. Ele vinha do Rio um pouco fugido, por causa de umas complicações políticas lá e outras de que eu não saiba. Eram tempos de muita intolerância política, não é? Só sei que teve problemas profissionais, ou qualquer coisa assim, e ele veio pra cá ajudado pelo Artigas. O Artigas que conseguiu pra ele isso, segundo eu ouvia dizer. E aí se deu essa história. Eu acho que naquela altura nós éramos quatro jovens muito proeminentes, independentes, nós não éramos funcionários públicos, e tínhamos todos uma atividade muito intensa.

312

(Então era o senhor, o Millan...)

O Millan e depois o Pedro Paulo que eram também conhecidos em 62. Eram arquitetos jovens, conhecidos. O Millan tinha seis anos a mais que eu. Portanto, em 60, quando isso começa eu teria vinte e oito anos. O Millan trinta e pouquinho e assim foi... Nesse ano, por exemplo, em agosto, acho que antes disso, eu fui designado para uma missão, acho que do Jânio Quadros, eu não tenho certeza, para ir à China em uma missão de oito arquitetos brasileiros, que incluía o Lúcio, o Oscar, o Artigas e eu e mais Recife, Porto Alegre, e tal, e mais alguns do Rio. O Lúcio Costa é do Rio. E já havia uma certa... alguém me via, não é? E outros também tinham um certo... o Millan, que era muito respeitado, já era em 61 prêmio de Bienal... O Paulinho foi depois disso Medalha de Ouro. O Pedro Paulo também era premiado.

(Ele [Pedro Paulo] participou também do concurso do Plano Piloto)

É, participou.

c) O Sr. comentou que o arquiteto Paulo de Camargo, diretor do Fundo de Construção, resistia a que o arquiteto Vilanova Artigas participasse da elaboração dos projetos. Qual o motivo? Como se deu a inclusão de Artigas?

Eu penso que o motivo da briga do Paulo com o Artigas é que entre as coisas que o Artigas fez para o Paulo foi convidá-lo pra ir trabalhar com ele no plano de Brasília. O Paulo fazia parte. Foi nessa ocasião, eu acho, que houve um desentendimento, mas eu não tenho detalhes. Vai ver, o que acontece, nesses casos é que a pessoa convidada acaba desenvolvendo expectativas muito grandes, que o sistema não tem condições de absorver, ou outra coisa mais séria, não sei. Mas acho que isso bastaria para explicar o ambiente que devia acontecer essa dissidência.

d) Como foram organizados e como se deram os trabalhos para elaboração dos projetos para o Setor de Humanas? Os arquitetos trabalharam em conjunto ou isoladamente?

Não, cada um fez o seu o seu projeto. Não, não se trabalhou em conjunto. Nem mesmo os conceitos eram os mesmos. O que acontecia é que todo o mundo, o Artigas, inclusive, queria fazer disso aqui a nossa Brasília, porque os paulistas tinham

sido completamente excluídos de Brasília. Então penso eu que um pouco... a minha mentalidade em geral, do Artigas, do Paulinho, do Millan e do Pedro Paulo... aquele momento do concreto aparente, que tinha começado em 54, em 50 com o Le Corbusier na Europa, e chegado ao Brasil a partir de 54, um pouquinho antes de 60 nas publicações, esse movimento tomou conta. E o formalismo do concreto, com o prejuízo do rigor construtivo, está dentro dessas soluções. Todos são iguais. Não sei se você percebeu. O Artigas, o Millan, e tal, tudo é grandioso, tudo é monumental e eu acho que eu escapei disso pela complexidade do meu programa, que me sujeitava a ele. E ele felizmente me salvou dessa história. Era história isso, não é?

e) O Sr. poderia comentar sobre o trabalho desenvolvido conjuntamente com o arquiteto Carlos Millan para o Setor das Humanas?¹⁵

Não, o Millan era muito amigo meu. Nós tínhamos sido sócios até 59. Depois ele quis se separar e eu fiquei muito magoado, até, mas nos separamos. Mas disso, quando ele foi convidado... ele foi depois convidado a ser assistente da FAU no meu lugar. Quando o Roberto Cerqueira César, ganhando do Artigas, foi designado titular, os alunos foram pedir ao Roberto que me contratasse como assistente. Eu não estava na FAU. Isso foi em 58, lá pra trás. Antes do Millan se separar de mim. E o Roberto, ansioso de suas prerrogativas, por causa de uma birra de professor, disse que ele não abria mão e que ele não aceitava imposição dos alunos. Ele já tinha convidado o Roberto Franco, sobrinho dele, pra ser membro da disciplina, e como uma concessão aos alunos, eu penso, que depois fizeram greve e a classe dobrou, ele convidou mais um assistente, que era o Millan, meu sócio. Entendeu? Foi uma coisa... nós entendemos assim. Ai o Millan foi, pacificou-se a escola, já que era assim tudo bem, e aí eu fui convidado a ser assistente do professor das Técnicas que era o professor de Materiais de Construção, que eu adorava, que era o Escorel. Que naquele tumulto todo de greve na escola ouviu os alunos querendo me convidar, ali ele foi ao meu escritório e me convidou. Então, é uma pequena história, não é? Então eu gostava muito do Carlos [Millan]. O Carlos era um cara realmente muito emocional, muito intenso, não é? E eu sempre me dei bem com pessoas intensas. Eu detesto é cara parado, que ouve e não responde e depois vai falar mal de mim nas costas, não é? O Millan não, ele não falava mal nas costas, se separou de mim quando achou que não dava mais, não é? Me deu um pé atrás, como se diz, mas dizendo que me estimava muito, mas que ele achava que a nossa relação intensa o atrapalhava. Ele dizia isso. E de fato eu tinha muita pretensão em relação ao Millan porque fui eu que o apresentei ao Artigas. Eles nunca se tinham falado. Não se conheciam.

313

(Mas foi nessa ocasião?)

Pouco antes. É, 58... E nisso eu o apresentei e ninguém imaginaria um encontro dos dois, não é? Muito desajeitados, até conta-se em algum lugar que o Artigas desajeitado, ele desajeitado, o Millan nunca tinha visto um livro do Le Corbusier. Ele dizia "nunca tive um livro do Le Corbusier, nunca me interessei". Era só Wright e os japoneses, não é? Nunca tinha visto, eu que dei o primeiro livro a ele. E a nossa intensa relação se acentuou por ocasião do projeto de Brasília de 56, 57. Quando trocamos livros e tal, e leituras, não é?

(É que o senhor tinha se referido a um estudo conjunto seu com o Millan para toda esta área)
Porque eu pensava que íamos fazer um estudo de localização dessas coisas. Que eu não estou vendo aqui. Eu só vejo a localização do meu prédio naquele canto...

(Quer dizer que foi alguma coisa intermediária entre essa planta aqui de 61/62 e aquela implantação da Matemática que o senhor me mostrou?)

Exatamente.

(E isso se perdeu? Esse projeto com o Millan, esse estudo com o Millan?)

Essas análises, sim. O que se seguiu, dos quatro, que eu saiba, posso estar enganado, eu conhecia o Pedro Paulo, via, tinha visto o Pedro Paulo superficialmente nas reuniões da IAB, mas não o conhecia. Quanto ao Millan, ele era muito amigo, nós trabalhamos juntos cinco anos, não é? Eu trabalhava com o Carlos Lebet e ele [Millan] era muito amigo dos dominicanos, dos quais eu era menos amigo. Como Lebet era dominicano, nós [frase não identificada]. Inclusive a filha do Millan mais velha era afilhada do primeiro do convento e eu fui padrinho da segunda filha dele. E... então, isso deu uma amizade que era muito alimentada por essa... esse desenvolvimento recente do Millan na área religiosa, social e religiosa,

¹⁵ Em encontro anterior com o entrevistado entendemos que teria havido um trabalho em conjunto com o arquiteto Millan, o que aparentemente não ocorreu.

onde a gente se encontrava, eu mais na social do que religiosa, e porque a mulher dele era muito católica, a Ana Tereza, não é?

(Mas aí o senhor teria trabalhado mais com ele do que com os outros?)

Com ele. Eu não tinha contato nem com o Pedro Paulo nem com o Paulo Mendes. Eu não sei o que eles pensavam nem se eles fizeram alguma coisa.

(Mas houve um estudo conjunto, assim, da localização da Matemática e o do prédio...)

Do Artigas.

(Mas não com o prédio do Millan)

Com o prédio do Millan, eu saí dali dizendo "faz aqui, depois põe o Millan aqui do meu lado", porque eu não conhecia os outros, entendeu? Como é que eu ia recomendar o Pedro Paulo, eu não o conhecia... E o Pedro Paulo, ele é muito interessante, porque ele é muito ligado às Tecnologias da Construção, também. Mas eu não conhecia nada dele. Mesmo no IAB, ele sempre foi muito elegante e discreto, ou seja, não era propício o nosso bate-boca, que com o Millan acontecia sempre, não é? E o trabalho possivelmente eu discutia com ele "onde fica o Artigas, aqui fica o Instituto de Matemática, ou a Matemática ia para lá... porque a porta é aqui em frente...".

(Então tinha essa relação do Instituto de Matemática com a FAU?)

Direto.

O que é interessante e que eu estou vendo agora é que já havia uma idéia de colocar o Instituto de Matemática aqui, está escrito aqui que é isso, não está?

(Sem dúvida, está difícil de ler aqui, mas sem dúvida já era a Matemática)

Até faz muito sentido porque a Poli está ali, não é? Mas o que é importante, do meu ponto de vista, é o seguinte, aqui está o canto, não é? É que a Poli entra por aqui. Ela passa por baixo da administração do Instituto, você já via o corredor com as salas de aula e as salas de convivência que vêm aqui, não é? E vai para lá. Enquanto que a Filosofia entra por lá.

(Mas o senhor não tinha dito que eles teriam que entrar também pela administração?)

Mas a Filosofia entra por lá. Lá é o prédio da Filosofia. Lá é a entrada dela. Agora, os professores daqui têm que sair, chegar no chão e dar a volta por aqui e entrar aqui.

(Sim, porque os professores eram comuns...)

Não, não eram comuns. No Instituto tinha professores da Poli e da Filosofia. Porque a coisa é assim: você tinha o nível da Escola Politécnica. O Nível da Filosofia. Os Institutos eram, assim, um nível acima dos dois. Isso é o que a Poli exigiu que o projeto, digamos assim, desse forma a isso, e era aquilo que eu procurava fazer. É o programa que dele emerge a forma arquitetônica. Então, eu fiquei muito contente quando foi feito isso daí.

(Certo. Então eu tenho duas entradas independentes? Uma para os alunos da Poli...)

Nesse bico aqui, maravilhoso, que seria o estacionamento, e tal, e outra lá por trás para os alunos e professores da Filosofia. E quando forem ao prédio da Filosofia. Se eles viessem para a Biblioteca, que era a alma da Matemática, tinham que dar a volta. Igualmente com os Politécnicos.

(E para a administração também, não é? Eles teriam que dar a volta, tudo?)

Porque a administração do Instituto era totalmente diferente. O medo dos matemáticos da Politécnica, que eram tradicionalmente grandes Matemáticos era de que a Filosofia, sendo, digamos assim, exclusivamente Matemática, se auto conclamasse dona do Instituto, não é? E eles pudessem ser excluídos posteriormente. Quer dizer, o fato é que aquela planta que você viu e talvez alguma outra, seja do meu escritório com o Millan, fica o Artigas aqui, você lá, então você dá pra cá, eu vou pra cá, eu acho que nós nos colocamos ao lado da Faculdade. Isso porque

naquele tempo, o Pedro Paulo e o Paulinho não eram professores da FAU. Se eram acabavam de entrar. Inclusive esses fatos que eu relato pra você, que o Millan entrou, são de 58. Isso já foi quatro anos depois. Então o Millan era o professor da FAU. Isso nos deu, mais a nossa amizade, nos colocou em contato, protegendo o Artigas.

f) Como foi definida a disposição geral dos edifícios? Por quê os edifícios ficaram de costas para a Avenida Prof. Luciano Gualberto, se o conjunto residencial e o Centro de Vivência projetado pelo arquiteto Rino Levi ficariam abaixo desta via?

Ficar de costas, porque havia uma atitude assim, não de isolar as Humanas, mas de dar a elas uma praça própria, nesse conjunto. Então, já que a Poli queria o Instituto virado pra lá, ela se caracterizava como alguém que fazia um conjunto de Humanas com uma praça própria de lugar de encontro, e não apenas, está certo?

(Que seria mais ou menos onde está o estacionamento da FAU hoje em dia?)

Não. Seria aqui, quer ver? Eu acho que seria aqui. A FAU estando aqui, é na frente da FAU, neste canto aqui. Talvez num lugar aqui também entre o Artigas e isso, não sei. A idéia era desenhar uma coisa diferente aqui, que nunca foi desenhada. Falava-se muito na praça das Humanas como um lugar de encontro dos Sociólogos, dos Arquitetos, dos Filósofos, dos Literatos, enfim, a idéia era acentuar a vocação humanística da Arquitetura, que se afastava um pouco da vocação técnica da Poli. Está certo? Isso era muito claro na ocasião. Tanto que a FAU não entra por aqui, ela entra por lá. Ela entra pela Rua do Matão. Devia entrar por aqui com o Instituto. E a FAU tinha, umas coisas injustas, mas enfim, ela se sentia dominada pela Poli. A Poli é que decidia. Todos os nossos problemas eram resolvidos pela Poli, pois não tínhamos titular. Só tínhamos professores contratados, não é? E o nosso Conselho era a Poli.

g) Haveria uma ligação para pedestres entre os edifícios do Setor de Humanas? Há algum desenho ou croquis consigo com a implantação geral dos prédios?

Sim, tudo aqui seria um passeio só, que depois se descaracterizou, especialmente por nossos laboratórios, que cortam qualquer comunicação futura. Os laboratórios de Arquitetura. O triângulo que o Gasperini fez lá.

(Mas há algum desenho disso aqui? O senhor viu alguma coisa?)

Não, não chegamos a fazer, por que nós nem fizemos nossos prédios, não é? A idéia era fazer o prédio e depois então, fazer o desenho. E só o Artigas construiu o dele, não é?

(E o Corona, não é, também?)

E o Corona, foi inteiramente independente. O Corona... aí havia uma certa ligação entre os comunistas eu diria, e o Corona tinha a velha ligação do Rio, o Paulo Camargo também tinha estado no Rio, então ele falou: "olha Paulo, eu preciso de um projeto aí". E ele cedeu o projeto...

(Então ele não estava nesse grupo?)

Não, ele não estava nesse grupo inicial, nem ele nem o Fábio Penteadó. O Fábio devia ser provavelmente da família, ligado ao Uihôa Cintra, sabe como que é? Aí ele conseguiu esse projeto. Os dois foram posteriores, posteriores em alguns meses, não é? Acabaram fazendo antes de nós, porque eles entregaram o projeto antes da gente, porque o nosso ficou nessa confusão até se resolver, não é?

h) Como foi estabelecido o programa para o edifício do Instituto de Matemática? Haveria cursos comuns a outras faculdades sendo ministrados na Matemática?

O edifício da Matemática era para reunião dos grandes professores de matemática e dos pesquisadores de matemática. Então eles dispensavam auditórios porque achavam que as salas de aula maiores poderiam servir, desde que tivessem um desenho adequado, para reuniões maiores. Então o que eu chamei de sala de aula e por falta de uma maior definição, eram locais de trabalho, pesquisa e aula. Aí são todos iguais, modulados, para depois estudar essas reais dimensões.

(Se eu entendi bem, na verdade o senhor estava trabalhando com três clientes, vamos dizer assim, ou três programas paralelos, imbricados: um era da Matemática voltada para a da Filosofia, outro era da Matemática voltada para a Politécnica, e também o senhor tinha os Institutos que me parece estavam mais ligados à pesquisa)

É. Então o Instituto de Matemática reuniria toda a Matemática da USP, que era naquele tempo a Faculdade de Filosofia e a Poli, mas eu não trabalhava com a Poli, apenas eles eram meus informantes, eles faziam parte do conjunto de professores que me dizia qual era o programa. Eles não interferiam na Filosofia, mas na Matemática eles mandavam pra valer. Eles eram os mais velhos professores, mais pesados... Então na verdade eu trabalhava com o Instituto: nível 1; com a Faculdade de Filosofia: nível 2; e a Poli também era uma coisa à parte. E eles consideravam que em um Instituto de Matemática, a alma era a biblioteca. Na biblioteca haveria alunos, haveria pesquisa... na biblioteca e naquelas salas de aula que eles quantificavam, e uma coisa interessante, haveria o salão do depósito de livros, de livre acesso, o salão de leitura acima, e depois, esse salão de leituras era rodeado do que eles chamavam de cubículos de meditação, onde os professores poderiam alocar espaços próprios, onde ficariam seus livros de pesquisa por um certo tempo enquanto desenvolvessem um certo trabalho. Notadamente professores visitantes. Era um programa muito bonito, viu? E a Filosofia era o clássico programa de diversos departamentos, salas de aula e anfiteatros.

i) Qual o partido do edifício da Matemática? Este partido foi discutido com os demais arquitetos que participaram dos projetos para o Setor de Humanas?

Não, não foi discutido com os demais, eu fiz o projeto e entreguei. Foi muito difícil pra mim fazer esse projeto, eu fiquei muito tenso porque eu percebi que a tendência geral era outra, como concepção de arquitetura. E eu também não queria que fosse uma visão diferente. Nessa época eu tive uma infecção na vista muito forte, em 60. Fiquei muitos meses afastado, então eu conseguia desempenhar mal o meu trabalho, mal eu enxergava. E ... fiquei sem poder olhar, sem poder ver, eu usava óculos escuros o tempo inteiro... E com tudo isso, eu me sentia longe dos colegas, com um programa que não era compatível com aquela... eu me sentia meio atrasado, sabe, meio deslocado. Então eu mostrava o meu trabalho com um certo receio, com uma certa timidez, e ... então não houve possibilidade de muito trabalho conjunto. Não sei se o Millan trabalhou com os outros. Isso eu desconheço.

j) Houve alguma notificação por parte dos órgãos centrais da USP sobre a desistência da execução do seu projeto para o Instituto de Matemática?

(O senhor chegou a fazer projeto executivo dele, não é?)

316

Total, total.

(Teve alguma comunicação?)

Nada.
E o que foi pior, no meu fizeram outro no lugar. Eu só soube depois é que o Artigas estava já fazendo parte do Conselho, quando isso foi feito, e que ele pesou na decisão de tirar o meu prédio porque, ele também não achava... eu não sei com que grau de intensidade ele disse isso, mas eu sei que a opinião dele era que o meu prédio discrepava do dele, não tinha a mesma linguagem que o dele.

(Ele fazia parte do Conselho do Fundo de Construção?)

Exatamente. Ele acabou indo para lá, depois da perseguição política, e por trabalho nosso, não é, ele acabou indo para lá.

(O senhor lembra o ano, mais ou menos, que ele fez parte do Conselho?)

Sei, talvez três anos ou quatro depois ... 67, 68. Porque a FAU foi feita em 69, foi inaugurada em 69. E o de Matemática foi depois. Ele cancelou o meu, prontinho, inteirinho desenhado, inclusive com grande parte de pré-fabricado in loco, porque eu tinha muitos elementos de proteção do sol, fazia parte do meu conceito. E esses elementos seriam feitos no chão, e colocados no lugar, sabe? Havia um certo esforço nesse sentido.

(Mas com outros dois projetos também aconteceu isso, não é? O do Pedro Paulo e o do Paulo Mendes. Eles não tiveram nenhuma notificação e fizeram outro no lugar)

E aí fizeram já os projetos pré-fabricados da USP... e... agora o Artigas tinha dessas coisas. Houve uma ocasião em que ele foi membro de um júri em Belo Horizonte, para fazer lá a Assembléia Legislativa, nós éramos muito ligados a ele, ele foi para o júri, e o pessoal de São Paulo fez o projeto e achava que ele daria o prêmio, eu não diria ao projeto, mas à arquitetura paulista. E ele vai lá e dá praticamente o prêmio para um arquiteto que era um corrente autor de projetos imobiliários de São Paulo, muito "quadrado" e tal. E quando ele chegou aqui nós caímos de pau em cima dele, e ele justificou isso como uma

obrigação que ele tinha com relação ao cliente, que queria um projeto fácil de fazer, enfim, consistente como construção, certamente os outros arquitetos pareciam todos meio pirados... excesso de concreto, aquelas coisas, excesso de espaço, não é? Acho que foi isso que ele nos disse na ocasião. Então era muito provável que ele tivesse de fato discordado. Mas também aconteceu o seguinte: nessa época já tinha desaparecido a resistência da Poli, os velhos professores, o Camargo já tinha se afastado, ou morrido. Então o grande núcleo da Poli que era Breves, Camargo, estava já fora ou... o outro era... o professor Abraão de Moraes, acho que já era Filosofia. Então, aquela resistência entre os velhos politécnicos e os jovens filósofos, tinha dado lugar a um conagraçamento, a uma convivência melhor. Nunca recebi nenhuma satisfação...nenhuma.

(Mas pelo menos foi pago esse projeto?)

Foi pago, foi pago.

1) Há mais algum outro aspecto que o Sr. poderia comentar sobre este assunto?

(Sobre algum outro comentário: o senhor disse que entregou esses originais do projeto executivo para o FUNDUSP?)

Obrigatoriamente, fazia parte do contrato. Eles me deram ou eu fiz um jogo de cópias heliográficas que eu devo ter em algum lugar.

(Só para fechar, o que aconteceu depois da entrega do projeto executivo?)

Depois que eu entreguei o projeto, eu deixei o departamento de Tecnologia da FAU, em 69. E logo em seguida eu comecei a ter uma carreira internacional muito intensa. Isso quer dizer o seguinte: eu ia todo ano para a Europa, por 2 meses, 3 meses, e ficava dando aula lá, mas o meu escritório aqui sabia onde eu estava.

(Aonde o senhor deu aula?)

Em Strasburgo. Eu era perfeitamente localizável, tinha residência fixa lá, falava com meu escritório continuamente, o escritório funcionava, a Liliane [Guedes] estava no escritório. Então nada justificava que eu estivesse longe. E... porém, um pouco antes eu comecei a fazer conferências fora, por exemplo, em 69...antes de ir para Strasburgo em 70, eu fui convidado pela primeira vez a participar como professor, com grandes, [Aldo] van Eyck e outros... como professor de um Congresso Internacional de Estudantes, fazendo conferências, para três mil e quinhentos estudantes do mundo inteiro... foi a primeira saída minha... antes de qualquer notícia sobre a Matemática. Aí em um desses intervalos, eu tive um encontro com alguns professores, querendo fazer algumas mudanças no projeto, que eu recebi, fiz, e a partir daí não tive mais notícias. A notícia que trouxeram depois é que tinham dificuldade de falar comigo... o que é isso? Era só falar...não tinha problema. Aí rapidamente me escantearam, isso é o que eu posso te dizer. Foi feita uma tentativa de... é claro que com a morte dos professores da Poli, aquilo tudo deveria ser amaciado, pelo menos fica uma porta em pé. Essa é a história que eu posso te contar.

317

19/08/2003

Entrevista com o arquiteto e professor João Roberto Simões

(O Sr chefiou o Departamento de Projetos do Fundo de Construção da Universidade de São Paulo – FUNDUSP de 1969 a 1981. Como e em que ano se deu sua entrada neste órgão? Qual foi a sua participação nos projetos realizados pelo FUNDUSP no período de 1961 a 1969?)

Fui indicado pelo arquiteto Mário Rosa Soares, meu colega no Mackenzie. Na época o arquiteto Paulo Camargo era o Diretor do FUNDUSP. Eu me formei em 1961, iniciei em caráter de experiência no ano de 1962 e fui contratado pelo FUNDUSP em março de 1963. Trabalhei no Departamento de Projetos, sob a chefia do engenheiro Breno Fabiani. O arquiteto Osmar Mammini chefiava o Departamento de Projetos do FUNDUSP, mas ao receber a tarefa de projetar o Hospital Universitário passou o cargo para mim. Nesta época o engenheiro Mauri Freitas Julião era o coordenador técnico do FUNDUSP. Os projetos em que participei nos anos de 1962 a 1969 foram:

O conjunto das Químicas, 60.000m². O arquiteto Alberto Daniel fez o anteprojeto das Químicas Básicas (no conjunto há as Químicas Básicas e as Químicas Aplicadas, estas últimas são compostas pela Farmácia, pela Engenharia Química e pelo prédio do Semi-Industrial). O Paulo Camargo veio trabalhar no FUNDUSP a convite do Hélio Duarte. Paulo Camargo posteriormente assumiu a direção do FUNDUSP, no governo Carvalho Pinto. Havia obras e disponibilidade de recursos, mas o FUNDUSP não dispunha de corpo técnico suficiente. Então Paulo Camargo convidou três jovens arquitetos cariocas, Alberto Daniel, Ripper e um terceiro que não lembro o nome para trabalhar no FUNDUSP e também convidou engenheiros recém formados de São Carlos, onde dava aula: Manoel da Silva Rodrigues, José da Costa Marques, Niemir, Francisco e Nelson Laje. Os arquitetos ficaram dois anos e foram embora em 1962. Eu não cheguei a trabalhar com o Alberto Daniel. Biomédicas Básicas. O prédio das Biomédicas I (Instituto de Ciências Biomédicas I ou ICB-I) foi projetado em pré-moldado pelo arquiteto Luiz Carlos Antony e o prédio das Biomédicas II (ou ICB-II) foi projetado pelo arquiteto Rodolfo Ortenblad. Após dois anos o programa de ambos os prédios, ainda não construídos, ficou ultrapassado. Eu trabalhei nos dois projetos, fazendo as seguintes alterações: O ICB-I, que antes tinha só a Fisiologia, passou a ter também Farmacologia e Histologia e o prédio do ICB-II, que tinha só Microbiologia e Parasitologia, passou a ter também Imunologia. Foram mudados caixilhos e paredes e ocupado o térreo de ambos os prédios, que nos projetos originais eram em pilotis. O prédio do Semi-Industrial foi meu projeto exclusivo. O Centro de Vivência das Químicas também foi meu projeto exclusivo. Fiz também o anteprojeto do Instituto Oceanográfico, que depois foi desenvolvido pelo arquiteto Dirceu Lauretti, que trabalhava no FUNDUSP e era genro do Diretor deste órgão, o Adalberto Mendes dos Santos.

(O ano de 1969, início de sua chefia no Departamento de Projetos do FUNDUSP coincide com o início da implementação da Reforma Universitária na USP. O Sr poderia comentar sobre a transferência das Unidades que se encontravam na área urbana central para a Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira"?)

O grande problema foi a briga da Filosofia com o Mackenzie. Houve a decisão, tomada em nível maior, de construir pavilhões padronizados, em estrutura metálica, para abrigar estas faculdades. Foram transferidas a Filosofia e a Veterinária. A Filosofia foi projetada pelo arquiteto Luciano Bernini e a Veterinária por mim. Outras Unidades que vieram para a Cidade Universitária foram a Faculdade de Odontologia, o restante da Escola Politécnica, e a Educação Física, que estava no Ibirapuera.

Anteriormente a esta fase houve a construção dos edifícios da História e Geografia e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, cujo preparo de licitação para execução, elaboração das especificações técnicas e detalhamento ficaram a cargo do arquiteto Luciano Bernini, com assessoria técnica dos arquitetos Eduardo Corona e Vilanova Artigas.

(O Sr poderia falar sobre os ciclos básicos na Cidade Universitária: quais eram e onde estavam instalados na década de 70?)

Não lembro. O arquiteto Mário Rosa Soares pode dizer a respeito.

(Além do Setor Esportivo estavam previstos outros locais para convivência na Cidade Universitária?)

O Centro de Vivência da Escola Politécnica [projetado pelos arquitetos Julio Katinsky e Abrahão Sanovicz, não construído] e o Centro de Vivência do Instituto de Biociências foram projetados antes [de 1969]. O Centro de Vivências do Instituto de Químicas foi projetado por mim depois de 1969.

(O Sr poderia falar algo a respeito do Conjunto Residencial da USP – CRUSP?)

O processo de ocupação do CRUSP degenerou, não havia um controle efetivo dos ocupantes. Chegou polícia, chegou exército (a "Redentora"), tanques, houve o fechamento da USP, desalojaram e prenderam. Só os blocos "A" e "B" ficaram como moradia, o resto foi reocupado com uso administrativo, museu (ver com o Mário Rosas Soares). Para serem utilizados para outros usos houve reestudo de sobrecarga dos edifícios do CRUSP pelo FUNDUSP. Os blocos pré-moldados ("G", "H", "I", "J", "K" e "L") foram reforçados, à exceção de um deles, que foi desmontado e usado para construir a Administração da Filosofia.

(Como foi introduzida a experiência com modulares expansíveis (horizontal e verticalmente – térreo e mais dois pavimentos) de origem alemã na Cidade Universitária? Como se deu sua participação?)

Quem trouxe a idéia foi o Luciano Bernini. No Departamento de Projetos do FUNDUSP foi desenvolvido todo o sistema construtivo. Houve exacerbação na estrutura, que era muito pesada e pouco econômica. Foram utilizadas grelha de 90 x 90 cm e distância entre eixos de pilares de 7,20 m x 7,20 m e de 9m x 9 metros.

Em 1963 já havia sido utilizado um sistema de coordenação modular, mas não expansível, no Instituto de Química. Era um sistema de coordenação modular, utilizando o modutor de Le Corbusier, com 86 cm. Foi utilizado no projeto do Instituto de Química o "painel porta", para haver flexibilidade [de alteração de uso, de mudança dos espaços]: um painel com requadro de madeira maciça e miolo de madeira aglomerada da "Solidor" revestida com compensado de madeira e fórmica. Quando da Reforma Universitária foi utilizado o sistema modular expansível [alemão] para abrigar os departamentos criados e para promover a mudança das Unidades que estavam enquistadas no centro de São Paulo. Entre 1973 e 1981 houve inflação em alguns períodos, como em 1981, que foi uma época de penúria. De uma maneira geral depois de 1973 as verbas começaram a rarear. No governo Carvalho Pinto a programação [de obras] era quinzenal, depois passou a trienal, bienal, anual, acompanhando a alta inflacionária. Com base na estrutura já calculada de um módulo expansível e depois do levantamento do programa do edifício, era decidido quantos módulos seriam construídos, de acordo com a disponibilidade financeira. O arquiteto Luciano Bernini foi o responsável pela substituição dos projetos de 1961 pelos projetos no sistema modular expansível. O reitor Orlando Marques de Paiva inaugurou várias obras iniciadas no período de Luciano Bernini.

(Por quê o projeto elaborado pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha para o Museu de Arte foi encomendado, mas não construído?)

Quem coordenou este projeto junto ao FUNDUSP foi o arquiteto Mário Rosa Soares. A Sra Yolanda Penteado e o governador à época estavam vinculados à iniciativa de construção do Museu da USP. O projeto foi terminado e aprovado, foram licitadas as fundações e compradas as ferragens para todo o edifício. Existia verba para a construção do museu. As sondagens do solo foram executadas pela Engesolos e o projeto de fundações foi feito pela Consultrix (engenheiro Golombec) utilizando tubulões. Quando começou a execução das fundações foi verificado que o solo não era coesível. A obra parou e houve discussão. O projeto foi mudado por Golombec para estacas. Mas neste meio tempo mudou o governo, houve litígio (o FUNDUSP contratou um engenheiro carioca de renome para elaborar um laudo sobre a questão das fundações) as verbas foram realocadas e a armadura foi vendida.

319

Entrevistado: engenheiro e professor Savério A. F. Orlandi

Data das Entrevistas: 12/12/2003 e 20/02/04.

(O Sr. poderia explicar resumidamente sobre seus dados pessoais e profissionais, como local e data de nascimento, formação e percurso profissionais?)

Eu nasci em São Paulo em 18 de junho de 1931. Sou Engenheiro Civil formado pela Escola Politécnica da USP em 1954, sou formado também em pós-graduação na Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo. E formei-me também urbanista na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil em 1963. Fui professor titular na Faculdade de Engenharia Industrial - FEI, da cadeira "Construções Civas", de 1956 a 1963; na Escola de Engenharia de São Carlos, da cadeira "Arquitetura e Construção de Edifícios", de 1956 a 1977; e na Escola Politécnica de Engenharia de São Carlos, da cadeira "Arquitetura e Construção Civil, de 1977 a 1998.

Recém formado eu fui convidado pelo Professor Hélio de Queiroz Duarte da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo para ser seu assistente no Escritório de Engenharia e Arquitetura da Comissão da Cidade Universitária, que era por ele chefiado (a Comissão fora nomeada no início do governo Jânio Quadros, em 1955, tendo como presidente o professor Francisco Degni, da Faculdade de Farmácia e Odontologia da USP).

(A respeito do Plano de 1956, o denominado Replanejamento, o Sr. poderia esclarecer qual foi a decisão do Conselho Universitário quando as propostas foram levadas a esta instância?)

Foi aprovado integralmente. O Dr. Degni, o Dr. Hélio, e eu fomos apresentar o Replanejamento ao Conselho Universitário.

(Nos contatos havidos com o Professor Anísio Teixeira, foi discutida a reforma universitária proposta para a USP pela equipe do professor Hélio Queiroz no Replanejamento?)

Não. Estivemos com o Dr. Anísio Teixeira várias vezes, de 1954 até 1956¹⁶, no Ministério da Educação, Rio de Janeiro, e nestas ocasiões ele nos explicou a sua idéia de entrosar todo o ensino secundário e relacioná-lo com maior intensidade com o ensino universitário. Para tanto ele propugnava uma interação maior entre docentes dos cursos secundários com aqueles do curso universitário, entre outras proposições.

(Que aspectos poderiam ser citados sobre o planejamento da Cidade Universitária neste período?)

No Plano de 1956, além da sua essência, representada pela reunião espacial e funcional de grupamentos afins de pesquisa e ensino da USP, também havia como característica determinante a criação de uma área central que se denominava *Core* pedestre com o pedestre (professor, aluno, pesquisador e funcionário), reunindo os edifícios de caráter social: teatro, cinema, etc., com funcionamento também à noite e nos fins de semana, destinado a funcionar como um pólo de atração para a convivência e o relacionamento social da comunidade universitária. O *Core* foi mantido no Plano de 1960/61, com algumas modificações, porém com a preocupação de conservar o seu espírito. Havia a proposta de currículos flexíveis no Plano de 1956, a qual foi mantida em parte no Plano de 1960 / 61: houve a implantação inicial dos Institutos Básicos, constituídos por cadeiras e departamentos afins da Universidade; depois numa segunda etapa ocorreria o mesmo com os Institutos Profissionalizantes. Os currículos eram flexíveis [desenhando o esquema dos currículos flexíveis]: o aluno teria aula aqui, depois aula ali, depois teria aula lá, até sua diplomação. No instante em que o mercado não absorve mais determinado profissional, então o currículo se altera, dando ensejo ao profissional requisitado pelo meio.
[ver desenho do esquema dos currículos flexíveis]

(O Sr. poderia descrever como era o acesso à Cidade Universitária em 1956 (vias utilizadas, meios de transporte disponíveis?)).

O acesso para a Cidade Universitária era pelo Instituto Butantã.

Tinham ônibus fretados para os funcionários da Veterinária, funcionários do IPT, e do Instituto de Eletrotécnica.

Praticamente não havia alunos na Cidade Universitária naquela época. Funcionava só a cadeira de Materiais de Construção da Escola Politécnica no IPT, e algumas aulas da Faculdade de Veterinária. Os alunos também vinham de ônibus fretados. As linhas urbanas surgiram de forma paulatina a partir de 1963.

(A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras veio a ocupar o edifício da Reitoria por volta de 1956. O sr. poderia esclarecer quais as secções que vieram a se estabelecer? O Sr. participou da adequação do edifício?)

A Geografia ocupou uma das alas laterais (a ala sul) do edifício destinado originariamente à Reitoria, provisoriamente, e participei da mudança.

Em 1956, nós tivemos problema na Alameda Gleite, onde estava a Filosofia (Química, Física, e outros departamentos). As instalações eram precárias, quando se começou a construir as instalações definitivas destes departamentos na Cidade Universitária.

(O Sr. poderia esclarecer sobre como surgiu a necessidade de implantação de um reator atômico na Cidade Universitária por volta de 1956? Como se deu a escolha e o dimensionamento da área?)

Eu fui o Engenheiro Fiscal na obra do Reator Atômico, representando a Comissão da Cidade Universitária. Este reator surgiu através de um convênio com os Estados Unidos que forneceriam o Reator Atômico e a USP construiria o edifício para abrigá-lo. O diretor do Instituto de Energia Atômica era o professor Marcello Damy de Sousa Santos¹⁷.

¹⁶ No ano de 1954 S. Orlandi acompanhou Queiroz por interesse no assunto, pois ainda não fora contratado pela Universidade de São Paulo.

¹⁷ O início da operação do reator nuclear IEA-R1, o primeiro da América do Sul, foi em 28 de janeiro de 1958, em cerimônia onde estavam presentes o presidente Juscelino Kubitschek, o governador do Estado de São Paulo, Jânio Quadros, e o físico Marcello Damy de Souza Santos, diretor do IEA, hoje Instituto de Pesquisas Energéticas e Espaciais - IPEN (Revista Pesquisa FAPESP, edição 49, dez 1999).

(O Sr. participou do planejamento da Cidade Universitária no período seguinte, no governo Carvalho Pinto (1959-1962); poderia informar sobre as pesquisas para identificar disciplinas similares nas escolas da USP, com a intenção de agrupá-las?)

Esta conceituação previa a criação de Institutos Básicos e Institutos Profissionalizantes, ambos reunindo cadeiras e departamentos afins da USP, contrariamente à estrutura dos planos anteriores, que era sempre constituída por escolas isoladas e estanques, formando um verdadeiro almoxarifado de escolas no campus universitário, separadas espacialmente e sem nenhuma ligação funcional entre elas. A reunião das mesmas num único campus universitário seria acompanhada da integração total do ensino e da pesquisa universitária, então inexistente entre as várias escolas, juntamente com o atendimento ao meio social.

Exemplificando, várias cadeiras e departamentos das escolas deram lugar aos institutos básicos: Instituto de Física, Química, Matemática. O Instituto de Matemática passou a congrega as cadeiras e os departamentos de Matemática que estavam na Universidade toda, igualmente para a Física e a Química.

(Como se deu a sua participação no Plano de 1960/ 61 para a Cidade Universitária?)

Com a confiança da Administração do Professor Uihôa Cintra, então Reitor da USP, e sendo Paulo Camargo de Almeida o Diretor Executivo do Fundo de Construção da Cidade Universitária, eu fui designado em 1960 por ambos pra fazer o planejamento de todas as unidades universitárias que deveriam se transferir para o campus.

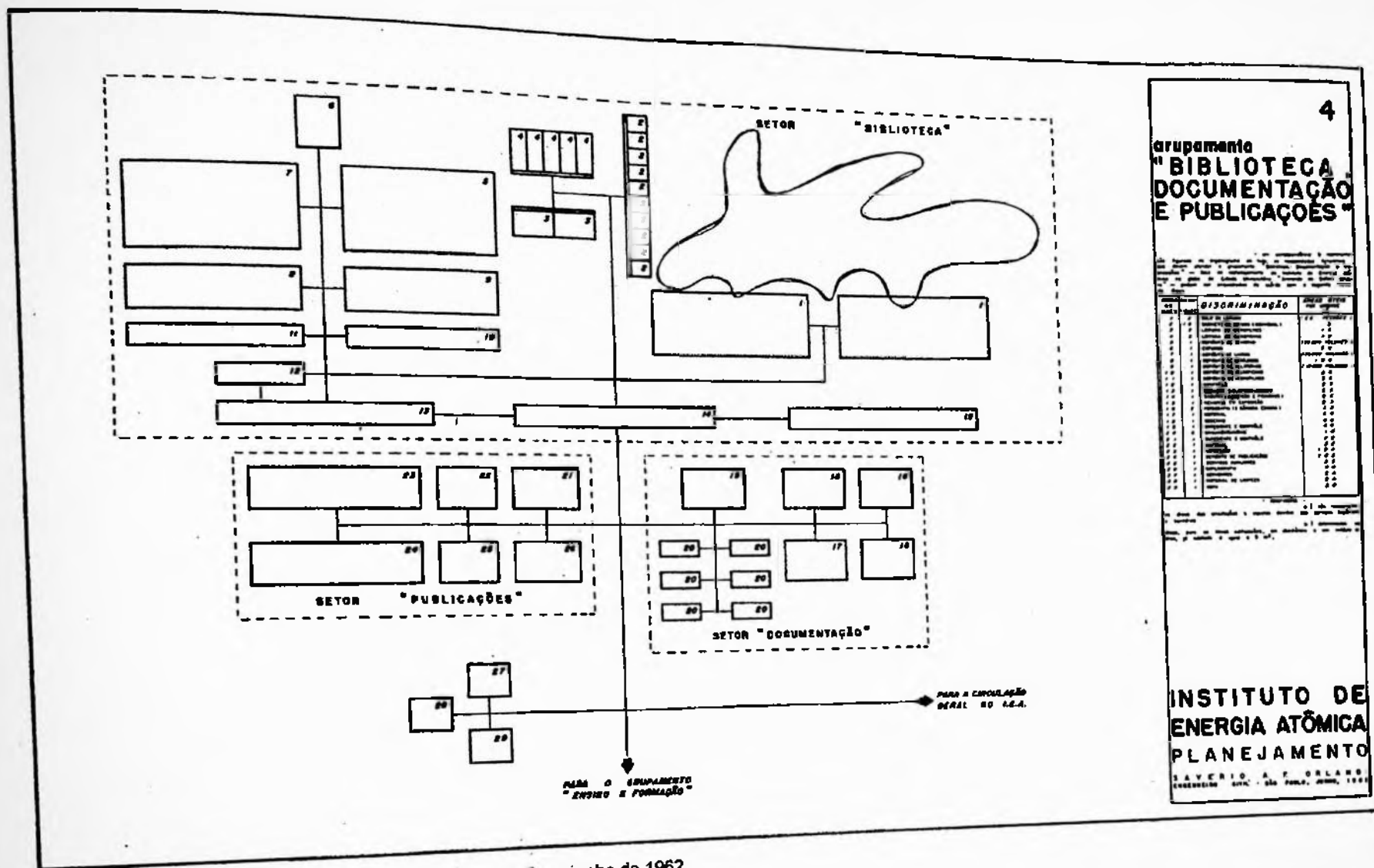
O planejamento, a meu cargo, tinha como objeto definir a programação funcional dos Institutos, definindo, por outro lado, critérios espaciais para implantação, organogramas dos espaços funcionais a serem projetados, com identificação das respectivas circulações, áreas e inter-relações. Nestas condições, os projetistas recebiam os elementos necessários e suficientes para os projetos a serem desenvolvidos, não necessitando buscar novos elementos para o seu trabalho, inclusive dispondo das tabelas das áreas a serem adotadas nos projetos, que eram fornecidas segundo critérios modulares.

Então eu elaborei os organogramas dos institutos, obedecendo a uma filosofia nova de conceituação universitária. Os levantamentos eram feitos diretamente com todos os professores interessados, vistoriando as instalações existentes, a fim de otimizá-las na mudança para a Cidade Universitária, ressaltando-se a dificuldade encontrada pelo fato dos professores se oporem sistematicamente à mudança de estrutura e de local, com raras exceções.

Por razões políticas, que acabaram não concretizando o segundo mandato do professor Antonio Barros de Uihôa Cintra como reitor da USP, que estava sendo cogitada, a reforma universitária em pauta acabou sendo efetivada pela metade.

(Houve reuniões na FAU para decidir como seriam os projetos dos edifícios? O Sr. chegou a apresentar os organogramas que havia elaborado?)

Houve reuniões na FAU para discutir a elaboração dos projetos dos edifícios da Cidade Universitária convocadas pelo Dr. Paulo de Camargo; ele apresentava os organogramas que haviam sido elaborados. A propósito, apenas o edifício da FAU teve uma orientação diversa, o projeto foi entregue diretamente aos arquitetos Artigas e Cascardi para ser elaborado, sem a contribuição prévia de organograma.



Organograma do IEA elaborado pelo eng. Savério Orlandi em junho de 1962.